BIBLIOTECÁRI@S NEGR@S

Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Organização



NYOTA

rocha
soluções gráficas

BIBLIOTECÁRI@S NEGR@S

Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Organizadora

BIBLIOTECÁRI@S NEGR@S

Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2021

Coordenação do Selo Nyota
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Site: https://www.nyota.com.br/

Comitê Editorial e Científico

Felipe Meneses Tello (UNAM)
Mary Luz Alzate (UNAL)
Didier Álvarez Zapata (U. de A.)
Claudia Mortari (UDESC)
Fernanda Oliveira (UFRGS)
Maria do Carmo Moreira Aguilar (UFRGS)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Rubens Alves da Silva (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Elisângela Gomes (UFG)
Vanessa Jamile Santana dos Reis (UFBA)
Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)
Mariana Cortez (UNILA)
Barbara Barcellos (UFS)
Lia Vainer Schucman (UFSC)
Priscila Sena (FEBAB)
Ueliton dos Santos Alves (SP Escola de Teatro)
Samanta Coan (UFMG)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Natalia Duque (UdeA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)
Elisângela Gomes (UFG)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)
Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Rubens Alves da Silva (UFMG)
Lia Vainer Schucman (UFSC)
Samanta Coan (UFMG)

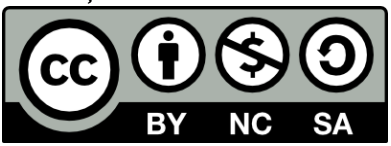
Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva
Diagramação: Franciéle Garcês
Arte da Capa: Franciéle Garcês
Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

Bibliotecári@s negr@s: Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação / Franciéle Carneiro Garcês da Silva (Org.). – Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2021.
370 p.

Inclui Bibliografia.
Disponível em: https://www.nyota.com.br/
ISBN 978-65-87264-69-1 (Ebook)
ISBN 978-65-87264-68-4 (Impresso)

1. Biblioteconomia – Brasil. 2. Biblioteconomia Negra – Brasil. 3. Bibliotecárias negras. I. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org). III. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil[1]

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e à(s) pessoa(s) organizadora(s) da obra.



NÃO-COMERCIAL

Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença[2] que este original.

[1] Licença disponível em: https://goo.gl/rqWWG3. Acesso em: 01 jun. 2021.

[2] Licença disponível em: https://goo.gl/Kdfiy6. Acesso em: 01 jun. 2021.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
PREFÁCIO 17
Izabel França de Lima
DOROTHY PORTER WESLEY E A CLASSIFICAÇÃO PARA OS ESTUDOS NEGROS, AFRICANOS E DA DIÁSPORA 21
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Daniella Camara Pizarro
BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS FALAM POR SI E SUAS VOZES SÃO POTENTES 43
Priscila Machado Borges Sena
Luciana de Souza Gracioso
PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS NAS PÁGINAS DA *EBONY MAGAZINE*: MOVIMENTOS PELOS DIREITOS CIVIS, DESSEGREGAÇÃO RACIAL E ACESSO À BIBLIOTECA 95
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Priscila Rufino Fevrier
Raquel Mascarenhas dos Santos
Edilson Targino de Melo Filho
TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ONDE ESTÃO AS MULHERES PRETAS? 119
Edilmar Alcantara dos Santos Junior
INFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NEGRAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO 161
Priscila Rufino Fevrier
Rodrigo de Sales
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NO QUILOMBO URBANO VIDAL MARTINS 183
Kariane Regina Laurindo
Daniella Camara Pizarro
DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE INTERSECCIONALIDADE NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE RELACIONAL A PARTIR DE UMA ÓTICA DECOLONIAL 205
Andréia Sousa da Silva

***A COR DA TERNURA*, DE GENI GUIMARÃES, ADAPTADO PARA AUDIOLIVRO: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA 227**
Wellington Marçal de Carvalho
ENSINANDO A TRANSGREDIR: A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIAS/OS PARA A AGENDA ANTIRRACISTA 253
Iza Paula Gomes Fernandes
Erinaldo Dias Valério
COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PERCEPÇÕES SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) 269
Erinaldo Dias Valério
Arthur Ferreira Campos
Alex Lourenço
Beatriz Nogueira
REGIME DE INFORMAÇÃO E PRÁTICA RACISTA: QUESTÕES ÉTICAS, MORAIS E RESPONSABILIDADE NAS REDES SOCIAIS 285
Miriely da Silva Souza
LEVANTAMENTO E MEDIAÇÃO DE DADOS: IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA 297
Suelen Camilo Ferreira
Maria Antonia Fulgêncio
Jady de Souza Rodrigues
***VIVA LA SWAN QUEEN!*: O PAPEL DO FANDOM NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS E PRODUÇÕES CULTURAIS SÁFICAS 323**
Nayamillet Gonçalves Ribeiro
Lueci da Silva Silveira
Eráclito Pereira
EL *ADVOCACY* BIBLIOTECOLÓGICO AFROCENTRADO 343
Florencia Egaña Lachaga
Lourdes Rodríguez Peña
SOBRE A ORGANIZADORA 357
SOBRE A PREFACIADORA 359
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 361

APRESENTAÇÃO

Apesar de um contexto pandêmico e de retrocessos na nossa sociedade, o ano de 2021 foi marcado por momentos históricos para o movimento da Biblioteconomia Negra Brasileira.

Um desses momentos foi a realização do nosso II Encontro Nacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas e o I Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas, sob coordenação da Profa. Ana Paula Meneses Alves, Prof. Rubens Alves da Silva e por mim, da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Com o tema "Os desafios de bibliotecárias(os) negras(os) e antirracistas para a construção de uma sociedade antirracista, emancipada e comprometida com a diversidade", a programação dos eventos foi composta por conferências, mesas redondas, eixos temáticos, apresentações de trabalho, oficinas, minicurso, debates e atividades elaboradas para serem espaços públicos de reflexão, discussão, proposição e luta pela promoção da profissão bibliotecária e pela valorização das pessoas bibliotecárias negras e também das antirracistas. Durante três dias de realização em formato digital, o evento teve a participação de representantes das entidades profissionais e movimento associativo, pessoas intelectuais negras, indígenas, LGBTQIA+ e antirracistas, assim como contamos com a participação de mais de 700 pessoas certificadas como ouvintes pertencentes a diversas instituições e organizações nacionais e internacionais.

O segundo momento que considero histórico deste ano, não só para a Biblioteconomia, mas para a Ciência da Informação, é a criação do *GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades*, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da

Informação (ANCIB). Coordenado pela Profa. Dra. Izabel França de Lima, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o GT 12 possui a missão de "consolidar um fórum permanente, aberto e plural de pesquisas em informação com foco em raça, classe, gênero, sexualidades e culturas a partir das perspectivas interseccionais e sociocríticas" (GT 12..., 2021, p. 2[3]).

O GT 12 advém de uma luta ancestral daqueles que vieram antes de nós e abriram espaços para que hoje sejamos insurgentes. É a concretização de enfrentamentos às injustiças sociais e epistêmicas no campo informacional, bem como às estruturas de opressão que ainda colocam populações como a negra, indígena, LGBTQIA+ em espaços de subordinação social, econômica, política, informacional e epistêmica.

Para coroar esse movimento de luta, o quarto volume do livro Bibliotecárias(os) Negras(os) encerra o ano representando um sonho coletivo em prol da justiça epistêmica e protagonismo da intelectualidade e representatividade negra no campo biblioteconômico-informacional. Com o tema "Perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação", buscamos refletir sobre as experiências negras no campo apresentando contranarrativas que se coloquem como contraponto às narrativas colonialistas e racistas que se entrelaçam com a promoção da branquitude dentro dos contextos científico, educacional e profissional.

Os 14 textos aqui publicados correspondem três categorias epistêmicas que estão presentes nos estudos históricos e contemporâneos em BCI: feministas, antirracistas e decoloniais. Nesse sentido, a obra está organizada seguindo uma sequência de

[3] Maiores informações em www.ancib.org

abordagens críticas e reflexivas, as quais serão brevemente descritas a seguir.

O primeiro capítulo intitulado *DOROTHY PORTER WESLEY E A CLASSIFICAÇÃO PARA OS ESTUDOS NEGROS, AFRICANOS E DA DIÁSPORA*, oriundo de comunicação oral apresentada no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XXI ENANCIB) foi elaborado por Dirnéle Carneiro Garcez, Daniella Camara Pizarro e por mim. Possui dois principais enfoques: (i) apresentar a classificação criada pela bibliotecária negra, Dorothy Porter Wesley, para a organização, catalogação e classificação dos Estudos Africanos, Negros e da Diáspora, a qual é utilizada até hoje pelo *Moorland-Spingarn Research Center*; (ii) também refletir criticamente sobre esse movimento histórico que confronta a perspectiva eurocêntrica e racializada na *práxis* da catalogação e classificação, insurgindo com novas alternativas para organizar e classificar o conhecimento de populações historicamente colocadas às margens.

Em continuidade, o capítulo intitulado *BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS FALAM POR SI E SUAS VOZES SÃO POTENTES*, de Priscila Machado Borges Sena e Luciana de Souza Gracioso, questiona: Quais as percepções de bibliotecárias negras atuantes em diferentes ambientes informacionais quanto a questões de gênero e étnico-raciais? Quais os pontos em comum e divergentes? Por meio das percepções das participantes, as autoras buscam evidenciar a atuação de bibliotecárias negras atuantes em diferentes ambientes informacionais, no sentido de identificar avanços e desafios relacionados a questões étnico-raciais e de gênero.

Ainda sob o enfoque de pessoas bibliotecárias negras, a pesquisa intitulada *PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS NAS PÁGINAS DA EBONY MAGAZINE: MOVIMENTOS PELOS DIREITOS CIVIS, DESSEGREGAÇÃO RACIAL E ACESSO À BIBLIOTECA* investiga a

representação de pessoas bibliotecárias negras na *Ebony Magazine*. Dessa forma, o capítulo contextualiza sobre a imprensa negra, a revista *Ebony* e sua contribuição para a visibilidade negra, o período de segregação racial e a realidade de acesso à biblioteca pelas comunidades negras norte-americanas, bem como o movimento pelos direitos civis e a luta pela dessegregação em bibliotecas. Como resultados, as pessoas autoras elencam, dentre outros pontos, a representação positiva da profissão bibliotecária com atuação de pessoas bibliotecárias negras na própria equipe da revista *Ebony* e da biblioteca da empresa proprietária; e as influências e a representação da profissão presentes em reportagens sobre personalidades e de pessoas da comunidade negra em geral frequentadoras de bibliotecas.

Edilmar Alcantara dos Santos Junior é autor do quarto capítulo *TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ONDE ESTÃO AS MULHERES PRETAS?*, cujo objetivo esteve em analisar a presença da mulher preta e parda (racializada) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Valendo-se de dados do Censo da Educação Superior e do Censo Demográfico, ambos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, analisou o quantitativo da população brasileira de acordo com marcadores de gênero e raça/cor/etnia e elaborou o perfil dos estudantes que ingressaram nos Instituições de Ensino Superior do Brasil, tendo como base o ano referência de 2019. Seu intuito esteve em compreender como as questões étnico-raciais e de gênero podem sinalizar para uma maior compreensão sobre a trajetória acadêmica de mulheres pretas e pardas (não brancas) na área da Ciência da Informação.

O quinto capítulo intitulado *INFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NEGRAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO*, de Priscila Rufino Fevrier e Rodrigo de Sales, objetiva compreender as representações sociais acerca da informação

a partir do discurso das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré no Rio de Janeiro. Para tanto, as pessoas autoras abordam sobre questões relativas às mulheres negras e aos dispositivos de racialidade presentes em suas vidas, tais como a necropolítica e o alterocídio, descritos por Achille Mbembe, epistemicídio, elucidado por Sueli Carneiro, e feminicídio, de Ana Maria Fernández. Ao final, apresentam quatro pontos de discussão, a saber: a) a voz das mulheres negras e o entendimento sobre informação; b) obtenção de informações na Casa das Mulheres da Maré; c) informação para transformação da realidade social de mulheres negras: violência e mercado de trabalho e, por fim, d) importância da Casa das Mulheres da Maré para apoio psicológico, jurídico e construção de afetos.

Kariane Regina Laurindo e Daniella Camara Pizarro são as autoras do sexto capítulo *A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NO QUILOMBO URBANO VIDAL MARTINS*. O referido estudo discute, a partir do contexto da Ciência da Informação, a importância da informação no que tange à estruturação e preservação da memória no quilombo urbano Vidal Martins em Florianópolis, Santa Catarina. Para isso, as autoras abordam sobre a falácia da democracia racial, a memória e informação e fazem a análise da comunidade Vidal Martins como produtora de memórias que geram informação para a sociedade.

Andréia Sousa da Silva contribuiu com a obra escrevendo o ensaio *DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE INTERSECCIONALIDADE NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE RELACIONAL A PARTIR DE UMA ÓTICA DECOLONIAL*. O enfoque do capítulo está na interseccionalidade e sua relação com a Ciência da Informação, especialmente nas perspectivas de raça, classe e gênero. A reflexão encontra-se ancorada nas obras *Interseccionalidade* de Patrícia Hill Collins e Silma Belge, e *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*,

organizada por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel.

O bibliotecário Wellington Marçal de Carvalho é escritor do oitavo capítulo intitulado *A COR DA TERNURA, DE GENI GUIMARÃES, ADAPTADO PARA AUDIOLIVRO: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA*. O estudo publiciza a experiência do autor no seu estágio supervisionado curricular da graduação em Letras – Língua Portuguesa, acompanhando os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Carvalho Brito (EECB), no município de Sabará, Minas Gerais. Seu principal enfoque está no relato e reflexões sobre a elaboração e divulgação de recurso didático específico que culminou na produção de audiolivro oriundo da adaptação de obra da escritora afro-brasileira Geni Guimarães, intitulado *A cor da ternura*.

O nono capítulo é *ENSINANDO A TRANSGREDIR: A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIAS/OS PARA A AGENDA ANTIRRACISTA*, de Iza Paula Gomes Fernandes e Erinaldo Dias Valério, cujo objetivo foi debater como as disciplinas pautadas no tema das relações étnico-raciais podem contribuir com a possível formação da pessoa bibliotecária para a agenda antirracista, em especial na promoção da inclusão da população negra em bibliotecas e unidades de informação.

Erinaldo Dias Valério, Arthur Ferreira Campos, Alex Lourenço e Beatriz Nogueira são as pessoas autoras do capítulo *COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PERCEPÇÕES SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE*. O estudo é um recorte de projeto maior com enfoque na competência em informação e as relações étnico-raciais em cursos de Biblioteconomia do país. Nesse sentido, com o intuito de analisar os debates étnico-raciais, as pessoas autoras analisaram o

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em busca de disciplinas e ações de ensino, pesquisa e extensão que apresentassem a discussão sobre as relações étnico-raciais com foco na população negra.

REGIME DE INFORMAÇÃO E PRÁTICA RACISTA: QUESTÕES ÉTICAS, MORAIS E RESPONSABILIDADE NAS REDES SOCIAIS é o título do capítulo de Miriely Souza da Silva. No estudo, a autora discutiu questões éticas e morais no que tange à prática racista com o intuito de ampliar o debate sobre responsabilidade no ambiente das redes sociais. Para tal, a pesquisadora usou a lente teórica do conceito de regime de informação, de Maria Nélida González de Gómez, Bernd Frohman e Sandra Braman.

"Quais conceitos e técnicas bibliotecárias e educativas podem contribuir para o levantamento e mediação de dados, que evidenciem os impactos da pandemia na vida da população negra?" é a questão que direciona o capítulo *LEVANTAMENTO E MEDIAÇÃO DE DADOS: IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA*, de Suelen Camilo Ferreira, Maria Antonia Fulgêncio e Jady de Souza Rodrigues. O objetivo do estudo foi destacar conceitos e práticas bibliotecárias que, em conjunto com práticas educativas e interdisciplinares, puderam ser aproveitadas para levantar e mediar dados referentes ao impacto da pandemia na vida da população negra.

O capítulo intitulado *VIVA LA SWAN QUEEN!: O PAPEL DO FANDOM NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS E PRODUÇÕES CULTURAIS SÁFICAS*, de Nayamillet Gonçalves Ribeiro, Lueci da Silva Silveira e Eráclito Pereira, objetivou debater a relação estabelecida entre público fã e texto (obra fonte *vs.* obras de fãs) e as formas como o texto tece a relação social entre integrantes. A pesquisa partiu da motivação de estudar a comunidade de fã em que uma das autoras, mulher *preta & queer*, é membra desde o ano de

2013, ingressando em um período em que a representação midiática de pessoas sáficas sob uma ótica positiva era ainda mais escassa do que a atual e, que com suas criações constantes, apresentou maneiras de preencher a lacuna deixada pela mídia tradicional.

A obra se encerra com a colaboração das bibliotecárias afrouruguaias Florencia Egaña Lachaga e Lourdes Rodríguez Peña intitulada EL *ADVOCACY* BIBLIOTECOLÓGICO AFROCENTRADO e propõe refletir quais seriam as condições, fatores e elementos-chave na implementação do *advocacy* com enfoque para população afro visando: a) conhecer, compreender e divulgar conhecimentos, pensamentos e influências presentes nos documentos dos intelectuais afros do passado; b) implementar ações/atividades destinadas a tornar esses materiais visíveis na comunidade afro-uruguaia e, c) instar os tomadores de decisão e responsáveis pela educação a incluir essas vozes nos diferentes espaços educacionais. Ao final do estudo, as autoras propõem nove estratégias com enfoque no *afroadvocacy*.

Nesse movimento de ideias e debates insurgentes, continuamos evidenciando o protagonismo de pessoas negras bibliotecárias e fomentando a luta por justiça epistêmica por aquelas pessoas que vieram antes de nós e aquelas que virão quando não estivermos mais aqui. Por isso, seguimos!

Boa leitura!

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

PREFÁCIO

Izabel França de Lima

Ser negra,
Na integridade
Calma e morna dos dias.
Ser negra,
De carapinhas,
De dorso brilhante,
De pés soltos nos caminhos.

Ser negra,
De negras mãos,
De negras mamas,
De negra alma.

Ser negra,
Nos traços,
Nos passos,
Na sensibilidade negra.

Ser negra,
Do verso e reverso,
Do choro e riso,
De verdades e mentiras,
Como todos os seres que habitam a terra..

Poesia Integridade
Geni Mariano Guimarães

Ao receber o convite para prefaciar a coletânea intitulada *Bibliotecári@s Negr@s: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, fiquei emocionada com a missão de avivar a curiosidade e o interesse das(os) leitoras e leitores que oportunamente irão se debruçar sobre estas páginas ricas de experiências de luta pelo reconhecimento da produção técnico-científica de pesquisadoras e pesquisadores negras e negros da área da Ciência da Informação.

Outro fato destacado na apresentação da obra foi a criação de um grupo de trabalho no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), que corrobora o fortalecimento das temáticas referenciadas neste livro e que contará com um espaço de visibilidade e ampliação das reflexões no campo da Ciência da Informação para pesquisas que versam sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades, até então tratadas transversalmente nos Grupos de Trabalhos da ANCIB.

Considero importante ressaltar que a organizadora desta obra, Franciéle Garcês, muito contribuiu para a criação do mencionado GT. Ao ler as suas páginas, senti imensa alegria pela oportunidade de acesso, em primeira mão, a textos que discutem temáticas relevantes para o fazer bibliotecário e, especialmente, para nós, negras e negros, que atuamos na área da Ciência da Informação.

Desse modo, este livro é um convite à reflexão amparada em vivências e experiências de pesquisas aqui postas como uma convocação, presente nas palavras da organizadora da obra ao afirmar "[...] continuamos evidenciando o protagonismo de pessoas negras bibliotecárias e fomentando a luta por justiça epistêmica por aquelas

pessoas que vieram antes de nós e aquelas que virão quando não estivermos mais aqui [...]".

Tenciono que as informações suscitadas nas páginas deste livro possam despertar nas pessoas leitoras um novo olhar sobre as temáticas aqui abordadas.

João Pessoa, 2021
Izabel França de Lima

DOROTHY PORTER WESLEY E A CLASSIFICAÇÃO PARA OS ESTUDOS NEGROS, AFRICANOS E DA DIÁSPORA[4]

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Daniella Camara Pizarro

1 INTRODUÇÃO

O contexto do início do século XIX ao final do século XX nos Estados Unidos esteve permeado por diversos aspectos que excluíram as populações afro-americanas de ter acesso ao livro, à leitura e à biblioteca. Além do processo de escravidão da população africana em solo americano, houve ainda legislações que permitiam a segregação racial, organizações de extermínio e violência contra sujeitos negros e o desenvolvimento do capitalismo racial que, como consequência, promoveram o desabono de pessoas não-brancas dos espaços educacionais e das bibliotecas.

Autores como Todd Honma, Ian Beilin, Isabel Espinal, David James Hudson, Shaundra Walker e tantos outros apresentam discussões teórico-práticas sobre privilégio racial e branquitude dentro das bibliotecas e na atuação bibliotecária. Enquanto apontam a inexistência de neutralidade profissional e científica, também refletem que as práticas profissionais e de ensino estão vinculadas a uma constante recolonização do saber e promoção do privilégio racial branco em todas

[4] Este capítulo foi inicialmente apresentado na modalidade comunicação oral no XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB 2021, no GT – Organização e Representação do Conhecimento e publicado no anais do evento.

as facetas da biblioteca e Biblioteconomia. Por outro lado, visando confrontar essa hegemonia, sujeitos, organizações, universidades, bibliotecas e coleções foram construídas para – além de preservar, organizar, classificar, disseminar o conhecimento negro e capacitar pessoas negras – também realizar a documentação do conhecimento produzido *por* e *sobre* os negros, africanos e afrodiaspóricos. Compreendendo a importância da educação e da biblioteca para o desenvolvimento e transformação social, as comunidades negras americanas reivindicaram e elaboraram movimentos pelos direitos civis, assim como pelo acesso à biblioteca, livro, formação profissional, salários equitativos, antirracismo, antisexismo, e demais pautas que confrontassem a hegemonia da supremacia racial branca.

Em seu artigo *A library on the Negro* publicado em 1938, Dorothy Porter Wesley, bibliotecária, historiadora e colecionadora negra, aborda que a *Howard University* se tornou uma universidade dedicada a formar a população negra no período pós-escravidão norte-americana. Dentro da universidade, o fundador Oliver Otis Howard se preocupou – para além de fornecer uma universidade voltada à comunidade negra americana – em construir uma biblioteca que corroborasse para o conhecimento histórico, epistemológico, cultural, educacional, social e político sobre a história da população negra. Nesse sentido, conforme Dorothy explana, o fundador "sentiu que era imperativo apresentar o negro ao seu passado imediato. Ele, portanto, deu à Biblioteca da Universidade alguns livros e fotos sobre o Negro" (PORTER, 1938, p. 115, tradução nossa). Posteriormente, a Universidade recebeu um acréscimo ao acervo no ano de 1873, quando um ativista pela luta antiescravista, Lewis Tappan, doou sua coleção para a Universidade. Sua doação esteve composta por panfletos, livros, periódicos antiescravistas, manuscritos, *broadsides*, cartas, recortes e fotos relacionadas à comunidade negra (PORTER, 1938, 1959, 1969).

Ao longo dos anos, outras contribuições foram realizadas. Jesse E. Moorland, um dos curadores da *Howard University* desde 1907, foi

quem tornou a coleção mais robusta. Em 1914, doou mais de três mil itens *sobre* e *relacionado à* população negra, africana e da diáspora africana para a coleção. Com um material diversificado, que englobava desde livros e panfletos até envelopes, fotos e manuscritos, foi necessária a criação da Fundação Moorland e da *Library of Negro Life and History*. Posteriormente, adquiriram a coleção Arthur Spingarn, contemplando as duas coleções principais que forneceram o nome atual para o *Moorland-Spingarn Research Center* (PORTER, 1938, 1959, 1969). Esta se tornou uma das maiores e mais valiosas coleções de literatura antiescravidão e sobre os Estudos Negros, Africanos e da Diáspora que já foi reunida. A Coleção se transformou em uma referência para pesquisadores desses Estudos ao redor do globo e, nas décadas posteriores, consolidou sua posição na contribuição da memorabilia negra. Entretanto, Dorothy Porter Wesley – enquanto curadora da Coleção e também bibliotecária negra – encontrou dificuldades para classificar o conhecimento negro dentro das classificações disponíveis àquela época, em especial, a Classificação Decimal de Dewey.

Com a necessidade de classificar o conhecimento de autoria negra, africana e afrodiaspórica, Dorothy Porter Wesley acabou elaborando, após algumas tentativas, catálogos para classificação dos recursos informacionais presentes na Coleção. Nesse sentido, esta pesquisa visa atender a dois objetivos principais: o primeiro é apresentar a classificação criada pela bibliotecária para a organização, catalogação e classificação dos Estudos Africanos, Negros e da Diáspora, a qual é utilizada até hoje pelo *Moorland-Spingarn Research Center*; o segundo objetivo se refere à reflexão crítica sobre esse movimento histórico que confronta a perspectiva eurocêntrica e racializada na práxis da catalogação e classificação, insurgindo com novas alternativas para organizar e classificar o conhecimento de populações historicamente marginalizadas. O presente trabalho é um estudo bibliográfico e documental, o qual está embasado nas produções teóricas (artigos,

capítulos de livros, relatórios) de Dorothy Porter Wesley e nos catálogos por ela elaborados no período de 1930 até 1973, data de sua aposentadoria.

2 DOCUMENTANDO O CONHECIMENTO NEGRO E AFRODIASPÓRICO EM COLEÇÕES

Na construção deste texto, contextualizaremos sobre coleções e bibliotecas negras, a construção da Coleção Negra da *Howard University* e a necessidade de criação de uma classificação própria e, por fim, fazemos uma breve revisão sobre a perspectiva racializada no sistema de Classificação de Dewey.

2.1 INÍCIO DAS BIBLIOTECAS E COLEÇÕES NEGRAS NORTE-AMERICANAS NOS SÉCULOS XIX E XX

Dorothy Porter Wesley historiciza sobre o surgimento de coleções e bibliotecas destinadas a organizar, preservar e disseminar a historiografia e conhecimentos negros. A bibliotecária infere que desde 1828 existem organizações, instituições e sociedades de pessoas negras que criavam bibliotecas visando emprestar aos seus integrantes os livros do acervo sobre a história, cultura e sociabilidades da população negra. Uma das primeiras foi a *Colored Reading Society for Mental Improvement*, também chamada de *Reading Room Society* (PORTER, 1938). Nela, havia uma biblioteca gerenciada por bibliotecário que realizava os empréstimos dos livros. Os membros realizavam a devolução das obras emprestadas nas reuniões da organização e, caso atrasassem, eram multados. William Whipper foi dos fundadores da Sociedade e descreveu seu objetivo como: "É nosso dever instruir e ajudar uns aos outros no aprimoramento de nossas mentes, pois desejamos ver a chama do aprimoramento se espalhando entre nossos

irmãos e amigos." (COOPER apud BRINTIN, 2013). Conforme Lisa Brintin (2013), os integrantes da Sociedade eram oriundos de elites afro-americanas da época, as quais seguiam os valores morais, pagavam taxas para ingresso e mensalidades à organização. Tais taxas eram utilizadas para compra de livros visando o aumento da Coleção, a qual era composta por livros de literatura clássica, obras de escritores ingleses, história eclesiástica e direito da Pensilvânia. Além disso, havia em sua coleção, jornais da imprensa abolicionista e negra, tais como o mais antigo jornal negro, o *Freedom's Journal*[5] e o jornal antiescravidão publicado pelo abolicionista, Benjamin Lundy, intitulado *Genius of Universal Emancipation*[6] (PORTER, 1969; BRINTIN, 2013).

Em 1833, foi fundada a *Philadelphia Library Company of Colored People*, com o intuito de servir a comunidade negra da Filadélfia, constituindo-se em um espaço para aprendizado e intercâmbio intelectual. A partir de doações, a biblioteca com acervo especializado sobre o conhecimento negro foi construída e após cinco anos já possuía 600 volumes relacionados à população negra (PORTER, 1969).

Por conta do difícil acesso às bibliotecas – seja pelo processo escravista, pelas leis de segregação racial ou pela localização das bibliotecas – pessoas negras criaram sociedades literárias com salas de leitura e bibliotecas circulantes, assim como elaboraram suas bibliotecas privadas. No ano de 1938, havia aproximadamente 8.333 volumes distribuídos em bibliotecas particulares, conforme infere Dorothy Porter Wesley. Dentre aqueles que mantinham as bibliotecas e livros em circulação, estava David Ruggles, abolicionista, panfleteiro e impressor negro, referenciado por Dorothy Porter Wesley como o primeiro

[5] Todos os números deste jornal estão disponíveis em: https://www.wisconsinhistory.org/Records/Article/CS4415. Acesso em: 20 ago. 2020.

[6] Maiores informações sobre o jornal estão disponíveis em: https://web.archive.org/web/20060109175737/http://www.msu.edu/~dykhous2/Genius/genius.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

colecionador de livros negros com publicações sobre antiescravidão e anticolonização. Para manter sua biblioteca em constante crescimento, Ruggles cobrava uma taxa de aproximadamente vinte e cinco centavos por mês de aluguel das obras do acervo (PORTER, 1969).

O contexto supracitado nos traz o entendimento de que a criação de coleções e instalações especiais aconteceu naturalmente na história das bibliotecas e dos serviços oferecidos para a comunidade negra norte-americana. Coleções especiais exaustivas exigiam instalações, processos técnicos separados e podem ser encontradas em quase todos os tipos de bibliotecas (WEELER; JOHNSON-HOUSTON; WALKER, 2004).

Os sistemas de bibliotecas públicas dos Estados Unidos realizou o estabelecimento de instalações especiais com o objetivo de preservar e disseminar o conhecimento, história e experiência negras, das quais podemos citar como exemplo, o *Schomburg Center for Research in Black Culture* da Biblioteca Pública de Nova Iorque, criado em 1905, que atualmente é um dos centros de referência da História Negra Americana; *Auburn Avenue Research Library*, do Sistema de Biblioteca Pública Atlanta-Fulton criado em 1921 e destinado à população negra de Atlanta. Em 2002, foi inaugurada a *African-American Research Library and Cultural Center* na Flórida, construída a partir de campanha de financiamento feita pela comunidade negra e, por fim, a *Blair-Caldwell African American Research Library*, filial da Biblioteca Pública de Denver. Dentre as coleções especiais existentes, podemos citar a *Johnson Publishing Company* (corporativa), localizada em Chicago, a *Martin Luther King Jr. Center for Social Change Library and Archive*, de Nova Orleans (sem fins lucrativos) e a coleção do *Moorland-Spingarn Research Center* (acadêmica), da *Howard University*, esta última, enfoque da classificação evidenciada neste estudo (WEELER; JOHNSON-HOUSTON; WALKER, 2004).

2.2 A CONSTRUÇÃO DA COLEÇÃO DE ESTUDOS NEGROS, AFRICANOS E DA DIÁSPORA DO *MOORLAND-SPINGARN RESEARCH CENTER*

Retomando a construção da coleção do atual *Moorland-Spingarn Research Center*, ao final da década 1920 e início de 1930, Dorothy Porter Wesley se tornou a bibliotecária responsável pela elaboração da Biblioteca da Vida e História do Negro [*Library of Negro Life and History*] da *Howard University*. Com seu mestrado em Biblioteconomia pela *Columbia University*, enquanto curadora-chefe da Coleção, seu trabalho consistia em encontrar materiais, preservar, proteger, organizar, catalogar, adicionar à Coleção e disponibilizar todo o acervo para a comunidade da *Howard* consultar na Sala de Leitura anexa à Coleção (KELLEY, 1999; HELTON, 2019).

Para a construção e complementação da Coleção, Dorothy Porter Wesley realizava articulações com uma rede de colaboradores, tais como livreiros, autores, colecionadores de livros, viúvos de pessoas que tinham coleções e bibliotecas pessoais, editores, sociedades históricas, outras bibliotecas, indivíduos e organizações negras. Toda essa rede lhe permitiu construir um acervo a partir de doações de materiais, apesar do pouco orçamento destinado à biblioteca e do sexismo enfrentado. Havia também o oferecimento de serviços de revisão de livros em troca de exemplares para a biblioteca e de curadores individuais. Com o passar do tempo, tornou-se especialista nos diversos assuntos que englobam a história e cultura negra, africana e da diáspora (SCAPURA, 1990).

Tal tarefa, que já não era fácil, tornou-se árdua ao constatar que o sistema de classificação adotado à época pelas bibliotecas e bibliotecários, a Classificação Decimal de Dewey, não era suficiente para abarcar todo o conhecimento presente nos materiais que a Coleção possuía. No que se refere à catalogação do acervo, o referido sistema

indicava que fossem acomodados os livros que tratavam e se relacionavam à população negra dentro do número 325, que se referia ao número para "colonização", ou "326", número para a escravidão. Nesse sentido, o conhecimento e experiência negros eram reduzidos e inseridos somente nessas duas seções, algo que Dorothy Porter Wesley discordava (SCAPURA, 1990).

Em tentativa de diálogo para que houvesse mudanças na Classificação de Dewey, Dorothy solicitou – por cartas destinadas à responsável pela Classificação de Dewey – que fossem realizadas modificações com a expansão do referido sistema para a inserção das seções que pudessem contemplar os materiais existentes na Coleção. No entanto, sua solicitação foi recusada e, inclusive, acabou por ser advertida sobre a possibilidade de ser processada caso alterasse e violasse os direitos autorais da obra de Dewey (HELTON, 2019).

Conforme Harriet Jackson Scapura (1990), foi necessário que Dorothy Porter Wesley aliasse as habilidades técnicas oriundas da formação bibliotecária à dedicação, persistência, engenhosidade e insubmissão à sociedade racista, patriarcal, sexista e elitista daquela época. Nesse sentido, a partir da recusa em obter a expansão da Classificação, optou por elaborar uma nova classificação que resultou no *Tentative plans for the administration, reclassification and cataloging of the Moorland Foundation of Howard*, de 1932; *o Catalogue of Books in the Moorland Foundation*, publicado em 1939 e, por fim, *A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library,* editado por Dorothy Porter Wesley e sua equipe de estudantes publicada em 1958. A seguir, apresentaremos uma breve reflexão sobre a denúncia à perspectiva racializada na Classificação de Dewey.

3.3 CONFRONTO À PERSPECTIVA RACIALIZADA NO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO DE DEWEY

Não é de hoje que pesquisadores e pesquisadoras do campo da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento têm denunciado a inadequação de alguns sistemas de classificação bibliográfica comumente usados em bibliotecas, inclusive, nas brasileiras. Embora Dorothy Porter Wesley tenha denunciado a perspectiva racista e inadequada para a representação do conhecimento negro na Classificação de Dewey, posteriormente, outras pessoas também desenvolveram estudos visando evidenciar essas perspectivas racistas e excluidoras dentro do referido esquema de classificação.

Melissa Adler, por exemplo, denuncia a violência epistêmica presente nas classificações bibliotecárias, a qual interfere na consciência sobre raça, racismo e privilégios raciais dentro da sociedade americana. A autora relembra que as classificações de Charles Cutter, John Fisk e Melvil Dewey foram construídas por "um grupo de homens que citaram e informaram uns aos outros e, em última análise, organizaram e universalizaram a história americana" (ADLER, 2017, p. 5). Laura Helton, por sua vez, critica a hierarquização racial mantida na classificação de Dewey, a qual tornava "o negro como um escrav[izad]o, quando não um escrav[izad]o, imigrante" (HELTON, 2019, p. 134).

No contexto brasileiro, o pesquisador Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda aprofundou análises de representação de informações no esquema de classificação de Dewey sobre a religiões de matriz africana (MIRANDA, 2009) como a umbanda (MIRANDA; COSTA, 2019), assim como sobre a identidade e religião islâmica (MIRANDA; SILVA, 2019). Seus estudos corroboram com a abordagem de Dorothy Porter Wesley, haja vista o viés abordado no que se refere à

representação das experiências negras e a crítica à lacuna da referida classificação. Ainda referente às religiões de matriz africana, em 2018, Marcio Ferreira da Silva realizou sua pesquisa de doutorado intitulada "A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda", na qual além de fornecer a análise da estrutura de representação das temáticas referentes à população negra nos sistemas de organização do conhecimento utilizados no Brasil, volta seu olhar para religião umbanda na Classificação Decimal de Dewey. Em seus resultados, ele aponta que os temas existentes nas categorias da referida Classificação não representam os temas vinculados às religiões de matriz africana, assim como oculta a população negra e sua diversidade (SILVA, 2018). Graziela dos Santos Lima elaborou uma proposta *de Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiro* como pesquisa de dissertação, na qual apresentou o sistema, suas relações hierárquicas e relacionais visando posterior construção de tesauro destinado aos Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIMA, 2016). No entanto, esses são alguns dos estudos que possuímos no campo. A cada dia o olhar crítico para a práxis e para os sistemas e instrumentos utilizados na prática profissional bibliotecária se aprofunda e busca formas de realizar a reparação taxonômica (ADLER, 2016) para povos que foram historicamente injustiçados pela hegemonia que realiza as tomadas de decisão sobre quais conhecimentos e discursos serão visibilizados e quais serão retirados por não servirem aos interesses dominantes. A seguir, apresentamos a classificação de Dorothy a partir da apresentação dos catálogos publicados em 1932, 1939 e 1958.

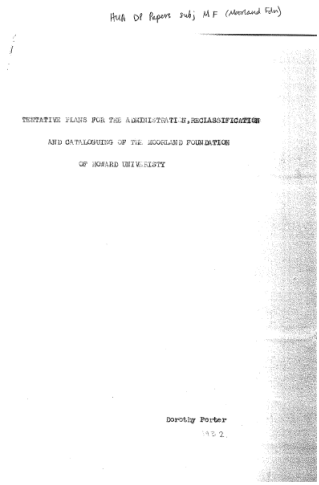
4 (RE)CLASSIFICAÇÃO E (RE)CATALOGAÇÃO DO CONHECIMENTO NEGRO DE DOROTHY PORTER WESLEY NA COLEÇÃO AFRICANA

Dorothy Porter Wesley atuou para que houvesse a representação do conhecimento negro de forma ampla e condizente com a diversidade intelectual negra. A organização da coleção teve ainda mais urgência devido às necessidades de alunos, professores e pesquisadores que realizavam disciplinas, ministravam cursos e elaboravam pesquisas referente à África. Nesse sentido, Dorothy elaborou um catálogo de fichas e realizou (re)classificação para compor bibliografias sobre os recursos informacionais contidos na Coleção (HELTON, 2019).

Em 1932, Dorothy fez o relatório intitulado *Tentative plans for the administration, reclassification and Cataloguing of the Moorland Foundation of Howard* [*Planos provisórios para a administração, reclassificação e catalogação da Fundação Moorland de Howard*] (Figura 1) no qual apresentava os motivos para elaborar uma nova classificação.

Figura 1 a, b – Cópia da primeira página e da estrutura de classificação sugerida no *Tentative plans for the administration, reclassification and Cataloguing of the Moorland Foundation of Howard* (1932).

a)

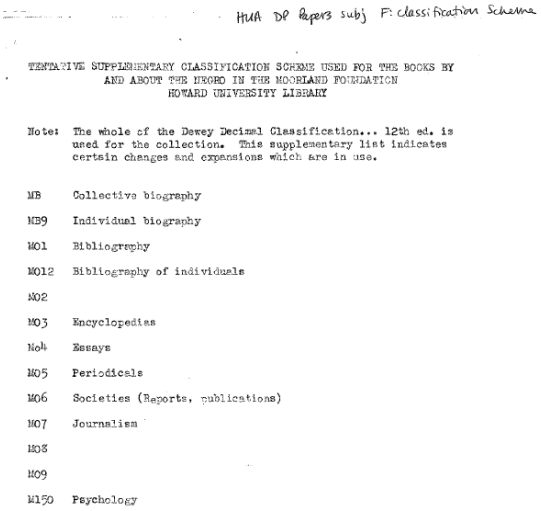


HUA DP Papers subj M.F (Moorland Fdn)

TENTATIVE PLANS FOR THE ADMINISTRATION, RECLASSIFICATION
AND CATALOGUING OF THE MOORLAND FOUNDATION
OF HOWARD UNIVERSITY

Dorothy Porter
1932

b)



HUA DP Papers subj F: classification Schema

TENTATIVE SUPPLEMENTARY CLASSIFICATION SCHEME USED FOR THE BOOKS BY
AND ABOUT THE NEGRO IN THE MOORLAND FOUNDATION
HOWARD UNIVERSITY LIBRARY

Note: The whole of the Dewey Decimal Classification... 12th ed. is used for the collection. This supplementary list indicates certain changes and expansions which are in use.

MB	Collective biography
MB9	Individual biography
M01	Bibliography
M012	Bibliography of individuals
M02	
M03	Encyclopedias
M04	Essays
M05	Periodicals
M06	Societies (Reports, publications)
M07	Journalism
M08	
M09	
M150	Psychology

Fonte: Cedido por Laura Helton (2021).

Quando se deparou com a responsabilidade de organizar a Coleção e diversidade de assuntos que havia dentro do acervo, viu a necessidade de delinear uma classificação para abarcar a experiência negra e da diáspora. No referido documento, os objetivos da Coleção Negra da *Howard University* eram explícitos, a saber:

> 1. Acumular, registrar e preservar material de e sobre negros que não recebeu o reconhecimento que merece.
> 2. Divulgar, publicar e discutir informações históricas sobre o Negro e assim contribuir de forma positiva para a ampliação do conhecimento universal.
> 3. Desenvolver uma biblioteca de referência para pesquisadores da vida e história do negro.
> 4. Para instilar ou despertar a consciência racial e receber orgulho na juventude negra e direcionar sua ambição para a pesquisa do passado negro.
> 5. Para verificar fatos de ficção.
> 6. Para fazer da Moorland Foundation a base para excursões acadêmicas reconstrutivas na história e literatura do Negro (PORTER, 1932, p. 1, tradução nossa).

Para tanto, iniciou elaborando um catálogo de fichas que iriam indexar os livros, panfletos e outros recursos informacionais presentes no acervo. O catálogo continha, além das fichas de autor, de assuntos, analítica e de títulos, outros elementos, conforme destaca: a) um índice para materiais importantes contidos em periódicos e que não estavam indexados nos índices gerais de periódicos ou outros lugares; b) arquivo de autoridade para autoria negra. O catálogo foi classificado

por assunto e era diferente do catálogo principal da biblioteca, o qual era um catálogo alfabético ou catálogo em dicionário (PORTER, 1932).

A justificativa para ser um catálogo classificado foi elencada por Dorothy. Conforme a bibliotecária, o mesmo serviria para o propósito específico da Coleção, pois o catálogo de fichas era baseado em um sistema de classificação, logo seria por arranjo lógico de disciplinas; o catálogo combinaria um arranjo alfabético e lógico de assuntos; o pesquisador teria a oportunidade de realizar um levantamento amplo do campo da literatura seguindo uma ordem lógica de busca; o catálogo permitiria o acesso aos livros agrupados em prateleiras, assim como a força da coleção em qualquer classe; qualquer matéria ou aula poderia ser impressa separadamente; mais pessoas poderiam utilizar o catálogo ao mesmo tempo; e por fim, o catálogo seria adequado às demandas de pesquisadores, pois o arranjo lógico de assuntos seria melhor do que o alfabético, assim como uma disposição lógica das obras nas estantes seguindo uma ordem útil no catálogo de fichas auxiliariam na autonomia da pesquisa (PORTER, 1932).

No referido catálogo classificado, os arquivos estavam estabelecidos seguindo a ordem por assunto ou arquivo classificado [*Subject or classified file*], autor e arquivo de título [A*uthor and title file*] e índice alfabético de assunto para arquivo de assunto [*Alphabetical subject index to subject file*]. Para livros raros, as fichas do catálogo eram marcadas com uma faixa colorida ou uma estrela. As obras de autoria negra e autoria de pessoas brancas necessitariam ser separadas, pelo fato da importância de demarcação da literatura e obras de autoria negra. Para tanto, sugeria que os livros fossem marcados indicando na ficha de catálogo que a obra era de uma autoria negra. "Considera-se que a catalogação mais completa possível é necessária para esta coleção, uma vez que a catalogação fornecerá fatos e informações não impressas" (PORTER, 1932, p. 4, tradução nossa).

No entanto, na apresentação do relatório final, Dorothy reflete sobre a inadequação deste primeiro esquema após a sua aplicação dentro da Coleção da Fundação Moorland. Nas razões apresentadas, indica a falta de completude para abarcar todos os assuntos presentes na Coleção, assim como a falta de espaço para que o esquema se expandisse conforme necessidade. Elenca ainda que nem sempre o esquema era sistemático, pois não afunilava do geral ao específico em todos os momentos, bem como os assuntos com conexões não eram desenvolvidos de forma lógica para todos (PORTER, 1932). Ademais, parte do sistema de classificação teve como base o sistema de classificação de Dewey, o qual a bibliotecária advogava a necessidade de ser revisado. Por isso, decidiu elaborar um esquema de classificação baseado na classificação de Dewey[7], mas realizando modificações para inserir o conhecimento negro. Dorothy infere que "onde o arranjo parece ilógico, um agrupamento melhor pode ser formado e onde não há números para certos assuntos, alguns podem ser fornecidos" (PORTER, 1932, p. 5, tradução nossa).

Dorothy anunciou ainda que em várias seções, a Classificação de Dewey poderia ser utilizada sem realizar grandes mudanças, ainda que a expansão pudesse ser feita sem afetar a Classificação de Dewey. Na sua concepção, as seções que abordavam a literatura, história e escravidão precisavam ser refeitas, haja vista a insuficiência de seu escopo. Também era necessária uma classificação por país, distrito e cidade em África, o que facilitaria a classificação geográfica daquele continente (PORTER, 1932).

Sete anos depois, em 1939, lançou o "*Catalogue of Books in the Moorland Foundation*" pela *Works Progress Administration.* Neste

[7] Importante lembrar que naquele período, o sistema decimal de Dewey a qual Dorothy Porter Wesley tinha acesso para a construção da classificação consistia nas edições de 1927 a 1951.

volume, incorporou os números da classificação de Dewey, personalizando-os para contemplar a classificação de obras produzidas por pessoas negras e também que se relacionassem às populações negras e da diáspora (PORTER; HUNTON; WILLIAMS, 1939; HELTON, 2019). Posteriormente, Dorothy publicou com apoio da Fundação Ford, "*A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library*" (PORTER, 1958). Este catálogo é oriundo da compilação de bibliografias escritas por autores negros, africanos e da diáspora, que complementou a versão inicial publicada em 1939. Dentro da Coleção, a obra mais antiga é datada de 1573, escrita por Juan Latino e publicada na Espanha; há também a dissertação de Jacobus Elisa Joannes Capitein, escrita em latim e holandês publicada em 1742. Existe ainda uma lista de obras de autores africanos do "Novo Mundo", na qual estão contemplados autores como Gustavus Vassa, James Albert, Ukasaw Gronniosaw, Ignatius Sancho, Phillis Wheatley, Ottobah Cugoana e Job Ben Solomon. Quase todos os países de África também estão representados nas obras da Coleção, as quais são escritas em diversos idiomas africanos (pós-colonização), dentre eles, francês, holandês, português, árabe, suaíli, espanhol e em vários idiomas vernáculos africanos (PORTER, 1958).

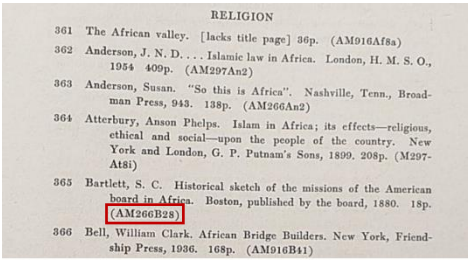
A edição de 1958 apresentou 4.865 entradas de livros incluídas à época via esquema alfabético por países ou unidades políticas, os quais eram agrupados em seis regiões principais referentes à África, como, por exemplo, Norte da África, Nordeste da África, Oeste da África, África Central, Leste da África e Sul da África. Ademais, o catálogo possui uma seção geral organizada por assunto precedida de uma listagem de divisões por países (PORTER, 1958).

No que concerne à classificação em si, conforme destaca em uma entrevista, a incorporação realizada da obra de Dewey aconteceu da seguinte forma:

> Eu simplesmente comecei a basear tudo sobre a literatura e história negra onde quer que ela caísse na classificação decimal regular de Dewey - se fosse um livro sobre os negros na guerra revolucionária, teria o mesmo número de 'Guerra revolucionária', por exemplo. Em seguida, apenas colocamos um 'M' na frente dele, para Moorland. Era muito simples, sabe, muito simples. (PORTER, 1990, p. 4).

Dessa forma, todos os números que começam com **AM** se referem à coleção africana na Fundação Moorland ou apenas **M** para Fundação Moorland; seguido de um número de Dewey #; após, um número de Cutter #. Para fins de elucidação, observemos o exemplo da Figura 2.

Figura 2 – Classe Religião, exemplo 365 Barlett, classificado como AM266B28, no *A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library*, de 1958.



RELIGION

361 The African valley. [lacks title page] 36p. (AM916Af8a)

362 Anderson, J. N. D. . . . Islamic law in Africa. London, H. M. S. O., 1954 409p. (AM297An2)

363 Anderson, Susan. "So this is Africa". Nashville, Tenn., Broadman Press, 943. 138p. (AM266An2)

364 Atterbury, Anson Phelps. Islam in Africa; its effects—religious, ethical and social—upon the people of the country. New York and London, G. P. Putnam's Sons, 1899. 208p. (M297-At8i)

365 Bartlett, S. C. Historical sketch of the missions of the American board in Africa. Boston, published by the board, 1880. 18p. (AM266B28)

366 Bell, William Clark. African Bridge Builders. New York, Friendship Press, 1936. 168p. (AM916B41)

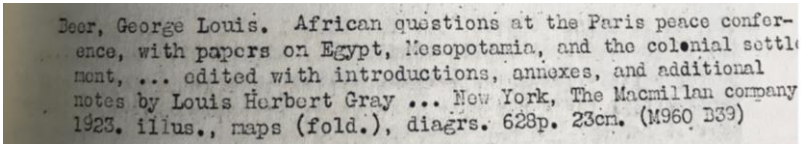
 # 365 Barlett, esboço histórico das missões: AM266B28

A = Coleção africana
M = Moorland
266 = Número Dewey para Missões
B28 = Número do Cutter

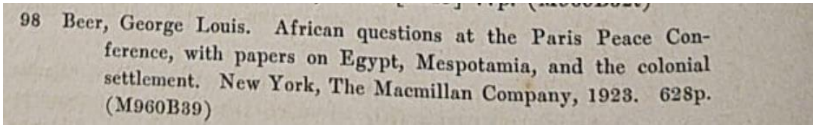
Fonte: Porter (1958).

Figura 3 – a) Classificação do material "African questions at the Paris Peace Conference…" no Catalogue of Books in the Moorland Foundation, publicado em 1939; b) Classificação do material "African questions at the Paris Peace Conference…" no *A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library*, de 1958.

a)


Beer, George Louis. African questions at the Paris peace conference, with papers on Egypt, Mesopotamia, and the colonial settlement, ... edited with introductions, annexes, and additional notes by Louis Herbert Gray ... New York, The Macmillan company 1923. illus., maps (fold.), diagrs. 628p. 23cm. (M960 B39)

b)


98 Beer, George Louis. African questions at the Paris Peace Conference, with papers on Egypt, Mespotamia, and the colonial settlement. New York, The Macmillan Company, 1923. 628p. (M960B39)

Fonte: a) Cedido por Laura Helton (2021); b) *A catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library*, de 1958.

Laura Helton (2021) destaca que os números de classificação utilizados por Dorothy para classificar não foram mudados da versão do catálogo de 1939 para aquela apresentada em 1958. Quando comparamos a entrada para *Beer*, por exemplo, o espaçamento é diferente, mas o sistema de classificação em si é o mesmo. Essa classificação foi utilizada para classificar e catalogar todo o acervo da Coleção no período em que Dorothy esteve atuando e, posteriormente, continuou a ser utilizada pelos seus sucessores. Em 1973, ano de sua aposentadoria, a Coleção do *Moorland-Spingarn Research Center* contava com mais de 195.000 obras inventariadas, catalogadas e classificadas (LUBIN, 1973).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou a classificação elaborada por Dorothy Porter Wesley para a Coleção sobre Estudos Negros, Africanos e da Diáspora da *Howard University*. Com escasso aprofundamento no campo biblioteconômico-informacional brasileiro, a construção dessa classificação pela bibliotecária Dorothy Porter Wesley demonstra o exercício do pensamento crítico frente à catalogação e classificação hegemônicas e coloniais. A necessidade de uma nova classificação para a Coleção Negra da *Howard University* se deveu à urgência de classificações bibliográficas que abrangessem de forma exaustiva a miríade de assuntos relacionados à população negra e sua produção de conhecimentos, assim como confrontasse a exclusão intelectual de tais populações nas bibliotecas.

O presente estudo elucida a necessidade de olharmos para uma classificação e catalogação, assim como uma práxis bibliotecária, que se vinculem à justiça social e informacional dentro dos acervos em coleções e bibliotecas de modo a exterminar epistemicídios e a promoção da racialidade branca. Enquanto pesquisas futuras, esperamos nos aprofundar na classificação de Porter Wesley comparando sistematicamente os números encontrados em seus catálogos com as tabelas de Classificação de Dewey (1927 a 1951) com o intuito de entender as congruências e discrepâncias do sistema original de Dewey, especialmente no que concerne às expansões realizadas e à classificação em "Obras Gerais" para países mais específicos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Doutoramento às autoras - Código de Financiamento 001. Nossos agradecimentos à Professora Laura Helton, da Universidade de Delaware pelo diálogo e explicações sobre a classificação de Dorothy, assim como às bibliotecárias da Universidade Federal da Bahia, Valdinéia Barreto e Tatiana Bonfim Sousa, e à bibliotecária da Universidade Federal de Minas Gerais, Diná Araujo, pelo auxílio na recuperação do catálogo de 1958 que foi fonte para esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ADLER, Melissa. Classification along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks. **Journal of Critical Library and Information Studies**, n. 1, p. 1-32, 2017. DOI: 10.24242/jclis.v1i1.17

ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016.

BRINTIN, Lisa. Colored Reading Society. **Reclaiming the Library**, 2013. Disponível em: https://africanamericanlibraryhistory.wordpress.com/readingroomsociety/. Acesso em: 10 jun. 2021.

DES JARDINS, Julies. **Women and the historical enterprise in America**: Gender, Race and the Politics of Memory, 1880-1945. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

HELTON, Laura E. On Decimals, Catalogs, and Racial Imaginaries of Reading. **Publications of the Modern Language Association**, v. 134, n. 1, p. 99-120, 2019.

HELTON, Laura E. **Research about Dorothy Porter Wesley.** Mensagem recebida por <francigarces@yahoo.com.br> em 07 abr. 2021.

KELLEY, Robin D. G. 'But a local phase of a world problem': black history's global vision, 1883-1950. **The Journal of American History**, v. 86, n. 3, p. 1045-1077, 1999.

LIMA, Graziela dos Santos. **Cabeçalho de Assuntos de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**. 2016. 111 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

LUBIN, Maurice A. An important figure in Black Studies: Dr. Dorothy B. Porter. **CLA Journal**, v. 16, n. 4, p. 514-518, 1973.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e Africanidades**, v. 1, p. 74-92, 2009.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; SILVA, Fabio Gomes da. Religião e cultura periféricas: a representação do Islamismo na Classificação Decimal de Dewey. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 5, n. 2, p. 86-120, 2019.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; COSTA, Deniz. A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos. **Informação & Informação**, v. 24, p. 154-182, 2019.

PORTER, Dorothy B. A library on the Negro. **The American Scholar**, v. 7, n. 1, p. 115-117, 1938.

PORTER, Dorothy B. The African Collection at Howard University. **African Studies Bulletin**, v. 2, n. 1, p. 17-21, 1959.

PORTER, Dorothy B. HUNTON, Margaret R.; WILLIAMS, Ethel (ed.). **A Catalogue of Books in the Moorland Foundation**. Washington DC: Howard University, Compiled Under U.S. Works Progress Administration, 1939.

PORTER, Dorothy B. (ed.). **A Catalogue of the African Collection in the Moorland Foundation Howard University Library**. Washington, D.C.: Howard University Press, 1958.

PORTER, Dorothy B. The African Collection at Howard University. **African Studies Bulletin**, v. 2, n. 1, p. 293-303, 1959. DOI: 10.2307/522962

PORTER, Dorothy B. Documentation on the Afro-American: familiar and less familiar sources. **African Studies Review**, v. 12, n. 3, p. 293-303, 1969.

PORTER, Dorothy B. **The Negro in the United States**: a selected bibliography. Washington: Library of Congress, 1970.

PORTER, Dorothy B. Interview. *In:* SCARUPA, Harriet Jackson. The Energy-Charged Life of Dorothy Porter Wesley. **New Directions**, v. 17, n. 1, p. 1-12, 1990.

SCARUPA, Harriet Jackson. The Energy-Charged Life of Dorothy Porter Wesley. **New Directions**, v. 17, n. 1, p. 1-12, 1990.

SILVA, Marcio Ferreira da. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD**: uma análise crítica da umbanda. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

WEELER, Maurice; JOHNSON-HOUSTON, Debbie; WALKER, Billie. A Brief History of Library Service to African Americans. **American Libraries**, v. 35, n. 2, 2004.

BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS FALAM POR SI E SUAS VOZES SÃO POTENTES

Priscila Machado Borges Sena
Luciana de Souza Gracioso

1 INTRODUÇÃO

Introduzir este capítulo requer apresentar a você que inicia a leitura, quem somos nós que a quatro mãos aceitamos o desafio de registrar nossas falas e as falas de colegas bibliotecárias negras, com o intuito de entrelaçar nossas vozes individuais em um círculo de palavras potentes, que contam vivências e reverberam reconhecimento e ações de fortalecimento da identidade negra.

Eu, Priscila Sena, mulher de origem intercultural, bibliotecária, pesquisadora e professora negra na área de Ciência da Informação, vinha há algum tempo com o desejo de concretizar uma pesquisa voltada para as temáticas étnico-raciais. No entanto, não me sentia preparada, até que decidi fazer das minhas falas já conscientes uma ação concreta. Ressalvo que quando expresso *consciente* não significa aprofundamento, mas despertar. Despertar que ocorreu aos poucos e foi se consolidando na leitura das pesquisas de estudiosas da Ciência da Informação e de fora dela. Além disso, como pesquisadora de temáticas relacionadas à inovação e tecnologia, comecei a observar que em ambientes tidos como tecnológicos a participação de pessoas negras era praticamente inexistente. Quando se remete a Biblioteconomia e Ciência da Informação essa realidade se agrava mais. Esse contexto me levou à parceria com a professora e pesquisadora Luciana Gracioso.

Eu, Luciana de Souza Gracioso, branca, nascida no interior paulista, bibliotecária, pesquisadora e professora de Biblioteconomia e Ciência da Informação há 20 anos, tentei me dedicar a refletir sobre os alcances e os limites das epistemologias biblioteconômicas, procurando respeitar, ao mesmo tempo, a validade de tudo que está posto. Mas o principal ponto de partida para as questões e problematizações em relação a área, e que me aproximou da pesquisadora Priscila Sena, emerge da sala de aula, das relações que se estabelecem neste espaço-tempo-troca, em que movimentos de saber se apresentam e se sobrepõem, mas que por vezes ainda são reféns de imposições e estruturas institucionais que orientam para racionalidades, para critérios de validação do saber, para formas de construção de relações de poder, que por vezes mais silenciam, do que libertam. Como professora de disciplinas na graduação sobre "Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI)", "Leitura e Cultura" e "Estudos da linguagem em BCI", vivencio e confirmo, como nos disse Chimamanda Ngozi Adichie, o perigo das histórias únicas, e por isto, como mulher, mãe, brasileira e professora, reconheço os privilégios da branquitude, e desejo, a partir da minha prática pedagógica e acadêmica, me corrigir, pensar e discutir os equívocos da modernidade na construção das autoridades, reconfigurar os modos de relações de aprendizagem e de ser combativa a toda e qualquer forma de injustiça social, especialmente as que foram historicamente construídas, sobre as mulheres negras brasileiras. "Mulher, a culpa que tu carrega não é tua. Divide o fardo comigo desta vez. Que quero fazer poesia sobre o corpo. E afrontar as leis que o homem criou para dizer"[8].

[8] MONTEIRO, EKENA, Albúm Nó, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Scwa9NZgi9w.

Detalhado o lugar de onde falamos, seguimos para a apresentação da conjuntura que confirma a relevância da pesquisa que trazemos neste capítulo, a iniciar pelo mundo do trabalho no Brasil.

O mundo do trabalho no Brasil evidencia de forma gritante o racismo estrutural existente. Conforme Rocha e Alves (2021) analisam pesquisa divulgada pelo IBGE em 2019[9], as pessoas negras geralmente formam o contingente de trabalhadores informais, sem carteira de trabalho assinada e direito a benefícios ou proteção social, enquanto as pessoas não-negras se concentram nas situações mais formalizadas. Essa distinção segue em relação aos postos de trabalho, em que cargos gerenciais e com melhores remunerações são ocupados mais por pessoas brancas (86%) do que por negras (12%). De acordo com o Instituto Ethos, se o recorte especifica mulheres negras em posições elevadas, a estatística é ainda mais baixa (0,4%). (INSTITUTO ETHOS, 2016, p. 23; ROCHA; ALVES, 2021).

Essas estatísticas comprovam o que abordam Araújo e Santos (2021) no artigo "Dos direitos de personalidade das mulheres, dos negros e dos LGBT+ nas relações de emprego", em relação ao fato de que embora as pessoas negras tenham amparo e iniciativas legais para se fortalecerem no mercado de trabalho,

> existe a necessidade de garantir a proteção à personalidade dessa classe oprimida, na prática e no âmbito laboral, vez em que são recorrentes as situações de discriminação pela característica física: a cor da pele. (ARAÚJO; SANTOS, 2021, p. 14).

[9] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

No âmbito específico da Biblioteconomia, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Gustavo Silva Saldanha no artigo "Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação" realizaram análise pertinente a este capítulo, para reconhecerem a construção de uma Biblioteconomia Negra Brasileira por meio da historicidade, da *práxis* e da transformação curricular da Biblioteconomia no contexto das culturas africana e afro-brasileira no Brasil. Nesse sentido, evidenciaram "a produção científica, as lutas pela formação, acesso à informação e à biblioteca por parte das populações afro", registrando a reflexão sobre a transformação da Biblioteconomia e Ciência da Informação, representativas realmente das demandas oriundas das sociedades. Assim, demonstraram, os caminhos da *práxis* de profissionais negros da Biblioteconomia, no que tange à construção de possibilidades de transformação social em cenários demarcados pela exploração via o racismo (SILVA; SALDANHA, 2019, p. 20-21).

Diante de lugares, falas e pesquisas em torno de abordagens étnico-raciais, nossa motivação para a escrita deste capítulo residiu em responder: Quais as percepções de bibliotecárias negras atuantes em diferentes ambientes informacionais quanto a questões de gênero e étnico raciais? Quais os pontos em comum e divergentes?

Como ambientes informacionais, entende-se bibliotecas, arquivos, museus, unidades de informação em geral, sejam físicas, digitais ou virtuais, e empresas que têm a informação como força motriz para a inovação com base em tecnologia.

Por meio das percepções, tem-se o objetivo de evidenciar a atuação de bibliotecárias negras atuantes em diferentes ambientes informacionais, no sentido de identificar avanços e desafios relacionados a questões de gênero e étnico raciais. O que propomos neste capítulo é a externalização, registro e divulgação de outras narrativas, produzidas por quem até então, foi interseccionalmente caracterizada como "outra" (enquanto não-homem, enquanto não-branca). A mulher negra trabalhadora. Mas neste estudo,

Bibliotecárias Negras que atuam em ambientes informacionais não serão nosso objeto de pesquisa, e sim, sujeitas de si, que compartilham conosco, suas experiências e seus saberes decorrentes desta resistência. Elas nos darão a oportunidade de acendermos para outros patamares de entendimentos sobre as relações sociais e de trabalho. Destas narrativas "outras", almejamos identificar as fragilidades que ainda persistem em nossos sistemas e em nossas estruturas sociais e trabalhistas, em relação a raça e gênero, e disto, ao menos nos propomos a pensar sobre outras práticas e construção de relações possíveis. Este texto prioriza então, servir como espaço narrativo para que as vozes femininas negras, e em especial, bibliotecárias, possam relatar a si e relatar o seu contexto de atuação e reivindicação profissional, no que diz respeito a esta crítica condição (de gênero e raça) construída, que pode se infiltrar, disfarçar-se e se revelar em discursos, ações, estruturas, tarefas que oprimem o fazer bibliotecário feminino negro. Destes relatos de si, almejamos poder pensar sobre estas relações, sobre onde falhamos, sobre o que precisamos corrigir, sobre o que precisamos criar no escopo da formação de profissionais da informação.

2 BASE TEÓRICA NECESSÁRIA PARA POTENCIALIZAR AS VOZES DELAS

Ao longo da construção da ideia de modernidade, que não pode ser desassociada das ações da colonização de nações Europeias sobre nações "outras", construiu-se também, uma semântica, ou ainda, uma gramática colonizadora, na qual marcadores sociais criados como produtos destes processos de subjugamento de nações sobre nações, acabaram por ser forçadamente naturalizados. E como aborda Aníbal Quijano, esse contexto histórico faz com que novas identidades sociais sejam constituídas, assim como: ocidente-oriente; primitivo-

civilizado; tradicional/moderno; mágico/mítico-racional (QUIJANO, 2005; ALMEIDA; SILVA, 2015).

A raça, neste contexto, foi construída para distinguir grupos sociais e culturais como brancos e não brancos. Quem nos ajuda a entender um pouco este mecanismo construído, é o antropólogo e professor brasileiro-congolês, Kabengele Munanga, em sua obra "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra":

> O que significa ser "branco", ser "negro", ser "amarelo" e ser "mestiço" ou "homem de cor"? Para o senso comum, essas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apenas da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico. (MUNANGA, 2019).

Assumimos este ponto de partida para pensarmos a construção da ideia do racismo. Este posicionamento inicial será fundamental para o escopo de nosso capítulo, pois identificamos a responsabilidade sobre esta construção ideológica, pelos atores sociais, e nas ações destes atores. Ao mesmo tempo, reconheceremos que também estão neles (nós) o dever de reversão performativa desta construção.

Almejamos apenas, neste nosso texto, discorrer, mesmo que de modo panorâmico, sobre a conjuntura que nos motiva a avançarmos na busca de entendimento sobre os fatos e eventos que ainda mantém,

e por vezes reforçam, a ideia de racismo, em especial, dentro de ambientes informacionais (que por natureza deveriam privar pelas relações horizontais, plurais e democráticas). Incluiremos nesta discussão, uma outra construção, uma outra ideia edificada no intuito de criar distinções entre pessoas, com o interesse de oprimi-las, e que diz respeito ao gênero. E como afirmou Paulo Freire em a "Pedagogia do Oprimido", os oprimidos têm uma grande tarefa humanista e histórica, "libertar-se a si e aos opressores" (FREIRE, 1987, p. 20).

Sem almejar dar conta da literatura produzida sobre o assunto, partiremos de uma narrativa que pretende demonstrar como a subordinação da mulher, na sociedade, é uma construção narrativa, replicada e reproduzida socialmente. Para isto trazemos a pesquisadora Luiza Helena Hilgert que, durante sua pesquisa de pós-doutoramento, analisa estereótipos de gênero desde a Antiguidade, demonstrando o quanto os mitos, especificamente o mito da "Medusa", foi construído e reproduzido de modo a estereotipar uma ideia sobre o gênero feminino como "outro", o que não é masculino. A pesquisadora realiza suas análises alicerçadas pela filosofia existencialista de Simone de Beauvoir, e no quanto que a mulher foi considerada maligna, impura e sempre culpada. Em especial, para nosso texto, destacamos o fato da pesquisadora sinalizar o quanto que mulheres continuam, atualmente, sendo categorizadas subjetivamente como Medusas, principalmente quando ocupam cargos, posições de trabalho que até então eram assumidos por homens. Em síntese, Hilgert (2020) argumenta que desde a antiguidade, as traduções eurocêntricas e masculinas ditam forçadamente o lugar das mulheres na sociedade. Embora reconheçamos um avanço ético nesta construção nas últimas décadas em algumas nações, ele ainda é insuficiente frente aos efeitos nocivos e fatais da predominância destas narrativas sobre as mulheres.

Ainda que não caiba metodologicamente neste capítulo adentrar nas discussões sobre os feminismos, apresentamos sumariamente o trabalho de Rodrigues e Freitas (2021) que publicaram um texto que revisita os principais Movimentos Feministas Negros no Brasil, intitulado: "Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional". Dentre tantos elementos apresentados no estudo, destacamos, no intuito de contextualizar onde residem as principais causas destes movimentos, a explicação dada pelos pesquisadores de que desde a década de 1980, quando da organização do Movimento de Mulheres Negras até os dias atuais, as feministas negras utilizam, como sugerem os autores, de uma miríade de repertórios discursivos e táticas de confronto, os quais se alinham ao contexto histórico e social em que atuam. Estas táticas seriam guiadas por:

> (i) alterar os estereótipos negativos acerca das mulheres negras;
> (ii) impactar e influenciar positivamente instituições formais para a construção e implementação de políticas sensíveis à promoção contínua de igualdade de gênero e raça; e
> (iii) promover o empoderamento de mulheres negras. (RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 44)

Posteriormente, o ativismo feminista negro, não só brasileiro como latino-americano, começaria a adquirir alta incidência em políticas nacionais. Mais recentemente, outros movimentos se somam às ações já desenvolvidas. A notoriedade de jovens feministas negras com suas formas inovadoras de fazer política, a exacerbação das organizações de base voluntária e as estratégias de "ocupação da política" representam o suprassumo do feminismo negro brasileiro da década de 2010 (RODRIGUES; FREITAS, 2021). Porém, junto a isto,

reações violentas passam a se formar, no intuito de silenciar e negar as reivindicações que vem se fortalecendo. Ainda, acrescenta-se a toda trajetória histórica de silenciamento e opressão ao feminino negro, o avanço dos projetos de modernidade, do capitalismo de vigilância, da uberização das relações de trabalho, tendem a reforçar estereótipos, tendem a criar outras categorias de opressão e subalternação, para que essas novas classes possam ser categorizadas como servidoras.

No que compete a inserção destas questões, na Ciência da informação, não nos cabe, neste momento, reproduzir sua trajetória de constituição enquanto campo do conhecimento, tão pouco, arriscar a definir os limites e alcances de suas linhas de investigação relacionadas ao fenômeno que estamos tratando. Nos apoiaremos apenas, na identificação da área a partir da disciplina proposta por Jesse Shera, Epistemologia Social, que tem como objeto de estudo: "(...) os meios pelos quais o conhecimento é coordenado e integrado dentro de uma organização social complexa." (SHERA, 1977, p. 9). Ela, a disciplina

> [...] deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais das sociedades — um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total. [...] O foco desta nova disciplina seria sobre a produção, fluxo, integração, e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo social. De tal disciplina poderia emergir um novo corpo de conhecimento e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social. (SHERA, 1977, p. 11)

Neste escopo, apresentamos brevemente, uma descrição muito pontual de estudos brasileiros em Ciência da Informação que, dentro da complexidade sugerida por Shera, já se dedicaram a refletir sobre o racismo, e dentro destes estudos, procuraremos identificar a interseccionalidade com os estudos de gênero. Os primeiros registros de produção de trabalhos sobre os assuntos relacionados ao racismo, apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) são de 2009[10]. Celly Lima e Mirian Aquino escrevem sobre "Acesso e democratização da informação: Identidades afrodescendentes na cibercultura" e Alba Silva abordou "A responsabilidade social-ét(n)ica da ciência da informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba". No ano seguinte, 2010, Henry de Oliveira e Mirian Aquino apresentaram o resultado de suas pesquisas sobre "Arquitetura da informação no website 'A Cor da Cultura'". Mirian Aquino e Thais Santos em 2012 disseminaram a pesquisa sobre "A informação étnico-racial em fontes iconográficas do Arquivo Histórico da Paraíba", e em 2013 a autora, em co-autoria Jobson Silva Júnior e Leyde Silva apresentaram o texto "A informação étnico-racial em blogs: preservando a memória e construindo a identidade negra". Em 2015, Valdir Morigi publicou seu trabalho sobre "Práticas informacionais do Humaniza Redes no Facebook: combatendo discurso de ódio em redes sociais", e no ano seguinte, em 2016, Leyde Silva, Mirian Aquino, Edvaldo Carvalho Alves e Gisele Côrtes publicam a pesquisa "Apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba". Esta última, por sua vez, é a única pesquisa identificada como associada diretamente com uma discussão

[10] Resultado de consulta realizada na base BENANCIB em julho de 2021 com o termo "racismo" nos campos: título OR resumo OR palavra-chave OR assunto. Acessar a base aqui: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2.

sobre a relação de gênero e raça (mulher negra) nos estudos informacionais, pois:

> Analisa os processos de apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba (Bamidelê). De natureza qualitativa e de tipo descritiva, tem como recorte empírico a Bamidelê e, como sujeitos, as mulheres negras que compunham sua coordenação. Para a coleta de dados utilizou entrevistas semiestruturadas e, para a análise, a Análise de Conteúdo (AC). Os resultados mostraram que a apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial realizada pela Bamidelê objetivam atingir vários setores e públicos distintos da sociedade utilizando, para isto, canais e fontes de informação tradicionais e contemporâneas. Além disto, o trabalho iniciado pela Bamidelê mudou significativamente o cenário paraibano, principalmente na luta contra o racismo e o sexismo, desempenhando um papel importante para disseminação e democratização da informação étnico-racial (SILVA et al., 2016).

A pesquisa chegou a algumas conclusões importantes, no sentido de reforçar a necessidade de sensibilizarmos instituições e a sociedade em geral sobre o racismo e o sexismo. Evidenciaram o quanto que iniciativas de democratização da informação étnico-racial, como as desenvolvidas pela Bamidelê, são eficientes e necessárias e ainda, confirmaram o quanto que as plataformas interativas digitais, tem sido um espaço, uma esfera de construção, compartilhamento de divulgação das lutas por mais justiça social junto as mulheres negras.

Em síntese, não iremos propor um revisionismo histórico e sistemático sobre os estudos da Ciência da Informação apresentados no ENANCIB, uma vez que um estudo relacionado a isto foi realizado pelos pesquisadores Melo Filho e Silva Junior (2019), cujo resultado revelou que dos 3.745 trabalhos recuperados entre os anos de 1994 e 2018, apenas 45 versaram sobre as relações étnico-raciais, ou seja, 1,2% do total. Assim, detemo-nos no entendimento que este é um ambiente sintomático para verificarmos as tendências de construção de pesquisas.

Diante do exposto, constata-se a autoridade epistêmica da pesquisadora Miriam Albuquerque de Aquino como autora e pensadora sobre as questões raciais, no campo da Ciência da Informação. Ao mesmo tempo, também consideramos ainda insipiente o número de pesquisas que orbitam a interseção raça/gênero na área, como também verificamos que é muito recente a construção de produtos científicos sobre o assunto. Estas lacunas requerem, sem dúvida, uma discussão e análise justa e que não alcançaremos no escopo deste capítulo, mas nos coube, neste momento, mencioná-las.

Concordamos com Nathália Lima Romeiro e Franciéle Carneiro Garcês da Silva, quando afirmam que "Evidenciar a pesquisa e a produção intelectual de mulheres na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) é um ato político." (ROMEIRO; SILVA, 2019, p. 118). As autoras lançaram respectivamente em 2018 e 2019 as obras "O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" e "O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação" procurando dar maior visibilidade às pesquisadoras e intelectuais destas áreas. (SILVA; ROMEIRO, 2018; 2019). E em 2020 embora todo o contexto pandêmico em decorrência da Covid-19, lançaram outra obra intitulada "O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência

da Informação: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas".

Em 2018 também protagonizaram a oferta da oficina "Mulheres na Ciência da Informação e Biblioteconomia" ministrada no 36º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina, com o objetivo de analisar a formação e atuação profissional de mulheres na área. As autoras evidenciam que mesmo historicamente marcada pela predominância feminina na área, o seu capital simbólico é ainda refém das representações masculinas. Os silenciamentos femininos foram nomeados na pesquisa, como também foram destacadas as pesquisadoras brasileiras responsáveis pela consolidação do campo, no Brasil (ROMEIRO; SILVA, 2019). Assim, diríamos que tem havido o fortalecimento de um movimento de reflexão e reposicionamento do lugar da mulher no mercado de trabalho e na produção científica e isto se dá também na Ciência da Informação.

Ademais Franciéle e Nathália protagonizam a concretização do Selo Nyota[11], cujo propósito é disseminar e visibilizar conhecimentos e pesquisas realizadas por mulheres, negros/as, indígenas e população LGBTQIA+. No catálogo do Selo[12] se encontram obras que destacam protagonismos silenciados, e ainda as edições que antecederam o quarto volume do livro que comporta este capítulo, as obras Bibliotecárias(os) Negras(os). Franciéle também é a organizadora da obra que consta no Selo intitulada "Mulheres negras na Biblioteconomia".

Posto isso, acreditamos que ao identificarmos, nos mais variados espaços, comportamentos, discursos e ações que sugerem a construção ideológica de opressão, alicerçado na relação de raça e gênero, poderemos reconhecer como reagir, performar e construir

[11] Ver mais em: https://www.nyota.com.br/sobre.

[12] Disponível em: https://www.nyota.com.br/catalogo.

uma crítica e uma ação contra a violência ética que historicamente foi estrategicamente construída, mas que acreditamos, ser possível de reversão.

3 RELATO DE SI COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO

Em seu texto "Construindo metodologias a partir do feminismo decolonial", a antropóloga social afro-dominicana Ochy Curiel nos leva refletir sobre a necessidade de desconstruir as formas de relação sujeito-objeto nas pesquisas, que reforçam diferenças, objetificam o outro e anulam teorias que emergem das experiências subalternizadas. A autora propõe o que ela chamou de antropologia da dominação, voltada a entender como "outras" e "outros" são construídos a partir de lugares de dominação e poder. Para que seja possível reivindicar espaços de contingência, de igualdade, é necessário que haja espaços iguais para que estas demandas sejam apresentadas. Precisamos, para tanto, nos tornar críticos sobre as normas que nunca escolhemos, mas que guiam nossas ações, como nos propõe Judith Butler inclusive na obra "Relatar a si mesmo: crítica da violência ética". Esta crítica demandará por uma *reforma cultural profunda*, como nos ensina a socióloga boliviana Rivera Sílvia Cusicanqui, pois nossa sociedade precisará descolonizar seus gestos, seus atos, e as semânticas que nomeiam e descrevem o mundo e suas relações (CUSICANQUI, 2016).

Rago (2013) define os relatos de si como sendo:

> (...) uma prática emancipatória, no sentido de que os sujeitos que relatam sua experiência a um interlocutor se reinventam, costuram sua subjetividade a outras trajetórias, identificam conflitos, frustrações e vitórias utilizando a

> narrativa (o relato oral ou escrito) como ferramenta política. Assim, relatar-se é uma experiência intensa, miúda e constante de construção e identificação de outros modos de ser, pensar, agir e existir em prol da autonomia e emancipação, sobretudo quando tratamos de mulheres. (RAGO, 2013 apud BIONGI; MARQUES, 2017, p. 5).

Ao buscarmos esta aproximação com "relato de si", tal como sugerido por Butler, aspiramos, via estratégia do grupo focal, criar uma atmosfera comunicativa emancipatória, na qual as interlocutoras terão igual condições de fala, de manifestação de suas subjetividades, convocando maneiras para aderirem e compartilharem suas vivências profissionais enquanto bibliotecárias negras que atuam em instituições de diferentes naturezas.

Nos compartilha Butler que "Quando um "eu" busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse "si mesmo" já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração;" (BUTLER, 2017, p. 18). A autora explica ainda, que este "eu" que irá fazer o relato de si, não deixa de considerar as condições daquilo que seria o seu próprio surgimento, e neste sentido, ele se torna aquilo que a autora denominou como um teórico social.

Por meio do relato de si, dirão Biongi e Marques (2017, p. 16): "(...) a experiência interior torna-se uma experiência social, matéria constitutiva da existência autônoma do indivíduo como sujeito social". Para além disto, as autoras nos ajudam a entender que esta "técnica de si" (e aqui as pesquisadoras se apoiam em Foucault para avançar na discussão), se desdobra em produções de enunciados políticos transformadores. Assim, sem adensarmos as discussões sobre este amplo espectro de debate sobre as implicações que decorrerem

deste movimento de relatar-se, é que indicamos termos reconhecido, no estímulo ao ato de fala, um recurso indispensável para a construção de outras relações sociais. Compreendo o ato de fala na visão de John Langshaw Austin, como uma forma de ação em que "dizer é fazer".

Nessa perspectiva em torno da teoria do ato de fala, Pinto (2002, p. 109) argumentou:

> No conjunto de ações que garantem identidades, a linguagem é, sem dúvida, elemento fundamental, porque as ações não-lingüísticas que postulam o sujeito, quando descritas, são ao mesmo tempo repetidas nos atos de fala que as descrevem. A linguagem não reflete o lugar social de quem fala, mas faz parte desse lugar. Assim a identidade não preexiste à linguagem; falantes têm que marcar suas identidades assídua e repetidamente, sustentando o "eu" e o "nós". A repetição é necessária para sustentar a identidade precisamente porque esta não existe fora dos atos de fala que a sustentam.

Metodologicamente, é importante ainda sinalizarmos que não entraremos no âmbito da apresentação e do detalhamento da classificação sobre os discursos e as atitudes reconhecidas com discriminatórias (seja pela perspectiva da raça ou do gênero). A intenção, ao criarmos o espaço de diálogo e trocas de intersubjetividades entre bibliotecárias negras é a de, justamente, deixar fluir e se revelar relatos de atos que, de algum modo, afetaram as participantes, mesmo que estes eventos, não tenham sido, ainda, reconhecidos como discriminatórios.

4 PERCURSO PRÁTICO DA PESQUISA

A abordagem da problemática nesta pesquisa é qualitativa, sendo seu objeto de natureza exploratória e descritiva. Assim, conta com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e grupo focal. Por se tratar de uma das maneiras de entrevistar pessoas, o grupo focal possibilita a oportunidade de ocorrer mais compartilhamento de informações que nas entrevistas individuais. Isso porque, segundo Flick (2013), uma única pergunta é realizada a todas as pessoas participantes, que respondem uma após a outra.

Dessa forma, de acordo com Barros e Lehfeld (2000), o grupo focal se constitui de pessoas entrevistadas que respondem ou narram questões e temáticas postas de maneira diretiva ou não-diretiva. Geralmente reúne de seis a doze pessoas (MINAYO, 2009), que representam um campo da sociedade ou comunidade (ZAGANELLI et al., 2015).

Munaretto, Corrêa e Cunha (2013) e Soares (2019) destacam as seguintes vantagens na realização de grupo focal: *insights* suscitados com o compartilhamentos de experiências e opiniões das pessoas entrevistas; levantamento de dados com qualidade mais elevada; um melhor conhecimento da linguagem do grupo por parte da pessoa moderadora; participantes com reflexões sobre questões que provavelmente não refletiriam sozinhos, o que contribui em suas respostas; custo mais baixo, devido ao grupo ser reunido em uma única vez; agilidade dos resultados, porque no final do encontro a pessoa pesquisadora obtém as respostas do grupo.

Chiara (2005) apresenta três fases para a realização de grupo focal: planejamento, condução e análise dos dados (ZAGANELLI *et al.*, 2015). Visualiza-se no Quadro 1 a fase de planejamento com questões que foram respondidas para a elaboração do roteiro

semiestruturado, e delimitação de informações que dão suporte a análise dos dados obtidos.

Quadro 1 – Planejamento do roteiro semiestruturado para o Grupo Focal

Item	Questão a serem respondidas	Respostas	Roteiro semiestruturado
01	Por que o estudo?	Evidenciar da atuação de bibliotecárias negras atuantes em diferentes ambientes informacionais, no sentido de identificar avanços e desafios relacionados a questões de gênero e étnico raciais.	**1)** Como é para vocês serem mulheres negras no Brasil? **2)** Vocês se recordam de alguma ou algumas situações vividas durante a graduação em que perceberam racismo? Em relação a isso, receberam algum tipo de formação ou orientação para lidar com questões raciais? **3)** Como é para vocês serem bibliotecárias negras onde e com quem trabalham? Alguma vez perceberam o racismo por parte de colegas ou da comunidade que atendem? Se sim poderiam contar a respeito? **4)** Vocês abordam questões de gênero e étnico-raciais em suas atividades? **5)** Quais atividades vocês realizam em suas organizações? **6)** Poderiam deixar uma mensagem/conselho/dica
02	Que informações deverão ser obtidas?	Percepções sobre serem mulheres negras no Brasil. Percepções sobre situações vividas durante a graduação em relação ao racismo. Se receberam algum tipo de formação ou orientação para lidar com questões raciais Percepções sobre serem bibliotecárias negras onde e com quem trabalham. Se alguma vez perceberam o racismo por parte de colegas ou da comunidade que atendem. Percepções críticas sobre questões de gênero e étnico raciais em suas atividades.	

		Atividades específicas que realizam em suas organizações. Percepções sobre a importância do que podem representar para outras bibliotecárias negras e Biblioteconomia como um todo.	para as estudantes ou colegas negras da Biblioteconomia que desejam atuar em ambientes informacionais como os que vocês atuam?
03	Para quem elas serão úteis?	Para as bibliotecárias negras se reconheceram e fortalecerem por discursos próximos aos seus. Para comunidades técnica e científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação terem evidências para avançar em práticas e teorias relacionadas a gênero e questões étnico raciais.	
04	Como localizar os participantes?	Por intermédio da pesquisadora especialista na temática (Franciéle Garcês) e pessoas que trabalharam nos setores almejados.	
05	Quais as categorias de participantes?	Biblioteca escolar Biblioteca universitária Biblioteca especializada Ambiente empresarial	

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras (2021) com base em Chiara (2005)

Diante do roteiro estabelecido, procedeu-se a etapa de pré-teste com duas pesquisadoras negras entre os dias 25 e 27 de julho de 2021. Uma especialista na temática da pesquisa (étnico-racial), Franciéle

Garcês (bibliotecária negra, mestra e doutoranda em Ciência da Informação), e outra experiente no uso do método de grupo focal, Ana Paula Alves Soares (arquivista, mestra e doutora em Ciência da Informação). As observações realizadas consistiram em:

> **1)** Entendo que o roteiro foi elaborado a partir de outros estudos, mas observando as perguntas fiquem curiosa sobre a questão racial para entrar no mercado de trabalho. Será que alguma dessas mulheres em algum momento pode ter sido rejeitada para uma vaga pela sua cor. Pode ser interessante esta questão, já que também elas serão questionadas sobre a experiência enquanto acadêmica.
>
> **2)** Sugiro incluir outra pergunta. Para aquelas que ainda não abordam estas questões. Percebem a necessidade de debate sobre o tema ou já planejam a realização de atividades neste sentido... algo nesse sentido.
> Se for incluída seria melhor trocar a ordem das questões e a 5 passaria a ser a 4. (RESPOSTAS AO PRÉ-TESTE, 2021).

Quanto à primeira sugestão, optou-se por não inserir diretamente, pois entendemos que as participantes seriam instigadas a abordar o mercado de trabalho nas questões já existentes, principalmente na primeira. Em relação à segunda sugestão, decidiu-se por incluir, bem como alterar a ordem das questões, conforme descrito (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Roteiro semiestruturado para o Grupo Focal pós adequações sugeridas no pré-teste.

Ordem	Questão
1	Como é para vocês serem mulheres negras no Brasil?
2	Vocês se recordam de alguma ou algumas situações vividas durante a graduação em que perceberam racismo? Em relação a isso, receberam algum tipo de formação ou orientação para lidar com questões raciais?
3	Como é para vocês serem bibliotecárias negras onde e com quem trabalham? Alguma vez perceberam o racismo por parte de colegas ou da comunidade que atendem? Se sim poderiam contar a respeito?
4	Quais atividades vocês realizam em suas organizações?
5	Vocês abordam questões de gênero e étnico-raciais em suas atividades? Se sim, quais? Se não, vocês veem a necessidade de debater sobre o tema ou planejam realizar algo nesse sentido?
6	Poderiam deixar uma mensagem/conselho/dica para as estudantes ou colegas negras da Biblioteconomia, que desejam atuar em ambientes informacionais como os que vocês atuam?

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras (2021)

Quanto aos convites, estes foram enviados para 14 bibliotecárias negras entre os dias 25 de julho e 14 de agosto de 2021, via e-mail, WhatsApp, Facebook e Instagram. Dessas, oito bibliotecárias confirmaram que participariam do Grupo Focal, no entanto, duas por questões de força maior não puderam comparecer, e uma mesmo tendo acessado a sala se retirou do encontro por sentir mal-estar. Por outro lado, uma bibliotecária irmã de uma das participantes integrou o grupo de última hora por se caracterizar no perfil desejado. O número final de participantes consistiu em seis.

A condução do grupo focal se deu via plataforma *Google Meet*, devido nos encontrarmos em período de pandemia do coronavírus

(Covid-19). Desse modo, o encontro ocorreu em 20 de agosto de 2021 das 18h às 20h, e Priscila Sena realizou o papel de moderadora-participante, sendo que Luciana Gracioso realizou o papel de observadora juntamente com Luiza Magalhães (graduanda de Biblioteconomia e Ciência da informação na UFSCar) e Marilia Winkler (mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos – PPGCI/UFSCar).

Relatamos esses acontecimentos para deixar transparente todo nosso cuidado em criar um ambiente seguro e agradável para que as participantes se sentissem à vontade para participar de todo o processo ou se ausentar em qualquer momento. Além disso, informou-se as participantes já no início da condução que um Termo de Consentimento seria enviado com opções referentes aos dados que liberariam para serem trabalhados e exibidos. Quatro bibliotecárias permitiram utilizarmos suas respostas, citar seus nomes, mas não mencionar a/s instituição/ões em que trabalham. E duas bibliotecárias permitiram utilizarmos suas respostas, citar seus nomes e a/s instituição/ões em que trabalham.

Informamos ainda, quando finalizado o capítulo, enviamos também para as participantes lerem e checarem se sentiam desconforto em algum trecho que suas falas foram citadas na íntegra.

Dessarte, na próxima seção apresentamos e discutimos os dados de acordo com as questões do roteiro.

5 BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS COM A PALAVRA

É nesta seção que trazemos a voz das nossas protagonistas, as que confiaram em nós para falarem por si. São elas: Ana Cláudia dos Santos de Lima, Daniele Lima Chaves Lopes, Maira Carla de Jesus Antonio, Marina Vaz Santos Valadares, Solange Alves Santana e Stella Maria Vaz Santos Valadares.

Conforme foi mencionado, em todo tempo buscamos criar uma atmosfera segura e agradável para que as participantes, embora frente a questões delicadas, se sentissem à vontade para se expressarem abertamente. Assim, descrevi a empolgação que eu e Luciana estávamos por concretizar o encontro e todas demonstraram em suas falas, expressões, principalmente em seus sorrisos, reciprocidade por fazerem parte do momento. Então lançamos a primeira pergunta que já provocou profundas reflexões.

5.1 SER MULHER NEGRA NO BRASIL

Todas as participantes concordaram que ser mulher negra no Brasil é muito difícil e destacaram principalmente pontos relacionados às características étnico-raciais como pele retinta, cabelos crespos e boca grande. Mas além dessas características trouxeram reflexões sobre o lugar da mulher negra no país, consequentemente seu aprisionamento em discursos de liberdade.

Ana Cláudia com um sorriso marcante é a primeira a responder. Bibliotecária em uma biblioteca escolar do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro destacou que "quando nós mulheres negras negras oriundas de periferia fazemos uma graduação ou uma pós, somos tidas como arrogantes." Ana justifica sua fala, ao detalhar sua percepção sobre o fato que suas conquistas, que envolvem ter se formado em Biblioteconomia, concluir um mestrado, passar em concurso público, casar-se com um imigrante do Congo, fazem com que algumas pessoas a classifiquem como alguém metida.

Solange também com o sorriso estampado no rosto se apresenta, detalhando ser bibliotecária atuante em uma biblioteca universitária de São Paulo. Menciona que sua primeira formação é em Letras e instigada pela pergunta logo pensou na palavra "construção" e explica que "[...] pra nós, mulheres negras, de pele retinta, a gente já

entende na tenra idade que há uma diferença, infelizmente, e a gente precisa falar." Solange conta que estudou em escolas públicas, porém se sentia isolada por lidar todo o tempo com situações de racismo.

> [...] no primeiro dia de aula, eu cheguei chorando em casa porque um menino **tinha me chamado de macaca**. Imagina pra uma criança de seis anos, eu nunca tinha lidado com algo tão brutal. Cheguei chorando em casa e **perguntei para minha mãe porque tinha sido chamada de macaca e minha mãe disse "é porque você é negra"**. [...] Eu acredito que nosso maior desafio é entender o nosso lugar, porque a gente vai crescendo e é a última a ter namorado, a última a beijar, enfim, você vai sendo preterida pelos meninos e você vai tentando entender tudo isso. E tem outra questão também: a questão da herança familiar, porque isso nos é negado. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Daniele, bibliotecária extrovertida e expressiva com o corpo, atuante em uma biblioteca universitária de Santa Catarina, na sequência levanta de forma descontraída a questão do cabelo crespo: "Pra mim o mais marcante é a parte social, principalmente em relação ao cabelo: nosso cabelo sempre chega antes." Ao mencionar sobre o cabelo, Daniele relatou dois acontecimentos em que era chamada "motoquinha", ou comparavam seu cabelo ao de uma "ovelhinha". Então destaca o fato de como a mulher negra nunca poder fazer nada no cabelo sem receber a indagação "o que você fez no cabelo, ah...eu gosto dele assim". Abordou em suas falas questões estereotipadas como: "Aí vai dançar, tu dança muito bem, também, né? Nega...".

Stella, bibliotecária da biblioteca do Senado Federal em Brasília, com um sorriso doce, trouxe sobre a questão do quanto a cor é plural

e relatou sua vivência como mulher negra da pele clara, a qual a distanciou das discussões sobre negritude e que ao passo que ela e alguns familiares foram estudando sobre isso, ainda assim não a consideravam *negra o bastante.* Assim, ela concorda com a noção de construção abordada por Solange com a fala: "a gente não sabe exatamente de onde vem, a gente sabe o nome da fazenda em que os antepassados trabalhavam, escravizados, né?". Frisa sobre o fato de que no Brasil existe um racismo camuflado em falas que tentam atenuar a cor: "não, mas você não é tão preta assim. A gente faz questão de dizer: - sou preta sim."

Marina, irmã de Stella, com o semblante mais tímido, segue descrevendo ser bibliotecária em biblioteca especializada no Distrito Federal, abordando sobre a força da palavra "construção", porque segundo ela nos últimos anos estamos "construindo mesmo o que é ser uma mulher negra, independente de estereótipos: de você ter a pele mais clara, de você querer usar seu cabelo assim ou de outro jeito, não interessa, o importante é você é se sentir negra." E complementa:

> Hoje **meu cabelo é alisado**. Eu comecei com uns 10 anos e **no começo foi para parar de chamar a atenção**. Nós **crescemos em escolas particulares** e nós éramos as duas únicas, então tinha aquela coisa de querer puxar 'ah, molinha', de querer ficar tocando e **a gente fica querendo se esconder, a gente não quer chamar a atenção pra isso**. Hoje eu gosto do meu cabelo assim, e tem a questão de a gente poder fazer o que a gente quiser e eu fico bem irritada quando tem mulher branca dizendo 'porque você não deixa seu cabelo natural', sendo que ela pinta o cabelo de loiro. **A gente pode ser o quiser, porque a**

> **gente é negra, independente de qualquer coisa**. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Corroborando com Marina e Stella, Solange expressa sobre cabelo e colorismo:

> Eu deixei de participar momentaneamente de coletivos negros, tamanha cobrança quando alisei o meu cabelo... de repente parece que seu cabelo fala mais do que suas ideias. Eu **não acho que a gente tem que sair de uma camisa de força e ir pra outra**. A gente sabe que **tem uma questão mercadológica muito forte nesse "assuma seus cachos" que a gente não pode negar**. Essa questão do colorismo que a Stella falou (**negro mais claro, mais escuro**) é uma das violências que a gente sofre também porque quando alguém fala 'ah, **mas você não é tão escurinha' é um apagamento, é uma questão polêmica**. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Maira, bibliotecária atuante como Analista de Informação em São Paulo no setor de *marketplace*, com a fisionomia mais concentrada e reflexiva, confidencia que a questão de ser mulher negra está muito latente para ela, explicando que:

> Eu acho que **ser uma mulher negra hoje pra mim é uma batalha comigo e com a sociedade**. Uma coisa que passa bastante pela minha cabeça é **em que momento eu descobri que eu sou negra**. Durante a minha infância eu pensava assim "ah porque essas coisas estão acontecendo", mas eu não entendia a magnitude. Então, quando cheguei na

> universidade, eu já falava sobre, mas eu não entendia ainda. Aí quando eu comecei a pesquisar, a entender o porquê eu fazia algumas coisas, por exemplo, eu olhava em volta e eu só tinha amigos brancos porque eu queria ser aceita. Então, **a partir do momento que eu entendi isso, foi muito doloroso porque é difícil você saber que vai ser tratado diferente pro resto da sua vida, mas, ao mesmo tempo, foi muito libertador**. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Finaliza sua resposta compartilhando que está em um momento de descobertas que a deixam revoltada, mas com desejo de transformar toda a raiva em ação, e acrescenta que a experiência do Grupo Focal será muito importante para ela.

Já nessa primeira questão evidenciou-se a riqueza que seria a sequência do grupo com bibliotecárias negras que se enxergam como mulheres em processo de construção, entre a dor e libertação, de se descobrirem potentes com suas cores, seus traços, e com o reconhecimento de serem mulheres negras em um país que estruturalmente quer ditar qual é o lugar e não lugar dessas mulheres.

5.2 PERCEPÇÃO SOBRE RACISMO E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DURANTE A GRADUAÇÃO

Stella inicia respondendo essa questão dizendo que embora minoria no curso, não recorda de situações específicas de racismo, mesmo tendo cursado em curso majoritariamente feminino e branco. Porém relata o fato de "na graduação, um professor sempre dizia 'meninas negras da graduação' (ele sempre usava esse exemplo nas aulas de CDU)". E faz a observação de que embora a abrangência do

curso de Biblioteconomia se voltar mais para as periferias, os negros sempre são minorias. Fato que nos permite inferir que as populações negras em sua maior parte, muitas vezes não se enxergam nessas instituições, por não se sentirem acolhidas e respeitadas. Conforme fica ainda mais evidente nos relatos que se seguem.

Solange com muito bom humor diz ter muitos exemplos. Compartilha um caso que ocorreu fora da sala de aula, na época em que estava cursando biblioteconomia na Universidade de São Paulo (USP) no período de eleição dos representantes discentes e suas chapas:

> Eu já **estava na Biblioteconomia na ECA** e a gente estava em um período de eleição de representantes discentes, as chapas estavam concorrendo, eu era aluna do noturno e eu ia de ônibus. O ônibus parou, a gente desceu (12-15 pessoas). E tinha um grupo na porta das chapas panfletando e quando chegou minha vez não entregaram o panfleto, entregaram pra pessoa detrás. **Eu era a única negra e a menina**, quando eu perguntei, disse "ah, você é aluna?" Eu não fui reconhecida como aluna e tem essa questão mesmo do espaço, são espaços brancos. Vou escrever algo com o título: **Mas você é aluna?** (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Para Solange, situações como essa eram rotineiras na universidade, em que sempre questionavam se ela era aluna ou não.

Ana Cláudia se sente identificada na fala de Solange no que se refere ao questionamento "você é aluna do curso?". Segue contando que durante a graduação tinha um relacionamento abusivo com alguém que fazia questão de distanciá-la da mulher negra que ela era.

Ao contrário do seu marido do Congo, que inclusive a ajudou em seu processo de construção.

Maira, então, relata:

> Na **Faculdade de Ribeirão Preto (USP)**, eu gostava da área de [...] e então eu segui essa linha de estudo. Só que **na [...] as pessoas sempre ficavam olhando pra mim**. Minha orientadora [...], em vários momentos, mesmo sem querer, dava pra perceber que ela não acreditava na minha capacidade cognitiva. Por exemplo, **todo mundo comete um erro gramatical**, isso pode acontecer com uma pessoa branca e com uma negra, **só que, quando era comigo, era muito maior durante o projeto**. Depois a gente foi tendo uma relação mais assim, ela foi se apegando a mim e eu acho que ela esqueceu que eu era negra, né? Só que eu saí da faculdade e ela me ligou pra participar de um projeto com ela e eu falei 'tudo bem, eu participo' e ela perguntou se eu tava trabalhando e eu falei que sim, 'eu trabalho no [...] e hoje eu sou analista de informação e a primeira coisa que ela me perguntou foi: 'ah, é? Você é vendedora?' Não tem problema nenhum ser vendedora, mas, poxa, foi a primeira coisa que ela pensou...(GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Stella complementa:

> Eu fiquei pensando sobre essa questão do estereótipo, né? Porque **na época da graduação eu usava o cabelo alisado** e aquela discussão que

> a gente traz, né? **Quanto mais escuro, maior o preconceito, né? Aí depois que eu passei pela transição**, o cabelo, ainda mais na pandemia, que eu saio do jeito que dá pra sair de casa, então, **hoje em dia, eu escuto muito mais assim, se eu vou no comércio, a pessoa pergunta "você trabalha por aqui?"**, porque pensa que a gente é empregada doméstica. Outro dia uma moça perguntou assim: "**você tem carteira assinada já?**" Então hoje eu percebo muito mais porque **as pessoas tentam pegar o que tá no externo** (aparência). (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Quanto à aparência, Daniele se lembra de acontecimentos e relaciona com a época da faculdade.

> Eu lembro que **eu fazia relaxamento** e tal, ele **era crespo**, mas era aquele crespo **mais aberto por causa do relaxamento**, mas claro tinha aquelas brincadeiras de colegas, mas nada agressivo, que tenha me ferido. E **eu era a única negra na turma, acho que eu tive um professor negro**. Eu **acredito que na época eu não teria coragem de usar o cabelo** assim (**natural**), eu **não sei se eu ia segurar** naquela época, assim como na infância, muito menos. Acredito que hoje o pessoal tá mais acostumado. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Marina responde não se lembrar de situações explícitas de racismo na Biblioteconomia. Então descreve que iniciou sua primeira graduação em Biologia em 2008, e em 2015 iniciou Biblioteconomia. Relembrou que em 2008 já era positivo a implementação das ações

afirmativas na Universidade de Brasília (UnB), mas que ficava visível quem era cotista. No entanto, em 2015 a realidade era diferente em termos de diversidade e de já não estar demarcado quem era ou não era cotista. Fato que talvez tenha relação com o que Silva e Saldanha (2019) observaram no aumento de estudos sobre as temáticas étnicos raciais a partir dos anos 2000, que provavelmente teria relação com as "Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, Diretrizes e Planos Nacionais para a inclusão das culturas do Negro no ensino e a Lei de Cotas nas Instituições de ensino superior."

Priscila como mediadora participante também relata que não me lembrava de nenhuma situação de racismo durante a graduação, mas que isso poderia ser em decorrência da falta de conhecimento sobre as questões étnico-raciais. Situação completamente diferente de quando se mudou para Santa Catarina em 2012, quando percebeu sua cor ser atrelada a olhares de objetificação. Em consonância com Maira, infelizmente descreve que passou por situações consideradas racistas na universidade durante o mestrado e doutorado, em que percebia que por mais que se esforçasse não era o suficiente para algumas pessoas docentes, ou porque sempre buscavam desestimulá-la ou a preteriam.

O relato de Priscila leva Solange a complementar que, as mulheres negras sempre escutam que precisam ser melhores e internalizam isso, então no seu entendimento ser negra é se cobrar mais, ser a mais inteligente, ser a mais isso ou aquilo, ser a melhor e se destacar.

Nesse sentido, buscamos conhecer como é ser mulher negra no ambiente de trabalho na visão das nossas participantes.

5.3 SER MULHER NEGRA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Talvez esse tenha sido o ponto mais delicado do Grupo Focal, em que se requereu uma condução mais demarcada para que as participantes falassem a respeito. Mas logo Ana Cláudia iniciou:

> Hoje eu estou no céu, a **minha instituição é muito antirracista**, meu acervo tem essa temática também, em grupos, os professores focam muito nessa questão de raça e gênero. Hoje eu sou **bibliotecária escolar**, eu sou responsável pela **biblioteca do Campus Engenho Novo II, do Colégio Pedro II**, e eu entrei e tive a sorte de ter uma chefe negra. Hoje eu estou em paz, porque minha instituição é voltada para essas causas. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Porém, também relata que nem sempre foi assim em ambientes de trabalho no passado, ao ponto de desenvolver uma depressão, em muito associada à sua desvalorização profissional e ao silenciamento da sua voz.

Sobre a biblioteca escolar, segundo Curvo (2021, p. 107) é seu objetivo disponibilizar materiais de informação que representem o legado cultural negro e africano "e rompam com a já mencionada unicidade da visão europeia de história, proporcionando uma multiplicidade de discursos e liberdade de sentidos para o usuário."

Marina segue abordando que suas experiências na Biblioteconomia em órgãos públicos de Brasília sempre foram muito positivas. Entretanto, em seu trabalho atual, mesmo com uma coordenadora negra de pele retinta, percebe a falta de consciência sobre a questão, até minimizando o racismo. Além disso, Marina desabafa que não tem as mesmas oportunidades que sua colega branca

que iniciou no trabalho na mesma data que ela. E reforça o fato de ter que fazer o dobro para conseguir a metade.

Solange que trabalha atualmente em uma biblioteca universitária, detalha que existem cinco mulheres negras compondo o quadro de 80 servidores da faculdade em que se localiza a biblioteca. Sendo três na função de serviços gerais, uma como administrativo e ela a única que desempenha uma função de nível superior. Fato que a faz enfrentar dificuldades para provar sua capacidade intelectual e ter sua voz respeitada e escutada. E discorre:

> Eu **trabalho atualmente com produção editorial**, gosto muito dessa questão de tecnologia e ali na biblioteca, como as outras pessoas não têm tanto esse interesse, eu acabo me tornando a referência. E, quando alguém tem uma questão sobre, há um estranhamento quando eu apareço. No começo da carreira eu passei por uma situação que foi delicada: **eu era estagiária e deveria ter um rodízio no balcão de atendimento ao usuário e eu fui excluída desse rodízio** e nunca me disseram o porquê, e a gente fica se perguntando se era porque eu era negra, porque eu já **ouvi de professores mais antigos que a gente tem que ter pessoas de boa aparência no atendimento**. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Dessarte, Solange retomando o relato da Maira aborda a raiva, a revolta, a saúde mental, de como chega a ter dúvidas se é ela que vê racismo em tudo ou se realmente as situações são de cunho racista, expondo como o ambiente de trabalho pode adoecer muito as mulheres negras.

Ao contrário de Solange, Stella sempre lutou contra sua baixa autoestima:

> Eu nunca tive que provar que eu sou boa, porque, desde a escola, quando cantavam música pro meu cabelo e tudo, eu sempre me fechei, sempre achava que eu não tinha capacidade. O caminho normal aqui é ir pro serviço público, então, quando eu entrei no Senado, há doze anos atrás, tinha uma bibliotecária negra que logo em seguida se aposentou, eram 40. Hoje são 20 e eu sou a única bibliotecária negra e eu ainda digo sempre que de pele clara, né?

Stella nesse trecho relaciona outros fatos dolorosos como ter namorado um homem branco do interior de Minas Gerais, que junto com sua família fazia comentários depreciativos quanto ao seu cabelo que encontrava-se em transição de alisado para crespos. A baixa autoestima levou ao excesso de trabalho e relacionamentos disfuncionais que causaram o adoecimento e a falta de ânimo para trabalhar.

> Embora a pandemia seja uma coisa horrível, foi o que me ajudou a recuperar, porque, no começo da pandemia, eu terminei o relacionamento e tive que mudar de setor, porque eu não conseguia ir trabalhar, e foi assim o momento de eu conseguir respirar e consegui voltar aos poucos, consegui entrar no grupo de raça que tem no meu trabalho e me envolver, me engajar muito nisso....
> [...] trabalhando no grupo de raça, eu tenho feito exposições, eu tenho, eu mando no grupo da biblioteca (grupo de WhatsApp). Outro dia a

> gente fez uma roda de leitura, eu fui a mediadora, sobre a valorização da mulher negra, só uma colega da biblioteca que foi. Então a gente vê que as pessoas não dão importância porque elas são brancas. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Daniele desabafa sobre como foi um choque ir para o sul do país a trabalho e como sempre se sentiu deslocada.

> Por volta de 2006, eu, no meu **primeiro trabalho, no Oeste de Santa Catarina**, eu já **me achava a pessoa mais negra** do lugar. Mas, no ambiente de trabalho, eu não sofri preconceito, não que eu tenha percebido. Hoje eu trabalho em uma biblioteca universitária aqui em Santa Catarina também, em Balneário, mas assim o que **eu me lembro daquela época eram as frases racistas** em conversas, em situações não só em relação aos negros, mas também contra indígenas, que é uma coisa muito forte naquela região. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Maira acrescenta sobre o fato de sermos latinos que idolatram norte-americanos, mas que não percebemos que essa atitude reproduz o preconceito com aqueles que estão em situações vulneráveis, imigrantes negros e latinos, por exemplo. Então, relata:

> Quando **eu comecei a trabalhar, me falaram que eu tinha uma boca grande** (que tamanho de boca). Mas a minha pior experiência foi em 2019. **Eu trabalhava com uma advogada que me subjugava de forma direta**. Ela sempre

> ficava em pé, comigo sentada, e ela gritava e, como ela era uma profissional competente, os donos do escritório ignoravam, então tudo o que eu falava era descredibilizado. Um dia eles estavam conversando sobre quem estudou na USP e uma amiga disse que eu tinha estudado e ficaram surpresos. Aí também teve uma situação, foi um dia no horário de almoço e um estagiário branco falou assim: "ah... Maira, as negras têm aquilo lá, né?" e eu perguntei "aquilo lá o que?" Aí **ele ficou tentando disfarçar e disse que as negras são mais sensuais.** Hoje eu estou em uma empresa que eu gosto muito, que eu sou respeitada e reconhecida como profissional, antes mesmo da minha cor. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Tratamentos abusivos e preconceituosos, tanto em ambientes de trabalhos, como em ambientes familiares e de amizade são muito frequentes e reforçam a relação entre opressor e oprimido de Freire (1987), pautada na premissa de que a partir da opressão do outro se torna mais superior.

5.4 ABORDAGEM DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Daniele responde que não tem abordado questões raciais em sua instituição e que geralmente essas ações se limitam a data de 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Ela confessa que:

> **Não sei como trazer mais essas questões**, mas eu penso no espaço em que estou inserida porque, de bibliotecária, **só eu sou negra** e

> **alunos bem poucos (estrangeiros)**. Eu acho relevante enquanto nosso papel de trazer informações, de formar, de integrar. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Stella continua e faz os olhos das presentes brilharem quando menciona que em seu trabalho existe um comitê de equidade, gênero e raça, e que eles têm desenvolvido uma bibliografia especializada sobre a temática e a Agenda 2030 que teve muita repercussão.

> A gente fez um **boletim com escritoras negras**, depois um sobre **branquitude** e **antirracismo**, sobre **LGBTQIA+,** sobre **violência contra a mulher**. Eu tenho atuado também em **rodas de leitura**, com **obras sobre literatura negra**, **exposições virtuais**, pegando **artistas negras** (fotografia, artes). A gente tem pensado em ações pro ano que vem também. **É muito urgente falar sobre isso**. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Ana Cláudia, na sequência, compartilha que na biblioteca escolar em que trabalha existe a parceria com professores para realizar debates sobre raça e gênero com um público que varia dos dez aos 60 anos por conta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

> **O acervo também é composto por literatura negra e antirracista, muitos títulos indicados pela Equipe de Lingua Portuguesa e alguns através de pesquisa no processo de aquisição**.

> Têm as exposições em datas temáticas e tem o "biblioteca indica", que aborda muita coisa sobre literatura negra, negritude, antirracismo. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Ao abordar sua prática diária de trabalho e como lida com a questão editorial, Solange expressa que não tem muitas oportunidades de tocar nas questões raciais. Mas, nos relacionamentos entre colegas e alunos, tenta trazer sempre essas questões principalmente para as novas pessoas. E expõe:

> Eu já **me movimentei para criar um comitê**, mas **surge a questão "pra que"**? Temos uma comissão de direitos humanos, mas efetivamente ela deixa muito a desejar, então essas questões de gênero e de raça não são debatidas. O que **eu faço efetivamente de ações é**... a gente tem dois momentos: a **semana da mulher** (que foi deslocada de maio pra novembro), a **realização de palestras**, de **discussões** que são voltadas para essa questão da mulher e da **mulher negra**, mas são pontuais.

Em sua rotina como bibliotecária especializada, Marina compartilha que não tem muita oportunidade de falar sobre questões étnico-raciais e de gênero. Embora tenha tentado sem sucesso implementar um boletim temático com o objetivo de divulgar as publicações interessantes sobre os tópicos. Este foi vetado. Segue com o desabafo:

> E sempre dentro da área da Saúde, **mas nem que seja colocar mais foco de pessoas negras**, pra gente trazer como normal isso, até como

> profissional negro, **eu tento colocar profissional da saúde negro**, porque acham que médico é tudo branco, né?! (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Maira expressa que não vê muita oportunidade de abordar a temática e diz:

> Eu tenho um espaço pra fazer isso, eu poderia fazer isso, com toda a equipe, só que eu conheço o posicionamento de algumas pessoas, porque já ouvi comentários e me sinto desconfortável, de **na verdade ninguém tá ouvindo**, né, de não fazer efeito, de só criar uma situação. **Muita gente ainda usa o termo "mimimi"**, eu acho que quem usa esse termo é muito complicado...
> [....] Eu já **pensei em trazer expressões que são racistas** para as pessoas saberem que tem coisas que elas falam que hoje não cabe mais. (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso)

Para finalizar, o Grupo Focal pedimos para as participantes deixarem uma mensagem/conselho/dica para as estudantes ou colegas negras da Biblioteconomia que desejam atuar em ambientes informacionais como os que elas atuam ou outros.

5.5 A MENSAGEM DELAS PARA ELAS E PARA A SOCIEDADE

Aqui trazemos a mensagem delas para elas, evidenciando a importância do "falar de si" conforme Butler (2017), como ação que revela a temporalidade social implicada em cada relato, tornando cada

participante uma teórica social com discurso potente da e para a ação, em consonância com Pinto (2002) ao abordar a necessidade da repetição como processo de sustentação da identidade. Então aqui registramos o que elas falam e esperam de nós, mulheres negras, e das pessoas apoiadoras antirracistas.

Daniele inicia:

> Eu estava admirando a beleza de cada uma. **Enquanto bibliotecária a gente tem que se mostrar**, a gente não pode se esconder independente da resistência que a gente encontra. **A gente deve se fortalecer**, se abrir no sentido de.... às vezes, nas situações que a gente está, a gente não pode desistir do que é. **Enquanto mulher negra, a gente tem que buscar todo o conhecimento**, mas **não pode esquecer de quem a gente é... para que a gente possa viver com dignidade, com alegria** (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso).

Em sua mensagem, Stella reforça:

> **Devemos nos aquilombar e a gente tem que ser o que quiser ser.** Não é porque somos negras que só tenho que falar de orixá ou só ler literatura negra. A gente é uma potência (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso).

Ana Cláudia corrobora:

> **Sejam vocês mesmas**, não se anulem, **busquem sua potência** e **se mostrem pro mundo.** Essa temática tem sido tão forte, que a questão racial é um tema que eu quero abordar em um futuro

> doutorado (questões de raça e gênero) (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso).

Solange adiciona que precisamos:

> **Buscar entender** um pouco da nossa história, das **nossas raízes**, entender **o que constitui essas identidades negras**, porque elas são muitas. A gente precisa resgatar tudo isso. Além dessa questão da potência da Ana, do aquilombamento da Stella (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso).

A importância da união é acrescentada por Marina:

> **A gente precisa se unir como mulheres negras**, de não deixar ninguém pra trás, a gente quer crescer e **que a gente cresça trazendo outras juntas** (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso).

Sobre buscarmos força e permanecermos com nossa amabilidade, Maira registra:

> Eu diria, principalmente para as meninas que estão na graduação: **tenham força, mas sejam amáveis, não se cobrem tanto e continuem lutando e se juntem**, porque, se na época da faculdade eu tivesse isso, tivesse buscado apoio, eu acho que teria sido um período muito mais leve pra mim, faria muito mais sentido estar entre os meus e eu acho que, quando a gente tá entre a gente, as coisas fluem melhor, porque a gente se entende (GRUPO FOCAL, 2021, grifo nosso).

Essas falas são delas, mas também são nossas, pois quando uma fala representa sua história e de tantas outras, que vieram antes, que vivem agora, e que se somarão a nós na posteridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo este capítulo reafirmamos que nosso objetivo consistiu em evidenciar a atuação de bibliotecárias negras atuantes em diferentes ambientes informacionais, no sentido de identificar avanços e desafios relacionados a questões de gênero e étnico-raciais. Para tal, buscamos dar voz às vivências de bibliotecárias negras, atuantes em diferentes ambientes informacionais. Sobre os ambientes informacionais e atividades desempenhadas evidenciamos as falas de:

- Duas bibliotecárias universitárias, sendo uma responsável pelo serviço de referência. E uma atuante na produção editorial e atividades vinculadas às tecnologias de informação e comunicação.
- Duas bibliotecárias especializadas, atuantes em órgãos do governo. Uma em um órgão que dá abertura e possibilidade para se trabalhar com temáticas de gênero e étnico-raciais. E uma que trabalha em um local que veta ações voltadas para as temáticas.
- Uma bibliotecária escolar, com apoio e auxílio da gestão imediata e gestão geral, e do corpo docente para ações relacionadas aos temas étnico-raciais e de gênero.
- E uma bibliotecária atuante como analista de informação, com abertura para desenvolver atividades voltadas para as temáticas, mas sem apoio efetivo.

Quanto aos avanços e desafios relacionados a questões de gênero e étnico-raciais, ficou visível que os avanços na atuação das

bibliotecárias negras ocorreram em sinergia com o aumento das pesquisas científicas sobre temáticas étnico-raciais, as quais foram evidenciadas por Silva e Saldanha (2019). Ainda sobre a atuação, verifica-se consonância com o que Araújo e Santos (2021) pontuaram sobre a importância do amparo dos incentivos legais, para as pessoas negras ganharem força no mercado de trabalho.

Em relação a Ser mulher negra no Brasil, ficou ainda mais latente conforme os depoimentos, que **lugar de mulher é onde ela quiser, desde que seja uma mulher não-negra**, pois afinal, conforme a análise de Rocha e Alves (2021), embasada em pesquisa do Instituto Ethos (2016), a presença de mulheres negras em posições elevadas no mundo do trabalho é quase inexistente. Nessas mulheres fica visível a categorização como Medusas para além de ocuparem cargos, posições de trabalho assumidos por homens (HILGERT, 2020), em razão de serem negras. No entanto, **elas podem SIM** estar onde quiserem estar e estão, e vão continuar a existir e resistir, porque não estão sós!

No que diz respeito à Percepção sobre racismo e educação étnico-racial durante a graduação, a análise dos depoimentos nos foi possível inferir que as populações negras em sua maior parte, muitas vezes não se enxergam nessas instituições, por não se sentirem acolhidas e respeitadas. Fato que corrobora com Rocha e Alves (2021, p. 8), ao afirmarem que embora a população negra busque desenvolver sua escolarização, a discriminação e o racismo permanecem de maneira incontestável, aumentando as desigualdades sociais e raciais e "evidenciando que a escolarização em si não é condição suficiente para garantir igualdade de rendimentos, permanência no mercado ou ascensão profissional".

A partir dos depoimentos sobre Ser mulher negra no ambiente de trabalho, nas respostas das participantes se constatou três perspectivas: uma corriqueira, que é a do não incentivo ou quase inexistente para se abordar temáticas de gênero e étnico-raciais. Outra

em relação ao desconhecimento ou conhecimento insuficiente sobre como inserir tais temáticas. E outra, a mais positiva, de instituições que oportunizam mecanismos e apoiam as abordagens das temáticas.

Sobre as ações desenvolvidas, viu-se nas respostas das participantes:

- Boletins temáticos com escritoras negras, sobre branquitude e antirracismo, LGBTQIA+, sobre violência contra a mulher.
- Rodas de leitura, com obras sobre literatura negra.
- Exposições virtuais com artistas negras (fotografia, artes).
- Exposições em datas temáticas.
- Acervo com a literatura negra/africana.
- Biblioteca indica com literatura negra, negritude, antirracismo.
- Foco em pessoas negras em campanhas e divulgações realizadas.

Quem sabe para você que lê o capítulo, essas ações realizadas por nossas respondentes não sejam ideias para serem colocadas em prática.

No entanto, os desafios ainda persistem em relação às oportunidades efetivas (leia-se melhores oportunidades) que são ofertadas à população negra de forma geral, e principalmente às mulheres negras. Tristemente nossa pesquisa trouxe evidências dos desafios enfrentados pelas bibliotecárias negras, mesmo quando estas apresentam alto nível educacional e as competências requeridas para ocuparem funções da alta gestão e com salários mais elevados.

Como mensagem final, registramos o nosso anseio para que este capítulo some como instrumento às ações já realizadas antes de nós por pessoas pesquisadoras e professoras, negras e não-negras (antirracistas), que desenvolvem trabalhos brilhantes, muitos dos

quais nos inspirou a propor e concretizar esta pesquisa. E mais, trazemos nossas falas expressas na emoção do encerramento do Grupo Focal, com intuito para além do concluir este capítulo, convidar você que o lê a falar por si. Priscila expressou:

> Bibliotecárias, suas vozes são potentes, somos potentes como humanas, somos potentes como mulheres, somos potentes como bibliotecárias e, se eu posso deixar uma mensagem para vocês agora, é que falem mais sobre as histórias de vocês. Eu sei que muitas já contaram suas histórias, mas falem mais, falem com orgulho, tenham orgulho da origem de vocês, de tudo o que vocês carregam. É lindo, e as pessoas precisam saber mais. (GRUPO FOCAL, 2021)

Ao agradecer a oportunidade de ter conhecido as bibliotecárias, Luciana disse que:

> O rigor metodológico convida a chamar o encontro de grupo focal, mas acredito que o que foi feito na verdade foi "o círculo" (conforme Layla Saad), porque o círculo promove um encontro e as pessoas que se conectam nesse círculo se fortalecem. O fato dele ser circular, garante uma unidade que é difícil de romper, pois a construção da circularidade se conecta não apenas com o que está acontecendo nesta oportunidade, mas com o exterior a ela. Quando presenciamos estes aquilombamentos, essas circularidades, temos a manifestação de um princípio revolucionário, que nós precisamos

> trazer para o ambiente científico, principalmente.

Assim como nós nos sentimos fortalecidas ao conduzir e registrar a pesquisa descrita nesse capítulo, desejamos que você bibliotecária negra também sinta, tendo a oportunidade de fazê-la reverberar divulgando e participando, por meio de um formulário que ficará disponível com as questões que subsidiaram as evidências aqui analisadas. Acesse o formulário com o QR Code ou clique aqui!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. Abya Yala como território epistêmico: pensamento decolonial como perspectiva teórica. **Interritórios**, v. 1, n. 1, 2015.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTOS, Thais Helen do Nascimento. A informação étnico-racial em fontes iconográficas do Arquivo Histórico da Paraíba. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Icict/Fiocruz, 2012.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Arquitetura da informação para o website "A Cor da Cultura". *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: Icict/Fiocruz, 2012.

ARAÚJO, Aliek Aniceto Lopes; SANTOS, Kaio de Bessa. Dos direitos de personalidade das mulheres, dos negros e dos LGBT+ nas relações de

emprego. **Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**, v. 1, n. 11, p. 81-99, 2021.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo (SP): Peason educativa do Brasil, 2000.

BIONDI, Angie; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. O relato de si e a produção da fala política de vítimas em postagens de redes sociais. *In:* Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CHIARA, Ivone Guerreiro Di. Grupo de Foco. *In:* VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In:* MELO et al. (Org.). **Descolonizar o feminismo.** Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51.

CURVO, Luiz Felipe Sousa. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial. **Revista Bibliomar**, v. 20, n. 1, p. 106-130, 2021.

CUSICANQUI, Rivera Silvia. **Una reflexión sobre prácticas Ch'ixinakax Utxiwa y discursos descolonizadores**. Lima: La Plaza Editores, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HILGERT, Luiza Helena. O arcaico do contemporâneo: Medusa e o mito da mulher. **Lampião-Revista de Filosofia**, v. 1, n. 1, 2020.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: ETHOS, 2016.

LIMA, Celly de Brito; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Acesso e democratização da informação: Identidades afrodescendentes na cibercultura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: UFPB, 2009.

MELO FILHO, Edilson Targino; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da.. Enegrecendo o ENANCIB. **Revista Folha de Rosto**, v. 5 n. Especial, n. Especial, p. 49-59, 2019.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In:* MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORIGI, Valdir Jose; MASSONI, Luis Fernando H.; STUEBER, Ketlen; MARINHO, Andréa Carla M. Práticas Informacionais do Humaniza Redes no Facebook: combatendo o discurso de ódio em redes sociais. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: UFPB, 2015. p. 1-18.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

MUNARETTO, Lorimar Francisco; CORRÊA, Hamilton Luiz; DA CUNHA, Júlio Araújo Carneiro. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Arquitetura da informação no website "A Cor da Cultura". *In*: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: IBICT, 2010.

PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. **Revista Gênero**, v. 3, n. 1, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

ROCHA, Anna Carolina Carvalho; ALVES, Érika Cristina Silva; A discriminação da população negra no mercado de trabalho brasileiro pós abolição. **Iniciação & Formação Docente**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 428 a 440, ago. 2021.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 1977.

SILVA, Alba Lígia de Almeida. A responsabilidade social-ét(n)ica da ciência da informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: UFPB, 2009.

SILVA, Leyde K. R.; SILVA JÚNIOR, Jobson F.; AQUINO, Mirian A. A informação étnico-racial em blogs: preservando a memória e construindo a identidade negra. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: UFSC, 2013. p. 29-61.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque; ALVES, Edvaldo Carvalho; CÔRTES, Gisele Rocha. Apropriação,

disseminação e democratização da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba - Bamidelê. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais…** Salvador: UFBA, 2016.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. Biblioteconomia negra brasileira:caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima. (org.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas. Florianópolis: Rocha, 2020. (Selo Nyota, v. 3). 490 p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima. (org.). **O protagonismo da Mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis, SC: Rocha, 2019. (Selo Nyota, v. 2). 618 p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da.; ROMEIRO, Nathália Lima. (org.). **O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. 1. ed. Florianópolis: ACB, 2018. (v. 1). 526 p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota, v. 1). 340 p.

SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A informação étnico-racial em blogs: preservando a memória e construindo a identidade negra. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: UFSC, 2013.

SOARES, Ana Paula Alves. **Estudos métricos em Arquivística:** proposta de métricas para o gerenciamento de arquivos. 2019. 355 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa, 2019.

ZAGANELLI, Bárbara Martins; NISENBAUM, Moises Andre; ALVES, Karla dos Santos Guterres; MARQUES, Sarah Barreto; OLINTO, Gilda. O grupo focal na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 37-47, 2015.

PESSOAS BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS NAS PÁGINAS DA *EBONY MAGAZINE*: MOVIMENTOS PELOS DIREITOS CIVIS, DESSEGREGAÇÃO RACIAL E ACESSO À BIBLIOTECA[13]

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Priscila Rufino Fevrier
Raquel Mascarenhas dos Santos
Edilson Targino de Melo Filho

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros debates que deram configuração à imprensa negra advêm do período escravista no qual houve diálogos sobre relações étnico-raciais, uniões inter-raciais, direitos civis e acesso à educação, bem como sobre as vertentes do nacionalismo negro e debate abolicionista (XAVIER, 2012). Giovana Xavier atribui a esse período a existência de uma imprensa de "raízes antiescravistas", a qual interligava "direitos políticos, linguagem racial, cultura impressa e discurso público" (XAVIER, 2012, p. 22).

A imprensa negra estadunidense foi inaugurada em 16 de março 1827 com a publicação do *Freedom's Journal,* o qual foi o primeiro jornal do período pós-abolição editorado, gerido e de propriedade de pessoas negras ex-cativas moradoras do estado de Nova York. Sua criação serviu para rebater a imprensa tradicional

[13] Este capítulo foi inicialmente apresentado na modalidade comunicação oral no XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB 2021, no GT 6 – Informação, Educação e Trabalho e publicado no anais do evento.

branca, a qual utilizava de comentários racistas para se referir à população afro-americana e pautar a supremacia racial branca na época (FREEDOM'S JOURNAL, 2021; JENKINS, 2021; VENTURA, KARNICK, 2021; SAAD, 2020).

Dessa forma, atendendo à demanda daquele contexto, além das notícias que apresentavam editoriais, anedotas e eventos, neste jornal eram impressos discursos contrários à colonização, à escravidão e em defesa dos direitos civis e políticos da população negra, em especial o direito ao voto e de manifestação contra o linchamento negro (XAVIER, 2012; FREEDOM'S JOURNAL, 2021).

Após a libertação dos escravizados, houve a passagem pelos marcos históricos que demarcaram a história da população norte-americana e negra, dentre eles a tentativa falha de Reconstrução Radical (BRITANNICA, 2020b), o fim da Segunda Guerra Mundial, a perda de direitos e retrocessos na luta pela integração racial complementada pelo medo causado pelo avanço da violência racial difundida pelas Leis Jim Crow e fortalecimento de organizações racistas como Ku Klux Klan e *Knights of the White Camellia* (XAVIER, 2012; LONG, [1952] 2020; BRITANNICA, 2021c; JENKINS, 2021; UROFSKY, 2021). Diante deste cenário, jornais e revistas negros começaram a explicitar discursos reivindicatórios na luta pelos direitos civis, cidadania, afirmação da identidade negra e valorização da cultura negra, assim como denunciavam o racismo, a segregação racial e a estruturação da supremacia racial dentro da sociedade norte-americana.

No entanto, para além do enfoque em questões relevantes para a população negra norte-americana, como o Movimento pelos Direitos Civis e fortalecimento da "ideologia do protesto negro", a imprensa negra realizou uma contra-narrativa à imprensa hegemônica por intermédio da divulgação de realizações e personalidades negras em diversas esferas da sociedade (XAVIER, 2012; VENTURA, KARNICK, 2021).

Dentre as revistas e jornais negros históricos ativos antes, durante e após o período segregacionista, elencamos para esta investigação a *Ebony Magazine*, revista criada em 1945 por John H. Johnson. As questões que embasam a referida pesquisa são: Sendo a *Ebony* uma das revistas mais influentes na comunidade negra, como estão representados os bibliotecários e bibliotecárias negras nas notícias divulgadas pela revista? Quais os enfoques sobre esses profissionais e a biblioteca dentro de seu escopo? Nesse sentido, este trabalho investiga a representação de bibliotecárias e bibliotecários negros na *Ebony Magazine* durante o período de 1959 a 1985. Nosso interesse está em descobrir se há visibilização de bibliotecárias e bibliotecários negros nesta revista de alto alcance dentro da história da imprensa negra americana e, se há visibilização, quais são os enfoques trazidos pela mesma sobre esses profissionais.

No âmbito deste estudo, a *Ebony Magazine* é caracterizada como uma fonte de informação étnico-racial sobre a história, cultura e memória da História Negra e da Biblioteconomia Negra Americana, haja vista que nos permite analisar a atuação profissional de pessoas negras bibliotecárias e suas contribuições para o acesso às bibliotecas e à informação durante e após o período segregacionista.

Metodologicamente, este estudo está construído a partir da busca pelos termos "librar*", "librarian" e "library" no sumário (*content*) e corpo da revista no período de 1959 a 1985, totalizando 313 números analisados. Tal período escolhido para análise foi demarcado por períodos históricos que solidificaram a luta pelos direitos civis de pessoas negras no contexto norte-americano. Os aspectos políticos e históricos como Pós-Segunda Guerra Mundial, Guerra do Vietnã e outros conflitos políticos demarcaram o período analisado. Ainda, a segregação racial presente entre as décadas de 1960 e 1970 - política oriunda dos resquícios da escravidão ocorrida no século XIX nos EUA - foi um demarcador de processos de desigualdades sociais e raciais na

sociedade afro-americana. Por fim, esse período foi de insurgência no combate ao racismo pelos movimentos civis negros e seus representantes como Malcolm X, Martin Luther King, Rosa Parks, dentre outros ativistas.

Trata-se, portanto, de um estudo de natureza exploratória e qualitativa. A respeito da coleta de dados, os números da *Ebony Magazine* foram recuperados no *Google Livros*[14]. Após a recuperação das reportagens sobre bibliotecários e bibliotecárias negras pelos termos de busca elencados, as mesmas foram transcritas e traduzidas em documento de *word* para análise de seu conteúdo e apresentação dos seus resultados.

2 *EBONY MAGAZINE* E A VISIBILIDADE DA SOCIEDADE NEGRA NORTE-AMERICANA

Criada em 1945 por John H. Johnson, um jornalista e editor afro-americano, a *Ebony Magazine* é uma revista mensal voltada para o público negro dos Estados Unidos. Na história norte-americana, foi a primeira revista negra a ganhar circulação nacional. Com equipe de pessoas negras, a *Ebony* foi inicialmente concebida para o enfoque em notícias, fotos e interesses de leitores afro-americanos. Buscava ainda a ruptura com estereótipos sobre a comunidade negra, os quais eram periodicamente reforçados e ligados à marginalidade, sexualidade e folclorização. Com seu sucesso passou a evidenciar artistas e esportistas afro-americanos, bem como incluiu realizações de sujeitos de todas as esferas da classe média negra, dentre elas, pessoas bibliotecárias (BRITANNICA, 2020a; ANDERSON, 2021).

[14] Os números por décadas estão disponíveis em: https://books.google.com.br/books?id=PtMDAAAAMBAJ&hl=pt-BR&source=gbs_all_issues_r&cad=1&atm_aiy=1950#all_issues_anchor Acesso em: 19 jan. 2021.

A ideia de uma revista específica para leitores negros veio após a experiência de Johnson com *marketing* voltado para o público negro. Em 1942, iniciou o que foi um protótipo para a *Ebony*, o *Negro Digest*. Logo na primeira edição, a revista vendeu aproximadamente três mil cópias e, após um ano, a tiragem era de 50 mil cópias mensais. Sobre o contexto dessa época, Johnson (1975, p. 30, tradução nossa) abordou que havia baixa abordagem em revistas sobre pessoas negras humanizadas, com necessidades humanas e que enfocassem todos os espectros da vida negra: "Era raro [...] que rádios, jornais ou revistas notassem que os negros se apaixonavam, se casavam e participavam de atividades comunitárias organizadas".

Voltada para temas mais gerais, a *Ebony* atendeu interesses por temas diversos da vida cotidiana de pessoas negras, os quais foram estruturados em seções como política, educação, direito, entretenimento, exterior, arte popular, negócios, vida moderna, esportes e moda (BRITANNICA, 2021b; CLANCY, 2019). A filosofia editorial inicial da *Ebony* foi realizada de forma diferente daquela adotada pela imprensa negra da época. Enquanto os jornais negros como o *Pittsburg Courier*, *Chicago Defender* e outros noticiavam linchamentos, segregação, assuntos jurídicos, eventos sociais da classe média e notícias esportivas, a *Ebony* seguiu uma cobertura dedicada a oferecer uma visão otimista sobre o que é ser uma pessoa negra americana, suas realizações e seu cotidiano de classe média negra. Esse otimismo adotado pós-Segunda Guerra Mundial apresentou imagens positivas de identidade negra em contrapartida àquelas negativas presentes no cotidiano afro-americano. Todos esses assuntos geraram interesses diversos da comunidade negra e resultou no sucesso da revista nas próximas décadas (BURROUGHS, 2009).

Como marco histórico, a *Ebony* alcançou na primeira edição de 1945 a venda de 25.000 exemplares e em seu sexagésimo aniversário (2005), a publicação atingiu dez milhões de leitores. No início do

século XXI, atingiu aproximadamente 1,8 milhão de leitores, algo significativo dentro da comunidade negra americana (BRITANNICA, 2021b). Além da *Ebony*, Johnson também criou a revista *Jet*, publicada semanalmente pela empresa *Johnson Publishing Company*. Conforme Sean Clancy (2019, s.p., tradução nossa), "*Ebony* e *Jet* se tornariam as respostas da comunidade negra para *Life* e *Reader's Digest*, reportando sobre uma parte da América raramente coberta pela imprensa branca".

Entretanto, apesar de ser popular, a *Ebony* precisava se tornar economicamente viável e gerar retorno financeiro. Como estratégia, Johnson conseguiu convencer empresários brancos a divulgarem seus produtos, via *Ebony*, para a comunidade negra utilizando modelos negros. Ademais, se tornou um fórum da história negra, haja vista que publicava artigos que posteriormente se tornaram livros sobre a história afro-americana, os quais foram inseridos em escolas e universidades como leitura obrigatória (BURROUGHS, 2009; CHRISTIAN, 2018).

Margena A. Christian, ex-funcionária da *Ebony*, em seu livro *Empire: The House that John H. Johnson Built* conta o impacto global promovido pela revista *Ebony* – assim como sua "irmã mais nova" *Jet* – diante do legado construído de décadas sobre a história negra norte-americana e de representação positiva da identidade negra no país. Por intermédio de fontes informacionais exaustivamente coletadas, assim como entrevistas realizadas com o editor-fundador, Christian abordou desde as barreiras raciais e obstáculos profissionais enfrentados por Johnson até a construção do império composto por diversos enfoques comerciais, tais como cosméticos, viagens, programas de televisão, desfile de moda, e outros empreendimentos direcionados à comunidade negra da época (CHRISTIAN, 2018).

Outro ponto de destaque é que a filosofia inicial sofreu mudanças para incluir informações sobre o contexto político, econômico e social da comunidade negra durante o período dos

movimentos de direitos civis e *Black Power*. Conforme Rahm Emanuel e David Reifman (2017, p. 9, tradução nossa), a *Ebony* "foi uma das primeiras revistas a cobrir o trabalho do Dr. Martin Luther King na década de 1950 e o Dr. King escreveu uma coluna mensal para a revista intitulada "Conselhos para Viver" em 1957 e 1958". Ademais, publicou diversas edições especiais que abordavam a situação familiar negra e também promoviam discussões sobre o racismo como um "problema branco". Dessa forma, trouxe para centro do debate uma contra-narrativa àquela adotada pela imprensa branca, que atribuía o racismo como um problema das pessoas negras. Entre 1960 e 1970, houve participações de pessoas como Martin Luther King Jr, Betty Shabazz, entre outras figuras políticas da época na capa da revista (BURROUGHS, 2009). No entanto, o conglomerado construído por Johnson se desestruturou após a sua morte. Atualmente com mais de sete décadas de existência, a *Ebony* ainda continua publicando sobre a história negra norte-americana, dessa vez com um enfoque mais direcionado para o século XXI e com uso da internet como aliada para alcançar novos voos.

Nessa breve seção abordamos sobre o contexto de criação e enfoque da *Ebony* e sua contribuição para a comunidade negra norte-americana. Em continuidade, direcionamos nosso olhar para o movimento pelos direitos civis e o contexto da biblioteca para pessoas negras no período de segregação.

2 MOVIMENTOS PELOS DIREITOS CIVIS E O ACESSO À BIBLIOTECA NO PERÍODO DE SEGREGAÇÃO RACIAL

O movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos ganhou forças no sul em meados do século XX, e visavam acabar a discriminação e a segregação racial no país. Segundo o ministro Will B.

Campbell, nativo do Mississippi, o princípio dos movimentos pelos direitos civis aconteceu quando os primeiros africanos escravizados chegaram à América do Norte trazidos à força pelos europeus durante tráfico transatlântico (WIEGAND; WIEGAND, 2018). Com a segregação da população afro-americana em espaços públicos, os ambientes destinados para esse grupo étnico-racial tinham infraestrutura extremamente desigual e precária em relação aos locais destinados ao grupo racial branco (DONNELL, 2000; WIEGAND; WIEGAND, 2018).

No que se refere à formação em Biblioteconomia nos Estados Unidos durante o século XIX e XX, em sua pesquisa de dissertação Silva (2019) apresenta o contexto quanto à formação de pessoas negras na área. Nas informações históricas, evidenciou as dificuldades encontradas pelas pessoas negras para se graduarem em Biblioteconomia, haja vista que de 1925 a 1939 somente a *Hampton Institute Library School* aceitava estudantes negros. Conforme Jordan (2000), antes do *Hampton Institute Library School*, as pessoas negras eram formadas em instituições de predominância branca nas quais se deparavam com as políticas institucionais desiguais adotadas na academia, bibliotecas e serviços oferecidos para população negra e grupos minoritários.

Historicamente, a *American Library Association* (ALA) foi uma das organizações que atuou ativa e passivamente na manutenção da segregação em bibliotecas públicas, e por consequência, na manutenção do discurso da supremacia racial branca. Dentre seu histórico de negligências, estiveram bibliotecas públicas segregadas aceitas como integrantes da ALA e casos de racismo contra pessoas bibliotecárias negras em Conferências Anuais da Associação. Ademais, há lacuna documental no período de início do século XX sobre as discussões relacionadas à raça e bibliotecas nas conferências anuais da ALA (JORDAN; JOSEY, 1977; JORDAN, 2000; ORANGE, 2018; WIEGAND, 2017, 2018).

Wayne A. Wiegand (2017) infere que antes de 1950, havia esquecimento sobre as bibliotecas públicas segregadas no Sul dos Estados Unidos, as quais eram impeditivos para o acesso à informação, leitura e biblioteca por parte da comunidade negra americana. Conforme expresso por Cheryl Knott em seu livro *Not Free, Not for All: Public Libraries in the Age of Jim Crow* foi a partir do acesso às bibliotecas de empréstimo público nascidas no início do século XX que as pessoas negras puderam ter acesso ao livro, leitura e biblioteca no contexto de segregação racial americana. Em 1926, nos estados sulistas, 11% das 720 bibliotecas públicas se destinavam a atender pessoas negras, em 1947, passaram a 38% das bibliotecas. O financiamento de bibliotecas destinadas ao público negro veio de Fundos como Julius Rosewald e de Andrew Carnegie, mas principalmente, das próprias comunidades negras que arrecadavam dinheiro entre si para construção de escolas e bibliotecas (KNOTT, 2015).

A pesquisa de Suzanna W. O Donnell relata sobre Biblioteca Gratuita de Charleston, na qual identificou que para os indivíduos brancos existia uma biblioteca principal disponível 68 horas semanais, quatro filiais abertas em um total de 44 horas, um acervo de 13.398 livros, e mais de 98 periódicos. Enquanto isso, para os indivíduos negros uma única biblioteca central estava acessível 68 horas semanais, com um acervo com 4.641 livros e 14 periódicos. A autora destaca que os negros correspondiam a 54,2% da população de Charleston. Essa diferença marcante acontecia em relação aos espaços das bibliotecas destinadas para a população afro-americana, como também em diversos âmbitos da sociedade como na educação, transporte público, etc (DONNELL, 2000).

Esse cenário segregacionista mudou a partir do confronto com a centralidade da questão racial na profissão bibliotecária, a formação de pessoas negras em Biblioteconomia e a inclusão desse debate a partir de ações elaboradas por bibliotecárias e bibliotecários negros como E. J.

Josey, Clara Stanton Jones, Virgínia Lacey Jones, Albert P. Marshall, e outros. (JORDAN; JOSEY, 1977; JORDAN, 2000; WIEGAND, 2017).

Conforme infere a bibliotecária da *Ebony*, Doris Saunders no *The Ebony Handbook*, as bibliotecas foram negadas à comunidade negra de forma sistemática nas décadas anteriores à revolução dos direitos civis. Isso acabou por afetar os serviços bibliotecários destinados à esta população, pois dela era exigido que usassem somente as "bibliotecas para negros", especialmente no Sul dos Estados Unidos. Saunders infere que tais bibliotecas eram inadequadas para uso, pois não receberam recursos para contratação de pessoal, investimento em infraestrutura e composição de acervos adequados à comunidade. Nas outras regiões do país onde a segregação não era legal, havia problemas quanto ao acesso às bibliotecas pela comunidade devido as instalações serem localizadas em áreas inacessíveis à população negra americana. Nesse sentido, se não há acesso regular ao livro ou serviços bibliotecários ao alcance da comunidade, então a mesma não está recebendo acesso à informação, ao livro e à biblioteca (SAUNDERS, 1974).

Até os primeiros anos da década de 1970, diversas comunidades negras dos Estados Unidos não tinham acesso à biblioteca, nem aos serviços bibliotecários que suprissem suas necessidades de informação e transformação social. Ao longo das décadas de 1950 a 1970, a população lutou pelo acesso à biblioteca, e houve inclusive fundos criados por legislação visando fornecer auxílio financeiro para criação de bibliotecas e compra de recursos informacionais. No entanto, da década de 1970 em diante, os programas federais e financiamentos específicos sofreram cortes e os serviços que foram desenvolvidos, em especial, a partir de 1960 foram novamente prejudicados (SAUNDERS, 1974).

A partir disso, foi criada a convenção política de bibliotecários negros (*Caucus of Black Librarians*) a partir da liderança de E. J. Josey e outros para buscar resolução dos problemas enfrentados quanto à formação em biblioteconomia, recrutamento, preconceito salarial e a

discussão sobre integração do sul como uma eliminação do bibliotecário negro. As associações profissionais também tiveram papel na conscientização das discussões supracitadas e nas ações que denunciavam a discriminação contra negros em bibliotecas como a do Biblioteca do Congresso Americano e a Biblioteca Pública do Distrito de Columbia. O protesto de grupos negros também esteve em relação a quem construía as bibliotecas destinadas à comunidade. Em diversas cidades americanas, a construção de bibliotecas destinadas à população negra foi interrompida até que construtores negros fossem contratados para a realização dos projetos. Com a inclusão de pessoas negras e bibliotecárias negras dentro de conselhos, associações, diretorias, curadorias, as tomadas de decisão que influenciavam a comunidade negra e o serviço de bibliotecas para elas foram sofrendo mudanças que repercutiram no acesso e na qualidade dos serviços informacionais para grupos excluídos (SAUNDERS, 1974).

Foi nessa fusão de forças e organizações que a comunidade negra reivindicou a desagregação das bibliotecas públicas americanas e da própria ALA para torná-las genuinamente um espaço para todos os americanos. Apesar do movimento da época ter sido intensificado no sul dos Estados Unidos, local onde o racismo e preconceito racial eram mais intensos, essa luta se espalhou por todo território norte-americano.

A despeito de todos os confrontos e manifestações ocorridos entre 1955 e 1967, época marcada pelos esforços de integração das bibliotecas públicas por parte da população afro-americana, existem poucos relatos sobre ações realizadas por parte de pessoas bibliotecárias pela luta das integrações com o objetivo de estender e igualar serviços ao indivíduos afro-americanos em bibliotecas públicas (WIEGAND; WIEGAND, 2018, s.p.). Donnell (2000) destaca que os bibliotecários e bibliotecárias do sul, além de não serem unificados enquanto classe, também eram moderados e apolíticos sobre o debate racial. Sob um viés que pensavam ser neutro, se abstinham de declarar seu apoio e atuar nos

movimentos pelos direitos civis. "As atitudes dos bibliotecários em relação aos negros eram tão variadas e tão difíceis de explicar quanto as complexas relações entre brancos moderados e negros na população em geral" (DONNELL, 2000, s.p.).

A comunidade negra esteve engajada na linha de frente das batalhas pelos direitos civis em bibliotecas públicas segregadas no sul, assim como em todo país. Essas manifestações realizadas, principalmente por jovens negros, não tinham tanta notoriedade quando comparadas aos episódios do boicote aos ônibus de Montgomery em 1955, das manifestações contra a lanchonete de Greensboro em 1960, os *Freedom Riders* em 1961 e a marcha de 1963, em Washington (WIEGAND; WIEGAND, 2018). As manifestações contra a segregação em bibliotecas públicas eram pouco noticiadas na imprensa, mesmo em jornais locais. As notícias que ganhavam mais destaques eram aquelas relacionadas aos movimentos com participação de líderes como Martin Luther King Jr. e Malcolm X, mas poucas vezes esses protestos aconteciam em bibliotecas públicas (DONNELL, 2000; WIEGAND; WIEGAND, 2018).

Nesse sentido, entendendo que a biblioteca é o cerne para a justiça informacional, social e racial, assim como para a transformação social de comunidades vulnerabilizadas; e que a *Ebony Magazine* se propõe a divulgar informações de interesse para a população negra americana, iremos apresentar na próxima seção, a representação sobre pessoas bibliotecárias trazidas nas páginas da revista, em especial, com enfoque na profissão bibliotecária, no acesso à informação e aos espaços das bibliotecas públicas e fora delas.

4 A PRESENÇA DOS BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS NA *EBONY*: ATUAÇÃO E REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL E O ACESSO À BIBLIOTECA POR POPULAÇÕES NEGRAS

Ao total foram analisados 313 números da *Ebony Magazine* compreendendo o período de 1959 a 1985. Em nossa busca, o termo *library* retornou em matérias publicadas na *Ebony* sobre a vida e cotidiano de personalidades negras do entretenimento, esportes, economia e política. Supomos que o aparecimento de tantas referências à biblioteca no texto das reportagens e fotos registradas nas residências e espaços frequentados pelas personalidades e população negra esteja vinculado, primeiro, ao fato da população negra ter a biblioteca como fonte que permitia o aprendizado de novas informações para a transformação de suas realidades sociais, econômicas, políticas e educacionais; segundo, pelo fato de haver bibliotecárias negras atuando na equipe da *Ebony* durante o período de análise, o que acreditamos ter influenciado as tomadas de decisão sobre as matérias da revista. Houve ainda, o aparecimento do termo *library* em propagandas de livros publicados pela *Johnson Publishing Company*, tais como *The Ebony Sucess Library, The Ebony Handbook, Black Defenders of America, The Ebony Classics, The Shaping of Black America,* cujo enfoque esteve em preservar para a posteridade todos os marcos históricos a respeito da população negra americana e da História Negra Americana (EBONY, 1976). Ademais, reportagens que abordavam bibliotecas, como a *Martin Luther King Branch Library*, *Library of Congress*, Biblioteca do Parlamento Canadense, entre outras foram recuperadas, assim como fotografias de pessoas frequentando bibliotecas.

No que se refere à equipe que compunha a *Ebony*, constatamos que entre 1959 a 1985 houve a atuação de Doris Saunders, Lucille

Phinnie, Pamela J. Cash e Olive K. Wong como bibliotecárias negras responsáveis por assinarem os números da revista e também fazerem parte da equipe da biblioteca da *Johnson Publishing Company* (Figura 1). A biblioteca fornecia suporte de informações para construção dos números da revista, assim como as bibliotecárias atuavam na editoria de obras lançadas pela empresa (SAUNDERS, 1973).

Figura 1 - Os funcionários da biblioteca da *Johnson Publishing Company* na reportagem comemorativa dos 20 anos da *Ebony Maganize*. São eles, a bibliotecária Lucille Phinnie (à frente), Henrietta Thomas (em sequência), Thomas Atkinson (em sequência) e Mary Ransom (na escada).



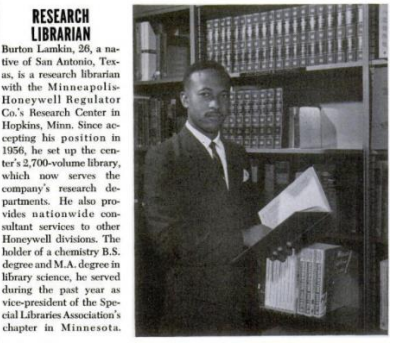
Library staffers (above) are (front to rear) Librarian Lucille Phinnie, Henrietta Thomas, Thomas Atkinson and Mary Ransom (on ladder). IBM computers in data processing section (below) of Subscription Dept. are tended by Carrie Haywood.

Fonte: Ebony (1965, p. 66).

Foram localizadas reportagens sobre bibliotecárias e bibliotecários negros em diversas seções, mas, especialmente na *Speaking of people* [Falando de pessoas]. Nesta referida seção, bibliotecárias e bibliotecários negros eram representados em resumos biográficos que abordavam sua origem, formação e atuação profissional. (Figura 2 a,b,c).

Figura 2 - a) Burton Lamkin, bibliotecário de pesquisa do *Minneapolis-Honeywell Center* na *Ebony* de 1960; b) Dawn Villere, bibliotecária assistente da *Computer Science Corporation*, em 1967; c) Clara Stanton Jones, bibliotecária e Diretora da Biblioteca Pública de Detroit na *Ebony*, em 1977.

a)



RESEARCH LIBRARIAN

Burton Lamkin, 26, a native of San Antonio, Texas, is a research librarian with the Minneapolis-Honeywell Regulator Co.'s Research Center in Hopkins, Minn. Since accepting his position in 1956, he set up the center's 2,700-volume library, which now serves the company's research departments. He also provides nationwide consultant services to other Honeywell divisions. The holder of a chemistry B.S. degree and M.A. degree in library science, he served during the past year as vice-president of the Special Libraries Association's chapter in Minnesota.

b)



COMPUTER CORP. LIBRARIAN

Dawn Villere is an assistant librarian for Computer Sciences Corp. in El Segundo, Calif. Working with a computerized indexing system, she is responsible for processing, reviewing and integrating some 200 documents into a listing which now includes about 10,000 items. Explaining the system here to Jeffrey Dawes, Mrs. Villere indexes professional journals, computer manuals, Defense Document Center (DDC) publications and is in charge of the firm's locked depository of classified information. The one-time movie starlet is married to a research scientist.

c)



PUBLIC LIBRARY DIRECTOR

Clara Jones is director of the Detroit Public Library and recently completed a one-year term as the first Black president of the American Library Association, the largest group of professional librarians in the U.S. An employe of the library since 1944, she has held the directorship since February, 1970, the first Black and the first woman in that post. Born in St. Louis, Mo., Mrs. Jones earned a library science degree from the University of Michigan, and has since received numerous honorary degrees. She and her husband, Albert, have three children.

Fonte: a) *Ebony* (1960, p. 6); b) *Ebony* (1967, p. 7); c) *Ebony* (1977, p. 7).

Na Figura 2a, 2b e 2c, apresentamos exemplos sobre a representação de bibliotecários negros na revista: Na primeira imagem, observamos a edição da *Ebony* de outubro de 1960, na qual há o resumo biográfico do bibliotecário de pesquisa do Minneapolis-Honeywell Center, Burton Lamkin. Bibliotecário negro com mestrado em Biblioteconomia, Lamkin atuava no Centro desde o ano de 1956, organizando e consolidando a biblioteca da Instituição, assim como foi bibliotecário de pesquisa e consultor para as suas filiais (EBONY, 1960). A bibliotecária assistente Dawn Villere aparece em dois volumes da revista, o primeiro na seção *Speaking of people* de março de 1967, no qual sua atuação na *Computer Sciences Corp.* foi registrada. Conforme o resumo, Villere trabalhava em um sistema de indexação computadorizado realizando o processamento, revisão e integração de documentos indexados, tais como periódicos, manuais de computadores, publicações, entre outros. No volume de junho de 1967, a bibliotecária aparece vinculada à reportagem sobre trabalhos especializados, intitulado "Computers aid employe hunt" [Computadores ajudam na busca de funcionários], que aborda como computadores ajudavam na busca por funcionários para empresas (EBONY, 1967a,b). No número especial de 1977, intitulado "The Black Woman" [A mulher negra], Clara Stanton Jones também aparece na seção *Speaking of people*. Bibliotecária negra, Jones que foi a primeira presidente negra da *American Library Association* (A.L.A.) e diretora da Biblioteca Pública de Detroit (EBONY, 1977).

No período de análise foram recuperadas duas reportagens completas sobre bibliotecária Clara Stanton Jones (Figura 3a) e o bibliotecário E. J. Josey (Figura 3b). A matéria elaborada sobre Clara está intitulada "Detroit's top librarian" e faz parte da seção *Professions*. O enfoque foi na vida e carreira da bibliotecária contextualizando uma parte da infância de Jones e seu interesse pela leitura. Na vida adulta, a Biblioteconomia possibilitou o caminho que a levou para diretoria

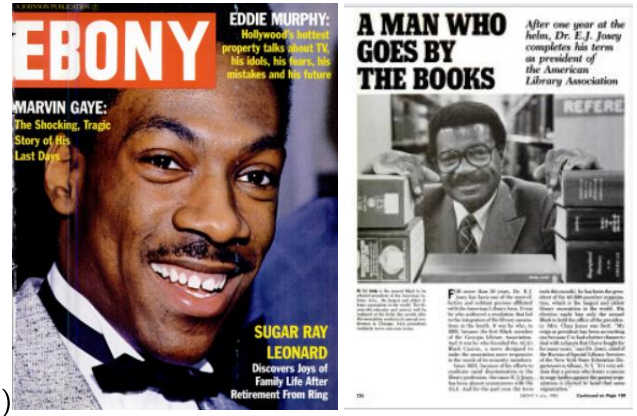
do Sistema de Bibliotecas de Detroit, um dos maiores do país à época, mesmo enfrentando preconceitos raciais e sexistas.

Figura 3 – a) Capa da *Ebony Magazine* de 1971 e reportagem sobre Clara Stanton Jones como bibliotecária da Biblioteca Pública de Detroit e primeira presidente negra da *American Library Association*; b) Capa da *Ebony Magazine* de 1985 e reportagem sobre E. J. Josey, segundo presidente negro da *American Library Association*.

a)



b)



Fonte: a) *Ebony* (1971, p. 115); b) *Ebony* (1985, p. 126).

Em sua atuação profissional, Clara Stanton Jones incentivou o despertar pelo gosto pela leitura em outras pessoas. Em sua percepção, a pessoa que não possui acesso à biblioteca está impedida de ver as possibilidades de transformar suas vidas, pois esta informação se encontra escrita nos livros. Seu objetivo era fazer das bibliotecas espaços para que as pessoas pudessem buscar mais do que livros: que as usassem para melhorar suas vidas. Para isso, interagia com as pessoas nos bairros, igrejas, reuniões e clubes para influenciá-las a entender para que serve uma biblioteca e qual o papel das bibliotecárias no auxílio à resolução de problemas diários. Sua consciência de ser mulher, negra e classe média a fez duvidar de conseguir ser eleita como diretora da Biblioteca de Detroit. No entanto, sua atuação permitiu manter o sistema de bibliotecas aumentando mesmo com corte orçamentário. Sua estratégia esteve em reunir esforços conjuntos com outras bibliotecas do estado para conseguir ajuda. Refletiu também sobre o difícil acesso às bibliotecas públicas pela população negra, haja vista terem sido construídas em bairros brancos, o que gerou rebeliões pela população negra de Detroit contra essa segregação instaurada via localização. Outro fator de dificuldade, estava no fato de comunidades negras rurais não saberem o potencial das bibliotecas e haver desinteresse de bibliotecários em oferecer informações para pessoas sem educação formal, o que demandou esforços da bibliotecária para criar interesse nessas pessoas, conforme destaca na entrevista: "eu fui às reuniões da igreja e disse aos homens que temos manuais de conserto de automóveis para quando eles querem consertar seus carros e livros que explicam como consertar um porão. Esse tipo de coisa os interessa" (JONES apud EBONY, 1971, p. 122, tradução nossa). Coleções de livros com assuntos de interesse da comunidade afro-americana foram elaboradas nas bibliotecas de Detroit, o que popularizou o acesso e fez sucesso nas comunidades. Para Clara, a motivação é a chave para que as pessoas despertem o gosto pela leitura. Dessa forma, entende que os

livros devem estar disponíveis para que quando as pessoas os encontrem digam: "isso é sobre mim" (EBONY, 1971).

No que se refere à segunda reportagem, encontra-se na seção *Personalities* sob o título de "A man who goes by the books" [Um homem que segue os livros]. A abordagem esteve na atuação do bibliotecário como presidente da *American Library Association* (ALA). Sua participação na ALA por mais de 30 anos à época trouxe diversos resultados, dentre eles a escrita da resolução que levou à integração de associações de bibliotecas do sul, a criação da *Black Caucus* of ALA e a escrita de diversos livros sobre Biblioteconomia. Durante sua carreira, focou no combate à discriminação racial na profissão bibliotecária, na elaboração de movimento para tornar a ALA mais humanizada quanto às questões raciais, às necessidades de informação pela comunidade negra e outras marginalizadas, assim como ao oferecimento de trabalho e salários justos para bibliotecários e bibliotecárias negras. Como presidente incluiu representantes de grupos marginalizados e excluídos em comitês profissionais da ALA, angariou fundos e apoio para bibliotecas e Biblioteconomia, além de criticar e lutar contra cortes no orçamento destinado às bibliotecas e serviços bibliotecários realizados no governo Reagan. Josey participou dos movimentos pelos direitos civis das décadas de 1950 e 1960 lutando pela integração em bibliotecas e o seu acesso irrestrito por grupos excluídos. Outro destaque na reportagem esteve em Josey ser considerado o "padrinho dos bibliotecários negros", haja vista seu esforço no recrutamento de pessoas negras para a área, no encorajamento ao associativismo profissional e luta pelo oferecimento de serviços bibliotecários equitativos para populações colocadas à margem (EBONY, 1985).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possuiu como objetivo investigar a representação de bibliotecárias e bibliotecários negros nas publicações da *Ebony Magazine*. Como resultados, nosso estudo identificou a representação positiva da profissão bibliotecária, haja vista a atuação de bibliotecárias negras na própria equipe da revista *Ebony* e da biblioteca da empresa proprietária. As influências e a representação da profissão estão presentes em reportagens sobre personalidades, assim como de pessoas da comunidade negra em geral frequentadoras de bibliotecas. Os livros elaborados pela equipe da *Johnson Publishing Company* e divulgados em propagandas nos números da revista também reforçam a conexão entre conhecimento negro, informação, bibliotecas e pessoas bibliotecárias. Identificamos que as notícias sobre a atuação profissional de bibliotecárias e bibliotecários negros encontram-se em todas as seções ao longo dos números analisados, no entanto, a seção *Speaking of people* registrou a presença desses profissionais por intermédio de resumos biográficos, os quais demonstraram a amplitude de atuação bibliotecária em diversos setores da sociedade americana.

Dentre os enfoques de reportagens completas, a revista publicou duas importantes, uma na seção *Professions* e *Personalities*. Não por coincidência, as mesmas se referiram a duas pessoas bibliotecárias negras, Clara Stanton Jones e E. J. Josey, que foram os primeiros no cargo de presidentes da *American Library Association*. Nas entrevistas de ambos foi possível analisarmos a consciência da importância da biblioteca e da profissão bibliotecária para a transformação das realidades informacionais, sociais, educacionais e políticas das populações negras e grupos minoritários. Nos discursos também esteve presente a criação de coleções destinadas às populações negras, a crítica à segregação racial, a crítica aos cortes orçamentários destinados às bibliotecas e acervos, a luta pela integração em

bibliotecas públicas, assim como a consciência do papel do associativismo e dos movimentos por direitos civis para reivindicar pautas importantes para as comunidades negras. Dessa forma, esta pesquisa demonstrou o papel da *Ebony Magazine* para a documentação, divulgação e representação da profissão bibliotecária e bibliotecas, assim como para a Biblioteconomia Negra e História Negra.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsas de pesquisa de mestrado e doutorado às pessoas autoras deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Tre'vell. How Ebony and Jet magazines aim for a comeback. New CEO: 'I want my people back'. **Los Angeles Times**, jan. 19, 2021.

ANGELOU, Maya. Then Ebony Arrived. **Ebony**, v. 43, November 1995.

BRITANNICA, Editors. Ebony. **Encyclopedia Britannica**, 27 Aug. 2021a.

BRITANNICA, Editors. John H. Johnson. **Encyclopedia Britannica**, 19 mar. 2021b.

BRITANNICA, Editors. Ku Klux Klan. **Encyclopedia Britannica**, 10 Jun. 2021c.

BRITANNICA, Editors. Radical Reconstruction. **Encyclopedia Britannica**, 23 Jun. 2020b.

BURROUGHS, Todd Steven. Ebony. *In*: FINKELMAN, Paul (ed.). **Encyclopedia of African American History, 1896 to the Present**: from the

age of segregation to the twenty-first century. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 119-121.

CHRISTIAN, Margena A. **Empire: the house that John H. Johnson Built**. Chicago: Doc.M.A.C. Write, 2018.

CLANCY, Sean. Ebony, Jet magazines founder from Arkansas is subject of book. **Akansas Democrat Gazette**, jun. 23, 2019. Acesso em: 21 jan. 2021.

DECIA, Patricia. Ku Klux Klan tem horário em TV pública. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 maio 1996.

DONNELL, Suzanna W. O. **Equal opportunities for Both**: Julius Rossenwald, Jim Crow and the Charleston free librarys record of service to blacks, 1931 to 1960. 2000. 57 f. Masters paper (Master of Science in Library Science) - School of Information and Library Science, University of North Carolina, North Carolina, 2000.

EBONY. Speaking of people. **Research librarian**. v. 15, n. 12, p. 6, out. 1960.

EBONY. Anniversary Features. **Twenty years of Ebony**. v. 21, n. 1, p. 66, nov. 1965.

EBONY. Speaking of people. **Computer Corp. Librarian**. v. 22, n. 5, p. 7, mar. 1967a.

EBONY. **Computers aid employe hunt**. v. 22, n. 8, p. 92, jun. 1967b.

EBONY. Speaking of people. **Public Library Director**. v. 32, n. 10, p. 7, ago. 1977.

EBONY. **Make this a relevant and meaningful bicentennial**… v. 31, n. 7, p. 99, maio 1976.

EBONY. Professions. **Detroit's Top Librarian**. v. 27, n. 1, p. 115-118, nov. 1971.

EBONY. Personalities. **A man who goes by the books**. v. 40, n. 9, p. 126-130, jul. 1985.

EMANUEL, Rahm; REIFMAN, David. **Johnson Publishing Company Building**: Final Landmark Recommendation adopted by the Commission on Chicago Landmarks. Chicago, 2017.

FREEDOM'S JOURNAL. **Newspaper: Editors - Samuel E. Cornish e John B. Russwurm**. Nova York, 2020.

JENKINS, John Philip. White Supremacy. **Encyclopedia Britannica**, 13 abr. 2021.

JOHNSON, John H. Publisher's Statement. **Ebony**, v. 31, n. 1, p. 1-206, nov. 1975.

JORDAN, Casper L.; JOSEY, Elonnie. L. A Chronology of Events in Black Librarianship. *In*: JOSEY; Elonnie. J.; SCHOCKLEY, Ann A. (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JORDAN, Casper. L. African American Forerunners in Librarianship. *In*: JOSEY, Elonnie J.; DELOACH, Marva. (ed.). **Handbook of black librarianship**. 2. nd. ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

KNOTT, Cheryl. **Not Free, Not for All**: Public Libraries in the Age of Jim Crow. Amherst: University of Massachusetts Press, 2015.

LONG, Christopher. **Knights of the White Camellia**. Handbook of Texas, Austin, TX: Texas State Historical Association, [1952] 2020. Disponível em: https://www.tshaonline.org/handbook/entries/knights-of-the-white-camellia Acesso em: 20 jan. 2021.

ORANGE, Satia. Interview. *In*: LANDGRAF, Greg. Blazing Trails: pioneering african-american librarians share their stories. **American Libraries**, 2 jan. 2018.

SAAD, Layla F. **Eu e a supremacia branca**: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SAUNDERS, Doris. Section V – Libraries. *In*: SAUNDERS, Doris. (ed.). **The Ebony Handbook**. Chicago: Johnson Publishing Company, 1974. p. 180.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 521 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2019.

UROFSKY, Melvin I. Jim Crow Law. **Encyclopedia Britannica**, 12 feb. 2021.

VENTURA, William; KARNICK, Romilla. The Black Press: do Freedom's Journal a The Crisis, Ebony & Jet. **Black History in two minutes**, 2020.

WEDGEWORHT, Robert. Library service and the Black Librarian. *In*: SAUNDERS, Doris. (ed.). **The Ebony Handbook**. Chicago: Johnson Publishing Company, 1974. p. 182-183.

WIEGAND, Wayne A. "Any Ideas?": The American Library Association and the Desegregation of Public Libraries in the American South. **Libraries: Culture, History, and Society**, v. 1, n. 1 p. 1-22, 2017. DOI: https://doi.org/10.5325/libraries.1.1.0001 Acesso em: 19 fev. 2021.

WIEGAND, Wayne A.; WIEGAND, Shirley A. **The desegregation of public librarie in the Jim Crow South: civil rights and local activism**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2018.!

XAVIER, Giovana. **Brancas de almas negras?** beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). 2012. 424 f. Tese (doutorado) – Unicamp, Campinas, SP, 2012.

TRAJETÓRIA ACADÊMICA NA BIBLIOTECONOMIA E NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ONDE ESTÃO AS MULHERES PRETAS?

Edilmar Alcantara dos Santos Junior

1 INTRODUÇÃO

Quando se evoca a história das bibliotecas e dos estudos cujo objeto livro ganha preponderância, não raro remete-se aos homens letrados da Antiguidade, agentes religiosos que detinham o domínio simbólico da educação e salvaguarda das informações contidas em suportes de diferentes formatos e origens. Na perspectiva da industrialização em massa, sobretudo na Europa por ocasião da chamada Revolução Industrial (burguesa), figuras que não tinham relevância na dinâmica social (lê-se vida fora de casa) como mulheres e crianças, passaram a enfileirar um sem número de frentes de trabalho, atuando como operários que labutavam entre 12, 16, 20 horas por dia, afim de satisfazerem às necessidades de mercado consumidor capitalista cada vez mais crescente, para o deleite de quem detinha o monopólio dos meios de produção.

Profissões historicamente marcada pela atuação masculina, foram sendo ocupadas por mulheres. Não que se tinha visto a necessidade de inclusão das mulheres para uma equidade social, longe disso; oportunidades de trabalho surgiam de forma constante, reivindicando cada vez mais mão de obra, e neste caso era a masculina, devido a exigência de força física dentre os requisitos. Atividades como

dar aula, cuidar dos enfermos, e os serviços relacionados às bibliotecas, dentre outras profissões, foram preteridas pelos homens, o que levou um contingente elevado de mulheres a se interessar por elas. Sendo assim, essas profissões passaram a serem vistas como profissões marcadamente feminina (o que pode explicar o baixo valor simbólico que tais profissões têm na sociedade).

Ao longo dos tempos, o que se convencionou chamar de Biblioteconomia, foi ganhando ares de campo científico marcadamente ocupado pelo gênero feminino. Com discurso de um trabalho leve, em que o cuidado, o zelo, e a afabilidade foram elencados como características principais de quem fosse se candidatar às vagas, agentes do sexo feminino foram atraídas pela Biblioteconomia, bem como por outras profissões com o mesmo chamariz social. Destarte, ao falar de mulher que ingressava na faculdade e/ou nas escolas superiores para estudar e se formar em uma profissão, não se fala de todas as mulheres, mas sim das que podiam estudar, das que tinham o incentivo e/ou a permissão por parte de maridos, pais, irmãos mais velhos; mulheres quase sempre da classe abastada, e não raro caucasianas. Tal realidade não se estendia para mulheres das classes menos abastadas, bem como as de pele escura.

Este texto se apresenta como um dos frutos de uma pesquisa que se iniciou no mestrado, pesquisa essa que nasceu de uma moção pessoal e do pertencimento identitário, e que se mostra necessário à sua continuidade, devido a profundidade do assunto abordado, qual seja: a presença da mulher preta e parda (racializada) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. O objetivo desta pesquisa embrionária, é fazer um levantamento da trajetória da mulher preta dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo no que tange seguir na carreira acadêmica. A pesquisa se mostra como teórica e exploratória, com perspectivas qualitativas e quantitativas, e pretende verificar através de levantamento de dados, onde estão as mulheres autodeclaradas pretas e pardas no campo da

Biblioteconomia e da Ciência da Informação, haja vista que 56,2% da população brasileira se declara preta e parda, e 51% dessa população são mulheres (IBGE, 2019)

Para a formulação teórica deste texto, utilizar-se-á dos conceitos de autoras pretas como Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzales, Chimamanda Ngozi Adichie, Carla Akotirene, dentre outras, bem como autores da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da área das ciências Sociais e humanas. Os dados que serão apresentados foram coligidos no Censo da Educação Superior, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep -, bem como na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad - e do Censo Demográfico, ambos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2 BIBLIOTECA E BIBLIOTECONOMIA: TRAJETÓRIAS E MUDANÇAS

> O poder das bibliotecas reside, enfim, em seu papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes. As bibliotecas são os lugares da continuidade, mas também das rupturas da tradição. (Christian Jacob. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*, 2008).

Desde longínquos tempos, à biblioteca sempre foi reverenciada como local de guarda e de organização das informações que se apresentavam em diferentes suportes. Se partirmos numa verificação com base na historiografia oficial, seremos remetidos entre 4.000 e 3.000 anos atrás, se o suporte informacional for às famosas tabuletas

de argila com escrita cuneiformes, por exemplo. Não tão distante no tempo assim, mas bem antes de iniciar a chamada era cristã, outras bibliotecas de valor cultural inigualável e que abrigavam diferentes suportes informacionais, merecem destaque neste texto. A biblioteca de Pérgamo (atual Turquia), se valia do papiro como principal suporte informacional. O papiro é uma planta aquática da família das ciperáceas (*cyperus*) muito abundante no Rio Nilo (Egito). Era uma planta de muita estima por toda a população egípcia, pois ela fora elevada à categoria de planta real, ou seja, pertencia ao rei. Mantendo-se ainda nos assuntos concernentes às realezas, o rei Atalo I (Pérgamo), no afã de superar tudo que a Biblioteca de Alexandria representava, criou cizânia com os governantes de Alexandria, o que se apresentou como prejudicial para os interesses de Pérgamo, pois o papiro era fornecido por Alexandria. Com a falta da matéria prima para a confecção do papiro, a biblioteca de Pérgamo descobriu um outro suporte informacional, desta vez feito de pele de animais. Era o pergaminho, ou *charta pergamenum*. (ORTEGA, 2004; BÁEZ, 2004; SERRAI, 1975; BATTLES, 2003).

Com a finalidade meramente ilustrativa, elencou-se os principais suportes informacionais que dão lastro temporal ao que chamamos de Biblioteconomia (numa análise histórica). No entendimento de Santos e Rodrigues (2013, p. 116): "Biblioteconomia é considerada uma das mais antigas disciplinas que se ocupa do acesso à informação e de sua transmissão porque está intrinsecamente ligada ao surgimento da biblioteca". Todavia, as questões que serão trazidas neste texto, se concentram de forma mais evidente, para a melhor compreensão, a partir da Idade Média.

É sabido que o ser social mulher sempre foi preterido da dinâmica estabelecida nas diferentes sociedades, haja vista que durante centenas de anos, a mulher (biologicamente falando), nem era considerada como um agente social. Quando hoje se fala que a Biblioteconomia é um campo majoritariamente feminino (PIRES,

2016), muitos ignoram que por milênios, as mulheres tiveram o acesso às bibliotecas negado.

Durante o período medieval, após o declínio da grande e mítica biblioteca de Alexandria, ordens religiosas, de confissão católica, foram instituídas em diversas partes da Europa. A natureza de muitas dessas ordens era monástica, ou seja, seus adeptos viviam dentro de edifícios imponentes, seguindo regras das mais diferentes inclinações. O que havia em comum nesses lugares era um espaço reservado ao estudo e à guarda de livros, comumente chamado de biblioteca. O estudo fora estabelecido como fundamento primordial na vida monásticas, aliando-se às orações.

Na biblioteca medieval (entende-se nos mosteiros e conventos), a atenção era voltada para à produção e divulgação do conhecimento, isso muito em função dos monges e padres copistas. À Europa se tornava em grande centro cultural (para os habitantes daquela parte do mundo) e as bibliotecas foram instituições que contribuíram fortemente para a esse feito. Com o surgimento das universidades, copistas leigos, ou seja, pessoas que não pertenciam a nenhuma ordem religiosa, contribuíram para a larga propulsão de publicações que alcançava cada vez mais pessoas. O livro ganha importância singular depois da modificação dos tipos móveis de madeira para os de metal (imprensa), sem contar o volume monstruoso de publicações que passaram a existir. Diante de todas as mudanças que se tem notícia através da biblioteca da Idade Média em diante, uma só personagem continuava atuante no fazer biblioteconômico, sem que houvesse questionamento e mudança, qual seja: a presença do agente social masculino. (SERRAI, 1975; ORTEGA, 2004).

Depois do advento da imprensa (tipos móveis de metal), a rotina cultural das cidades europeias mudou consideravelmente. Se houve mudança cultural nas cidades, às bibliotecas não passaram despercebidas a essas mudanças. Organizar uma biblioteca durante a

Idade Média obedecia a uma ordem que mudava pouco, haja vista a produção dos suportes e a reprodução das publicações, ambas feitas de forma manual. Com a tipografia em acelerada produção, as publicações que outrora eram produzidas à mão, passam a surgir em maior número através de máquinas. A forma de guarda das publicações não poderia continuar sendo a mesma, diante do crescimento flagrante de obras publicadas. Ao invés de baús, arcas e estantes que eram fechadas, prateleiras que tomavam as paredes foram instaladas nos espaços destinados às bibliotecas; de tempos em tempos, diante do crescimento das coleções, outras prateleiras eram instaladas. (SERRAI, 1975).

Percorrendo um pouco mais na História, mas agora na Modernidade, inúmeros catálogos e bibliografias foram criadas no afã de dar um caráter mais organizado (cientificamente) às bibliotecas. Catálogos e bibliografias da *Constituitiones Collegii ac Bibliotecae Ambrosione*, *Bibliothèque Françoise de La Croix du Maine*, *Bibliotheca Historica de Boldanus* dentre outras, ilustram bem o caráter organizacional que pairou em diversas bibliotecas do velho continente. Todavia, mesmo com um caráter organizacional bem difundido entre as inúmeras bibliotecas do período, a população em geral não tinha acesso às publicações, devido à natureza particularizada de algumas bibliotecas. Coube a Gabriel Naudé: "o maior bibliotecário do século XVII", na perspectiva de Alfredo Serrai (1975, p. 150), inaugurar uma nova forma de organizar e promover à biblioteca.

> Para Naudé a biblioteca deveria estar a serviço de todos e ter um caráter universal com livros editados em todos os ramos do saber, nas línguas originais e traduzidos, com obras literárias antigas e contemporâneas, obras ortodoxas e heterodoxas. Além dessa visão ampliada de um

> acervo da biblioteca o catálogo deveria sistematizar tais obras, de forma que esse espaço não constituísse um amontoado de livros, mas uma coleção organizada que possibilitaria acesso ao acervo por todos [...]. (TANUS, 2015, p. 554).

Com o advento de catálogos e bibliografias em vistas a uma melhor organização do acervo das bibliotecas, o aparecimento de cada vez mais publicações, dentre as quais periódicos que tomam os grandes centros europeus, novas perspectivas no fazer biblioteconômico (com destaque para a pronta recuperação da informação) promoveram mudanças significativas que foram se consolidando dentro do campo. O bibliotecário que antes mantinha ares de guardião de coleções, senhor dos segredos ocultos de uma biblioteca, passa a atuar como agente de ligação entre os usuários e as obras, assumindo assim uma postura com mais visibilidade e clamor social (ORTEGA, 2004; SANTOS; RODRIGUES, 2013).

Às bibliotecas públicas, aparelhos criados para suprir as necessidades informacionais e de distração da população, tiveram grandes incentivos financeiros tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos da América. Tais incentivos foram cedidos às bibliotecas, devido seu grande valor social aos trabalhadores que tocavam a industrialização pujante no país da Revolução Industrial, assim como ajudava a consolidar a democracia na recém independente nação das 13 colônias na América do Norte (SANTOS JUNIOR, 2021). Esse tipo de biblioteca, mais voltada para as necessidades da população em geral, se revela com mais proximidade daquela idealizada ainda no século XVII por Gabriel Naudè.

3 BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA E A PRESENÇA FEMININA

A efervescência do século XIX trouxe mudanças significativas para o lado ocidental do Mundo. Grandes revoluções retratadas fartamente em páginas de publicações voltas para o campo da História, tiveram como marco temporal o agitado século dos mil e oitocentos. Esse século foi importante também para o campo da Biblioteconomia, e em diferentes frentes. No que se apresenta como referência para esta pesquisa, abordar-se-á a criação dos primeiros cursos de Biblioteconomia no mundo, e as influências desses cursos no estudo de Biblioteconomia no Brasil, bem como o ingresso de mulheres nesta área.

Às bibliotecas da França (principalmente as que tinham ligação com o antigo regime), por ocasião da Revolução cujos lemas exaltava a liberdade, igualdade e fraternidade, foram tomadas pelos revolucionários, com o intuito de apagar todo e qualquer vestígio do regime deposto. O avanço das questões sociais reivindicadas por cada vez mais indivíduos, levou a implantação de um número sempre crescente de bibliotecas públicas. A literatura da área de Biblioteconomia aponta para o ano de 1821 como marco da criação do primeiro curso de formação de bibliotecários do mundo (pelos menos do mundo ocidental). A *École de Chartes* foi um curso de características eruditas, que exigia de seus candidatos formação em letras como requisito fundamental para o ingresso. Tal exigência não fazia muito sentido, uma vez que as necessidades de âmbito social eram mais flagrantes, como supracitado.

O século XIX reservava mais mudanças para o campo da Biblioteconomia. Na mesma França da *École de Chartes*, sem a influência e o controle dessa, surge a *École Supérieur de Bibliothécaires*. A Biblioteconomia da França ficou marcada como de cunho humanista, preocupada com as questões sociais, principalmente

depois do surgimento da Escola Superior de Bibliotecários. (SANTOS JUNIOR, 2013).

A criação do segundo curso de formação de bibliotecários no ocidente, é creditado a uma personagem peculiar dentro da Biblioteconomia, qual seja: Melville Louis Kossuth Dewey. O inventor de um dos sistemas mais utilizados em bibliotecas do mundo inteiro (a classificação decimal que leva seu nome), criou em 1857, na cidade de Nova Iorque, a *Columbia College School of Library Economy*. O curso criado por Dewey teve um caráter voltado para questões técnicas. As mudanças tecnológicas da época, que implicavam em consequências para à indústria, fez com que esse curso se ocupasse no tratamento técnico de informações que auxiliariam na profissionalização dos indivíduos e nas novas descobertas científicas/tecnológicas. (SANTOS JUNIOR, 2013).

As concepções misóginas, racistas e sexistas, acompanham a humanidade a despeito do seu grau de conhecimento. Atualmente, em quem empresas estão investindo milhões de dólares no chamado turismo espacial, as questões supracitadas ainda têm grande influência em diferentes sociedades, o que é lamentável. Toda a novidade advinda no século XIX, não foi capaz de eliminar práticas deploráveis de preconceitos. Embora tenha contribuído de maneira marcante para a área de Biblioteconomia, Melville Dewey foi acusado de racismo, antissemitismo, misoginia e assédio sexual. As acusações foram tão intensas, embora na época, uma mulher não tinha relevância ao acusar um homem (ainda hoje essa prática insiste e continuar em alguns lugares), que a Associação Americana de Bibliotecas (ALA em inglês), retirou o nome do seu fundador (Dewey) do seu prêmio. (ARÉVALO, 2018).

O cunho misógino de Dewey se reflete flagrantemente quando ele decide admitir o ingresso de mulheres no curso da *Columbia College of Library Economy*. Com uma perspectiva até de caráter

revolucionário no início, as intenções do "pai da biblioteconomia moderna" eram outras. Na celebrada publicação que fala sobre *A conturbada história das bibliotecas*, Battles (2003, p. 147), afirma que:

> Dewey admitia mulheres em seus cursos pelas mesmas razões que as empregava nas bibliotecas – para rebaixar a profissão. As mulheres já eram socialmente subalternas em relação aos homens que tinham cargos na universidade. Na visão de Dewey, essa subordinação espelhava perfeitamente bem a subordinação dos bibliotecários em relação aos professores e especialistas [...].

Foi com essas duas escolas nacionais na formação de bibliotecários, que o Brasil abriga os dois primeiros cursos na área. O primeiro, espelhando à escola francesa, foi o curso da Biblioteca Nacional em 1911, que atualmente funciona na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. O modelo mais técnico, cujo objetivo era formar profissionais que pudessem organizar uma biblioteca com todas as suas especificidades, foi praticado no curso do Instituto Mackenzie, a partir do final da década de 1920. Destarte, ainda na primeira metade do século XX, o Brasil já possuía cursos com as práticas de formação das escolas mais influente do mundo, na Biblioteconomia. (MILANESI, 2002; SANTOS JUNIOR, 2013).

A presença feminina dentro da biblioteconomia no âmbito brasileiro, registra-se a partir de 1929, com a chegada de Dorothy Muriel Gedds Gropp, que veio com a missão de organizar e dar as primeiras coordenadas no que concerne à organização da biblioteca da Universidade Mackenzie. Já a primeira bibliotecária nascida no Brasil, formou-se no curso criado por Dewey, e dirigiu o curso de formação de bibliotecários da Mackenzie, trata-se de Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo. (SOUZA, 2014). Faz-se necessário elencar

para melhor compreensão, quais as características técnico-sociais do ingresso das mulheres no universo da Biblioteconomia, e posteriormente na Ciência da Informação.

A chamada primeira revolução industrial, para além de modificar abruptamente a relação manufatureira, inaugurou práticas avançadas para a época, da mesma forma em que dirimiu conceitos que eram sustentados pelo imaginário social. A inserção das mulheres no mundo dos trabalhos, por exemplo, foi um dos conceitos confrontados pela revolução. Entretanto, de que forma se deu este ingresso do ser social mulher nas relações de trabalho? É o que se pretende mostrar na sequência.

A reboque das transformações surgidas por ocasião das revoluções, movimentos organizados por membros das sociedades, levantaram-se contra as determinações impostas pelas classes que detinham o poder de ditar a ordem das coisas. Esses movimentos obtiveram inúmeras conquistas no campo social, dentre as quais, destaca-se a educação universal e gratuita.

A educação era algo reservado à nobreza, quando muito para alguns membros da burguesia e religiosos. Com as reivindicações de melhores condições de vida para os indivíduos, as ideias revolucionárias burguesas levantaram a educação como uma questão fundamental. Sendo assim, a educação era o campo em que os indivíduos precisaram passar a fim de serem treinados e enviados ao mercado de trabalho. Para tanto, o perfil de quem iria ensinar as instruções para desempenhar o papel de cidadãos, não poderia ser dos antigos mestres que treinava seus alunos/discípulos para manterem as tradições.

> O aparecimento da burguesia traz consigo a perspectiva de mudanças e de uma nova relação com o mundo: o mundo é moldável, o homem é

> transformável, acredita-se que é possível fazer uma sociedade diferente. Assim, com a premissa de que a sociedade é também produto dela mesma, a preocupação educativa emerge juntamente com as instituições para o ensino da infância e da juventude. A escola nasce no seio do movimento social e de suas interações culturais, com o objetivo de encarregar-se da educação das crianças, como um projeto para o futuro e vai pouco a pouco se transformando até o sentido em que a entendemos hoje [...] (MARTUCCI, 1996, p. 227).

Os Estados Nacionais, fruto das revoluções burguesas, emitem licenças para que pessoas que sigam as exigências por ele imposta, possam lecionar nas escolas que foram erguidas como sinal de progresso da sociedade. Tais pessoas deveriam ter aptidões estabelecidas, para atuarem como agentes que instruiriam conforme a ordem social vigente. Como se tratava de reproduzir os cânones sociais de determinada sociedade, exigia-se por parte de quem fosse se candidatar a vaga, instrução, bons costumes, retidão, obediência, zelo, afabilidade, senso organizacional dentre outras atribuições. Ora, observando as ordens sociais criadas a partir da perspectiva de gênero, em uma visão sexista e patriarcal, tais atribuições recaiam sobre os corpos femininos. (PIRES; DUMONT, 2016).

A indústria e a educação formam os campos em que as mulheres primeiro ocuparam quando, devido a exigência das novas formas de vida, deixam o ambiente doméstico para enveredarem no espaço público. Enquanto o primeiro campo de atuação entendia as mulheres e crianças como mão de obra barata, pelo fato de não terem a obrigação de levar o sustento para a casa (HOBSBAWM, 2009), o segundo campo, ancorando-se em questões comportamentais, atribuía as mulheres características que vão ao encontro da figura ideal

para ensinar. Ambos os campos, com suas peculiaridades, seguiam um padrão que, somente com os estudos no campo de gênero, entendeu-se como divisão sexual do trabalho. (ESPÍRITO SANTO, 2008).

O elevado perfil técnico que a sociedade demandava, sobretudo entre o fim do século XIX e a primeira metade do XX, determinou os parâmetros profissionais e educacionais. Também a Biblioteconomia brasileira, refletindo as mudanças no tecido social, mesmo que a passos lentos, foi inclinando-se para as características tecnicistas vindas dos Estados Unidos. O perfil mais técnico (metódico) da Biblioteconomia, não estimulava o ingresso de novos homens. Com a perspectiva de uma formação mais leve, tendo suas aulas ministradas no período diurno, e atendendo os estereótipos criados para definir papeis socias, os cursos de Biblioteconomia no Brasil foram sendo ocupados amiúde pela presença feminina. (MARTUCCI, 1996).

Acredita-se que com maior contingente feminino, o campo da Biblioteconomia tenha perdido valorização social. Pires (2016) advoga nesse sentido; para o autor, com o elevado grau de tecnicismo na formação e atuação profissional, os homens não expressavam interesse em cursar Biblioteconomia. Entendendo nossa sociedade como aquela que está alicerçada sobre pilares helênicos e cristãos, a figura masculina, pelo simples fato de ser quem é, encerra em si mesmo toda a sorte de valores simbólicos, que validam a dominação masculina em detrimento do ser social mulher. Destarte, ancorando-se nas relações criadas a partir do entendimento de que vindo do homem tudo é válido, a profissão de bibliotecária é automaticamente desvalorizada. (BOURDIEU, 2018; SANTOS JUNIOR, 2021).

4 MULHER PRETA NA BIBLIOTECONOMIA: ONDE ELA ESTÁ?

Quando se fala de mulher, há de se ter atenção para ao menos duas dimensões, quais sejam: a dimensão biológica e a dimensão social. A perspectiva biológica é utilizada como "tábua de salvação" em que grupos fundamentalistas utilizam, por exemplo, para refutar e negar direitos (até mesmo de existir) para as mulheres trans. Dizem esses grupos: "mulher tem vagina", "deus criou Adão e Eva", dentre outros argumentos demodê. A dimensão social, comunga muito com a histórica afirmação de Simone de Beauvoir no seu clássico livro "O segundo sexo", em que diz: "não se nasce mulher, torna-se mulher!" (BEAUVOIR, 2016).

O movimento feminista, que se apresenta ao longo da história, dentre outras formas representativas, por ondas (a primeira onda do feminismo remota à Revolução Francesa), não reflete necessariamente uma uniformidade, nem abrange a universalização das mulheres, pelo contrário. Em uma sociedade flagrantemente marcada por questões raciais e socioeconômicas (que quase se fundem na realidade da dinâmica brasileira), em que o instituto da escravidão racial perdurou oficialmente por mais de 300 anos, legando ao provo preto condições ínfimas de sobrevivência até os dias atuais, falar da condição das mulheres pretas em separado, é a forma mais honesta para se começar um debate sobre esta temática.

> Enegrecer o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revela a insuficiência teórica e prática

> política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intergênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Compreender a formação étnico-racial do Brasil, pressupõe em não romantizar a relação histórico-social entre pretos, indígenas e o colonizador europeu. Sendo assim, a luz da historiografia oficial, bem como o aporte de estudos sociológicos e antropológicos (para ficarmos nestes exemplos), numa perspectiva de sociedade colonizada, as demandas do povo preto se apresentam de uma forma, assim como as necessidades dos nativos (indígenas) se mostram com suas peculiaridades. Uma coisa é comum às duas realidades: ambas são (e sempre foram ao longo da história), subalternizadas diante da lógica organizadora colonial imposta ao Brasil desde sua invasão em 1500.

> A experiência das mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno-burguesas, heterossexuais – tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres. Essa crítica, que era feita, como já visto, a John Stuart Mill ou Betty Friedan, foi estendida ao pensamento feminista em geral por autoras vinculadas às posições sociais mais desprivilegiadas. (MIGUEL, 2014, posição 1913. *E-book*).

Assim, o movimento feminista no Brasil ao reivindicar equidade de gênero, não pode incorrer no erro de ignorar as questões raciais que balizam a dinâmica social brasileira desde os seus primórdios. É prática comum no Brasil ignorar as questões raciais, acreditando que elas deixarão de existir se não forem faladas. Como esquecer das políticas de embranquecimento no fim do século XIX, empregadas por cientistas brasileiros adeptos das teorias higienistas? Tais políticas, adotadas abertamente pelo Estado brasileiro, surgem na emergência de "apagar" o passado escravocrata, embranquecendo a nação; isso ao mesmo tempo em que uma massa gigantesca de homens e mulheres que foram escravizados, são lançados a uma convivência social sem planejamento e sem condições mínimas de sobrevivência, pelos meios de trabalho formalizados. (CARNEIRO, 2003; FERNADES, 2013; SCHWARCZ, 2009).

Há na sociedade brasileira em geral, um receio de assumir sua identidade preconceituosa. Embora pode-se provar por meio de estudos, relatos e uma simples passada de olhos em noticiários e periódicos diários, que inúmeros preconceitos são aflorados e mantidos no seio da sociedade dita civilizada, há quem negue com veemência tais evidências. Por consequência da colonização luso-católica, afirma Floresta Fernandes (2013), a sociedade brasileira nega sua condição de preconceituosa, não desistindo de ser preconceituosa, e terceiriza a culpa de haver um questionamento sobre isso, apontando para outras nações como exemplo de sociedade preconceituosa.

É preciso fazer este apanhado histórico-sociológico sobre a sociedade brasileira, para que se possa compreender as diferentes posições dos agentes sociais. Não se entende o Brasil e nem a sua gente, ignorando as questões raciais que são determinantes na estrutura social brasileira, estrutura essa que foi idealizada por brancos e para brancos, em que negros e "mestiços" não têm espaço senão aqueles que se acostumou a vê-los. No entendimento de Fernandes (2013):

> Se não existir um esforço sistemático e consciente para ignorar ou deturpar a verdadeira situação racial imperante, há pelo menos uma disposição para 'esquecer o passado' e para 'deixar que as coisas se resolvam por si mesmas'. Isso equivale, do ponto de vista e em termos da condição social do 'negro' e do 'mulato', a uma condenação à desigualdade histórico construído pelo branco e para o branco. (FERNADES, 2013, posição 587. *E-book).*

Buscando atender as exigências de um sistemas de trabalho livre já empregado em grande escala e em diversas partes do mundo no final do século XIX, o Brasil, último país dito civilizado da banda ocidental a abolir a escravidão como forma oficial de trabalho, não se organizou para fazer uma passagem de sistema que buscasse estabelecer regras universais para a nova atividade laboral alicerçada em ideais do capitalismo liberal, nem inserir o "elemento negro" na dinâmica econômica, dirimindo assim o abismo social flagrante entre as pessoas racializadas e os demais cidadãos do país.

Importante chamar a atenção para o conceito de pessoas racializadas, pois este é um dos entraves que impedem que o Brasil desponte para uma verdadeira democracia racial, algo que até hoje não passa de uma falácia. Em conferência proferida no ano de 2003, o professor Kabengele Munanga nos apresenta um panorama sobre raça, racismo e etnia. Segundo Kabengele, o conceito de raça era empregado no campo da botânica e na zoologia, buscando dar um caráter organizacional para plantas e animais. No século XVII em França, François Bernier utilizou pela primeira vez o conceito de raça para classificar seres humanos. (MUNANGA, 2003).

Com a invasão de novos territórios pelo colonizador europeu nos idos do século XVI, inúmeras discussões foram travadas na

Europa acerca da natureza das pessoas que habitavam os territórios invadidos. Os chamados "homens das luzes", no afã de romper com a retórica oficial que era estabelecida pela Igreja, entendem que o melhor para definir os "novos povos" era classificar a humanidade em raças. Nota-se que o conceito outrora utilizado para classificar plantas e animais (que faz todo sentido devido a diversidade das espécies), é deslocado para definir os diferentes povos humanos, que divergem, quando muito, no campo cultural. (MUNANGA, 2003).

Se um grupo de pessoas se coloca na posição de classificar outras, entende-se que o simples ato de classificar já determina uma hierarquização. Brancos colonizadores decidiram que os humanos deveriam seguir uma ordem hierárquica de acordo com sua cor; brancos, pretos e amarelos são as representações dessas cores. Não há equidade social em que pessoas são classificadas em decorrência da cor da sua pele, menos ainda quando a cor da pele determina lugares sociais em que as pessoas devam estar.

Nessa mentalidade de hierarquização social entre as pessoas com diferentes cores em sua pele, a sociedade brasileira foi estabelecendo suas relações sociais. O povo preto enquanto escravizado, não era visto, no âmbito civil, como cidadão. Com o fim da escravatura como forma oficial de regime de trabalho, pretos e pretas estavam livres para desempenharem funções laborais, todavia, estavam presos ao estereotipo criado para defini-los, baseado numa logica das sociedades de castas.

> Quando se dá a primeira grande revolução social brasileira, na qual esse mundo se desintegra em suas raízes – abrindo-se ou rachando-se por meio de várias fendas, como assinalou Nabuco - , nem por isso ele contemplou com equidade as 'três raças' e os 'mestiços' que nasceram do seu intercruzamento. Ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram

> compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do 'mundo dos brancos'. (FERNANDES, 2013, posição 436. *E-book*.)

Grupos historicamente subalternizados, precisaram se organizar para que o seu apagamento histórico cessasse. O povo preto, indígenas, mulheres, refugiados, LGBTQIA+ dentre outros, não entraram na cena social por influência de grupos privilegiados. A tomada de consciência de quem são, onde estão e o que podem fazer (evocando aqui Lélia Gonzales), foi a mola propulsora para reivindicar melhores e dignas condições de vida. A organização entre esses diferentes grupos, entendendo que se trata de uma única fonte que os fazem marginais, foi fundamental para se fazer coro na luta por equidade social; o que Akotirene, 2019; Davis, 2017 e Ribeiro, 2017 chamam de interseccionalidade.

Para não fugir muito da temático do texto, mulheres e o povo preto são elencados na pirâmide social como inferiores aos homens e aos brancos, respectivamente. Mulher, evocando aqui mais uma vez Simone de Beauvoir, é considerada "o outro" em comparação ao homem. Um ente estereotipado e imaginado como submisso, passivo, obediente e manso, bem no feitio do que o ser patriarcal imagina e deseja. O povo preto, com a pecha de racializado, até pouco tempos atrás nos padrões históricos, nem gente era considerado, sendo que ainda hoje, em plena sociedade da informação, há quem continue pensando assim. Some as duas concepções dos diferentes agentes sociais supracitados, e imagine como é entendida na sociedade brasileira, a mulher preta; Ribeiro, 2017, parafraseando Beauvior, diz que a mulher preta "é o outro do outro", ou seja, ela está abaixo na escala social, da mulher branca.

Quando enfim as mulheres ingressaram nos cursos de formação de bibliotecários no Brasil, são de mulheres pertencentes às classes sociais abastadas, moradoras de zonas das cidades com infraestrutura, saneamento básico, e não raro, brancas ou de pele mais clara possível, que divergisse da pele negra que se está falando. São essas mulheres (segundo a narrativa oficial) que foram para às ruas reivindicar seus direitos, lutar por melhores condições de vida, etc. A mulher preta, moradora das áreas periféricas, geralmente mãe de muitos filhos, nunca pode pedir pelos seus direitos, nem teve quem pedisse por elas (igualmente segundo a narrativa oficial). Ao longo da história do Brasil, surgiram personagens do universo do povo preto como Dandara, Chica da Silva e tantas outras, que são mais lembradas como exceção do que regra.

Mulheres pretas sempre estiveram nas ruas e trabalhando, seja como cativas ou libertas. Nos grilhões da escravidão, mulher preta preparou alimento, cultivou à terra, lavou, passou, arrumou, nutriu com seu leite os filhos brancos dos seus algozes. Nas ruas venderam frutas, quitutes preparados com farinha, feijão fradinho, grãos... e essas mulheres, as chamadas "escravas de ganho", foram fundamentais para a resistência da cultura negra principalmente nas cidades. Foram elas que com seus ganhos, patrocinaram a alforria de muitos irmãos seus, estabeleceram relações sociais e identitárias com suas comidas, aprenderam a língua dos senhores para alertar o povo preto em seus dialetos, dentre outras atividades. Essas mulheres por terem maior mobilidade dentro da dinâmica social escravocrata, ajudaram na formação e consolidação de muitos quilombos, com quantias monetárias, e com comida que elas retiravam das casas dos senhores, para citar dois exemplos. (FIGUEIREDO, 2013).

Na República, as que antes foram escravizadas, são identificadas como arrumadeiras do lar, o que se modificou anos depois em doméstica (que ao fim e ao cabo era uma forma atual de ter a ex escravizada sempre por perto, trabalhando ao sabor das necessidades

dos patrões). Como se percebe nestas poucas palavras, às ruas sempre foram o campo de atuação do povo preto, ganhando a vida e como palco político-identitário. Como ignorar às célebres pinturas de Debret no século XVIII, em que retratava o cotidiano de cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife? As personagens pretas sempre povoaram às obras do francês, o que se pode observar fartamente em livros de história, de artes e até mesmo didáticos.

Figura 1 – Mulheres vendedoras de frutas na cidade do Rio de Janeiro, mostrando uma das atividades varejistas das mulheres na colônia. Jean-Batiste Debret (1768-1848).



Fonte: Viagem pitoresca ao Brasil (1970). Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/negras-forras-comercio-urbano-colonial.htm

Dos cursos de formação de bibliotecários que iniciaram suas atividades ainda na primeira metade do século XX no Brasil, os

registros encontrados para dar suporte científico para este capítulo, apontam que somente em 1966 uma mulher negra se formou em Biblioteconomia no país. Regina Santos Silva Tonini, graduou-se em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal da Bahia, e obteve o título de mestre em Ciência da Informação em 1998, pela Universidade de Brasília. (SILVA; SALDANHA, 2019).

Salvo alguns estudos pontuais e focais sobre a presença negra nos cursos de biblioteconomia no Brasil, e aqui ressalta-se o trabalho de Barbosa, Medeiros, Pinto e Sena (2017), que analisam a entrada de estudantes negros no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, no bojo das ações afirmativas, dentre outros trabalhos, não se observou uma análise mais detalhada na Biblioteconomia brasileira de uma forma geral; algo que fica como apontamento para futuras e necessárias pesquisas, uma vez que se entende que o curso de formação de bibliotecários no Brasil sempre manteve uma áurea elitista, não raro assumindo características excludentes.

Sobre a primeira mulher preta formada em Biblioteconomia no Brasil, muitas coisas nos saltam aos olhos, e não se pode ignorar tais informações. Em comparação com o primeiro curso em terras brasileiras, levaram-se 65 anos para uma mulher negra conseguir obter o grau de bacharelado; se compararmos com o curso de tendências mais técnicas oferecido pelo Instituto Mackenzie, o tempo cai para 27 anos, o que não se apraz, haja vista que já havia mulheres neste mesmo curso. Sobre o tempo entre a colação de grau em biblioteconomia na década de 1960, e o título de mestre em 1998, passaram-se 32 anos, tempo que chama atenção para quem está acostumado com formações com um lastro de tempo próximas umas das outras.

Surgem daí, ou seja, destes recortes temporais partindo do ano em que Regina Santos Silva Tonini se formou em Biblioteconomia e Documentação na UFBA, diversas inquietações que podem se transformar em perguntas de pesquisa, a saber: quais seriam os

motivos que fizeram com que Regina levasse 32 anos entre a graduação e a pós-graduação? Ela tinha condições de apenas estudar? Teria ela família e não pode contratar quem ficasse com seus filhos? Seria o marido, caso tivesse, a causa do adiamento dos estudos? Outras perguntas continuam a surgir com o fato levantado pelo recorte temporal, mas que precisam de pesquisa e análise mais aprofundadas para quem sabe, se tenha condições de respondê-las.

O que nos fica como questionamento, antes de passarmos para a análise dos dados, é que a mulher preta, com a pecha de agente social racializada, tem inúmeras barreiras para seguir qualquer profissão, isso quando consegue trabalhar fora de casa, o que não é a realidade de muitas. Efeito deletério de uma socialização pautada na questão da cor da pele, em que quanto mais escura ela for, mais desprezível a pessoa será. Política velada de um Estado que não soube resolver os problemas de uma sociedade que optou em dividir seus agentes pela cor da sua pele, racializando as relações hierarquizadas por quem dentem os meios de produção e a chancela social da superioridade.

A seguir, analisemos alguns dados levantados sobre o ingresso de estudantes nos cursos superiores no Brasil, coligidos na Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ano base 2019, confrontados com as informações da população brasileira do último Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), afim de traçarmos um perfil dos estudantes de Biblioteconomia no Brasil. Ainda à guisa de análise, a pesquisa realizada elencou a lista dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq na área da Ciência da Informação, pois, ancorando-se na perspectiva da teoria de Bourdieu sobre a importância simbólica do diploma na sociedade, entendeu-se que este lugar simbólico (bolsistas de produtividade em pesquisa pela CNPq), é de elevada estima entre os pares da área.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa embrionária, buscou-se um importante referencial teórico sobre a causa negra, mas não apenas: utilizou-se de teóricos e teóricas caros para às ciências sociais e humanas. Sendo assim, os procedimentos empregados na elaboração do presente capítulo, alinham-se na perspectiva de uma pesquisa bibliográfica. Enquanto à abordagem da pesquisa, ela se apresenta como quantitativa e qualitativa, haja vista que, para além das considerações que se pode observar com o referencial teórico escolhido para dar sustentação ao capítulo, há análises de números oficiais coligidos em tomadas de dados por órgãos consagrados do país, que repercutem diretamente no objeto desta pesquisa, qual seja: a relação da Biblioteconomia e Ciência da Informação com as mulheres pretas.

As autoras e os autores utilizados no fazer científico que resultou na elaboração deste capítulo, são mulheres e homens que, de maneira enfática e contundente nos seus textos, ousaram romper com as estruturas patriarcais, machistas e racistas que sustentam a sociedade de uma forma velada. Livros, artigos publicados em periódicos da área, além de teses e dissertações, contribuíram de forma direta e indiretamente para que o texto ora lido, fosse iniciado, desenvolvido e concluído. Para fazer o levantamento das referências que compõe este capítulo, utilizou-se livros da minha biblioteca pessoal bem como alguns livros emprestados de bibliotecas. Os artigos foram coligidos no Portal de Periódico da CAPES, valendo-se da modalidade "Meu Café", cujo acesso requer login e senha da matrícula ativa do programa de pós-graduação que esteja vinculado. Também se buscou outros textos, agora na base de dados BRAPCI, votadas para atender as necessidades da área da Biblioteconomia e da C.I. As teses e dissertação utilizadas, foram encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Os dados que se apresentará abaixo, foram retirados do Censo da Educação superior no Brasil, ano base 2019 do INEP; por ora são as informações mais atualizadas sobre a realidade das IES do Brasil, haja vista que a coleta de dados para o censo 2020 tem o seu prazo até outubro de 2021, sendo publicados os resultados em fevereiro de 2022, de acordo com o Boletim nº 23, de agosto de 2021 do INEP. As informações sobre a população do país e suas especificidades, foram pinçadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre os bolsistas de Produtividade em Pesquisa da área da Ciência da Informação, foi preciso acessar o site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para angariar esta informação. Uma vez em posse da listagem que relacionam os bolsistas de produtividade, fez-se a separação por gênero, algo pertinente a pesquisa do mestrado que está em vias de conclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O universo da investigação acadêmica, a depender da dinâmica que à pesquisa direciona, vai se transformando, e os resultados nem sempre atendem as expectativas levantadas pela hipótese inicial. Por mais que seja legítimo pesquisar assuntos que se tenha afinidade, é do fazer científico se afastar do objeto da pesquisa, para melhor poder observá-lo sem subjetividade. A coleta de dados, independentemente dos instrumentos utilizados, se mostra como aquela etapa em que as coisas vão ganhando forma, pelo menos no campo mental, todavia, quando se coloca os dados na mesa, e transformando-os em gráficos, tabelas e esquemas diversos de apresentação, é que se tem a noção do que se fez até aquele momento.

É importante ter os dados e disponibilizá-los em diferentes meios de apresentação, mas, sem uma leitura deles, fazendo uma análise com teóricos que já se debruçaram sobre a temática que está se

discutindo, não se chega à conclusão satisfatória. Números soltos em tabelas e gráficos, sem uma interpretação e posterior discussão, não contribui em nada para o campo científico. Neste contexto, entendendo a importância da pesquisa quantitativa no fazer científico, apresentam-se os dados levantados pela pesquisa, e sua posterior discussão acerca do tema levantado nesta investigação.

Para se avançar no afã de responder as indagações que nortearam a presente pesquisa, quais sejam: onde estão as mulheres pretas e pardas, ou se preferir, as não brancas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação? foi preciso levantar o quantitativo da população brasileira, com marcadores de gênero e raça/cor/etnia, e com isso, traçar um perfil dos estudantes que ingressaram nos IES do Brasil , tendo como base o ano referência de 2019, entendendo como que as questões raciais e de gênero podem sinalizar para uma maior compreensão sobre a trajetória acadêmica de mulheres pretas e pardas (não brancas) na área da C.I.

Tabela 1 – População brasileira segundo o sexo

	Valor absoluto	**Valor relativo**
População	211.755.602	100,00%
Mulher	109.689.448	51,8%
Homem	102.066.244	48,2%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento (2019).

No que concerne a divisão populacional do Brasil no recorte gênero, o marcador mulher tem se apresentado com um maior contingente de agentes sociais, e isso não é um fenômeno de agora; ao analisarmos os dados levantados pelo IBGE referentes aos últimos censos demográficos no país, observa-se que a proporção de mulheres

sempre esteve à frente da de homens. O que se mostra curioso, é que mulher está associada com minorias, porém, vale ressaltar que essa minoria evocada quando se fala de mulher (que é um dos exemplos das minorias), não perpassa a questão quantitativa, mas sim a uma questão simbólica, algo relacionado com a valorização social (BOURDIEU, 2015).

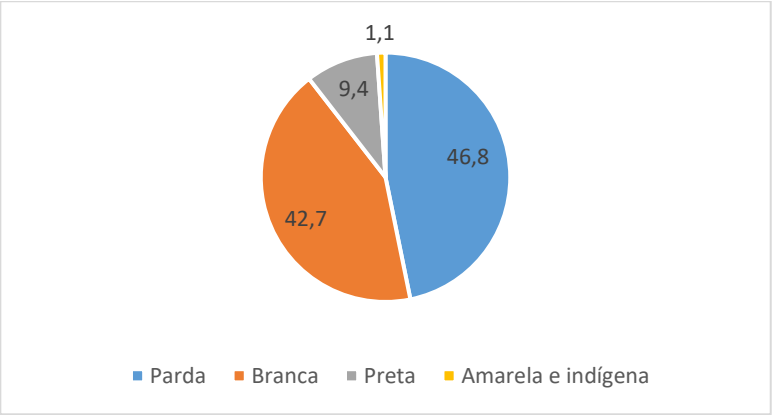
Ainda hoje, na chamada sociedade da informação, em que a força dos músculos não mais determina a dinâmicas dos cargos de empregos mais valorizados, homens ainda gozam de um salário superior aos das mulheres, mesmo que exerçam a mesma função (excetuando-se os cargos públicos não comissionados), o que se mostra prejudicial do ponto de vista da valorização profissional e injustificável. O que se mostra afrontoso nessa perspectiva da relação de salário e gênero, é ter que ouvir um candidato a presidente do país dizer que não contrataria mulheres pois elas engravidam e são perdulárias.

Dos gigantescos problemas sociais que assolam as relações interpessoais no Brasil, a questão racial e a de gênero quase que se fundem em determinadas intersecções. Ao abordarmos qualquer assunto relacionado com mulher, o recorrente é que seja desmerecido e/ou desvalorizado. Ainda ouvimos discursos reafirmando estereótipos criados para manutenção dos privilégios sociais de determinado grupo. Quem nunca ouviu as famigeradas frases: "mulher no volante, perigo constante", ou "lugar de mulher é na cozinha, ou "isso não é coisa de mulher"?!

Estamos constantemente sendo alvos de uma infinidade de discursos preconceituosos, que rebaixam as mulheres a condição de subalternidade eterna. Façamos então um exercício em que se juntam as questões de gênero e racial. Pense na condição da mulher racializada; da negra, da parda, da não branca... se a mulher já é invisibilizada, silenciada pelo simples fato de ser mulher, considere

imaginar como deve ser para a mulher que não se enquadra no fenótipo de mulher aceitável no ponto de vista das relações sociais; daquelas que, mesmo sendo mulheres, têm acesso a lugares que agentes sociais racializados não têm.

Gráfico 1 – População residente no Brasil dividida por cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento (2019).

Ser preto/a no Brasil, como já se fez observar neste capítulo, é algo associado com o que é ruim, negativo. O local do povo preto na sociedade, ainda é um lugar aviltante, seja no campo físico ou no campo simbólico. Grada Kilomba (2019, p. 159) nos diz que: "as pessoas negras tornam-se a representação daquilo que a sociedade branca tem empurrado para o lado e designado como perigoso, ameaçador e proibido". Frente a essa imagem criada por quem dentem o poder simbólico social, negros e negras ao longo dos tempos tentaram suavizar a sua presença, pois as pessoas negras também foram associadas ao primitivismo e o animalismo.

Num país que a cor da pele não necessariamente reflete a autoafirmação do indivíduo, pessoas retintas, inclusive, já

reivindicaram a pertença a grupos raciais imaginados tais como: marrom-bombom, cor de jambo, mulato, escurinho, chocolate, dentre outras alegorias raciais. Neste contexto de alto-afirmação, quantos dos que se afirmam pardos, não poderiam também se reivindicar como pessoas negras? Eis uma resposta que não há meios de respondê-la neste texto, mas que poderia ser desenvolvida em futuras pesquisas.

De acordo com o gráfico exposto acima, quase a metade da população brasileira se reivindica como branca. Em valores absolutos, esta porcentagem gira em torno dos 90.419.680 (noventa milhões, quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta pessoas). Já a parcela da população que se declarou como sendo parda, ultrapassa os noventa e nove milhões de pessoas (99.101.663), sendo o maior contingente populacional no país, de acordo com pesquisa do IBGE divulgada em 2019. O vultoso número de pessoas que se entende como pardas no Brasil, seria há cem anos, celebrado pelos idealizadores nacionais da miscigenação como redenção do país; uma redenção inventada para esconder o passado violento e escravocrata do Brasil.

Como o estudo que ora está sendo apresentado, mesmo que de forma embrionária, pretende investigar a trajetórias das mulheres pretas (e pardas) na carreira acadêmica desde à Biblioteconomia até à Ciência da Informação (entende-se Biblioteconomia graduação e Ciência da Informação pós-graduação), torna-se pertinente lançarmos um olhar investigativo sobre a relação de estudantes com os perfis supracitados que ingressaram nas IES no ano base de 2019, de acordo com os dados coligidos pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), no último censo da educação superior.

Gráfico 2 – Matrícula nos cursos de graduação das IES no Brasil por cor e raça



Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019.

Os flagrantes índices que mostram as desigualdades socioeconômicas no Brasil, ficam mais latente quando adentramos a seara da educação. Não é difícil levantarmos informações sobre o abismo que há entre a educação privada e a educação pública, no que concerne as fases do chamado ensino fundamental, ou ensino básico. Parece que a tendência se repete na educação superior, pelo menos no que tange a divisão de matriculados por cor e/ou raça. Por mais que o maior contingente de pessoas autodeclaradas no Brasil seja de pardos, ao se tratar de matrículas realizadas nas IES do país no ano de 2019, são os que se reivindicam como brancos que figuram com o maior contingente.

Cerca de 8.603.824 estudantes matricularam-se nas IES do Brasil no ano de 2019. Desses, mais de 3.658.00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil) se declaram como brancos. Em comparação com o segundo grupo que mais teve alunos se matriculando, ou seja, os pardos, foram cerca de 989 mil estudantes a mais, número esse que não corresponde aos declarados negros/as que se matricularam no ensino superior no Brasil, de acordo com a última medição; forma cerca de 613 mil estudantes afro-brasileiros matriculados nas IES.

A população negra do Brasil sempre foi vista fora das universidades e dos cursos superiores. Ainda hoje, com quase dez anos da promulgação da Lei nº. 12.711/2012, também conhecida como lei de cotas, algumas pessoas ainda se espantam em ver negros e negras formados, e/ou ocupando às universidades do Brasil. É notório que antes da dita lei havia pessoas negras nas universidades e sendo formados, todavia, com o estatuto legal, muito mais cidadãos e cidadãs racializados puderam cursar uma faculdade.

O discurso acadêmico sempre privilegiou o discurso oficial. Negros e negras não se viam representados nos espaços acadêmicos, mesmo que despontassem como expoentes em suas áreas de atuação. Intelectuais negros/as não faziam parte das bibliografias dos cursos, mesmo tendo contribuições importantes para determinadas área. Algumas vozes como Sueli Careiro, Abdias do Nascimento, Milton Santos, Lélia Gonzales, para ficar com poucos exemplos, ousaram falar da situação negra no Brasil, de onde se produz conhecimento e desenvolvimento nacional. Não se duvida que tais vozes foram silenciadas, isoladas até mesmo pelos seus pares, por acharem que a temática racial não se enquadrava no fazer científico; há muita subjetividade e pouca fundamentação teórica em falar de povos marginalizados, dizem alguns (KILOMBA, 2019).

Ao levantar a questão do apagamento do povo preto DAS e NAS universidades, observa-se como a lógica patriarcal colonialista impera com muita força até os dias atuais, a despeito do acesso cada vez mais facilitados aos meios de produção e difusão de informação e conhecimentos. No imaginário social brasileiro, Medicina, Direito, Engenharias e algumas outras carreiras, são vistas com elevada aprovação popular. Ao pedir que descrevam um profissional das carreiras supracitadas, não raro descrever-se-á pessoas com fenótipo dos declarados brancos. Ao se deparar com um profissional dessas áreas que destoe da caracterização que se apresenta comunal, ou seja,

advogados/as pretos/as, engenheiros pretos/as, médicos pretos/as, muitos vão se espantar, outros recusarão os serviços prestados por tais profissionais.

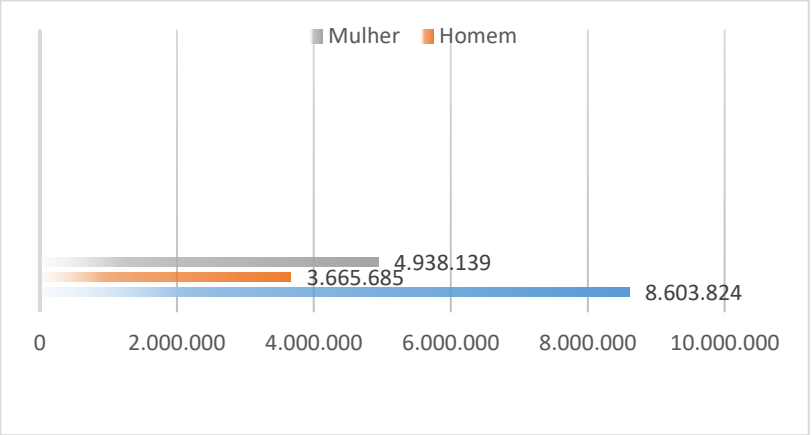
A ideia de que pretos e pretas não podem cursar faculdades, e nem atuarem como profissionais cujas profissões têm um forte apelo social, cria uma cultura de subalternidade. O agente científico é o mesmo que se apresenta como agente universal, ou seja: homem, branco, heterossexual, com pensamentos eurocêntricos e dominadores, e não raro cristão. Corpos estranhos a essa idealização de padrão do agente científico causam estranhamentos, cuja consequências são sempre violentas no ponto de vista simbólicos (quando não físico), que perpassa o apagamento científico, o que já foi chamado por muitos de *epstemicídio*. É mais comum ver pretos e pretas como seguranças, motoristas de ônibus, garis, serventes, motoristas particulares, domésticas, babás, etc.

> [...] todos os dias, em todo o lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, 'abrem' a cidade. Elas limpas os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente viajam longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilham com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai a casa de classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esportes e fazer compras nos lugares que forma

> limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. No momento em que a cidade 'abre', nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que se sentam, seu cansaço é visível para aqueles que querem vê-lo. (VERGÈS, 2019. Posição 136, 142, 147. *E-book*).

O campo científico é branco, masculino, heterossexual e eurocêntrico, embora tenhamos presenciado o ingresso cada vez maior de mulheres na academia. Este fenômeno (mais mulheres no universo acadêmico), mostra-se na perspectiva empírica, como resultado das discussões abordadas na sociedade desde pelo menos a década de 1960, sobre o empoderamento e a emancipação feminina. Os números do censo sobre a educação superior do INEP, no ano base que esta pesquisa se debruça, apontam para essa tendência, ou seja: mais mulheres ocupando os espaços acadêmicos. Entretanto, o número elevado de agentes sociais feminino na academia, não reflete necessariamente em reconhecimento dentro e/ou fora dos muros dos IES no Brasil.

Gráfico 3 – Matrículas em curso de graduação nos IES do Brasil por sexo



Fonte: INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019.

Ancorando-se nos dados publicados pelo INEP por ocasião da divulgação do Censo da Educação Superior, obteve-se informações acerca do número de instituições que oferecem o curso de Biblioteconomia no país, bem como o número de cursos oferecidos. Pelos dados publicados, são 41 Instituições de Ensino Superior, divididas em todas as regiões do Brasil, que oferecem graduação em Biblioteconomia, sendo 29 em instituições públicas e 12 em instituições privadas. Essas instituições oferecem 45 cursos de formação de bibliotecários/as, entre Licenciatura e Bacharelado. Nesse universo de 41 instituições e 45 cursos de Biblioteconomia oferecidos, o número de matrículas no ano de 2019 orbitou a casa das 10.736 (dez mil, setecentos e trinta e seis), desses, 7.649 (sete mil seiscentos e quarenta e nove) foram em instituições públicas, sendo 3.087 (três mil e oitenta e sete) nas instituições privadas. (INEP, 2019).

Neste ponto da pesquisa deparou-se com os primeiros problemas que inviabilizam a obtenção de resultados mais completos para uma análise qualitativa. O Censo da Educação Superior 2019, não publicou informações sobre a quantidade de alunos por sexo que

optaram em fazer Biblioteconomia, e nem mesmo por cor e raça. Diante do exposto, enviou-se um e-mail para a secretaria do curso de Biblioteconomia de uma universidade federal brasileira, solicitando informações sobre o quantitativo de alunas negras e pardas matriculadas. A resposta dada pela secretaria ao e-mail enviado foi a seguinte:

> ‘’Prezado, sobre as informações solicitadas, elas só poderão ser disponibilizadas mediante pedido formal ao comitê de Ética da Universidade, pois são considerados "dados sensíveis" de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018. Atenciosamente [...]”

Este episódio suscitou o desejo de continuar com esta investigação, agora de forma mais aprofundada, o que já está sendo levado em consideração. O nome da instituição ficará em sigilo, por uma questão de ética da pesquisa, principalmente por não ter combinado que tais informações fossem trazidas a lume. Entende-se como dado importante obter informações sobre o número de alunas pretas e pardas que ingressaram na Biblioteconomia, para poder acompanhar o panorama dessas mulheres na vida acadêmica. Convenceu-se por ora, que tais informações não se obtém sem uma pesquisa robusta, com acompanhamento por meio de entrevistas, questionários, dentre outros instrumentos de pesquisa.

Dentro da carreira acadêmica, algumas posições são mais celebradas que outras. Sabe-se que à academia utiliza a lógica capitalista neoliberal de competividade, ou seja: é preciso produzir para se ter reconhecimento dentro do universo acadêmico. As exigências dos programas de pós-graduação, orientadores/as, agências fomentadoras dentre outros, fazem com que muitos/as estudantes e

pesquisadores/as por vezes desistam de seguir à carreira, quando não inviabiliza a mesma carreira por consequências de ordem psicológica.

Quem passa ileso pela pressão exercida em busca de produção acadêmica, entende que o currículo profissional é de suma importância para obtenção de vantagens futuras, seja no campo econômico ou mesmo no campo simbólico. Concluir uma graduação é o primeiro passo para a caminhada acadêmica. Ingressar em programas de pós-graduação visando o mestrado e o doutorado, são outros importantes passos para se obter reconhecimento na área. Entretanto, seguindo a lógica de produção acadêmica respaldada na lógica de produção capitalista neoliberal, ter os títulos por si só não conferem ao individuo um certo *status* entre seus pares. (BOURDIEU, 2015).

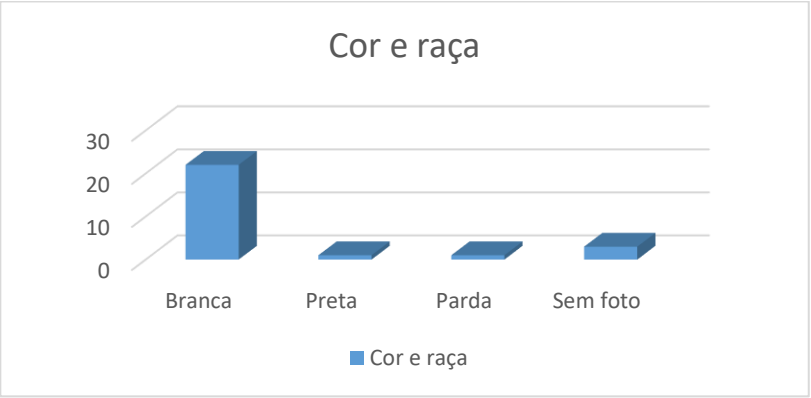
Como lugar de destaque dentro da Ciência da Informação, considerou-se, tanto na pesquisa de mestrado, como para a elaboração deste capítulo, ser Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em nenhuma hipótese está creditando as bolsistas de produtividade em pesquisa o "topo da carreira acadêmica", haja vista que se trata de uma posição transitória, com marco temporal do início e fim da bolsa bem delimitados. A opção em escolher as bolsistas de produtividade tem mais a ver com uma questão simbólica de ocupar uma posição reconhecida dentro da área, e aqui ancora-se nas teorias "bourdieuniana" sobre o poder simbólico, do que propriamente elevar um grupo em detrimento de outros.

Ao analisar a lista de bolsista de produtividade que atuam dentro da Ciência da Informação, elencou-se 27 mulheres e 19 homens, totalizando 46 bolsistas na área da C.I. Neste capítulo estamos analisando a trajetória de mulheres e negras, o que resultará em debruçarmos nas 27 bolsistas. Dessas mulheres, 17 delas cursaram Biblioteconomia no início da sua carreira acadêmica, o que sustenta a

hipótese de que boa parte das pesquisadoras atuantes na área da C.I., tiveram na Biblioteconomia suas primeiras experiências acadêmicas.

Ao verificar o currículo lattes de cada uma das bolsistas de produtividade, em vistas a levantar suas produções acadêmicas e suas participações em eventos da área, percebeu-se a disparidade na perspectiva de cor e raça entre elas. Das vinte e sete mulheres cujos currículos foram analisados, vinte e duas (22) trazem características fenotípicas de brancas; três (3) delas não disponibilizaram fotografia, o que impede de relacionar a que grupo racial pertencem; uma (1) era visivelmente negra retinta, e uma (1) se mostrava, fenotipamente como parda. Graficamente, estamos falando disso:

Gráfico 4 – Bolsista de Produtividade na C. I. por cor e raça



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relações baseadas na cor e raça no Brasil, sempre tomaram a pauta nas discussões sociais, por mais que muitos negam esta prática. Dentro da academia, de forma velada, a questão que envolve os agentes

sociais racializados incomoda; quase não se encontra pessoas para orientar pesquisas neste sentido. A máxima de não falar para esquecer, tomada como política oficial no Brasil pela ocasião do fim da escravatura, ainda encontra ecos na sociedade, e como não poderia deixar de ser, por se tratar de algo da sociedade e para a sociedade, dentro do universo acadêmicos.

O pensamento elitista e patriarcal das universidades ajudou a construir um cenário de desigualdade socioeconômico no país. Inúmeros pesquisadores não se voltavam para questões que envolvesse as ditas minorias, muito pelo fato de não os atingir diretamente. Conforme mencionado neste texto, o ambiente acadêmico é masculino, branco, heterossexual, com pensamentos eurocêntricos e cristão. Tocar em assuntos que estejam de fora desta realidade, é o mesmo que promover o pensamento de quem vai questionar o *status quo*.

Nem todas as perguntas que surgiram ao longo da pesquisa puderam ser respondidas com os dados levantados. Mais do que nunca, faz-se necessário uma pesquisa mais duradoura, que se utiliza de entrevistas, relatos de experiências para obter informações mais próximas da realidade de pretas e pardas na caminhada acadêmica na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARÉVALO, Julio Alonso. A obscura história sobre os assédios sexuais de Melvi Dewey, o pai da Biblioteconomia moderna. **Biblioo Cultura Informacional**. Disponível em: https://biblioo.info/obscura-historia-sobre-os-assedios-sexuais-de-melvi-dewey/.?2018

BÁEZ, Fernando. **História da destruição dos livros**: das tábuas suméricas à Guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. *E-book*.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BEAUVIOR, Simone. **O segundo sexo vol. 1**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDEU. Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina:** a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17 (49), p. 117-132, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em questão**. Porto Alegre, v. 14. N. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

FERNADES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2013. *E-book*.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. Racismo cordial desconstruído: uma leitura pós-positivista do papel da mulher negra no Brasil colonial. **e-hum**, v. 6, n. 1, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

IBGE. Estudos e pesquisa: informação demográfica e socioeconômico – nº 41. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: https://www.biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

KILOMA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

ORTEGA Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e C.I. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspec. Ci. Inf.** Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez., 1996.

MIGUEL, Luiz Felipe. A identidade e a diferença. *In.:* **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. *E-book.*

MILANESI, Luís. A formação do informador. **Inf. Inf.,** Londrina, v. 7, n. 1, p. 7-40, jan./jun. 2002.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade:** panorama nacional e os motivos da entrada masculina em um curso majoritariamente feminino. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso; DOMONT, Lígia Maria Moreira. Relação de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil. **Cadernos BAD**, n. 1, p. 157-171, jan.-jun., 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; justificando, 2017.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.** São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, Jul;/dez., 2013.

SANTOS JUNIOR, Edilmar Alcantara dos. "Fazei Tudo o que Ele vos Disser": a relação de Jesus com as mulheres do seu tempo e o pensamento androcêntrico dos cristãos - uma análise. **Folha de Rosto**, v. 7, n. 1, p. 134 - 160, 16 jun. 2021.

SANTOS JUNIOR, Edilmar Alcantara dos. **O bibliotecário como agente educador**: uma análise curricular dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. 2013. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Escola de Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS JUNIOR, Edilmar Alcantara dos. A biblioteca na dinâmica democrática: participação na consolidação de um regime de todos. **Biblioo Cultura Informacional**. Disponível em: https://biblio.info/a-biblioteca-na-dinamica-democratica-participacao-na-consolidacao-de-um-regime-de-todos/ . Mar./2021.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2009. *E-book*

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. Biblioteconomia negra brasileira: caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2019.

SOUZA, Beatriz Alves de. **O gênero na biblioteconomia**: percepção de bibliotecária/os. 2014. 270 p. Tese (Doutorado em estudo de gênero) – Centro de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **R. Esc. Biblioteconomia**. UFMG, Belo Horizonte, 4(2) : 141-161, set. 1975.

TANUS, Gabrielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas na modernidade e biblioteconomia protocientífica. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 546-560, set./dez. 2015.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. Ubu Editora, 2019. *E-book*.

INFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NEGRAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ NO RIO DE JANEIRO[15]

Priscila Rufino Fevrier
Rodrigo de Sales

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto da dissertação de mestrado concluída em abril de 2021, a qual direcionou atenção a questões atinentes às mulheres negras pertencentes ao conjunto de comunidades periféricas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Mulheres, estas, que fazem parte de um grupo preterido e marginalizado pela sociedade. As mulheres pertencentes a este grupo social enfrentam os maiores índices de desemprego, estão entre as pessoas que desenvolvem mais atividades de baixa remuneração, entre os maiores números em casos de assassinatos (vítimas de feminicídio) e, ainda, fazem parte do menor índice de pessoas que conseguem chegar às universidades (IBGE, 2010). Neste sentido, pareceu justo buscar compreender se a informação pode de fato ajudá-las a alcançar uma realidade social menos injusta, de modo a trazer mudanças em suas vidas por intermédio da compreensão e do uso da informação.

[15] Este capítulo foi inicialmente apresentado na modalidade comunicação oral no XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB 2021, no GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação e publicado no anais do evento.

Neste sentido, foi escolhida como universo da pesquisa a Casa das Mulheres da Maré, que fica localizada na comunidade do Parque União, que faz parte do conjunto de comunidades periféricas do complexo da Maré, Rio de Janeiro. A Casa das Mulheres foi inaugurada em outubro de 2016 e foi criada com o intuito de fortalecer a autonomia feminina, com projetos que potencialmente melhoram a qualidade de vida das mulheres da Maré. São oferecidas atividades que têm como propósito auxiliar na formação profissional dessas mulheres, o que inclui o curso de gastronomia "Maré de Sabores" e o curso de cabeleireira "Maré de Belezas", que já formaram mais de 500 mulheres. Dispõe também de atividades de capacitação, como aulas para a população LGBTQI+ da Maré, de corte, costura e produção de moda. Conta também com serviços como atendimentos jurídicos, psicológicos e com assistentes sociais gratuitos que já atenderam mais de 400 mulheres. É uma iniciativa do projeto Redes da Maré (REDES..., 2018; 2020).

A partir da explícita injustiça social que envolve a realidade das mulheres negras no Brasil, e a partir do pressuposto de que a informação é um insumo capaz de transformar tal realidade, propõem-se como problema de pesquisa os seguintes questionamentos: quais as percepções acerca da informação e do uso da informação pelas mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré? Quais as informações que auxiliam na transformação das realidades sociais dessas mulheres?

Enquanto objetivo geral, esta pesquisa visou compreender as percepções das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré, Rio de Janeiro, sobre o conceito de informação, os tipos de informações utilizadas e suas influências na resolução dos problemas cotidianos. Os objetivos específicos definidos foram: a) Contextualizar o coletivo Casa das Mulheres da Maré, do Rio de Janeiro, foco de observação da pesquisa; b) Compreender como o conceito de informação é percebido pelas mulheres negras integrantes da Casa das

Mulheres da Maré; c) Coletar discursos das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré, de modo a manifestar a representação social deste coletivo a respeito da informação e seu uso.

Dessa forma, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que compreender o fenômeno informação, bem como os aspectos que compõem os entornos informacionais na realidade das mulheres negras, é fundamental para se buscar uma transformação da realidade social desse grupo especificamente. É por intermédio da mediação da informação e comunicação da mesma que o processo de formação de sujeitos é permitido e os transforma em cidadãos políticos, críticos e criativos (GOMES, 2019).

Na fundamentação teórico-metodológica, tomou-se como base os princípios da sociologia do conhecimento, do construcionismo social na perspectiva de Berger e Luckmann, além da teoria das representações sociais (TRS), seguindo as perspectivas de Serge Moscovici e Denise Jodelet. O autor Serge Moscovic (2015, p. 79), evidencia que a teoria das representações sociais tem como ponto de partida as diferenças dos sujeitos, atitudes e fenômenos. O objetivo dessa teoria é entender como esses sujeitos e grupos constroem um senso comum, "um mundo estável, previsível", tendo em vista essas diversidades. Portanto, as TRS devem ser entendidas como um modo característico de compreender e transmitir saberes, cujo objetivo é materializar o sentido do mundo e estabelecer ordens e percepções, que reproduzam o mundo de forma significativa.

Esta pesquisa pode ser considerada do tipo qualitativa e a coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada e por questionário de caracterização do perfil das mulheres negras. O tratamento e a análise das informações foram embasados na técnica de análise chamada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A partir da aplicação da referida técnica, o DSC

apresentou quatro pontos de análise e discussão, a saber: o entendimento das mulheres negras sobre a informação; a obtenção de informação na Casa das Mulheres da Maré para a aquisição de confiança e enfretamento de obstáculos; a informação para a transformação da realidade social de mulheres negras com enfoque no mercado de trabalho e na violência contra mulheres e, por fim, a importância da Casa das Mulheres da Maré para apoio psicológico, jurídico e construção de afetos.

2 A INFORMAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E POLÍTICA DAS MULHERES NA SOCIEDADE

Em diferentes momentos históricos, mulheres foram colocadas em um constante silenciamento, a partir de uma perspectiva patriarcal que as coloca como propriedade de um homem, ou grupo de homens, os quais decidem sobre seus corpos, desejos e até os limites que podem chegar. Mulheres foram obrigadas a passar suas vidas sobre as sombras dos homens, como pais, cônjuges, líderes religiosos, chefes em seus locais de trabalho – isso quando a elas foi permitido trabalhar – e em outros âmbitos da sua vivência (SILVA; ROMEIRO, 2018). Feministas e ativistas sociais como Patricia Hill, Angela Davis, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, entre outras, afirmam que o sistema de sociedade em que vivemos, o patriarcado, é o principal fator para a difusão dessas desigualdades entre homens e mulheres. Esse sistema envolve a relação de dominação-exploração das mulheres pelos homens até os dias de hoje. Quando se faz o recorte de gênero, raça e classe social, as desigualdades são ainda mais marcantes. Além dos aspectos que se apresentam para as mulheres brancas (machismo, patriarcalismo, papéis atribuídos de gênero etc.) e de fatores derivados da cultura do patriarcado, como desigualdade salarial, violências

doméstica, sexual e psicológica, somam-se a esse cenário as questões étnico-raciais.

Importante dizer que essas desigualdades – que perduram até hoje – nascem em tempos remotos. No período escravista, mulheres negras foram tratadas como objetos, serviram de mão de obra escravizada, sofreram estupros, mutilações, torturas e foram utilizadas como reprodutoras e amas de leite para os membros da casa grande. As diferenças entre mulheres negras e brancas estão presentes no trabalho – mulheres negras sempre trabalharam –, no direito de ser considerada como ser humano, no exercício da maternidade, na violência, no direito a ter um relacionamento afetivo, entre outros (HOOKS, 2018). Collins (2019) relata que o imbricamento das opressões de raça, gênero e classe, que é um legado da escravização, configurou-se e ainda se configura com o estabelecimento das relações de mulheres negras dentro dessa estrutura opressora. A autora afirma que quando um grupo de sujeitos impede que outro grupo tenha acesso a recursos da sociedade, e se isso ocorre sistematicamente, concretiza-se uma situação de opressão. Completa, ainda, dizendo que as principais formas de opressão se referem a gênero, raça, classe, sexualidade, nação, idade e etnia. Crenshaw (2002) explica que essa interseccionalidade entre raça, gênero e classe trabalha para limitar as chances de sucessos das mulheres negras.

Carneiro (2002) pontua que a opressão é algo muito presente na vida da mulher negra, basta verificarmos que as mulheres negras estão entre as maiores taxas de feminicídio no país e morte no período de gestação, pré e pós-parto. Essas relações de poder que essas mulheres sofrem se configuram em violência, opressão e subalternização, e influenciam no papel que essa mulher assume na sociedade (CARNEIRO, 2002, s.p.; FERNÁNDEZ, 2012; TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017).

Políticas públicas para a população negra, em especial, para mulheres negras, são ainda embrionárias. É preciso que estas sejam desenvolvidas para suprirem as necessidades de informação que são próprias desse grupo étnico-racial e, do mesmo modo, torná-las sujeitos e cidadãs que possam escrever sua própria história (SILVA; GARCEZ, 2018).

No tocante à apropriação da informação sob a ótica da transformação em conhecimento pelas pessoas negras, Mirian de Albuquerque Aquino (2013, p. 67) ressalta que o "sistema educacional impõe barreiras informacionais para as/os afrodescendentes destinando-lhes uma informação inadequada no atual contexto, sem nenhuma ligação com a sua história, cultura e tecnologia".

2.1 INFORMAÇÃO: ELEMENTO IMPRESCINDÍVEL

De acordo com Barreto (1994), a informação liga o mundo, além de participar da revolução e evolução do ser humano na história. Quando adequadamente assimilada, ela produz o conhecimento, modifica o estoque mental de informações do sujeito e traz benefícios para sua vida e contexto em que ele vive. Por isso, ela se faz presente na vida dos sujeitos antes de seu nascimento e o acompanha durante toda sua vida.

Barreto (1994) também afirma que a informação está associada ao conceito de redução da incerteza e que é identificada com o sistema de organização de identidades inanimadas ou de seres vivos racionais. Para Araújo (2018), a informação não é algo apenas da ordem do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas narrativas, a informação se apresenta relacionada a termos como "documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico" (ARAÚJO, 2018, p. 88).

Para os autores Reis, Silva e Massensini (2011, p. 22), "a informação está presente em nossas vidas como resultado de nossas

ações diárias e, portanto, é visualizada como um produto histórico-social, ou seja, fruto das nossas atividades sociais em nossos contextos históricos, em um determinado tempo e espaço".

Quando refletimos a respeito da população negra, a informação que mais se adequa ao seu contexto e necessidades informacionais é a informação étnico-racial. Estabelecida a partir da teoria de Dahlberg, a informação étnico-racial tem sido estudada no Brasil a partir de 2010 por Henry Pôncio de Oliveira – sob orientação de Miriam Albuquerque de Aquino –, que em sua dissertação definiu esse conceito como "[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana"(OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Com relação ao aspecto objetivo dessa população, este se relaciona aos materiais informacionais e seus conteúdos dispostos em diferentes suportes informacionais. Quanto ao aspecto subjetivo, este se refere ao "ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico" (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p. 487).

A informação étnico-racial está ligada a toda documentação, textos, manifestos, bibliografias, materiais audiovisuais e não visuais obtidos a partir de grupos e coletivos negros, do Estado, das Instituições de Ensino Superior, Secretarias dos municípios e dos estados, museus, arquivos, igrejas das irmandades negras, centros de informação, entre outros que buscam disseminar e promover o debate e a igualdade étnico-racial, justiça social e direitos para populações marginalizadas, das quais a população negra faz parte (OLIVEIRA; AQUINO, 2012). Nesse sentido, parte-se do conceito de informação étnico-racial para se pensar a Casa das Mulheres da Maré e sua

importância na disseminação da informação destinada às mulheres negras frequentadoras desse ambiente, especialmente no que concerne à informação para resolução dos obstáculos do dia a dia e também para transformação de suas realidades sociais.

2.2 A RACIALIDADE ENQUANTO DISPOSITIVO NA VIDA DAS MULHERES

A herança escravista ainda perdura com diversas formas de dominação, preconceito, desigualdades, manutenção de privilégios e exclusão desse grupo de locais de poder e decisão, mesmo a população de origem africana ter sido liberta após mais de trezentos anos de escravização. Conforme Santos (2009), quanto mais as camadas sociais sobem, maior é o embranquecimento da população. Ou seja, a classe média e rica do nosso país é branca, enquanto que a mais pobre é negra. No que concerne à intersecção entre gênero, classe e raça, a mulher negra se encontra nas classes mais baixas e pobres, dado que expressa a estrutura do racismo no Estado, que permite que esse grupo se encontre em grande desigualdade racial e social dentro do Brasil.

Quando se reflete sobre os dispositivos de poder e racialidade, a vida de mulheres negras – para além daqueles pontos já elencados –, no período atual, é impactada por quatro elementos de racialidade, a saber: a necropolítica (MBEMBE, 2016), alterocídio (MBEMBE, 2014), epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e o feminicídio (FERNÁNDEZ, 2012).

Quando analisamos a necropolítica, ela impacta na vida de mulheres negras periféricas quando estas perdem seus filhos, irmãos, pais e maridos para a política de Estado representada pela força policial. Esta força invade as comunidades periféricas para realizar o extermínio (política da morte) de jovens e homens negros, tendo como base seu pertencimento étnico-racial vinculado ao estereótipo de criminoso criado no imaginário social brasileiro (MBEMBE, 2016).

Perdem também homens e jovens negros para o encarceramento em massa, que transforma homens de suspeitos para condenados pela justiça pelo fato de serem negros e pobres, sob o pretenso discurso de "guerra contra as drogas" (FRANCO, 2016). A necropolítica se encontra ligada à negação da alteridade ou alterocídio, que simboliza a negação/rejeição do "Outro" por não o ver como semelhante. Esse "outro" se torna ameaçador para aquele que o criou – o homem branco (que é o "eu") – na medida em que, ao acreditar na raça, tem medo de que a suposta "raça inferior" o supere. Os sujeitos brancos excluem e buscam o domínio dos sujeitos negros e os elementos que fazem parte de sua identidade étnico-racial, tais como cultura, história, religiosidades, conhecimentos ancestrais, entre outros (MBEMBE, 2014). Por isso, realiza o extermínio desse "outro" quando a dominação e controle não conseguem os manter alienados dentro do sistema criado pelo Estado (dominado pelo homem branco) (MBEMBE, 2014; KILOMBA, 2019).

No caso da mulher negra, o alterocídio se expressa de forma evidente, pois ela é o "outro do outro" (KILOMBA, 2019). Lembramos, aqui, Grada Kilomba (2019, p. 190) ao dizer que "mulheres negras, por não serem nem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca". É essa mulher negra que não é vista como mulher, mas sim como um instrumento de força de trabalho, de manutenção do racismo, de cuidado com os filhos e com o asseio da casa de mulheres brancas da elite, de ser objeto exotizado de desejo de homens, que se não conseguirem dominá-las podem, então, exterminá-las, pois no Brasil o corpo negro não é visto como algo digno de justiça (MBEMBE, 2014; KILOMBA, 2019).

Esse extermínio se dá ainda de outras formas. O feminicídio representa o extermínio literal de corpos negros, em especial de mulheres negras, que estão sob a força e o domínio de uma cultura

patriarcal, racista e sexista que percebe o corpo da mulher negra como uma propriedade do homem e do Estado (FERNÁNDEZ, 2012; CÔRTES; LUCIANO; DIAS, 2012; OLIVEIRA; LUCIANO; MOURA; ALVES; CÔRTEZ, 2019).

Quando chegam aos espaços universitários, mulheres negras possuem seu conhecimento e epistemes de origem africana mortos (o que chamamos de epistemicídio) pela cultura acadêmica ocidental, que desconsidera saberes que não sejam vindos do norte global, ao mesmo tempo em que impõe uma pseudoneutralidade acadêmica que esconde a invisibilidade da raça dentro da universidade (CARNEIRO, 2005; SILVA, 2020). A percepção de não-lugar de mulheres negras nos ambientes acadêmicos, vincula-se ao estereótipo racista que sempre a deixou subjugada à decisão de outros sobre os espaços que essas mulheres poderiam ocupar. "Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo, sem mente'.", conforme enfatiza a intelectual bell hooks (1995, p. 468).

Mulheres negras não são vistas como portadoras e provedoras de conhecimentos. Na dissertação da primeira autora, esta faz alguns questionamentos, um deles é se essas autoras/intelectuais negras estão presentes na academia e, em especial, no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI)? E a resposta é sim. E suas pesquisas são direcionadas para aspectos e enfoques diversos.

Na nossa pesquisa evidenciamos algumas autoras negras e suas pesquisas em BCI como: A dissertação de Leyde Klebia Rodrigues da Silva, intitulada "*Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba*"; temos também, o capítulo intitulado "*Informação étnico-racial: o eco de vozes mulheres que não aceitam o lugar de "Quarto de Despejo"*", de Dávila Maria Feitosa da Silva, que faz parte do livro "*Epistemologias negras: relações Raciais na Biblioteconomia*", dentre muitas outras pesquisas, que devido ao espaço disponível para este trabalho não foi possível evidenciar aqui.

A seguir, iremos adentrar as percepções sobre a informação das mulheres negras frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré.

3 O QUE DIZEM AS MULHERES NEGRAS FREQUENTADORAS DA CASA DAS MULHERES DA MARÉ?

Foram coletados os discursos de quatro mulheres negras moradoras do conjunto de comunidades periféricas da Maré e que são frequentadoras da Casa das Mulheres da Maré. Após entrevista com essas mulheres, realizou-se o tratamento e análise dos discursos coletados, por meio da aplicação da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). A partir disso, foi elaborado o DSC geral que representou a soma de todos os discursos. Com intuito de responder aos objetivos deste trabalho, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi distribuído em quatro pontos principais de análise e discussão, a saber:

a) **A voz das mulheres negras: o entendimento sobre a informação:** Como primeira questão, foi perguntada a cada uma das respondentes sobre qual era o entendimento que elas possuem sobre informação. A partir do DSC, foi possível observar que na percepção das mulheres negras respondentes, a informação auxilia na comunicação do conhecimento. Na perspectiva trazida por Araújo (2014), a informação é o ato de informar, a comunicação do conhecimento ou da notícia de algum fato ou ocorrência. Este entendimento corrobora com a visão de Barreto (1994), que afirma que a informação quando assimilada produz o conhecimento, modifica o estoque mental de informações do sujeito e traz benefícios para sua vida e contexto em que vive, seja essa informação de ordem

religiosa, política, entre outras. Assim, compreendemos que as mulheres recebem as informações, juntam com suas experiências cotidianas e conhecimentos anteriormente criados e elaboram novos conhecimentos. Ainda sobre o entendimento do que são informações, as mulheres negras respondentes informaram que as informações são notícias transmitidas por intermédio da televisão, rádio, celular e redes sociais (*on-line*) e que as informações que elas obtêm na Casa das Mulheres vêm através da internet, aulas e vídeos, assim como por intermédio das professoras e assistentes sociais. O predomínio quase que exclusivo da informação veiculada por meio de redes sociais permite certa reflexão por parte dos profissionais da informação. As bibliotecas, e demais unidades de informação, precisam ainda avançar para efetivamente auxiliar na construção da identidade étnico-racial da população negra – e das mulheres negras – e para isso é preciso que deixe de ser um dispositivo de propagação de ideologias racistas e coloniais (CARDOSO, 2011; SILVA, 2020) que, por consequência, potencialmente promovem a falta de representatividade e identificação. As bibliotecas devem se tornar um espaço para busca, recuperação e acesso a fontes de informação por mulheres negras que as auxiliem na transformação de suas realidades. Para isso, nos parece ser preciso e urgente a realização de mediações de informações necessárias à mulheres negras, pois, conforme infere Cardoso (2011, p. 83), "trabalhar para a (re)construção da identidade negra exige a mediação de informação e conhecimento, portanto perpassa o espaço da biblioteca". Bibliotecárias(os) e profissionais de informação que se inserem em espaços de comunidades periféricas ou que tem como público pessoas que estão à margem da sociedade, precisam encontrar meios de promover uma efetiva instrumentalização de

representatividade e identificação, para que informação possa de fato transformar realidades.

b) **Obtenção de informações na Casa das Mulheres da Maré:** No que se refere ao local onde as informações são obtidas pelas respondentes, foi identificado como canais de informação (utilizados pela Casa das Mulheres para disseminar conteúdos) a internet, as aulas, os vídeos, as profissionais e as professoras da Casa. No discurso das respondentes, constatou-se que as verdadeiras mediadoras da informação são as profissionais e professoras que lá trabalham. Não foi possível identificar se o conteúdo das aulas oferecidas pela Casa é pautado em informações científicas ou acadêmicas. Entretanto, é importante ressaltar que as pessoas possuem influências a partir dos contextos em que estão inseridas e, por serem essas profissionais mediadoras integrantes da própria comunidade, a potência de representatividade parece ser muito mais real e confiável às frequentadoras da Casa. Um outro ponto observado foi que os assuntos e temas sobre os quais as mulheres aprendem, a partir da disseminação de informações realizadas pela Casa, são diversos, a saber: estudos de gênero e sexualidade, drogas, identidade étnico-racial, redes sociais, empreendedorismo, racismo, preconceito de classe social, pobreza, periferia, violência, direitos humanos e, sobretudo, mulheres. Porém, a Casa como um coletivo que se dispõe a informar e abordar essas questões, deve voltar especial atenção para o recorte racial das frequentadoras, pois assim poderá suprir as necessidades de informação demandadas pelas mulheres negras. É preciso estar atenta e promover a conscientização dos obstáculos causados pela inter-relação entre o racismo, o gênero e a pobreza, os quais

fazem com que múltiplas formas de violências cruzem a vida das mulheres negras em seu cotidiano. Tais debates devem elucidar questões como as barreiras de acesso aos serviços de saúde e a baixa preocupação do Estado com as especificidades que são vinculadas à vivência das mulheres negras, como a violência obstétrica, morte pós-parto, as ações de violência produzidas pelas forças de segurança do Estado, do crime organizado e das milícias, como também a maior exposição às drogas e ao fato de serem as principais vítimas quando se fala em tráfico de mulheres (CARNEIRO, 2002; AGÊNCIA..., 2014; CARNEIRO, 2017; AGÊNCIA..., 2018). Essa diversidade de temas e assuntos de debate é salutar para o desenvolvimento da emancipação intelectual de mulheres negras, na medida em que se apropriam desses conhecimentos para mudanças reais de suas vidas.

c) **Informação para transformação da realidade social de mulheres negras: violência e mercado de trabalho:** Neste terceiro ponto de discussão, nosso enfoque foi a informação mediada pela Casa que promoveu a transformação da realidade social de mulheres negras, em especial no que se refere ao enfrentamento da violência e à inclusão no mercado de trabalho. Sobre este último, o DSC apresentou que a Casa fornece informações que auxiliam na procura por trabalho, assim como provê instrumentos (tais como elaboração de currículo e auxílio nas inscrições) que permitam essas mulheres negras a concorrerem às vagas disponíveis no mercado. A autoconfiança profissional também foi destacada nas falas das entrevistadas, e isso em consequência de treinamentos oferecidos por intermédio de cursos ministrados na Casa a essas mulheres. O fato de mulheres negras adquirirem confiança em suas habilidades profissionais as

possibilita entender o ambiente e o mercado de trabalho e, assim, emanciparem-se e transformarem suas realidades. A confiança permite ainda assumirem compromissos e riscos profissionais, ao mesmo tempo em que as fortalece para cobrarem o preço justo pelo produto ou serviço oferecido, criarem seu próprio negócio, denunciarem violências e assédios no ambiente pessoal e profissional, entre outros aspectos. Isso sugere que a informação se torna um instrumento de inclusão das mulheres negras nos sistemas que estimulam as relações sociais, e o acesso à informação vira o caminho para que aconteça a emancipação social de mulheres marginalizadas dentro do mercado de trabalho permitindo o pleno exercício da sua cidadania (HANADA, 2007). Outro ponto de destaque é sobre o enfrentamento à violência, pois uma das respondentes relatou ter impedido que uma ação violenta ocorresse contra uma menina da comunidade, fruto de um processo de conscientização vindo de informações fornecidas pela Casa. Conforme infere Côrtes (2012), a denúncia é o momento de subversão às relações de poder que estruturam a violência contra as mulheres, em especial, a violência doméstica. Caso a denúncia não se concretize ou as mulheres não recebam apoio de órgãos e instituições de apoio, isso pode ser fatal para essas vítimas. É possível perceber que a entrevistada se tornou fortalecida para materializar em suas ações os conhecimentos assimilados a partir das informações que recebeu dentro da Casa.

d) **A importância da Casa das Mulheres da Maré para apoio psicológico, jurídico e construção de afetos:** Conforme o DSC, a Casa oferece apoio psicológico às suas frequentadoras, uma vez que a violência sofrida por mulheres, assim como

responsabilidade financeira de terem de prover sozinhas suas casas, impactam diretamente na saúde mental da mulher negra. Tendo em vista que elas se encontram em contexto periférico, a saúde mental ainda não é vista como prioridade em suas vidas. O acesso a tratamento de saúde mental nas periferias, destinado a mulheres negras, é ainda um obstáculo a ser enfrentado ao se pautar saúde pública e ao se elaborar políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades. Importante, ainda, é o desenvolvimento de pesquisas vinculadas à saúde das mulheres negras de periferias, de modo a identificar as reais necessidades informacionais a respeito da saúde dessas mulheres, para que informações sobre como, para que, quando e onde cuidar de sua própria saúde sejam efetivamente alcançadas por aquelas que necessitam (SILVA et al., 2019, *on-line*). Assim, poderão ser pensadas medidas e ações de prevenção, desenvolvimento de políticas públicas relacionadas a saúde das mulheres de periferia e da população negra como um todo. Silva et al (2019, *on-line*) reforçam que as mulheres negras precisam ter acesso às informações sobre "medicamentos que afetam a saúde da população negra, sobre maternidade, pré-natal, sexualidade, entre outros aspectos essenciais para prover os direitos básicos de quaisquer cidadãos" (SILVA et al., 2019, *on-line*). Com relação ao apoio jurídico, consideramos este fundamental para que as mulheres se emancipem dentro da nossa sociedade a partir do conhecimento de seus Direitos. Dessa forma, fomentar o conhecimento dos Direitos Humanos e Civis da população negra é fundamental para que se quebre os ciclos que colocam a população negra em lugar de marginalidade e marginalização dentro da sociedade brasileira. A informação possibilita às mulheres negras o entendimento de seus direitos constitucionais, assim como aspectos sobre procedimentos

jurídicos que envolvem situações de denúncia, violências sofridas por elas e seus familiares, como também por injustiças praticadas por forças policiais, representantes do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que para uma efetiva emancipação social é imprescindível que o desenvolvimento dos campos informacionais (incluindo aí todos os aspectos que os envolvem: unidades, objetos, processos, instrumentos, produtos, especialistas e regramentos de informação) se dê de modo a promover a representatividade e identificação social e comunitária dos públicos a que servem. Em comunidades ou em grupos marginalizados, tal observação se faz ainda mais urgente e indispensável. Esta pesquisa, ao centrar atenção naquele que é considerado o grupo social mais marginalizado e acometido por violências e injustiças sociais, o grupo das mulheres negras da periferia, procurou "escutar" e "compreender" como o acesso, a mediação e a apropriação da informação podem auxiliar um processo transformador de realidades sociais. Informações, que por vezes podem ser consideradas utilitárias pelos tradicionais estudos acadêmico-científicos, tais como informações sobre emprego, profissionalização, saúde, violência, sexo, política, empreendedorismo social, drogas, organizações sociais, racismo, machismo, LGBTfobia, ou, em geral, informações que tragam conhecimentos imediatos e cotidianos reais, e não ideais, parecem lograr êxito na busca de uma representatividade social. O campo da Ciência da Informação não pode se furtar da responsabilidade de desenvolver uma ciência que efetivamente promova um enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais. Este estudo procurou contribuir para este enfrentamento por meio da esculta e da compreensão dos fenômenos

da informação, bem como de sua mediação e apropriação, como fatores potentes para a promoção de uma representatividade insistentemente silenciada pelos projetos informacionais elitistas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de pesquisa de doutorado à Priscila Fevrier.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Estatísticas de gênero**: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, C. A. Á. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014. p. 99-151.

ARAÚJO, C. A. Á. A. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

CARNEIRO, A. S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **NQF**, v. 24, n. 2, 2002.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 340 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, S. Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números. São Paulo: **Geledés Instituto da Mulher Negra**, São Paulo, 2017.

CARDOSO, F. C. A **Biblioteca Pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

COLLINS, P. H. **O pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CÔRTES, G. R. Violência Doméstica: Centro de Referência da Mulher. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 17, p. 149-168, 2012.

CÔRTES, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; DIAS, K. C. O. A informação no enfrentamento à violência contra mulheres: Centro de Referência da Mulher "Ednalva Bezerra": relato de experiência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp. p. 134-151, 2012.

CRENSHAW, K. **A Intersecionalidade na discriminação de raça e gênero**. São Paulo: Ação Educativa, 2002.

FERNÁNDEZ, A. M. Feminicídio: la ferocidade del patriarcado. **Revista Nomadías**, n. 16, p. 47-73, nov. 2012.

FRANCO, M. **UPP**: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion**: Filosofia da Informação, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019.

HANADA, H. **Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 15. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da Violência 2018**. Brasília, DF, 5. jun. 2018a.

KILOMBA, G. **Memórias de uma plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 403 p.

OLIVEIRA, H. P. C. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, H. P. C.; AQUINO, M. A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, set. 2012.

OLIVEIRA, P. S; CÔRTES, G. R.; LUCIANO, M. C. F.; MOURA, A. P.; ALVES, F. A. C. Informação para enfrentar a violência contra as mulheres negras. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha gráfica e Editora Ltda, 2019.

REDES MARÉ. **Desenvolvimento territorial**: casa das mulheres da Maré. Rio de Janeiro, 2020.

REDES MARÉ. **Relatório anual 2018 da Redes da Maré**. Rio de Janeiro, 2018.

REIS, A. S.; SILVA, A. S.; MASSENSINI, R. L. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. *In*: MOURA, M. A. (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária**: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011. cap. 1, p. 16- 24.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramu, 2007.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, C. D. As mulheres negras e a Sociedade da Informação. *In*: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018. p. 209-236.

SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. Ann Allen Shockley: uma bibliotecária negra e feminista na literatura lésbica e na Biblioteconomia. *In*: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (Org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2018. (Selo Nyota).

SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil, Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota).

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. [s.l.]: Lebooks, 2019.

TEIXEIRA, M. S. S. P.; QUEIROZ, J. M. Corpo em Debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2017, Salvador. **Anais...** Salvador, 2017.

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NO QUILOMBO URBANO VIDAL MARTINS[16]

Kariane Regina Laurindo
Daniella Camara Pizarro

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo compreende a necessidade do estudo sobre Memória como uma das temáticas inseridas no campo da Ciência da Informação (CI) e tem como objetivo apresentar a importância da informação no que tange a estruturação e preservação da memória no quilombo urbano Vidal Martins em Florianópolis, Santa Catarina. Entende-se que discutir sobre informação e memória nas comunidades quilombolas é fundamental, uma vez que estas comunidades são constantemente invisibilizadas pela dinâmica do racismo estrutural. Além disso, o presente trabalho corrobora com o conceito de informação étnico-racial, pois visa contribuir com elementos históricos e culturais sobre um grupo étnico.

Empregar a temática memória na área da CI compreende uma complexa e abrangente discussão epistemológica para o campo. Contudo, trata-se de uma discussão pertinente para o entendimento da informação relacionada ao atendimento de demandas sociais, como a identidade e memória de grupos sociais. Atualmente, mais do que nunca, urge o imperativo de pesquisadores e profissionais, como o

[16] O presente trabalho foi apresentado na modalidade de comunicação oral no XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) de 2021, no Grupo de Trabalho – GT10 Informação e Memória e publicado no anais do evento.

bibliotecário, atuarem no que tange ao levantamento e organização de fonte de informações que subsidiem no registro da memória e organização da memória, visando o combate ao racismo e esquecimento da história de comunidades quilombolas. Destaca-se que a informação e memória, nesse contexto, são importantes também para a demarcação territorial e garantia da qualidade de vida dos remanescentes quilombolas.

Justifica-se esta comunicação, destacando que compreender a correlação entre informação e memória no desenvolvimento do campo social implica na importância da preservação histórica e cultural da comunidade em questão. E ainda, (re)conhecer a história invisibilizada da própria cidade de Florianópolis, história esta, que os livros não contam. Nesse sentido, a memória da comunidade não atua somente para a história de Florianópolis, mas também para a história do Brasil, visto que os quilombos foram e são lugares de resistência a uma sociedade escravagista.

Observa-se ainda, que na área da CI é identificada uma tímida movimentação na literatura sobre comunidades quilombolas, principalmente em Florianópolis, além de poucos e emergentes estudos sobre as questões étnicos-raciais na Biblioteconomia e CI; bem como sobre a desigualdade calcada nos privilégios de branquitude. Portanto, tal comunicação, faz parte de pesquisa de mestrado profissional, a qual pretende como produto social, a produção de um dossiê documental da história e das memórias dessa comunidade.

Metodologicamente, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa com a análise bibliográfica e documental, configurando-se como uma revisão de literatura focada na temática. Adiante, apresenta-se a fundamentação conceitual baseada na falácia da democracia racial, na informação e memória, através dos estudos das áreas da CI e da História, bem como, a análise da comunidade Vidal Martins como produtora de memórias que geram informação para a sociedade.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

A CI como um campo interdisciplinar, conversa com inúmeras outras áreas do conhecimento. Preocupada com a informação desde a sua gênese até a sua transformação para a criação de um conhecimento, esta área pode abranger diferentes áreas do conhecimento como: a Filosofia, Matemática, Antropologia e outras.

Mas como poderia a CI, esse campo tão abrangente, também compor em seu escopo de estudos temáticas tão enraizadas em outras áreas como no caso da memória? Ela de fato vem sendo tratada mais fortemente no campo da Psicologia e da História. Dessa forma, antes de compreender o que é a memória para a CI, é preciso compreender o que é a informação para a área.

Araújo (2018) cita três conceitos de informação, o primeiro está vinculado a sua dimensão material e física, o segundo é um pouco mais amplo está voltado para a dimensão cognitiva (informação ligado a dado e conhecimento ligado aquilo que está na mente) e o terceiro é a interação da informação no escopo da ação humana e no âmbito de contextos socioculturais concretos.

Conduzindo a compreensão do conceito de informação como um estado de conhecimento, Gomes (2017, p. 31) infere que o conceito de informação pode ser observado, "[...] como produto do esforço de colocar em comum, o que move a ação comunicativa, guardando em si a própria potência promotora de novas ações de comunicação, a partir das quais podem emergir revisões e até a geração de novos conhecimentos.".

Já para Capurro e Hjorland (2007, p. 192), o conceito de informação tem o seu significado nos contextos cultural e social, para os autores "[...] a informação é um conceito subjetivo, mas não fundamentalmente em um sentido do individual. Os critérios sobre o

que conta como informação são formulados por processos socioculturais e científicos".

Ainda sobre o âmbito social e cultural da informação Bezerra, Schneider e Brisola (2017, p. 8), que se utilizam do termo informação qualificada, os autores exercem a informação como um insumo para a construção do conhecimento para o indivíduo, "[...] a existência humana esteve desde sempre marcada pela impossibilidade de absorver, avaliar e utilizar, bem ou mal, a totalidade da miríade informacional, interior e exterior.". Assim, o gosto informacional pode contribuir para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres a partir da busca correta pela informação.

No social, cultural, na construção pelo gosto informacional e na formação de conhecimentos a informação perpassa por diversos conceitos para diferentes autores, portanto compreendê-la torna-se único para quem a utiliza. Assim, a informação tem um conceito subjetivo livre de ser fixa em uma única determinação, ela deve ser entendida pela sua importância para o sujeito e sociedade, em prol da conexão entre diversas relações sociais, como no contexto das relações étnico-raciais.

Em vista disso, o presente trabalho está compreendido no conceito de informação étnico-racial, empregado por Oliveira e Aquino (2012, p. 487):

> [...] como sendo todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana.

Nesse sentido, compreender a correlação entre informação e memória dentro do contexto de comunidades quilombolas está inserido

na compreensão do conceito de informação étnico-racial, formulado por Oliveira e Aquino (2012). Os autores descrevem o conceito de informação étnico-racial sob diversos enunciados, sendo o presente trabalho adequado aos enunciados de: a significação é feita pelos sujeitos; pode produzir conhecimento; diz respeito a um grupo étnico; etnia contém elementos históricos e culturais; e, afirmação da história e cultura de uma etnia (OLIVEIRA; AQUINO, 2012).

Portanto, a importância de se compreender os diferentes conceitos que a informação tem para a CI, ligada também a amplitude étnico-racial, as fontes de informação também possuem definições distintas, Paiva, Santos e Nascimento (2014, p. 57) sob a perspectiva positivista definem fontes de informação como, "[...] todos os documentos gerados pelo sistema de comunicação científica são considerados fontes de informação.". Para os autores Baggio, Costa e Blattmann (2016, p. 33) "[...] as fontes de informação aparecem como uma ferramenta que auxilia na recuperação de informações para usuários inseridos em diferentes contextos.".

Enquanto isso, Araújo e Fachin (2015, p. 83) inferem que "Fonte de informação pode ser qualquer coisa, que tem a característica de informar algo para alguém [...]", as autoras apresentam esse entendimento ao posicionar que,

> As fontes de informações são registros utilizados ao longo da vida do ser humano, possibilitando ampliar a visão do mundo em que vive e sobre as coisas que estão a sua volta. No campo científico são aquelas que nos permitem criar, recriar e ter acesso ao conhecimento sobre um assunto ou área de nosso interesse ou pesquisas. De modo que, as fontes de informações são referências sobre o que está registrado e disponível ao ser humano, possibilitando reinventar ou

> compreender melhor seu objeto de estudo. (ARAÚJO; FACHIN, 2015, p. 84).

Constituída dos mais diversos meios e formas as fontes de informação podem se caracterizar entre as classificações primárias, secundárias e terciárias. De acordo com Blattmann (2015), as fontes primárias estão ligadas diretamente a informação como um produto criado pelo autor como artigos e livros, as secundárias se revelam pela participação de outro autor como exemplo os dicionários e as enciclopédias, e as terciárias são identificadas nas bibliografias de bibliografias, catálogos de bibliotecas e outros.

Sendo primária, secundária ou terciária algo importante a se mencionar é que as fontes de informação estão disponíveis em distintas formas. Podemos ter um artigo publicado em um periódico de renome, assim como podemos ter um panfleto de uma campanha política para a presidência da associação de moradores do bairro local como uma fonte de informação, ambas, o artigo e o panfleto, informam algo para alguém ou para um coletivo.

Nesse sentido, Paiva (2014, p. 67) apresenta as narrativas indígenas como fontes de informação e as categoriza como fontes primárias, "Entendemos que, [...] podem ser incluídas as narrativas indígenas que, através de diversas vozes, revelam conteúdos muito ricos em dados sobre a cultura indígena [...]".

E Freitas (2001) apresenta como definição de fonte de informação documentos Legal e correspondências como forma de fonte de informação, a autora faz um estudo que identifica o negro no período colonial no estado de Santa Catarina através de documentos do arquivo público do Estado.

Ainda no contexto étnico-racial, Silva e Aquino (2014) empregam as ações que o Movimento Negro do Estado da Paraíba faz quanto a utilização das fontes de informação na *Web* sob a perspectiva da disseminação da informação étnico-racial. Os autores inferem que,

> [...] o uso e a apropriação das ferramentas da Web na perspectiva da disseminação da informação étnico-racial e da memória do Movimento Negro Organizado da Paraíba (MNOPB), partindo do princípio de que as Ciências Sociais Aplicadas precisam exercitar práticas de pesquisas que possam evidenciar a invisibilidade de negros nas instituições públicas da sociedade brasileira. (SILVA; AQUINO, 2014, p. 204).

Por fim, observado a não existência de um consenso para uma única definição do que é a informação e compreendido que as fontes de informação vão além de um artigo ou um periódico renomado voltemos, à primeira questão que se inicia nesta seção, como a CI pode compreender dentro dos seus campos de estudo, temáticas como a memória?

Memória e informação estão muito próximas, afinal como seria uma sem a outra? Para Silva, Cavalcante e Nunes (2018, p. 98) "O uso cotidiano do termo memória evoca principalmente seu significado como a capacidade de nosso cérebro de recordar fatos, eventos e informações.".

Oliveira e Rodrigues (2009, p. 219) explanam que, "[...] pode-se definir memória como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes registros (sonoros, imagéticos, textuais etc.), [...]". Nesse sentindo, a memória está relacionada às possíveis formas de serem encontradas, ou seja, suas possíveis fontes de informação.

Existe um envolvimento entre a informação e memória com a atuação na Ciência da Informação. A CI comporta a memória atuando na sua preservação para posterior recuperação e conservação,

> Vinda como herança das práticas custodiais, a

> memória chega à Ciência da Informação como um campo fértil e rico de estudos filosófico, histórico, sociológico e epistemológico. Exemplo disso, são os estudos em que a memória social é posta sob um olhar informacional, o que possibilita a abrangência de diversos tipos de pesquisas, a exemplo dos registros informacionais como forma de conhecer e ter acesso à memória de indivíduos, grupos, cidades, países, instituições dentre outros. Outro exemplo, é o estudo da capacidade dos suportes e das técnicas informacionais de preservação, acesso e difusão da memória. (SILVA; CAVALCANTE; NUNES, 2018, p. 104).

Compreender a memória que propicia registros informacionais para grupos como citado pelos autores possibilita perceber o alcance da CI para demandas sociais. Nessa direção, a comunidade quilombola Vidal Martins em Florianópolis é percebida nesta demanda social, a informação adquirida e repassada através de memórias garante a comunidade além do conhecimento de suas origens o sentimento de pertencimento ao local em que vivem, como um lugar de memória,

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notaria atas, porque essas

> operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 9-13).

Maurice Halbwachs (1990) aborda o conceito de Memória Coletiva, que é sempre vivida, física ou afetiva. Para o autor a memória deve ser entendida, sobretudo como um fenômeno coletivo. A comunidade tem o que o autor menciona como "grupo visto de dentro" assim,

> É verdade que os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência. Onde encontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo. [...] ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que não haviam desaparecido somente na aparência. (HALBWACHS, 1993, p. 66-67)

Maurice Halbwachs (1990), afirma que a história é construída sob a base de uma memória histórica, conferida das memórias de um grupo de um coletivo. Entendida como um lugar de memória que concentra a memória de um coletivo, a comunidade remanescente Vidal Martins comporta em trajetória dados/fatos da concepção da sua história, da história da Capital e do Estado bem como da história do país.

3 QUILOMBO VIDAL MARTINS: FONTE DE INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE DE FLORIANÓPOLIS

Remontar/organizar as memórias da comunidade implica em exibir fatos da história do município, fatos estes, ligados também à história nacional. Para compor esta seção recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. Buscou informações sobre a comunidade em trabalhos acadêmicos e documentos referentes ao processo de reintegração de posse da terra quilombola Vidal Martins. Além disso, são apresentadas informações oriundas das narrativas dos remanescentes que estão disponíveis em entrevistas, vídeos na rede *Youtube* e documentários, compondo assim, as diversas fontes de informação capazes de gerar (re)conhecimento e preservar a memória.

O início da história da comunidade remanescente quilombola Vidal Martins aconteceu no século XVIII, quando um navio atraca na Praia dos Ingleses, norte da ilha de Santa Catarina, neste navio estaria o primeiro ancestral de Vidal Martins. De acordo com as narrativas, nessa embarcação teria chegado o pai de Jacinta, e é a partir de Jacinta que as memórias se consolidam nas lembranças narradas. Jacinta mulher negra destinada para trabalhos escravos na antiga Nossa Senhora do Desterro (atualmente, conhecida como Florianópolis), constitui família e têm duas filhas, uma delas era Joana. Joana, mulher também escravizada, na sua infância, trabalhou para senhores de engenho até ser vendida para um pároco local. Aos treze anos, Joana deu à luz a Vidal Martins no dia 20 de maio de 1845 (26 anos antes da Lei de ventre livre).

Devido à condição sub-humana sendo Joana uma mulher negra escravizada, logo teve que se separar de seu filho pois foi vendida para outro senhor de escravos, o então primeiro padre da Paróquia de São João Batista do Rio Vermelho: Antônio Mendes Pulcheria.

Os acontecimentos na vida de Vidal Martins desde o seu nascimento até o seu casamento não foram encontrados e nem relatados. Apenas o que se sabe, é que Vidal casou-se com a costureira Maria Rosa de Jesus, de descendência indígena, mas não se sabe ao certo o número de filhos que eles tiveram (VALDEZ, 2017).

Os fatos que compõe a vida Vidal Martins são em sua maioria narrados por seus descendentes, os anciãos remanescentes da comunidade. Suas narrativas orais são as fontes de informação que retratam a memória da comunidade. Nesse sentido, os irmãos Jucélia Oliveira e Odílio Martins, são os moradores mais antigos da comunidade. Eles são os Griôs[17] responsáveis por transmitir através da oralidade as memórias que compõem a história do quilombo.

De acordo com a narrativa dos remanescentes, Vidal Martins teria herdado as terras dos filhos de seu senhor, a não perpetuação sanguínea da família dos senhores, fez com que suas terras fossem deixadas em testamento para as pessoas que foram escravizadas pela família, que ali fizeram sua morada (A RETOMADA... 2020).

Seu Odílio e dona Jucélia repassam as histórias contadas a eles por seu Izidro Boaventura Vidal, pai deles e neto de Vidal Martins. Foi Seu Izidro que de forma magnânima fez com que as memórias de seus antepassados permanecessem vivas para seus descendentes. Foi também o Seu Izidro que amargou o momento em que ele e seus familiares foram expropriados das terras herdadas por seus ancestrais. (A RETOMADA... 2020).

A expropriação da comunidade quilombola de onde hoje é o espaço destinado ao Parque estadual do Rio Vermelho, se dá em duas fases com início na década de 1960, quando o engenheiro florestal

[17] Queiroz (2015) descreve que nas tradições orais africanas existem representantes responsáveis por transmitir e dar continuidade a história através da fala, identificados como tradicionalistas estes são "conhecedores" ou "fazedores de conhecimento".

Henrique Berenhauser começa a empreitada florestal na região. O plantio de mudas de pinus e eucaliptos modificam completamente a flora e por sua vez também a fauna da região já que o plantio cresceu de forma desordenada matando espécies naturais da região. Neste processo, conta seu Odílio que seus familiares que ali residiam foram contratados para atuar na empreitada e os que se recusaram eram expulsos do local. Assim, os moradores foram sendo realocados e espreitados em poucos espaços, incluindo a saída de alguns membros da família para outras regiões como a Costa da Lagoa em Florianópolis. Seu Odílio também relata que nesse momento muitas terras foram griladas pelo entorno para os capatazes de Berenhauser (ROSA, 2015; VALDEZ, 2017).

O outro fato determinante para a retirada por completo dos remanescentes de suas terras ocorreu no golpe de 1964, quando o Estado os retirou de suas terras afirmando que a herança se estendia apenas aos ancestrais e não para seus descendentes. Seu Odílio relata essa história com pesar e ressalta que trabalhou na construção do que hoje é a Rodovia João Gualberto Soares, estrada principal que passa por todo o Bairro do Rio Vermelho (QUILOMBO, 2018).

Naquele momento alguns familiares se dispersam para outras regiões da ilha, mas algumas famílias se mantiveram unidas e vão residir a poucos metros de onde moravam ocupando um espaço de apenas 900 metros quadrados na rodovia João Gualberto Soares (ROSA, 2015).

Shirlen Vidal de Oliveira, uma das líderes da comunidade cita que vendo a situação de sua família ser expulsa das terras seu avô, Izidro, decidiu juntar dinheiro para comprar um terreno para sua família. Assim, com a compra do terreno de 900 metros quadrados e com a necessidade de recursos financeiros, o avô de Shirlen precisou trabalhar em muitos lugares. Shirlen lembra que certa vez, seu avô foi para o Rio Grande do Sul para a temporada de pesca, e quando retornou seus filhos já não o conheciam mais, devido ao longo período que esteve fora (A RETOMADA... 2020).

De forma breve foi exposto aqui um pouco das memórias que compõem a comunidade Vidal Martins e que constroem a sua história. Infelizmente, essas memórias reafirmam períodos dolorosos para os Vidal. A comunidade, atualmente, passa por um árduo processo que busca a titulação[18] para a retomada de suas terras e a reparação histórica para os descendentes de Vidal Martins, a qual se justifica pelos anos de escravidão que seus ancestrais viveram, a expulsão da comunidade remanescente durante o período de golpe militar de 1964, além de toda a marginalização que a comunidade sofre por serem descendentes de africanos e africanas escravizadas.

4 A FALÁCIA DA DEMOCRACIA RACIAL NO CONTEXTO QUILOMBOLA

Como muitas comunidades quilombolas, o quilombo urbano Vidal Martins sofre das mazelas de uma sociedade que preserva os privilégios da branquitude[19] e a falácia da democracia racial[20]. Fatos estes, consequentes do período colonial brasileiro, mas que ainda se

[18] Sobre a titulação de posse ver em: https://cpisp.org.br/vidal-martins/.

[19] A branquitude também é um mal advindo do processo colonizador, "[...] diz respeito a ser branco como uma identidade social e cultural não demarcada racialmente e voltada para os valores do seu grupo racial, geralmente associados a traços de racismo." (PIZA, 2005, online).

[20] Foi optado pelo uso do termo a "falácia" da democracia racial e não o "mito", em respeito a culturas africanas e indígenas que relacionam o mito em uma concepção diferente da ocidental. Para algumas sociedades africanas e indígenas, o mito tem uma concepção positiva. É entendido como fundante na forma de ser e estar, e não falacioso, é uma filosofia e, é real. Queiroz (2015, p. 49) os descreve da seguinte maneira, sendo, "Os mitos, representações fantásticas do passado, dominavam o pensamento africano. Sob a forma de costumes de tempos imemoriais, o mito governava e justificava a História, adquirindo um aspecto essencialmente social.".

perpetuam por meio do pensamento colonial e ainda, em uma ciência não decolonial.

Lembra-se que a teoria da democracia racial brasileira indica que devido ao Brasil ser constituído majoritariamente por uma população miscigenada, pela união entre os povos, portugueses, negros e indígenas, confere ao Brasil então, a ideia de uma única raça, a raça brasileira. Devido a essa falsa igualdade de uma identidade racial única, nasce à falácia de uma democracia racial.

No combate às mazelas oriundas do período colonial, existem políticas públicas e legislações criadas para de alguma forma conter injustiças a determinados grupos como quilombolas e indígenas. Assim, essas políticas públicas se voltam para os Povos e Comunidades Tradicionais e foram tratadas pela convenção n° 169/ 1989 da Organização das Nações Unidas (ONU) e resolução da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

Tais políticas determinam aos povos indígenas e tradicionais (como os quilombolas), a expressa importância de garantir direitos aos povos indígenas e tribais, direitos como o acesso a terra, educação comunicação e participação nas decisões relativas à comunidade (ONU, 1989). No Brasil, desde 2007 "[...] por meio do Decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)" (SECRETARIA DA JUSTIÇA, 2020, *online*), as comunidades quilombolas são reconhecidos como sujeitos de direito desta convenção.

A Fundação Cultural Palmares desde 1988 trabalha para garantir direitos como o da convenção 169 para os quilombos, "O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas" (PALMARES, 2020).

Contudo, o processo colonizador ainda está enraizado na sociedade brasileira, possibilitando à branquitude, a meritocracia aos mais altos postos na hierarquia social e garantindo que a falácia da

democracia racial se mantenha firme. A falácia da democracia racial é uma situação vivenciada pelos remanescentes quilombolas na comunidade Vidal Martins. Quando a comunidade como forma de administrar o parque ecológico do Rio Vermelho, que é onde se localizam suas terras, criou uma Organização social - OS e com todo o aparato legal solicitou a concorrência no edital de licitação para administração do parque. Contudo, foi desclassificada, e o mais curioso é que não havia concorrentes para tal licitação, esta ação foi entendida como racismo social, "O MPF (Ministério Público Federal) considerou a atitude como "racismo social" e entrou com recomendação à Justiça para que a titularidade do parque seja da comunidade, sem passar por esse processo seletivo." (REDAÇÃO ND, 2020).

A luta pelo reconhecimento das comunidades quilombolas ainda é constante. Mesmo com leis que garantem aos quilombos o seu reconhecimento, as comunidades ainda resistem ao processo de colonização que implicitamente sustenta o racismo social e favorece a negação de seus direitos. Portanto, na área da CI e Biblioteconomia, faz-se urgente a incorporação e desenvolvimento de mais pesquisas que tratem dos privilégios de branquitude e da falácia da democracia racial como impeditivos na preservação da memória e no alcance a informações que viabilizam o alcance aos direitos das comunidades quilombolas.

5 A IMPORTÂNCIA DO RESGATE DAS MEMÓRIAS DO QUILOMBO PARA A MEMÓRIA EM FLORIANÓPOLIS

Como fonte de informação étnico-racial viva de um lugar de memória constituído sob uma memória coletiva, o quilombo Vidal Martins tem como legado o reconhecimento oficial da presença negra na colonização de Florianópolis. "Em pesquisa realizada, para o período

entre 1788 a 1850, nos livros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, foram identificados e sistematizados 5.245 registros de batismos de escravos." (MALAVOTA, 2013 p. 289).

O resgate das memórias do quilombo perpassa por fatos importantes para a capital do estado de Santa Catarina. As memórias estão entrelaçadas à história do município que ainda se chamava Nossa Senhora do Desterro, Capital da Província de Santa Catarina como era conhecida.

Além de abarcar detalhes minuciosos sobre a história do município desde o início da colonização no século XVIII, as memórias abrangem inúmeros fatos da história como a chegada do primeiro pároco da Paróquia de São João Batista do Rio Vermelho, responsável por registros de nascimentos, casamentos e óbitos, que nessa época não eram feitos em cartórios e apenas nas igrejas.

Outro fato importante abordado pelas memórias da comunidade é a criação do Parque Estadual do Rio Vermelho pelo engenheiro florestal Henrique Berenhauser, personalidade conhecida na cidade, o intuito da criação do parque era a contenção do crescimento das dunas móveis,

> Durante os doze anos em que esteve à frente da direção do Parque do Rio Vermelho, de 1962 a 1974, Berenhauser teve a ajuda de trabalhadores presidiários da Penitenciária do Estado, diaristas e funcionários da Secretaria de Agricultura do Estado, para os trabalhos de implantação e manutenção do Parque. (KLAUCK, 2015, p. 25-26)

Estavam nessa empreitada também os descendentes de Vidal Martins, como dito anteriormente, os quais ajudaram tanto no projeto florestal quanto na construção da estrada que liga o leste da ilha com o Bairro Ingleses (QUILOMBO, 2018). Fato esse, importante para

Florianópolis, pois "[...] a grande empreitada florestal na região do Rio Vermelho acabou por mudar drasticamente a vegetação natural do espaço, provocando uma alteração significativa tanto na flora quanto na fauna da região", de acordo com Valdez (2017, p. 38). A empreitada além de sufocar a vegetação natural também sufocou os remanescentes quilombolas que ali residiam, novamente as histórias se entrelaçam.

Além disso, como explicado anteriormente, foi um fato de alcance nacional que marcou a retirada por completo da comunidade de suas terras. Na ditadura militar brasileira, soldados informaram que aquelas terras não pertencem mais a comunidade e nesse caso eles teriam que sair do espaço que pertenceria ao Estado. (A RETOMADA..., 2020).

As memórias que fazem parte da história da comunidade estão muito próximas de fatos importantes da história de Florianópolis, bem como Santa Catarina, da mesma forma estão diretamente ligadas à história nacional. Afinal o que é um quilombo se não um espaço de resistência a um período que representou a ignorância humana, como foi a escravidão? Reforça-se ainda, que o Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo, uma vez que foram mais de 300 anos de retrocesso humano.

Nas falas dos remanescentes, ressalta-se o fato de Vidal Martins nascer 26 anos antes da lei do ventre livre. Assim, o restabelecimento dessas memórias é essencial, não só para a comunidade quando se fala em identidade cultural, mas também para a demarcação territorial, garantia da qualidade de vida e acesso aos direitos dos remanescentes quilombolas. Ademais, tais memorias reafirma o racismo estrutural que permeia nossa sociedade até os dias atuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de se conhecer as memórias da comunidade remanescente quilombola Vidal Martins faz parte de mostrar uma parte da história catarinense e brasileira que foi invisibilizada. Além disso, também, trata-se de reconhecer o espaço quilombola como um lugar de memória e responsável pela produção de informação étnico-racial e conhecimento. É interessante, como as narrativas orais foram convertidas em diversas fontes de informação, tais como: como documentos jurídicos, bibliográficos e científicos.

Foi observado que através das memórias de seus antepassados, os remanescentes puderam se reconhecer, para além dos livros de história. A tradição de narrar memórias transforma estes interlocutores em bibliotecas vivas, nos quais são detentores da informação que traz vestígios históricos e que compõem sua memória de modo a construir a história da comunidade.

Nesse sentido, a Ciência da Informação como área interdisciplinar é capaz de alcançar outros campos com perícia e contribui para temáticas no âmbito social e racial, construindo instrumentos que possam auxiliar os profissionais da informação.

Desta maneira, ao ser registrada a memória do quilombo Vidal Martins, não só os remanescentes terão sua história em um suporte que compreenderá a memória de um grupo caracterizado como um lugar de memória com dados e fatos sobre o quilombo, ou seja, diferentes fontes de informação. A relação entre memória e informação representa a identidade cultural para os remanescentes quilombolas da comunidade Vidal Martins, e ainda, o reconhecimento de suas origens e história, as quais foram rejeitadas por grupos sociais que detém o poder e reafirmam sua branquitude, o pensamento colonial e o racismo.

REFERÊNCIAS

A RETOMADA do Território Quilombola Vidal Martins. Realização de Rega Brasil. Florianópolis: Youtube, 2020. (110 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k0CVzN8gya0&t=1512s. Acesso em: 19 maio 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. São Paulo: KMA, 2018. 132 p.

ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n. 1, 2015.

BAGGIO, Claudia Carmem; COSTA, Heloisa; BLATTMANN, Ursula. Seleção de tipos de fontes de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 2, p. 32-47, 2016.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Ana. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação**. Informação & Sociedade**, v. 27, p. 7-16, 2017.

BLATTMANN, Ursula. Fontes de Informação: Primárias, Secundárias e Terciárias. **Wikidot.com**, 2015. Disponível em: http://bib-ci.wikidot.com/fontes-primarias. Acesso em: 28 abr. 2021.

CAPURRO, Rafael, HJORLAND, Biger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

FREITAS, Patrícia. Algumas pistas sobre o negro no período colonial através da documentação do arquivo público do estado de Santa Catarina. **Ágora**, v. 16, n. 33-34, p. 58, 2001.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Hildenise F.; NOVO, Henriette F. (Org.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

HALBAWCHS. Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1999.

KLAUCK, Aline Gabriela. **"Reflorestamento de Mil Hectares de Dunas e Alagados":** o parque estadual do rio vermelho. 2015. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

MALAVOTA, Claudia Mortari. Construindo vidas na diáspora. Os africanos da cidade do Desterro, Ilha de Santa Catarina (Século XIX). **História**, Franca, v. 32, n. 1, p. 281-303, jun. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 3, p. 216-239, 2009. DOI: 10.9771/1981-6766rpa.v3i3.3613.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em revista**, v. 8, n. 2, 2012. DOI: 10.18617/liinc.v8i2.453

ONU. Convenção nº 169, de 07 de junho de 1989. **Convenção Nº 169 da Oit Sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra, Disponível em: https://nacoesunidas.org/convencao-169-sobre-povos-indigenas-e-tribais-e-lancada-nas-linguas-guarani-kaiowa-e-terena/. Acesso em: 27 fev. 2021

PAIVA, Eliane Bezerra. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 24, n. 1, 2014.

PAIVA, Eliane Bezerra; SANTOS, Edilene Toscano Galdino dos; NASCIMENTO, Genoveva Batista. Uso de fontes de informação por alunos de arquivologia. **Archeion Online**, v. 2, n. 2, 2014.

PALMARES, Fundação Cultural. **Apresentação.** Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 27 fev. 2021.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: SIMPÓSIO

INTERNACIONAL DO ADOLESCENTe, 1., 2005, São Paulo. **Anais online** ... São Paulo: USP, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000820050001000 22&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 16 de jul. 2020.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopez de. Formas africanas de lidar com o passado: oralidade, mitos, ritos, tradições. In: MORTARI, Cláudia (org.). **Introdução aos estudos Africanos e da Diáspora**. Florianópolis: Udesc, 2015. Cap. 2. p. 46-58.

QUILOMBO Vidal Martins. Florianópolis: Youtube, 2018. (8 min.), P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yV2KW7nk5Z8. Acesso em: 19 maio 2021.

REDAÇÃO ND. Quilombolas ocupam camping do Parque Estadual do Rio Vermelho, em Florianópolis. **Nd+**: notícias de Santa Catarina. Florianópolis. 19 fev. 2020. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/quilombolas-ocupam-camping-do-parque-estadual-do-rio-vermelho-em-florianopolis/. Acesso em: 28 fev. 2021.

ROSA, Edson. Quilombolas do Rio Vermelho esperam laudo antropológico e querem discutir corte de pínus em parque. **Nd+**: notícias de Santa Catarina. Florianópolis, 06 jul. 2015. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/quilombolas-do-rio-vermelho-esperam-laudo-antropologico-e-querem-discutir-corte-de-pinus-em-parque/. Acesso em: 19 maio 2021.

SECRETARIA DA JUSTIÇA (Paraná). **Povos e Comunidades Tradicionais**. 2020. Disponível em: https://url.gratis/lrVNO9. Acesso em: 23 maio 2021.

SILVA, Ana Pricila Celedonio da.; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; NUNES, Jefferson Veras. Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 23, n. 52, p. 95-106, 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v23n52p95.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da

informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba. **Transinformação**, v. 26, p. 203-212, 2014.

VALDEZ, Ramiro Soares. **Paisagens Políticas**: uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual parque estadual do rio vermelho, Florianópolis, sc. 2017. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

DISCUSSÕES PRELIMINARES SOBRE INTERSECCIONALIDADE NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE RELACIONAL A PARTIR DE UMA ÓTICA DECOLONIAL

Andréia Sousa da Silva

1 PONTO DE PARTIDA (INTRODUÇÃO)

A interseccionalidade busca investigar de que forma as relações interseccionais, de classe, raça e gênero, influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela pluralidade de saberes e de experiências individuais cotidianas. Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, atualmente, surgiram e surgem discussões que tem como o intuito evidenciar possibilidades que oportunizem mudanças epistêmicas e também a construção de disciplinas que estabeleçam um engajamento político naqueles que estão envolvidos com a área. Vemos e nos apropriamos de debates, pesquisas centralizadas na Epistemologia Social, no Feminismo Negro, na Biblioteconomia Negra, na Teoria Crítica Racial, nas Políticas de Memória e Informação e Justiça Social, discussões surgidas a partir de teorias interseccionais e decoloniais.

A proposta desse ensaio visa evidenciar uma interlocução entre os conceitos sobre a interseccionalidade, a relação com os movimentos sociais, a interseccionalidade como investigação crítica; a academia e o ativismo; a interseccionalidade e os estudos decoloniais e por fim, a interseccionalidade e as bibliotecas, esse principal ambiente orgânico de atuação de pessoas bibliotecárias, buscando evidenciar que a

interseccionalidade é uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no processo emancipatório de indivíduos e comunidades.

2 JUSTIFICATIVA

Busca-se com esse trabalho protagonizar a interseccionalidade, seus conceitos e características, com a intenção de promover discussões preliminares ou até mesmo fortalecer as pesquisas já existentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação que trazem à tona apontamentos de cunho decolonial, mas que não ou pouco evidenciam a interseccionalidade nas narrativas produzidas.

A partir de estudos realizados sobre a temática principal desse ensaio, tendo como a principal fonte de pesquisa, a obra intitulada "Interseccionalidade" recém lançada de autoria das intelectuais afro-americana Patrícia Hill Collins e Silma Belge, percebe-se que há uma necessidade de se discutir com mais profundidade sobre essa temática, relacionando com temas já evidenciados por nossa área, centralizando a discussão sobre o tema, o que posso afirmar que esse foi o principal motivador, para mim, iniciar essas discussões preliminares na BCI.

Comecemos então, por aquilo que nos motiva conhecer novos temas, o conceito. Ou os conceitos. Esse, outro motivador que me fez iniciar esse ensaio. Já no primeiro contato com a obra referenciada, a intelectual e ativista afro-brasileira Winnie Bueno, que discute temas voltados às questões raciais, gênero e sexualidades, direitos humanos, intolerância religiosa e pensamento feminista negro, nos apresenta a sua visão sobre o que é interseccionalidade, apontando essa como uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.

Dando sequência ao que proponho para esse ensaio, ressalto aqui alguns temas que fazem parte das discussões contemporâneas na

Biblioteconomia e Ciência da Informação que surgiram e surgem com o intuito de evidenciar possibilidades que oportunizem mudanças epistêmicas e também a construção de disciplinas que estabeleçam um engajamento público naqueles envolvidos na área. Vemos e nos apropriamos de debates, pesquisas centralizadas na Epistemologia Social, no Feminismo Negro, na Biblioteconomia Negra, na Teoria Crítica Racial, nas Políticas de Memória e Informação e Justiça Social, discussões surgidas a partir de teorias interseccionais e decoloniais.

Voltando à obra de Collins e Bilge (2021), quero destacar algumas abordagens que também vão justificar o meu desejo de promover essas discussões preliminares na BCI. Do livro Interseccionalidade destaco:

- A Interseccionalidade como ferramenta analítica
- A relação com os movimentos sociais
- A estrutura de intersecção entre desigualdades sociais e econômica
- A Seis ideais da estrutura da interseccionalidade
- A Interseccionalidade como investigação crítica
- A academia e o ativismo
- A diversidade e a inclusão no ensino superior
- A interseccionalidade e os estudos decoloniais
- A abordagem com os diversos campo de estudo e a Interseccionalidade e as bibliotecas

Dando sequência, as autoras apontam seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a racionalidade, a justiça social e a complexidade. E ainda afirmam que a sinergia entre investigação e práxis pode produzir novos conhecimentos e ou práticas importantes.

Diante disso, a minha intenção aqui é tentar estabelecer uma interlocução entre os conceitos sobre a interseccionalidade, a relação com os movimentos sociais, a interseccionalidade como investigação crítica, a academia e o ativismo, a interseccionalidade e os estudos decoloniais e por fim, a interseccionalidade e as bibliotecas, esse principal ambiente orgânico de atuação de pessoas bibliotecárias, buscando evidenciar que a interseccionalidade é uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no processo emancipatório de indivíduos e comunidades.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA: UM OLHAR A PARTIR DE COLLINS E BILGE

O termo interseccionalidade passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos espaços, como a academia. Vê-se o seu uso por docentes, pesquisadores e estudantes, de qualquer campo de conhecimento e estudos interdisciplinares, como estudos étnico-raciais, estudos culturais e estudos sobre os feminismos.

Trazendo um olhar genérico e prático, afirmam Collins e Bilge (2021, p.16) que "a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana." Apontam também que:

> Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade étnica e faixa etária são inter-relacionadas e moldam-se

> mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências.

Em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvam raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excluídas. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Quando discursamos sobre feminismo negro na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), percebemos que questões que afligem as mulheres negras devem ser evidenciadas com os campos da área, pois alguns movimentos sociais já abordam temas relevantes, usando a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta aos desafios apresentados nos campos de debate. Ou seja, é importante destacar que o uso dessa ferramenta significa que a mesma pode assumir diferentes formas para atender um leque de problemas sociais.

Centralizando o olhar para as questões de raça, gênero, idade e classe, a interseccionalidade muda a forma como pensamos o emprego, a renda, o patrimônio e todos os principais indicadores que promovem as desigualdades socioeconômicas, ou seja, posicionam as pessoas de maneira diferente nos territórios. De acordo com Collins e Bilge (2021, p. 35)

> (...) o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica revela como as políticas públicas diferenciais dos Estados-nação contribuem (como as Lei de Cotas, no Brasil) para reduzir ou agravar (a Reforma Trabalhista, de 2017, no Brasil) a crescente desigualdade global.

Isso nos leva a repensar (ou relembrar) a questão da má distribuição de renda, que não está desconectada das categorias de raça, gênero, classe e faixa etária, o que, através da lupa da interseccionalidade, enxergamos as diferenças de renda refletidas nos sistemas de poder estabelecidos.

Por isso, podemos dizer que a interseccionalidade é uma ferramenta que busca promover iniciativas de equidade, da diversidade e da inclusão em ambientes como as universidades. Mas, voltando novamente a Collins e Bilge, as autoras apontam seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a racionalidade, a justiça social e a complexidade. E ainda afirmam que a sinergia entre investigação e *práxis* pode produzir novos conhecimentos e ou práticas importantes.

Destaco aqui o movimento pulsante que acontece na Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil que busca o fortalecimento das novas epistemes como um exemplo de uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, visto que tem a intenção de evidenciar o quanto certas teorias apontadas na formação e na atuação de pessoas bibliotecárias contribuiu/contribui para as crescentes desigualdades sociais, que ainda é reproduzida a ausência de discussões interseccionais na base.

Aqui vemos o quanto a interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais, fenômenos esses que colocamos em destaque na BCI quando se estuda e discute as políticas educacionais como a Lei Federal nº 10.639/03, por exemplo, assim como os estudos sobre feminismo, o protagonismo social, a Biblioteconomia Negra, as relações étnico-raciais, as políticas de memória e informação, a literatura afro-brasileira, dentre outras, todas a partir da ótica das teorias pós-coloniais.

Faço um destaque para os estudos feministas que ocorrem na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Esses estudos são realizados, muitos deles, a partir da ótica dos estudos pós-coloniais que localizam na interseccionalidade importantes entendimentos teóricos que lhes permite avaliar a influência da filosofia pós-estruturalista continental em campo e usar as estruturas interseccionais para refletir sobre as realidades coloniais e pós-coloniais, destacando as diversas realidades das mulheres, evidenciando a necessidade de discussões acerca do tema na BCI.

Na BCI, a partir desses movimentos revolucionários, vemos o quanto há a necessidade de abordar temas interseccionais visto que enxergamos agora, com uma lupa maior, que a teoria e prática, a teoria e as realidades, estão inter-relacionadas. Collins e Bilge (2021, p. 58) apontam que

> (...) a estreita afinidade da interseccionalidade com a teoria crítica da raça e a teoria Lat-Crit destaca como especialistas em campo politicamente orientados têm buscado usar a interseccionalidade para moldar a prática." Tornando-se assim "(...) uma importante estratégia de intervenção para o trabalho de justiça social." (COLLINS; BILGE, 2021, p. 66).

A solução de problemas sociais está no cerne dessa ferramenta analítica, onde esses, que são gerados pelos sistemas interseccionais de poder, prestam-se ao conhecimento desenvolvido pela práxis. Collins e Bilge nos mostram que, por exemplo:

> As salas de aula das faculdades podem ser o local onde se aprende sobre a interseccionalidade, mas as experiências em dormitórios, refeitórios,

> **bibliotecas**, eventos esportivos e para quem precisa trabalhar para pagar os estudos, no emprego, são onde a interseccionalidade é realmente vivenciada (COLLINS; BILGE, 2021, p. 70, grifo nosso)

3.2 A DECOLONIALIDADE E O PENSAMENTO INTERSECCIONAL NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Certos autores decoloniais, mais precisamente Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019, p. 9), afirmam que a "colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza que foram forjadas no período colonial." Diante dessa lógica da modernidade/colonialidade podemos identificar diversos momentos, ações, eventos de resistência política e epistêmica, que nomeamos como decolonialidade, giro colonial ou projeto colonial.

Teórico do campo dos estudos pós-coloniais, Maldonado-Torres (2020) em sua trajetória como pesquisador decolonial, apontou dez teses como dimensões básicas analíticas da colonialidade e da decolonialidade. Dessas, duas me chamam a atenção: a Nona Tese, onde "a decolonialidade envolve um giro decolonial ativista por meio do qual o condenado emerge como um agente de mudança social" (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 49) e a Décima Tese, onde a "decolonialidade é um projeto coletivo" (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 49).

Trazendo para o contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação, vemos um movimento, já validado pela área, onde as suas ações estão ligadas à essas duas teses. Produções científicas se tornaram referências no que tange à abordagem de temas que estão

intrinsecamente ligados a teorias decoloniais, e que evidenciam a interseccionalidade com uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo e das experiências vivenciadas pelas sociedades, com uma perspectiva política e epistêmica. Assim também como as ações desenvolvidas nas entidades ligadas aos movimentos sociais e associativos, e nos espaços de atuação da pessoa bibliotecária, principalmente nas bibliotecas.

Diante disso, vale ressaltar alguns dos temas abordados na academia que apresentam características decoloniais e interseccionais, entre 2016 e 2021, recortados a partir de pesquisa na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI):

Quadro 1 – Publicações científicas voltadas as perspectivas de classe

Título	Autoria
Reforma trabalhista: o risco da precarização da situação laboral do bibliotecário	Marielle Barros de Moraes, Andréia Sousa da Silva e Raphael da Silva Cavalcante
Curso de biblioteconomia no Maranhão: 50 anos de luta contínua para construir uma sociedade orientada pela informação e leitura	Maria Mary Ferreira
Responsabilidade Social em Biblioteconomia: caminhos históricos e possibilidades no ensino	Marielle Barros de Moraes
Biblioteconomia social, crítica e progressista	Gabrielle Francine Tanus e Daniela Cândido da Silva
Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas	Cátia Lindemann, Daniela Spudeit e Elisa Corrêa
Práticas informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa	Adriana Bogliolo Duarte e Carlos Alberto de Araújo

Painel Biblioteconomia em Santa Catarina: a ACB interiorizando suas ações	Camila Burin, Katia Costa, Andreia Sousa da Silva e Déborah Gomes
A trajetória de um grupo especializado de profissionais bibliotecários na área escolar em Santa Catarina	Eliane Fioravante
Formação política do bibliotecário no Brasil	Daniela Spudeit, Mariela Barros de Moraes e Elisa Corrêa

Fonte: Elaborado pela autora.

Contextualizando o quadro supra-apresentado, percebe-se o protagonismo das pessoas bibliotecárias através de seu envolvimento com os espaços de atuação, seja nos espaços tradicionais ou no movimento associativo. Além disso são evidenciadas mudanças de paradigmas no que tange as suas posturas e atitudes enquanto profissionais da informação.

Destaco aqui, as pesquisas **"Responsabilidade Social em Biblioteconomia: caminhos históricos e possibilidades no ensino",** da bibliotecária e professora Marielle de Mores e **"Biblioteconomia social, crítica e progressista",** da bibliotecária e professora Gabrielle Tanus. Na pesquisa sobre responsabilidade social, a autora a presente pesquisa buscou refletir acerca das contribuições das discussões da responsabilidade social para o ensino de Biblioteconomia, abordando as vertentes de Responsabilidade Social presentes na história da *American Library Association* (ALA), apresentando os autores e a historicidade dessa área nos Estados Unidos, a fim de reconhecer a importância dessa disciplina no âmbito da formação dos bibliotecários no Brasil.

Já na pesquisa seguinte, sobre Biblioteconomia Social, Crítica e Progressiva, as autoras apontam o seguinte:

> Uma mudança na Biblioteconomia ecoou a partir dos escritos de Jesse Shera e Margareth Egan (1952) com a "Epistemologia social", em que focalizaram o contexto cultural das bibliotecas como instituições sociais, o indivíduo e suas necessidades informacionais contextualizadas, e o aumento da utilidade dos registros gráficos. O objeto dessa nova disciplina não se concentraria no livro ou nas formas de organização, mas na abstração que, por meio do modelo social, perpassa o fluxo, produção, integração e consumo de todas as formas do pensamento comunicado. (TANUS, SILVA, 2019, p. 5).

Assim, mesmo que o pensamento de Shera e Egan seja associado a uma corrente funcionalista, isto é, de "um ordenamento social", vinculado ao positivismo, vê-se, a partir dessa Epistemologia social, as raízes para uma virada epistemológica da Biblioteconomia, que se contrapõe à Biblioteconomia tradicional, conservadora e elitista, algo que pode ser considerado interseccional.

Visando o desenvolvimento de ações educativas no combate ao racismo e ao fortalecimento da educação e de discussões que fortaleçam os ideais o trabalho das pessoas bibliotecárias deve abranger temáticas que possibilitem o desenvolvimento de ações que promovam a equidade racial e social dos afro-brasileiros. No quadro 2, essa observação está evidente, quando é visto a variedade de produções que buscam pelo protagonismo das pessoas afro-brasileiras e indígenas, a preservação dos seus saberes e o acesso e a produção da informação e do conhecimento étnico-racial.

Quadro 2 – Publicações científicas voltadas as perspectivas de raça.

Título	Autoria
Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca	Elisângela Gomes
A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial	Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Gustavo Saldanha e Daniela Câmara Pizarro
A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil	Marcio Ferreira da Silva e Carlos Cândido Almeida
Informação antirracista que circula no movimento social negro	Erinaldo Dias
Em busca do protagonismo negro na ciência da informação	Felipe Arthur Alves, Gisele Cortes, Aurekly da Silva e Maria Cristiana Luciano
Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais	Andréia Sousa da Silva e Graziela Lima dos Santos
O Negro na Biblioteca: mediação da informação para a construção da identidade negra	Francilene Cardoso
Questões étnico-raciais em pesquisas na base Dimensions: dados de produção, uso e atenção on-line	Sara Rúbia Santos e Ronaldo Ferreira de Araújo
Memória afro-brasileira e indígena: pesquisa da produção científica em ciência da informação	Francisco Sálvio da Silva e Eliane Paiva
Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, luta e transformação	Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Gustavo Saldanha
A preservação e a disseminação da história e cultura africana e afro-brasileira a partir do colecionismo nas unidades de informação no Brasil	Graziela dos Santos Lima, Cláudia Pereira Carvalho e Carlos Cândido de Almeida

Os repositórios públicos do Estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas	Rodrigo Saboia de Melo e Ricardo Pimenta
Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade	Mayco Chaves e Lidia Freitas

Fonte: Elaborado pela autora.

Destaca-se duas produções científicas que vai ao encontro dos conceitos interseccionais. O primeiro, **"Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca",** da bibliotecária Elisângela Gomes nos traz olhares voltados tanto para a atuação da pessoa bibliotecária como mediadora da informação (classe) como para a importância das discussões acerca de atuações afrocentradas (raça) nas bibliotecas a partir do que é preconizado pela afrocentricidade.

O outro trabalho, de autoria de Mayco Chaves e Lidia Freitas, intitulado **"Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade"** nos apresenta o quão são articuladas as noções de mediação da informação e de interculturalidade com o objetivo de compreender a relação de estudantes indígenas e quilombolas envolvidos nas práticas de busca, uso e apropriação da informação, com a biblioteca universitária, de uma universidade na região oeste do Estado do Pará, em vista de compreender como é fundamental e necessário que as bibliotecas reconheçam e se proponham a estarem abertas ao diálogo com sua comunidade em suas diferenças e demandas informacionais plurais, para (re)pensar sua estrutura, suas práticas, suas políticas e ações, em contextos interculturais.

Quadro 3 – Publicações científicas voltadas as perspectivas de gênero

Título	Autoria
O feminismo negro no contexto da representação do conhecimento: abordagens da representatividade social	Vanessa Jamile Reis e José Carlos Sales dos Santos
Feminismos e estudos de gênero: uma abordagem bibliométrica.	Gislaine Imaculada Matos e Ely Francina Tannuri Oliveira
Uma profissão feminina, mas não feminista? Representatividade de gênero na gestão dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no Brasil	Luciana Kramer Pereira e Carlos Welligton Soares Martins
Sistemas de informação e instrumentos normativos: um estudo sobre crimes contra a mulher no Brasil contemporâneo	Nathalia Lima Romeiro e Arthur Coelho Bezerra
A naturalização da violência contra a mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no Brasil	Nathalia Lima Romeiro e Arthur Coelho Bezerra
Bibliografia Lilás: lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica	Nathalia Lima Romeiro e Almeida dos Santos
Gênero e sexualidade na biblioteca escolar: algumas reflexões	Guilherme Martins e Daniela Câmara Pizarro
Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder	Maria Aparecida Moura
Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade	Fabio Assis Pinho e Suellen Oliveira Milani
Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal	Maria Mary Ferreira
Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de inclusão	Maria Zanella

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que existe uma intenção da classe bibliotecária em atuar, fortalecendo uma postura política e consciente socialmente, para relacionar as práticas biblioteconômicas com as realidades existentes. Necessário que o profissional da informação esteja atento à essas, como por exemplo às diversidades. Por isso, Almeida Junior (2018, p. 272) nos levanta alguns questionamentos:

> Quantas são as mulheres que conhecemos na história da Biblioteconomia antes e no século XX? Sei que esse não é um problema apenas da Biblioteconomia. Por ser um problema geral, devemos deixá-lo de lado, entendê-lo como uma questão para outra área? Quantos são os pesquisadores da área da Biblioteconomia que ser preocupam com as questões de gênero?

O quadro acima já aponta algumas respostas ao questionamento do teórico mencionado. Vê-se produções que mostram questões ligadas a presença da mulher na biblioteconomia, mas a ausência de uma postura voltada as teorias feministas, à violência de gênero sofridas pelas mulheres, o acesso à informação pelas pessoas da comunidade LGBTQI+ e a forma como essas estão organizadas.

Destaca-se o trabalho **"Gênero e sexualidade na biblioteca escolar: algumas reflexões**," dos bibliotecários Guilherme Martins e Daniella Pizarro, onde foi enfatizado a importância do papel da pessoa bibliotecária no processo de ensino-aprendizagem das questões que envolvem a temática de gênero e sexualidade na escola. Outro destaque é o trabalho de Nathália Romeiro e Arthur Bezerra, intitulado **"Sistemas de informação e instrumentos normativos: um**

estudo sobre crimes contra a mulher no brasil contemporâneo", onde apontou-se uma reflexão sobre os sistemas de informação e os instrumentos normativos que norteiam a repressão ao crime de violência sexual sofrido por mulheres, tendo em vista os aspectos morais que historicamente se impuseram nesta questão, onde os autores concluem que são necessários avanços tanto sociais quanto tecnológicos para as denúncias e registros dos crimes sexuais, e destaca a participação das mulheres na política como algo fundamental para o desenvolvimento de leis e avanço nas pautas de interesse das mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dessas produções científicas, algumas apresentam abordagens interseccionais, ou seja, apontam perspectivas que envolve as questões de classe, raça e gênero. Produções que evidenciam a necessidade de uma formação (classe) com um olhar decolonial (raça) e também focadas em discutir as questões sobre os feminismos e necessidades informacionais das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQI+ (gênero), fortalecendo a presença da diversidade e a necessidade de se compreender, por parte da classe bibliotecária e/ou de cientistas da informação, o quanto é significativo, entender que essas questões são interseccionais e fundamentam as teorias decolonais.

Em se tratando da postura necessária para que a pessoa bibliotecária volte o seu olhar para essas questões, buscando atuar para fortalecer a biblioteconomia, visto que essa ciência é social e humanista, apresenta-se a seguinte afirmação:

> A mediação da informação pode trazer efeitos positivos ao leitor, caso a/o profissional esteja apta/o a tratar das questões inerentes à valorização dos símbolos e princípios étnico-raciais lançando mão de um pensamento crítico

> contextualizado na realidade do público ao qual a biblioteca presta seus serviços. (GOMES, 2016, p. 748)

Resgatando o que foi posto sobre o tema central deste ensaio, a interseccionalidade como forma de investigação crítica que invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais, no caso da Biblioteconomia e Ciência da Informação tem-se procurado fortalecer os estudos sobre feminismo, o protagonismo social, a Biblioteconomia Negra e a indígena, as relações étnico-raciais, as políticas de memória e informação, a literatura afro-brasileira e indígena, as políticas educacionais que envolvem a inserção da história e culturas afro-brasileiras e indígenas nos currículos. Também posturas e atitudes antirracistas por parte das pessoas bibliotecárias, a responsabilidade social desse profissional, a postura política nos ambientes de atuação e, por fim as questões voltadas para sexualidade e gênero.

Finalizando (ou não), esse ensaio buscou trazer o protagonismo da interseccionalidade, procurando evidenciar o quanto os estudos voltados para a classe bibliotecária e que também envolve as questões de diversidade étnica e de gênero, são significativos para a mudança de paradigmas que transformem a Biblioteconomia em uma ciência mais diversa, capaz de atender as diversas pluralidades interseccionais, num contexto decolonial necessário, em busca da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. O bibliotecário é um profissional apolítico? *In*: SPUDEIT, D. F. O et al. **Formação e atualização política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2019. 368 p.

CARDOSO, F. C. **O Negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114p.

CHAVES, M. F.; FREITAS, L. S. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade *. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XVIII ENANCIB, 2017. **Anais**... Marília: UNESP, 2017.

COSTA, K. M.; BURIN, C. K.; SILVA, A. S.; GOMES, D. M. Painel biblioteconomia em Santa Catarina: a ACB interiorizando suas ações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2620-2632, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Bomtempo, 2021.

FERREIRA, M. M. Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 2 n. 3, n. 3, p. 298-322, 2019. DOI: 10.33467/conci.v2i3.13713

FERREIRA, M. M. Curso de biblioteconomia no Maranhão: 50 anos de luta contínua para construir uma sociedade orientada pela informação e leitura. **Revista Bibliomar**, v. 18, n. 1, p. 8-19, 2019.

FIORAVANTE, E. A trajetória de um grupo especializado de profissionais bibliotecários na área escolar em Santa Catarina, Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 2, p. 222-245, 2020.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016.

LINDEMANN, C.; SPUDEIT, D. F. A. O.; CORRÊA, E. C. D. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 707-723, 2016.

LIMA, G. D. S.; CARVALHO, C. P. J.; ALMEIDA, C. C. A preservação e a disseminação da história e cultura africana e afro-brasileira a partir do colecionismo nas unidades de informação no brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 223-238, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, Ramón. (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Autêntica, 2020.

MARTINS, G.; PIZARRO, D. C. Gênero e sexualidade na biblioteca escolar: algumas reflexões. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 23, n. 2, p. 175-188, 2018.

MATOS, G. I.; OLIVEIRA, E. F. T. Feminismos e estudos de gênero: uma abordagem bibliométrica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XVIII. **Anais**... Marília: UNESP, 2017.

MELLO, R. P. S.; PIMENTA, R. M. Os repositórios públicos do estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 2018.

MOURA, M. A. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em revista**, v. 14, n. 2, 2018. DOI: 10.18617/liinc.v14i2.4472

MORAES, M. B.; SILVA, A. S.; CAVALCANTE, R. S. Reforma trabalhista: o risco da precarização da situação laboral do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 505-518, 2017.

MORAES, M. B. Responsabilidade social em biblioteconomia: caminhos históricos e possibilidades no ensino. **Informação & Informação**, v. 26, n. 1, p. 112-135, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n1p112

MULLER, L. K. P.; MARTINS, C. W. S. Uma profissão feminina, mas não feminista? representatividade de gênero na gestão dos conselhos regionais

de biblioteconomia no brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 92-111, 2019.

PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. **Logeion: filosofia da informação**, v. 6, n. 2, p. 84-103, 2020. DOI: 10.21728/logeion.2020v6n2.p84-103

REIS, V. J. S.; SANTOS, J. C. S. D. O feminismo negro no contexto da representação do conhecimento: abordagens da representatividade social. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XX ENANCIB, 2019. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2019.

ROMEIRO, N. L.; BEZERRA, A. C. Sistemas de informação e instrumentos normativos: um estudo sobre crimes contra a mulher no brasil contemporâneo. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XIX ENANCIB, 2018. **Anais**... Londrina: UEL, 2018.

ROMEIRO, N. L.; BEZERRA, A. C. A naturalização da violência contra a mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, 2020.

ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. D. Bibliografia lilás: lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informaçã**o, v. 25, p. 1-22, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e73458

SANTOS, S. R. O.; ARAÚJO, R. F. Questões étnico-raciais em pesquisas na base dimensions: dados de produção, uso e atenção on-line. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, p. 1-20, 2021. DOI: 10.5007/1518-2924.2021.78822

SILVA, A. S.; LIMA, G. D. S. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socieducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 2, p. 333-344, 2019.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S.; PIZARRO, D. C. A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XIX ENANCIB, 2018. **Anais...** Londrina: UEL, 2018.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S.; SALDANHA, G. S. Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 2019.

SILVA, F. S.; PAIVA, E. B. Memória afro-brasileira e indígena: pesquisa da produção científica em ciência da informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XIX ENANCIB, 2018. **Anais**... Londrina: UEL, 2018.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, C. C. A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, n. XVIII ENANCIB, 2017. **Anais**... Marília: UNESP, 2017.

SPUDEIT, D. F. A. O.; MORAES, M. B.; CORRÊA, E. C. D.; Formação política do bibliotecário no brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 24-46, 2016.

ZANELLA, M. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: resoluções do nome social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 367-396, 2018.

A COR DA TERNURA, DE GENI GUIMARÃES, ADAPTADO PARA AUDIOLIVRO: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Wellington Marçal de Carvalho

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva publicizar parte da experiência obtida ao realizar o estágio supervisionado curricular, um dos requisitos para concluir a graduação em Letras – Língua Portuguesa, acompanhando os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Carvalho Brito (EECB), no município mineiro de Sabará.[21] Interessa, mais detidamente, relatar e tecer reflexões sobre a elaboração, apresentação e divulgação de recurso didático específico que culminou na produção de audiolivro oriundo da adaptação de obra da escritora afro-brasileira Geni Guimarães, intitulado *A cor da ternura*.

Acredita-se que a escolha de se trabalhar com obra literária dessa natureza funciona como relevante estratégia para encampar, tanto no corpo discente, ao qual o recurso didático produzido se destinou em um primeiro momento, como também junto aos professores e funcionários daquela instituição escolar, profícuo

[21] Foi orientadora do Estágio a Professora Míriam Lúcia Brandão Mendes, na disciplina "Estágio Supervisionado Anos Finais do Ensino Fundamental", no período de 16/03/2021 a 04/06/2021, na Faculdade Newton Paiva, em Belo Horizonte – MG.

diálogo sobre as temáticas de forte cunho emancipatório, sobretudo aquelas que dizem respeito às relações étnico-raciais.

Para melhor contextualizar a atividade realizada, na próxima seção serão apresentadas informações que caracterizam a Escola Estadual Carvalho Brito, bem como alguns aspectos da comunidade na qual está inserida.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Nesta parte serão apresentadas informações com vistas a construir uma caracterização da Escola Estadual Carvalho Brito (EECB), situada no município mineiro de Sabará. Para tanto, foram de fundamental importância a leitura do inteiro teor do *Projeto Político Pedagógico*, elaborado em 2019[22], bem como as informações fornecidas em entrevista realizada, por telefone, com a Diretora da Escola, Professora Dilma Maria de Sena Oliveira, em 27 de março de 2021, acrescida de aspectos informados pelo Professor Marcelo Soares Santos, responsável pela disciplina Língua Portuguesa para o 7º ano Anos Finais Regular.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ONDE A ESCOLA SE INSTALOU

É interessante considerar alguns aspectos de natureza descritiva da comunidade onde está localizada a Escola Estadual Carvalho Brito. A Escola está localizada no bairro Bom Retiro, Distrito de Carvalho Brito, na periferia de Sabará. A pavimentação do arruamento é

[22] Em comum acordo com a Diretora da EECB estou realizando a revisão textual e formatação de acordo com as normas da ABNT do PPP, o qual se encontra em estágio avançado de tramitação, na comunidade escolar, para sua atualização. O novo PPP está previsto para aprovação e início de vigência por volta de agosto de 2021.

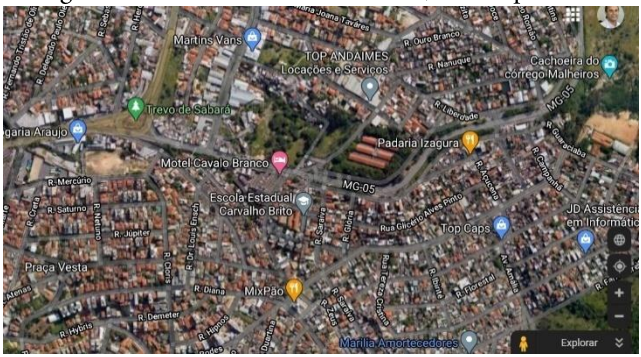
construída com materiais diversos, coexistindo ruas com calçamento de pedras e trechos com cobertura asfáltica. As moradias, regra geral, são mais simples, com predominância de casas de alvenaria e alguns prédios de poucos andares.

Nas proximidades da Escola, existe uma rodovia que liga Belo Horizonte à Sabará, nela havendo pontos de ônibus de linhas intermunicipais. Nas proximidades da Escola, não se verifica a presença de centros culturais ou estruturas específicas para lazer. Pode-se considerar que o entorno é bem servido de pontos comerciais, tais como padaria, sacolão, depósito de materiais de construção, lojas de vestuário, papelarias, oficinas mecânicas, serralherias e, predominantemente, motéis. Está em construção, na imediação da escola, um hipermercado, em terreno no qual funcionava anteriormente um motel. Em termos territoriais, o bairro Bom Retiro, que abriga a EECB, integra a bacia hidrográfica do córrego do Malheiro

> afluente da bacia hidrográfica do rio das Velhas. O córrego do Malheiro nasce e percorre os bairros Nova Vista e Santa Inês, no município de Belo Horizonte e, no município de Sabará, percorre os bairros Alvorada, Ana Lúcia, Novo Alvorada, Nações Unidas e General Carneiro até desaguar no rio das Velhas no Distrito de Carvalho de Brito. (CARVALHO, 2007, p. 16; CARVALHO, *et al.*, 2009, p. 4000)

Na figura 1, a seguir, pode ser observado, panoramicamente, a região descrita com a exata localização da EECB:

Figura 1 – Região do Distrito Carvalho de Brito, município de Sabará - MG



Fonte: *Googlemaps*, ago. 2021.

Na próxima parte serão fornecidas informações mais específicas sobre a EECB.

2.2 IDENTIDADE DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Para exata apreensão do lugar tomado como objeto de vivência do Estágio Supervisionado Anos Finais do Ensino Fundamental, cumpre dizer que a Escola Estadual Carvalho Brito, de caráter laico, vincula-se ao poder público estadual, bem como é integrante da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A. Ademais, está instalada e em plena atividade, com as devidas adaptações por conta dos tempos pandêmicos que o mundo enfrenta, na rua Sebastião Afonso da Silva, número 13, bairro Bom Retiro, CEP 34700-310, distrito Carvalho de Brito, na cidade histórica mineira de Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte. A seguir, na Figura 2, pode ser vista a fachada principal da instituição de ensino. A EECB pode ser contatada pelo telefone número (31) 3488-5209, pelo endereço eletrônico (e-mail) escola.914@educacao.mg.gov.br ou ainda, quando possível e biosseguro, presencialmente nas dependências do próprio estabelecimento.

Figura 2 – Panorâmica da fachada principal da EECB



Fonte: Foto do autor, mar. 2021.

Em termos históricos, a EECB nasceu em "15 de fevereiro de 1952 na qualidade de Escola isolada. A instituição surgiu no bairro Gordura de Cima, com a denominação de Escola Marcelino Ferreira, funcionando em uma casa velha pertencente ao Estado, localizada na MG-5, entrada de Sabará" (PPP EECB, 2019, p. 9). Ainda de acordo com o Projeto Político Pedagógico da EECB:

> Posteriormente, passou a Escolas Combinadas Gorduras de Cima e finalmente a Grupo Escolar Gordura de Cima. Em 1969, pelo Decreto 11.676 recebeu a denominação de Grupo Escolar "Carvalho Brito", passando a funcionar em prédio próprio, construído pela CARPE, em terreno doado pelo seu ilustre cidadão Sr. Carlos Calixto Torres. [...] Ao longo dos anos, a Escola cresceu muito. Em 2002, atendia uma clientela de mais de 1200 alunos e era registrada na Secretaria de Estado de Educação como uma escola da capital, Belo Horizonte, somente em

> 2011 passou a ser uma escola do município de Sabará. (PPP EECB, 2019, p. 9).

Da leitura do PPP EECB, pode-se perceber que a missão dessa Escola é trabalhar para construir uma instituição referência em educação integral compreendendo que a educação é a forma de garantir o desenvolvimento "dos sujeitos em todas as suas dimensões, intelectual, física, emocional, social e cultural. [Para tanto, a Escola] quer se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores, parceiros e a comunidade em geral" (PPP EECB, 2019, p. 12).

Na parte do PPP da Escola dedicada a explanar os marcos referenciais, mais especificamente no item *2.3 Marco operativo*, é dado a conhecer que o "objetivo maior é o desenvolvimento do ser humano e a busca por um planeta sustentável baseado em três aspectos educacionais: inclusão, qualidade e equidade" (PPP EECB, 2019, p. 18).

A EECB organiza a sua oferta de ensino em séries/anos. Atualmente, ministra cursos para o seguinte público-alvo: total de 343 alunos do Ensino Fundamental. No 1º turno, manhã, são 213 alunos em 8 turmas, sendo 2 turmas de cada ano de escolaridade dos Anos Finais. Já no 2º turno, tarde, são 75 alunos em 5 turmas, sendo 1 turma de cada ano de escolaridade dos Anos Iniciais. Além de 55 alunos em 2 turmas dos Anos Finais, no Ensino Integral, que a Escola designa de Projeto. Assim que retornar para o presencial, terá mais 1 turma do Integral, à tarde.

Quanto ao perfil socioeconômico do corpo discente, é interessante verificar o conflito de visão que está expresso no PPP EECB, sendo muito importante frisar que o fato de apresentar essa informação, justo nesse documento norteador, possibilita à equipe gestora melhor confecção de estratégia de inserção na comunidade para a qual presta seus serviços. O índice apurado a partir dos

questionários contextuais do Sistema Mineiro de Avaliação Escolar (SIMAVE) considera a Escola como Médio alto. Porém, a comunidade escolar fez análise sobre esse dado e verbalizou sua discordância. A comunidade pontua que "a maioria dos alunos sejam de baixa renda e em vulnerabilidade social" (PPP EECB, 2019, p. 2019). A equipe gestora apurou, via aplicação de questionário ao corpo discente, em 2019, que nenhum aluno exerce atividade remunerada.

A distribuição dos alunos por sexo, em 2019, correspondia a 45% do sexo feminino e 55% do sexo masculino. Em termos de cor/raça 11% se declararam brancos, 8% pretos, 61% pardos e 20% não se declararam. A totalidade do corpo discente reside em área urbana e, em igual medida, não faz uso de transporte público para acessar a Escola.

Essa diversidade verificada entre o alunado é trabalhada pela EECB oportunizando "o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam a noção de dignidade humana e igualdade de direitos" (PPP EECB, 2019, p. 49) com as seguintes ações: realização de rodas de conversa temáticas; nas aulas da disciplina Ensino Religioso, são recebidas "pessoas de referência para palestrar na escola" (PPP EECB, 2019, p. 49); Projeto Sabará, o mundo da gente; Projeto Consciência Negra: consciência, cor, arte e diversidade; Projeto Nome de Turma; Projeto Prevenção ao *Bullying* e *Ciberbullying*; Projeto Alimentação Alternativa e Saudável; Projeto Normas de Convivência na Escola, dentre outros.

Como já informado na presente caracterização, a EECB localiza-se em região periférica e, com muita propriedade, consegue articular em seu PPP uma relação interessante com a comunidade a qual serve. Está registrado no PPP e as ações se materializam efetivamente na oferta de serviços aos alunos e comunidade em geral. Podem ser citados, para ilustrar, pelo menos as seguintes: reuniões ampliadas denominadas "Diálogos Carvalho Brito"; atividades em

parceria com ONGs do entorno, para oferta de atividades esportivas; conscientização da comunidade da região quando de atividades construídas coletivamente, tais como passeatas com distribuição de panfletos informativos no dia da árvore, na semana do meio ambiente etc.

2.3 ESTRUTURA INTERNA DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com Oliveira (2021), podem ser enumeradas as seguintes informações acerca dos aspectos físicos e condições das instalações da EECB: as condições físicas de conservação, no conjunto geral, são boas. Vale dizer que foi realizada, no ano de 2020, reformas nos banheiros e cantina. As salas de aula necessitam de revitalização da pintura. Também podem ser consideradas boas as condições de limpeza e higiene das dependências que, mesmo com os desdobramentos advindos da pandemia e regras de distanciamento e isolamento social, continuam a ser feitas, em escala adaptada, pela equipe de limpeza. A dimensão física das salas de aula é padrão, com 40 m^2 e, da mesma forma, a cantina obedece aos padrões da SEE, tendo sido reformada em 2021. Quanto ao espaço para recreio, dispõe de uma quadra poliesportiva e pátio, adequados ao número de alunos da Escola. Além disso, são disponibilizados, na hora do recreio, caixa de livros, revistinhas, jogos de tabuleiro (dama, botão), totó e mesa de *ping pong*, essas duas últimas em estado um pouco precário. Existe biblioteca em espaço adequado e acervo tido como razoável, em cujo setor trabalha 1 professor para ensino de uso da biblioteca (PEUB).[23]

[23] Interessante discussão sobre esse aspecto, da presença de PEUB em bibliotecas escolares mineiras da rede pública, está presente em parte da tese de Sindier Antônia Alves, intitulada *Biblioteca escolar: usos e processos de aquisição de conhecimentos mediados pelas tecnologias nas escolas*, defendida em julho de 2021, no doutorado em

Não existe gabinete dentário, sala ambiente e auditório. A sala de informática está desativada atualmente. Como pode ser percebido, no conjunto as dependências da EECB são favoráveis ao uso e estão bem conservadas.

2.4 PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Para o ano vigente, o sistema de avaliação obedece ao que já acontece em anos anteriores, ou seja, todos os alunos farão 4 avaliações da SEE, correspondentes à Avaliação Diagnóstica. Farão o antigo Prova Brasil, hoje FAEB, que é uma avaliação nacional federal correspondente à Avaliação Nacional de Alfabetização. Dessa avaliação, resulta o IDEB da Escola. Em 2019, o índice para os Anos Iniciais foi 6,6 e, quanto aos Anos Finais, o resultado não foi positivo, muito em função do não comprometimento dos alunos com a Educação. É relevante observar o que está apontado no PPP sobre essa questão:

> Em discussão com a comunidade escolar, percebeu-se que muitos pais não acompanham de perto a vida escolar do filho, mesmo a escola tendo o cuidado de divulgar, mandar bilhetes, ter o Momento PRO Semanal, muitos declaram que não ficaram sabendo, não levam a sério. Hoje atendemos crianças e jovens em sua grande maioria, de vulnerabilidade social, muitos são inassíduos e há também os infreqüentes, que demonstram falta de interesse pelos estudos. Além disso, devido o rodízio de professores,

Ciências da Educação, Especialidade Tecnologia Educativa, pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho – Portugal.

> alguns não criam vínculos com a escola, então não se preocupam com os resultados da escola, não se envolvem na motivação dos alunos como deveriam. (PPP EECB, 2019, p. 31).

Trabalhar coletivamente é uma marca perseguida pela equipe gestora da Escola, inclusive no planejamento de atividades com conteúdos interdisciplinares, inseridos nos Planos de Ensino anuais. Algo dessa monta acontece, por exemplo, no Projeto Nome de Turma que, para cada fase, obedece a um momento de discussão. Nesses momentos, escolhe-se o tema para trabalhar naquele ano e, posteriormente, os nomes de cada turma; em seguida, ocorre a confecção coletiva do Plano de ação.

A EECB pauta todas as suas ações pensando na integração com a comunidade do entorno. Cada um dos vários projetos tem a previsão de 1 sábado letivo para apresentação à comunidade. Em todos esses momentos são reiterados convites para a prefeitura de Sabará, bem como para outras escolas e creches da região. Alguns desses projetos podem ilustrar essa assertiva, tais como:

> Projeto Nome de Turma: a cada ano letivo, acontece a escolha de um eixo temático e a partir daí, acontece a escolha do nome de cada turma e a elaboração do plano de ação. [...] Projeto Alimentação Alternativa e Saudável: [...] para aprender a usar integralmente os alimentos, combater o desperdício e a praticar hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Projeto Consciência Negra: para demarcar um espaço político, social e afetivo na luta contra o racismo e na busca da equidade racial. [...] Projeto Normas de Convivência na Escola: tendo como parte integrante, plano de convivência no

> ambiente escolar, com foco nos eixos, direito à aprendizagem, gestão democrática e participativa na Escola, fortalecimento do trabalho coletivo, relação comunidade e Escola. (PPP EECB, 2019, p. 10).

A Escola também mantém estreita parceria com organizações não-governamentais (ONGs) do entorno, tais como a Rede Colaborativa Brasil e, também, a Elo.

3 AUDIOLIVRO COM ADAPTAÇÃO DE *A COR DA TERNURA*, DE GENI GUIMARÃES

3.1 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Os diálogos estabelecidos com o corpo gestor da EECB, com o professor regente de Língua Portuguesa e com outros docentes da Escola, bem como a participação nas reuniões colegiadas acontecidas durante as primeiras semanas do estágio supervisionado, evidenciaram a possibilidade de integrar, em atividade específica, alguma estratégia que mobilizasse, numa perspectiva interdisciplinar, espaços de reflexão quanto a questões étnico-raciais. Essa linha de ação encontrava amparo em partes já destacadas no presente trabalho e no próprio documento norteador da Escola, o seu PPP. Ações pedagógicas que propiciem, no corpo escolar, sobretudo em seu alunado, desenvolver o senso de igualdade, de inclusão das diferenças e da qualidade são altamente desejáveis, como se vê no Marco Operatório do PPP (2019, p. 18).

São muitos os projetos que a EECB desenvolve a cada ano letivo, dos quais poderia ser sublinhado, por hora, o Projeto Consciência Negra: consciência, cor, arte e diversidade, que busca, entre outros

aspectos, promover o sentimento de dignidade humana e igualdade de direitos. Assim, apresentou-se como interessante e pertinente ação, sobretudo em tempos de ensino remoto emergencial, por conta do isolamento social imposto pelas medidas de combate ao avanço da pandemia da Covid-19, lançar mão de ferramentas, em certa medida gratuitas, de tecnologia de informação para levar para a sala de aula e outros espaços de pertença dos alunos da turma do 7° ano, o contato, dentro do possível, de texto literário de autoria de Geni Guimarães.

Vislumbrou-se, ao considerar os dados do censo com a comunidade escolar realizado em 2019, que o fato de apenas 11% dos alunos terem se declarado como pretos, indicava o quão complexo é a questão de como a sociedade brasileira lida com as questões identitárias, notadamente aquelas que colocam cada indivíduo no ato de expressar, por sua própria perspectiva, seu pertencimento étnico-racial.

Assim, trabalhar com uma das obras da escritora Geni Guimarães, ainda que numa perspectiva de material adicional, acabaria por funcionar como nova oportunidade de trazer tais questões, tão importantes para o tecido social do qual a EECB faz parte, pela magistral pauta da Literatura Afro-Brasileira. Vale retomar, de forma breve, quem é a escritora de quem se fala: "Geni Mariano Guimarães nasceu no interior de São Paulo, no município de São Manoel, em 1947. É poeta, professora, ficcionista" (DEUS, 2019, p. 78). Ainda, de acordo com Lílian Paula Serra e Deus:

> Ao encenar o negro com o protagonista da própria história, Geni Guimarães, a partir das obras *Leite do Peito* (2001) e *A cor da Ternura* (1989), objetos desse estudo, rompe o silenciamento relativo à determinadas situações que pautam o cotidiano do negro, especialmente, das mulheres negras e

> problematiza questões como o racismo, a maternidade, a solidão, os conflitos, dores e resistência que a população negra tem que administrar desde muito cedo. (DEUS, 2019, 80).

Da vasta autoria da escritora podem ser citados, pelo menos, os seguintes títulos: *Terceiro filho* (1979), *Da flor o afeto, da pedra o protesto* (1981), *Leite do peito* (1988), *A cor da ternura* (1989), *Balé das emoções* (1993), *A dona das folhas* (1995), *O rádio de Gabriel* (1995), *Aquilo que a mãe não quer* (1998), *O pênalti* (2019), *Poemas do regresso* (2020), dentre outros.

3.2 RECURSO DIDÁTICO COMO AÇÃO DESCOLONIZADORA

Nesta parte relatar-se-á o processo de elaboração e encaminhamento à EECB e aos alunos do 7° ano do Ensino Fundamental do *audiobook*. Entendimentos sobre o conteúdo do audiolivro, desde a escolha do título que seria trabalhado, bem como a forma de abordagem da temática étnico-racial, foram objetos de reuniões com o Professor Regente da disciplina Língua Portuguesa, Marcelo Soares Santos, em 20 e 26 de março de 2021, por telefone, além de algumas trocas de mensagens com o docente por *WhatsApp*.

Foram de muita valia as orientações sobre como desenvolver o *audiobook* disponibilizadas pela Professora orientadora do Estágio. De igual serventia foram as instruções fornecidas no plantão da Sala de Estágio pela Professora Ana Paula Campos Cavalcanti, bem como no canal do *Youtube* criado e mantido pela Professora Ana Paula Campos. Por ter sido a primeira experiência de construção desse tipo

de material, optou-se por assistir a vários tutoriais via plataforma *Youtube*.

Utilizou-se a plataforma *Animaker* e, vale reafirmar, foram fundamentais as instruções apresentadas no tutorial disponível do espaço "Saiba mais" do *Canvas*, da Newton Paiva, especificamente da Disciplina do Estágio Supervisionado. De comum acordo com a Diretora da EECB, o Professor Regente da Disciplina e a Professora orientadora do Estágio, foi definido realizar a adaptação do livro *A cor da ternura,* da escritora afro-brasileira Geni Guimarães.

A obra *A cor da ternura*, em termos estruturais, possui dez capítulos. São eles: "Primeiras lembranças", "Solidão de vozes", "Afinidades: olhos de dentro", "Viagens", "Tempos escolares, "Metamorfose", "Alicerce", "Mulher", "Momentos cristalinos" e, por fim, "Força flutuante" perfazendo um total de 93 páginas. A professora brasileira Adrielle Rocha (2020) sintetiza o enredo nos seguintes termos:

> Geni, a personagem principal, narra o seu acordar para o mundo, desde as mais tenras lembranças, quando ainda pequenina procurava o seio materno; os ciúmes, os conflitos e sofrimentos com o nascimento do irmãozinho, que lhe tomou o lugar de caçula; o início traumático da vida escolar, quando percebeu com nitidez a estigmatização provocada por sua cor e sua origem; a primeira menstruação; as brincadeiras infantis; o amor e a união da família; as dificuldades materiais e a pobreza; a festa da formatura; a primeira experiência profissional como única mestra negra numa classe de pequenos alunos brancos. Geni escolhe ser professora para ensinar de maneira diferente sobre a vida. Ela sabia que podia fazer diferença

> na vida dos seus alunos. Ela sabia que o caminho não seria fácil, mas sabia ser esse o caminho certo! É um livro em que o positivo tem mais peso do que as experiências negativas. A dignidade e a coesão da família não deixam espaço para complexos de inferioridade ou humilhação, proporcionando terreno fértil para o surgimento de uma saudável confiança em si mesma, uma enorme garra para ultrapassar barreiras e dificuldades e força para lutar contra a injustiça e a discriminação contra as pessoas de cor negra. (ROCHA, 2020).

Foram definidos textos que foram gravados em áudio, com uso do celular, e depois migrados para o *Animaker*. Esses textos correspondem às 10 cenas que configuram o audiolivro construído. Para efeitos de registro, a seguir são apresentados os textos que foram gravados e são "lidos" no decorrer de cada uma das cenas:

> CENA 1 (*SLIDE* CAPA): Nosso *audiobook* de hoje é uma adaptação do livro *A cor da ternura*, publicado pela primeira vez em 2001, pela escritora afro-brasileira Geni Guimarães.
>
> CENA 2: Conta a história da menina Geni, uma criança negra de família muito boa, simples e trabalhadora. Geni e sua família viviam numa colônia e seu pai trabalhava numa fazenda. A menina Geni era muito imaginativa, como a gente pode perceber nesse diálogo entre ela e sua mãe:
> "-Quem fez o fogo e a água?
> -Deus, é claro. Quem haveria de ser?

-E se pegar fogo no mundo?
-Ele faz a água virar chuva e apaga o fogo do mundo.
-Mãe, se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?
-Credo em cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse, mas se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer? – Pegou-me e, fazendo cócegas na barriga, foi dizendo: - Você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta... Achei que ela estava triste, então falei:
-Mentira, boba. Vou ficar com essa tinta mesmo. Acha que eu ia deixar você sozinha? Eu não. Nunca, nunquinha mesmo, tá?" (p. 10-11)

CENA 3: Geni era muito apegada a sua mãe e mamou muito tempo, até ficar grandinha. Um dia fica muito chateada pois percebe que a mãe está grávida de outro filho. Quando o irmão nasce, ela fica com muito ciúmes e até para de comer. As pessoas da colônia até acham que ela está com quebranto.

CENA 4: Como Geni se sentia muito só, ela acaba fazendo amizade com animais. "Ao contrário dos homens, os animais se mostravam amigos e coerentes. Aprendi a falar com eles" (p. 32). As pessoas até achavam que ela era um pouco louca por isso. Um dia pega uma aranha e se torna a melhor amiga dela. Como Geni respeitava muito os conselhos dessa amiga aranhinha ela foi olhar, pela primeira vez, o irmão bebê, chamado Zezinho, que estava chorando:

"Ele estava pelado, esperneando. Segurei suas mãozinhas e agasalhei-as entre as minhas. Silenciou, ficou na nudez absorvendo meu afago.
-Eu pensei que você não ligasse pra mim. Deus que me perdoe, mas eu até achava que você era cego por dentro. Desculpe. Sempre fui meio besta mesmo. Mas, daqui por diante, nem vou ficar triste se os grandes não tiverem tempo. Vou sempre falar com você ou com minha aranhinha, se você estiver dormindo. Se você também precisar dela, está às ordens.
O Zezinho abriu a boca, engoliu minha oferta e estalou os lábios diante do gosto gostoso. Sorriu. Seu hálito morno veio impregnado de perfume de primeira vez." (p. 29)

CENA 5: Um dia ela chega em casa e encontra sua mãe "revirando uma caixa de camisas, onde guardava documentos.
[...]
-A senhora está procurando o quê?
-Seu registro. Uma moça da escola vem aqui pra pegar os nomes das crianças com sete anos. Você vai completar... Onde você estava, sumida?
-Na pra... no balanço com todo mundo. Quando eu vou pra escola?
-O nome a gente dá agora, mas só entra mesmo no ano que vem.
-Quem mais vai entrar?
-Toda criança que tem mais ou menos a sua idade. O Toninho, o Flávio, a Ana. Muitas crianças.
-E se, no caminho, o Flávio me xingar de negrinha?

-Não quero saber de encrenca, pelo amor de Deus! Você pega e faz de conta que não escutou nada.
Calei-me.
Quem era eu para dizer-lhe que já estava cansada de fazer de conta?
Minha mãe achou o dito-cujo registro, ergueu-o, mostrando-me.
-Está aqui.
Riu um riso de alívio e eu em resposta fiz de conta: ri." (p. 43)

CENA 6: Na Escola, Geni percebe, depois de um tempo, que ela era a única menina negra da turma. Um dia, a professora, Dona Cacilda, depois do recreio informou que no dia 13 de maio, a Escola faria uma festinha para a princesa Isabel, que, segundo ela, foi responsável pela libertação dos escravos no Brasil. A Geni fez um poema para ser lido nesse dia, no qual colocava a princesa como uma heroína, de acordo com as estórias que ela ouvia quando pequena os negros escravizados eram pessoas boas, simples, humanas e religiosas. Porém a professora fez uma explicação na sala de aula que descreve os escravizados como "bobos, covardes, imbecis" (p. 62). Geni, então, ficou mais uma vez com vergonha da cor negra que ela tem.

CENA 7: O tempo passa e numa conversa com o pai, Geni pergunta que profissão a mulher pode ter. O pai responde, com os olhos brilhando, que mulher pode ser, por exemplo, Professora. Nessa hora passa um homem branco, administrador da fazenda em que o pai de Geni trabalhava e diz

para o pai dela: "-Não tenho nada a ver com isso, mas vocês de cor são feitos de ferro. O lugar de vocês é dar duro na lavoura. Além de tudo, estudar filho é besteira." (p. 69) O pai respondeu de forma categórica: "-É que eu não estou estudando ela pra mim. É pra ela mesmo." Geni ficou tão orgulhosa de seu pai que afirmou que iria estudar muito e seria uma professora!!! O pai sorri, pega a mão de Geni e segue caminhando:

"-Pai, de que cor será que é Deus...
-Ué... Branco – afirmou.
-Mas acho que ninguém viu ele mesmo, em carne e osso. Será que não é preto...
[...]
-É que se ele fosse preto, quando ele morresse, o senhor podia ficar no lugar dele. O senhor é tão bom!
Em toda a minha vida, nunca vira meu pai rir tanto" (p. 70).

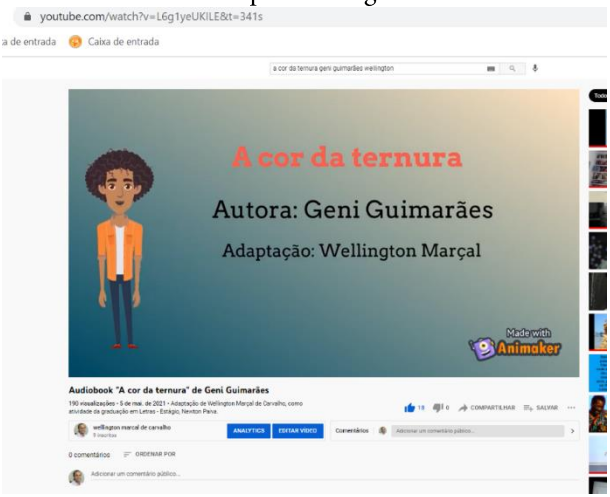
CENA 8: Alguns anos mais tarde Geni já crescida, mulher, termina o Ensino Médio, cursa o Magistério e cumpre o prometido. Ela é escolhida como oradora da turma, na cerimônia de colação de grau, e a família fica toda emocionada e orgulhosa da filha que se tornou professora. Geni, mulher, negra, "se fazendo, sob imposições, buscando forças para ser forte" (p. 77).

CENA 9: Geni consegue entrar no mercado de trabalho, enfrenta algumas dificuldades, mas que ela é uma excelente profissional. A sua família,

> com todas as dificuldades, enfrentou a pobreza, preconceito, racismo e conseguiu vencer! Geni mostra, com a sua história de lutas, que sua cor não deve ser vista como uma limitação. A cor da pele negra é a cor da ternura, da resistência e da luta por um mundo menos injusto!
>
> CENA 10: Bom turma, esse foi um pouquinho do belo livro *A cor da ternura*, de Geni Guimarães. Convido vocês para a leitura integral do livro. Boa leitura, boas conversas e bons estudos. Até a próxima! Gratidão!

O resultado está disponível em canal do *Youtube* que foi criado especificamente para "subir" esse conteúdo, no seguinte endereço https://www.youtube.com/watch?v=L6g1yeUKILE&t=341s. A figura n.3 a seguir ilustra a plataforma em que está disponível o recurso didático produzido para os fins da atividade:

Figura 3 – *Audiobook* elaborado para o estágio na EECB

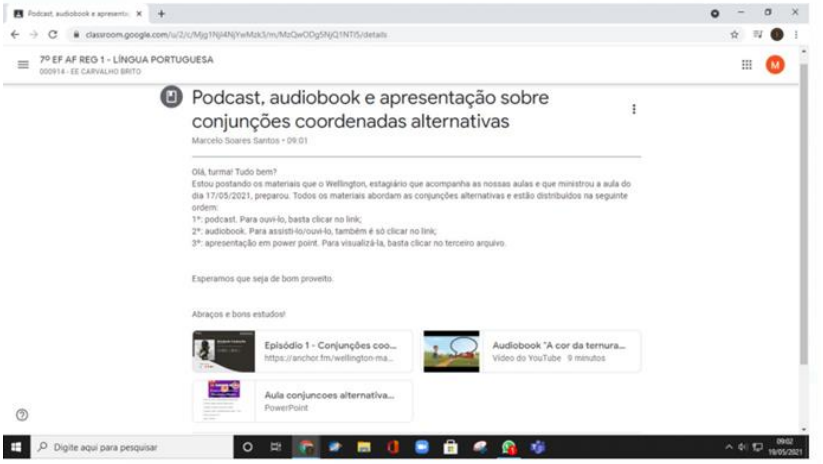


Fonte: Foto do autor, jun. 2021.

O audiolivro foi apresentado como parte dos recursos didáticos em aula síncrona aos alunos do 7º ano, via *Google Meet*, no dia 17 de maio de 2021. Posteriormente, o mesmo foi inserido no ambiente da Disciplina, no *Class Room*, pelo Professor Regente da Disciplina Língua Portuguesa. O material foi também enviado para a Diretora da EECB.

No dia 19 de maio de 2021 o Professor Regente postou o material, inclusive o audiolivro, no ambiente *Class Room* da Disciplina Língua Portuguesa. A aula, que foi gravada, também foi disponibilizada no mesmo ambiente para os discentes, como pode ser visto na Figura n.4 a seguir:

Figura 4 – Postagem, pelo Professor Regente, do material da aula no *Class Room*



Fonte: Foto do autor, jun. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o estágio permitiu atingir o objetivo de experienciar o trabalho no ambiente escolar, em várias de suas dimensões. Desde o primeiro contato com a EECB a acolhida foi a mais positiva possível. Ainda que em tempos tão conturbados, em decorrência do isolamento social como medida de biossegurança e enfrentamento à pandemia da Covid-19. Considera-se, inclusive, que foi uma oportunidade de integração à equipe institucional, acompanhando cotidianamente os esforços monumentais levados a cabo para não descontinuar a missão de contribuir para o processo de formação dos indivíduos, numa perspectiva sempre emancipatória.

Ficou sempre bem evidenciado o quanto o corpo diretor da EECB incentiva a que toda a comunidade escolar sinta-se partícipe de todas as ações e momentos da Escola. Assim, é sempre franqueada, a todos os segmentos da instituição, a possibilidade real de tomar parte na construção das ações planejadas.

Há um esforço considerável em acompanhar a vida diária dos discentes e, por muitas vezes, foi perceptível o bom resultado das buscas ativas de alunos, sobretudo porque muitos fatores, nesse tempo pandemônico, tendem a afastar, por motivos de natureza vária, alunos do cotidiano escolar, com sua rotina que exige a prática perene da disciplina.

Especial atenção é exigida da equipe gestora e do corpo docente para transitar pelas diversas situações do alunado no trato com as tecnologias de comunicação e informação e, de igual modo, com o acesso à rede mundial de computadores. Esse tempo de pandemia agudiza ainda mais as assimetrias profundas da sociedade brasileira. Não são poucas as famílias de alunos que ou não tem acesso algum à *internet*, ou, quando possuem esse acesso, é por meio de rede cuja instabilidade em nada auxilia na fluência da rotina escolar. Talvez um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade escolar seja o de

fazer funcionar o processo de comunicação. Há famílias em cujo domicílio não se faz presente nenhum dispositivo portátil ou de comunicação e, nesse sentido, aparelho celular e pacote de dados não é, a despeito do que pensa o senso comum, item já conquistado por todos. Obviamente essa não presença impacta o processo educacional das crianças nesses lares.

Ainda que em cenário cujas assimetrias sociais foram potencializadas em razão da pandemia, a Escola e o processo pedagógico tem resistido bravamente e reinventado sua missão educacional continuada, com adaptações, mas não deixando de acontecer. Portanto, sempre é o momento adequado de se trabalhar, de forma assertiva, com inserções da temática étnico-racial, numa perspectiva que valorize a contribuição da população afro-descendente nas várias dimensões da vida em sociedade. Considera-se que o recurso didático elaborado a partir da obra *A cor da ternura*, de Geni Guimarães, alinhou-se com o que está previsto no PPP da EECB e configurou-se como potente elemento detonador de reflexões em parte da comunidade escolar que teve contato com o audiolivro produzido.

Por tudo que foi apresentado é possível constatar que a Escola Estadual Carvalho Brito (EECB) é uma instituição viva. Esse é, inclusive, o desejo da Escola, expresso em vários momentos em seu PPP. Não há como não rememorar as provocativas reflexões do pedagogo brasileiro, cidadão do mundo, Paulo Freire, veiculadas na seminal obra *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, cuja primeira edição foi em 1968. No presente trabalho, arrisca-se a afirmar que esta comunidade escolar pauta todas as suas ações na linha de uma educação que se quer e se faz, diuturnamente, numa vertente progressista, a qual busca materializar uma dimensão emancipatória de cada integrante do tecido social no qual está

inserida. Nela, a despeito de todos os desafios impostos ao ensino público brasileiro, avulta o que Freire denomina de "gosto da alegria":

> É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto da alegria, gosto da vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 2019, p. 117-118).

Esta é uma Escola ativa e sua voz, assim como a de Freire (2019, p. 99) "tem outra semântica, tem outra música".

REFERÊNCIAS

ALVES, S. A. **Biblioteca escolar**: usos e processos de aquisição de conhecimentos mediados pelas tecnologias nas escolas. Orientador: Bento Duarte Silva. 2021. 345 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2021.

AUGEL, M. P. Geni Mariano Guimarães. *In:* DUARTE, E. de A. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. 2. Consolidação. p. 273-291.

CARVALHO, W. M. de. **Bacia hidrográfica do córrego do Malheiro, no município de Sabará – MG**: fisiografia, sócio-economia e tratamento de águas residuárias. 2007. 73 f. Monografia (Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Agrárias, Montes Claros, 2007.

CARVALHO, W. M. de. **Relatório final de estágio curricular supervisionado nos anos finais do ensino fundamental na Escola Estadual Carvalho Brito**: requisito do curso de Letras do Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte, 2021. 33 p.

CARVALHO, W. M. de; *et al.* Caracterização fisiográfica da bacia hidrográfica do córrego do Malheiro, no município de Sabará – MG. **Irriga**. Botucatu, v. 14, n. 3, p. 398-412, jul./set. 2009.

DEUS, L. P. S. e. Ressignificar existências: a escrita de Geni Guimarães e a rasura do cânone literário brasileiro. *In:* GOMES, C. M.; RAMALHO, C. B.; CARDOSO, A. M. L. (Org.). **Escritas de resistência:** intersecções feministas da literatura. Aracaju: Criação, 2019. v. 1. p. 77-90.

FONSECA, M. N. S. Literatura negra: os sentidos e as ramificações. *In:* DUARTE, E. de A.; FONSECA, M. N. S. (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil***:* antologia crítica. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: SEPPIR, 2014. p. 245-277 (História, teoria, polêmica, v. 4).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019. 143 p.

GALDINO, P. da P. S. **Da menina à mulher**: o processo de afirmação racial na obra "A cor da ternura", de Geni Guimarães. Orientadora: Franciane Conceição da Silva. 2020. 47 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

GUIMARÃES, G. **A cor da ternura**. 2. ed. São Paulo: Quinteto, 2017. 95 p. (Coleção *Looping*).

LITERAFRO. **Geni Guimarães**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/267-geni-guimaraes. Acesso em: 31 mar. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto político pedagógico**: 31000914 EE Carvalho Brito. Belo Horizonte: SEE, 2019. 137 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE n. 4234/2019.** Dispõe sobre as matrizes curriculares das escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE, 2019. 6 p.

OLIVEIRA, D. M. S. **Entrevista com a Diretora da Escola Estadual Carvalho Brito, concedida a Wellington Marçal de Carvalho, por telefone, em 27 de março de 2021**. Belo Horizonte: [s. l.], 2021.

ROCHA, A. **1ª parte da aula 8º ano ESM (08/05)**: livro *A cor da ternura*, de Geni Guimarães. Maio, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xk8Qk7ofRZ0&ab_channel=AdrielleRocha. Acesso em: 23 abr. 2021.

SANTOS, M. S. **Entrevista com o Professor Marcelo Soares Santos, responsável pela disciplina Língua Portuguesa para o 7º ano Ensino Fundamental I Anos Finais Regular, concedida a Wellington Marçal de Carvalho, por correio eletrônico, em 26 de março de 2021**. Belo Horizonte: [s. l.], 2021.

ENSINANDO A TRANSGREDIR: A FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIAS/OS PARA A AGENDA ANTIRRACISTA

Iza Paula Gomes Fernandes
Erinaldo Dias Valério

1 INTRODUÇÃO

A educação quando se pensa em maneiras que envolvam o respeito às pessoas negras é um meio importante de ensino que proteja as necessidades desse grupo, isso possibilita que o aprendizado seja recebido de forma mais intensa (HOOKS, 2018). Compreender para ensinar também faz parte da prática da/o bibliotecária/o, uma vez que atua em um espaço tão amplo como as unidades de informação. Ela/e é acima de tudo uma/um mediadora/or da informação e possuir embasamento para realizar ações e promover serviços informacionais sobre acesso e inclusão da população negra é algo primordial na formação de uma sociedade justa e antirracista.

Discutir sobre racismo no Brasil ainda é um "tabu", considerando que o racismo é tão intrínseco e naturalizado dentro da sociedade que a população nega suas práticas racistas embasando-se no mito da democracia racial, que consiste numa falsa ideia de igualdade entre diferentes grupos raciais. Sendo essa, também, uma realidade presente nas bibliotecas, que são centros educacionais que foram pensados para uma elite branca, e em razão disso, diversos conhecimentos da população negra são ignorados pelas instituições de ensinos e unidades de informação (CARDOSO, PINTO, 2018).

No que compreende o curso de Biblioteconomia, é importante para a formação de bibliotecárias/as terem conhecimento de questões raciais, de gênero e de sexualidades, a fim de desenvolver ações inclusivas nos seus ambientes de trabalho. Assim, o papel da/a bibliotecária/a deve ir além do tecnicismo, precisa ser voltado também, e principalmente, para questões sociais, abordando, sobretudo grupos historicamente discriminados. Cardoso e Pinto (2018), ressaltam que o perfil da/o bibliotecária/o deve permitir que se tenha possibilidades de mudança, para que seja capaz de contribuir para uma percepção sobre a realidade social, independentemente de qual seja ela, mas para tanto, ainda é necessário que a pessoa bibliotecária receba, em sua formação, o devido conhecimento sobre estes temas.

Entende-se que ao tratar temas relacionados às questões étnico-raciais, com foco na população negra, a/o estudante do curso de Biblioteconomia compreenderá a necessidade de se fazer uma análise social sobre a importância da biblioteca para a representatividade da população negra.

Esta escrita se justifica pela necessidade de uma discussão aprofundada frente a essas questões, visto que grande parte das instituições de ensino e bibliotecas não dispõe de uma representatividade negra, além de possuir poucas disciplinas relacionadas a esta problemática. De tal forma, este capítulo visa contribuir para o debate da inserção do ensino das relações étnico-raciais no âmbito do curso de Biblioteconomia.

Portanto, o objetivo geral deste capítulo é refletir como as disciplinas pautadas no tema das questões das relações raciais podem contribuir com a possível formação da/o bibliotecária/o para a agenda antirracista, promovendo a inclusão da população negra tanto no ambiente da biblioteca, quanto em outras unidades de informação.

Trata-se de pesquisa de caráter bibliográfico, exploratório e documental. A abordagem documental se deu por meio da análise das

ementas de três disciplinas sobre as questões raciais ministradas em três universidades públicas de regiões do Brasil, sendo a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Acredita-se que o ensino para as relações raciais muito contribui para uma formação antirracista nos cursos de Biblioteconomia, uma vez que pode proporcionar mudanças de pensamentos e consequentemente o desenvolvimento de ações contra o racismo. É importante ressaltar que o debate sobre as questões raciais deve ser realizado em todas as áreas do curso, uma vez que essa discussão nunca é limitada, pois, as unidades de informação devem estar munidas contra atitudes racistas e preconceituosas. É importante ressaltar que este capítulo apresenta resultados parciais de uma pesquisa maior, fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Biblioteconomia, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

2 A FORMAÇÃO DA/O BIBLIOTECÁRIA/O PARA UMA AGENDA ANTIRRACISTA

Considera-se agenda antirracista, todo e qualquer comportamento que incentive na luta contra as desigualdades raciais, racismo, preconceito e discriminação racial, ou seja, nela "estereótipos e ideias preconcebidas, precisam ser duramente criticados e banidos." (CAVALLEIRO, 2001, p. 150).

No âmbito escolar, através de conteúdos que introduzem a temática africana e afro-brasileira, Lei n° 10.639/03, a educação antirracista objetiva, segundo Cavalleiro (2001) possibilitar que os indivíduos ou grupos (população negra) que são afetados por preconceitos, a reconquista de uma identidade positiva e orgulho próprio, ou seja, uma reconstrução/aceitação de si mesmo.

No contexto da população negra, é necessário que educadoras/es, principalmente do ambiente escolar, tenham conhecimento sobre racismo, discriminação racial e preconceitos, visto que, isto poderia ajudar essas pessoas "a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola." (GOMES, 2005, p. 148). Uma vez que, a criança negra, no espaço escolar, recebe um olhar diferente de outras crianças e isso pode contribuir para a formação negativa ou positiva da sua identidade como pessoa negra.

Portanto, não é algo fácil construir uma identidade negra em um ambiente que te trata de forma desigual (GOMES, 2005), a falta dessa igualdade racial no ambiente escolar contribui na formação de uma identidade negativa. A falta de representatividade no ambiente escolar acaba criando uma barreira para o aprendizado. Baseando-se nisto, a educação e a luta antirracista, visa a quebra desses paradigmas tão comuns nas instituições e ensino.

A prática de uma educação antirracista atua na melhora da qualidade de ensino e que a educação contribui para a prática da cidadania, ressaltando que, a construção de uma sociedade igualitária depende ações concretas por parte dos/as governantes e da sociedade civil (CAVALLERO, 2001).

No que se refere ao ensino em Biblioteconomia, Valério (2018) frisa que a pessoa bibliotecária

> com uma formação política pautada na compreensão das relações raciais, pode contribuir para uma transformação social na desconstrução das práticas de discriminação e racismo na sociedade brasileira (VALÉRIO, 2018, p. 285).

Visto que, essa formação possibilita as/os bibliotecárias/os uma maior capacidade de assimilação e disseminação dessas competências informacionais, além de serem capazes de adotar práticas de inclusão. Costa (2013, p. 82) enfatiza que:

> Educar para as relações étnico-raciais significa, para quem ensina, abandonar a zona de conforto do "tudo pronto para ser repassado" e assumir uma postura crítica em relação não somente ao conhecimento colocado como pronto e acabado, mas também à própria atuação pedagógica, ao método e aos recursos vigentes no processo de ensinar e de aprender (COSTA, 2013, p. 82).

Logo, a educação antirracista, se baseia também na troca, no dar e receber, ensinar e aprender, uma vez que grande parte das/os profissionais da educação desconhecem a História e Cultura Africana e Afro-brasileira. E a formação de bibliotecárias/os deve romper as barreiras impostas pelo ensino proposto na graduação, ensino este, pautado nas práticas eurocêntricas. Tal educação, voltada para a agenda antirracista pode ser efetivada na parceria entre bibliotecárias/os e professoras/es que ao promoverem diálogos sobre as questões raciais podem levar as discussões para a sala de aula e a biblioteca.

2.1 A/O BIBLIOTECÁRIA/O COMO MEDIADORA/OR DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

No que concerne ao ensino de Biblioteconomia segundo o Parecer CNE/CES 492/2001, que estabelece as diretrizes curriculares para cursos superiores, é papel da/o bibliotecária/o "traduzir as

necessidades de indivíduos, grupos e comunidades, nas respectivas áreas de atuação" (CNE/CES 492/2001, p. 32), sendo assim, esta/e profissional deve conhecer as demandas das/os sujeitos informacionais, da sua unidade de informação. No entanto, no cenário atual, grande parte dessas pessoas desconhecem a história do Brasil, além de não promover o acesso e a produção intelectual desse grupo étnico dentro das bibliotecas.

Conforme salienta Cardoso e Pinto (2018), grande parte das pessoas bibliotecárias formadas pelas universidades públicas não têm conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira e as políticas de ações afirmativas que englobam as questões raciais. Ressalta-se, que isso se deve ao fato de que o Estado não reconhece totalmente sua dívida histórica com a população negra, isso leva ao grande déficit de ensino sobre questões raciais.

Nesse contexto, a/o bibliotecária/o seria capaz de mediar a informação étnico-racial? Para isso, é preciso compreender, ainda, o conceito de Mediação da informação e informação étnico-racial. Segundo Almeida Júnior (2009, p. 92), mediação da informação é:

> Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Logo, a mediação da informação é toda ação de disseminação da informação que a/o bibliotecária/o pode realizar, e que gera a compreensão e satisfação do sujeito informacional. A maioria das/os profissionais da informação enxergam a mediação como uma ponte

de conhecimento uma vez que, ela permite a relação entre pontos que, por meio de empecilhos e obstáculos, não interagiam entre si (ALMEIDA JUNIOR, 2009).

No que concerne ao conceito de informação étnico-racial, recorre-se a definição proposta por Oliveira e Aquino (2012), na qual, informação étnico-racial, consiste em todo recurso, físico ou digital, com a viabilidade para a produção de conhecimentos sobre questões históricas e culturais sobre determinado grupo étnico. Ainda segundo as/os autoras/es, a informação étnico-racial, se aplica a vários grupos étnicos, entretanto o enfoque, proposto aqui, relaciona-se com a população negra. Fundamenta-se nessa reflexão para que possa desenrolar discussões com enfoque na luta antirracista, e na produção intelectual da população negra, tanto nos espaços acadêmicos, como produção histórica social.

Oliveira e Aquino (2012) salientam que, a informação étnico-racial, abrange dois aspectos: um objetivo e outro subjetivo.

> O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico (OLIVEIRA; AQUINO, 2012, p. 487).

Nota-se que a compreensão da definição de informação étnico-racial é algo imprescindível para a formação da/o bibliotecária/o, uma vez que os suportes informacionais, fazem parte das competências propostas no Parecer CNE/CES 492/2001. É importante para a/o profissional tenha conhecimento sobre o ensino africano e afro-brasileiro, para a construção da igualdade racial dentro das bibliotecas,

uma vez que é importante "partir do princípio de que os serviços e as atividades precisam ser pensados, de fato, para todos os públicos, brancos e não brancos." (CARDOSO; PINTO, 2018, p. 84).

A sociedade é estruturada para a exclusão e o desrespeito à pluralidade étnica cultural da população historicamente discriminada, esses grupos são privados de vários acessos. Isso se deve ao fato de que a sociedade é eurocêntrica, segundo padrões europeus, e assim, definindo e limitando quem pode ter acesso (SILVA; SALDANHA, 2018).

Cabe a/o bibliotecária/o, compreender as demandas da sua unidade de informação para que as necessidades desse público, em específico, sejam atendidas. Logo, introduz-se aqui a necessidade, durante a graduação, do ensino pautado nas relações étnico-raciais, pois ao compreender a cultura africana e afro-brasileira, "fará com que estes bibliotecários consigam suprir com maior afinco as necessidades informacionais destes sujeitos" (SILVA; SALDANHA, 2018, p. 311).

Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino, que possuem o curso de Biblioteconomia, incluam em suas matrizes curriculares disciplinas que contemplam a temática do ensino étnico-racial, assim, o fazer da/o bibliotecária/o pode se se ampliar para além do saber tecnicista e contribuir para a agenda antirracista.

Contribuir na formação de bibliotecárias(os) antirracistas é algo imprescindível para a constituição de bibliotecas e centros de informação que abrangem a diversidade étnica e cultural da população negra. O ensino para relações raciais objetiva desconstruir preconceitos que estão enraizados na sociedade, preconceitos estes que são cada vez mais excludentes. E a pessoa bibliotecária, por meio da mediação da informação étnico-racial, pode contribuir para a formação de uma sociedade justa e antirracista.

Assim, se torna possível abrir discussões sobre como combater o racismo nas unidades de informação e pensar formas de implantar políticas antirracistas no espaço dessas unidades. A próxima seção

apresenta os procedimentos metodológicos que foram necessários para o desenvolvimento deste capítulo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O embasamento para a realização desta pesquisa parte da necessidade de uma Biblioteconomia voltada para questões sociais, principalmente a luta dos grupos historicamente discriminados e a disseminação da informação para esse público. Para Gil (1991, p. 19) a pesquisa é "o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Logo, para a realização da pesquisa é necessária uma base de conhecimentos, técnicas e métodos científicos para que o objetivo seja atingido. Fundamentando-se nesse sentido, o presente capítulo busca compreender como o ensino étnico-racial pode contribuir para a formação da pessoa bibliotecária.

No que concerne à classificação da pesquisa tem se por embasamento a classificação dada por Vergara (2014), que categoriza a pesquisa em dois critérios, sendo quanto aos meios e quanto aos fins. Quanto aos fins a pesquisa é de caráter exploratório que visa permitir maior familiaridade com o problema, tornando o explícito (GIL, 1991).

Quanto aos meios, esta pesquisa é de natureza bibliográfica, que se estrutura por meio de material já publicado, "com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto" (PRODANOV; FREITAS, 2003, p. 54), e de natureza documental que se caracteriza por estabelecer análises em documentos. No que se refere à abordagem, a pesquisa é considerada qualitativa. Sendo assim, a pesquisa qualitativa visa compreender as questões sobre as relações raciais, olhando para as ementas analisadas.

Além disso, procura apresentar essas reflexões levando em consideração a subjetividade das pessoas autoras.

Desta forma, a pesquisa documental, se fundamentou na análise das ementas das disciplinas voltadas para o ensino das relações étnico-raciais de três universidades pesquisadas, sendo elas: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Para escolha das universidades que participaram da pesquisa estipulou-se três critérios, que foram: uma universidade pública por região brasileira; uma disciplina na matriz curricular que tenha foco no ensino para as relações raciais e que esta disciplina já tivesse sido ministrada em algum momento.

Para tanto foi necessária uma leitura dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) disponíveis nos sites oficiais de cada universidade, a fim de encontrar a disciplina que atendesse nosso objetivo. Depois da leitura, constatou-se que quatro cursos de Biblioteconomia ofertavam a disciplina. A UFG, UFPE, UDESC e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - constatou-se, porém, que a UFES, não havia ministrado a disciplina em nenhum momento do curso, portanto a universidade não entrou como parte dessa pesquisa. Desse modo, este estudo abrangeu as regiões nordeste, centro-oeste e sul.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção está disposta análise das ementas das disciplinas com foco para relações raciais, população negra. Que foram Cultura Afro-brasileira: mediações da informação étnico-raciais (UFG), Mediação da informação e relações etnicorraciais (UFPE) e Relações étnico-raciais (UDESC).

No que refere às ementas, tais disciplinas discorrem sobre a importância da cultura africana e afro-brasileira na formação do país e o papel da/o bibliotecária/o na mediação da informação, frisa-se

assim a importância do ensino em Biblioteconomia pautado em questões de raça, uma vez que pode gerar discussões no âmbito da biblioteca e outras unidades de informação.

Para ter conhecimento acerca da estrutura das ementas realizou-se uma análise pautada nos seguintes critérios: quanto ao foco da ementa; quanto aos objetivos e quanto ao conteúdo. Após análise desses critérios, visou-se destacar as semelhanças e diferenças entre elas. Através da análise das disciplinas ofertadas pelas universidades pesquisadas, obteve-se, então, as seguintes informações.

A disciplina "Cultura afro-brasileira: mediações da informação étnico-raciais", com carga horária de 64 horas, no curso de Biblioteconomia da UFG, tem como foco o ensino voltado para a mediação da informação, relacionando a produtos culturais étnico-raciais e assim entender como a/o bibliotecária/o pode atuar como mediadora/or da informação étnico-racial. Dentre seus objetivos, visava apresentar representatividade do ensino das relações raciais em pesquisas acadêmicas; discutir sobre a lei 10.639/03; apresentar a produção de conhecimento da população negra no Brasil e tratar sobre as ações do movimento negro para a luta antirracista. Para tanto discorria sobre a formação da/o bibliotecária/o, os conceitos de raça e de racismo, bem como sobre a presença da pessoa negra no Brasil e a Lei 10.369/2003.

A disciplina ministrada na UFPE, com o nome "Mediação da informação e relações etnicorraciais", possui carga horária de 30 horas. Quanto a seu foco, objetiva apresentar sobre identidade e afrodescendência no Brasil, mediação da informação e cultura e sobre as relações étnico-raciais. Sendo assim, discorria sobre a ligação das questões raciais e a democracia; a identidade africana; mediação e cultura, e apresentar sobre informação e protagonismo social negro.

A disciplina "Relações étnico-raciais", da UDESC, com carga horária de 36 horas, pauta as relações étnico-raciais na sociedade,

políticas públicas, conceitos sobre colonialidade, decolonialidade e novas epistemologias, diversidade étnica e cultura afro-brasileira, ligando assim a atuação da/o bibliotecária/o. No que se refere aos objetivos, a disciplina visa contextualizar e, assim, promover discussões sobre as questões raciais, apresentar políticas públicas que englobam o tema, pensar em propostas de inclusão da população negra na biblioteca.

Todas as disciplinas analisadas discorrem do tema com focos similares, uma vez que abordam sobre os conceitos e sobre questões acerca das relações raciais e contribuição da população negra no Brasil. Nota-se, porém, olhando para as ementas, que a disciplina ministrada na UFG é a que possui maior carga horária. Infere-se que isso pode contribuir em uma discussão mais aprofundada, uma vez que possibilitam mais interações, encontros e reflexões com a turma e a/o docente.

As disciplinas analisadas tem foco na contribuição do movimento negro para a agenda antirracista e a criação de políticas públicas. Essa questão é imprescindível para a compreensão das/as estudantes sobre tal importância, uma vez que, é por meio da luta do movimento negro, que se começa a pensar maneiras de inclusão do/a negra/o na sociedade.

A inserção dessas disciplinas é uma grande contribuição da luta do movimento negro e da atuação de professoras/es engajadas/os para o combate ao racismo. Portanto, trazer discussões que viabilizem o protagonismo desses sujeitos, é uma forma de representatividade para a população negra e por todas/os que lutaram por esse acesso à educação de forma justa. As disciplinas também são importantes para que os saberes e informações corretas sobre a cultura africana e afro-brasileira sejam disseminados e abordados nas instituições de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino para as relações raciais pode contribuir para a formação pessoal e profissional das/os discentes, uma vez que o conhecimento sobre o tema possibilita uma ampliação acerca das desigualdades raciais existes e possíveis caminhos para combatê-las. Acreditamos que pessoas bibliotecárias podem atuar como mediadoras das informações étnico-raciais e assim, promover discussões que contribuem para a agenda antirracista.

É preciso abrir espaço para discussões mais aprofundadas no âmbito das universidades, prover ações de representatividade e inclusão da população negra nos espaços da biblioteca e outras unidades de informação. Faz-se necessário também, compor currículos que abranjam o ensino para as relações raciais, além de incluir autoras/es negras/os e discussões antirracistas nesta e em outras disciplinas do curso, isso contribuirá para a formação de profissionais com o pensamento crítico sobre a temática.

Ressalta-se aqui a necessidade de estabelecer pesquisas futuras com relação às questões raciais e refletir de que forma as outras disciplinas no currículo de Biblioteconomia podem incluir a discussão sobre esse tema. Além disso, é necessário aplicar este estudo focando nas percepções do corpo discente, a fim de entender seus anseios e necessidades informacionais no tocante à diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez, de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 2005. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf Acesso em: 03 dez 2018.

CARDOSO, Francilene; PINTO, Michelle Silva. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. *In:* SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (orgs.). **Bibliotecári@s negr@s:** ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018. p. 39-40.

CAVALLERO, Eliane. Educação Anti-Racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In:* CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-160.

COSTA, Cândida Soares da. Dez anos de implementação da lei n° 10.639/03: algumas evidências. *In:* MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Relações étnicos- raciais e diversidade.** Niterói: Editora da UFF; Alternativa, 2013, p. 79-88.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: ATLAS, 1991.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In:* BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 39-62.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como pratica da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF, 2017.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação étnicorracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, 2012.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. As culturas africanas e afrodescendentes em Biblioteconomia & Ciência da Informação no Brasil: epistemologia histórica, pensamento crítico e meio social. *In:* SPUDEIT, Daniela et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia.** São Paulo: Editora ABECIN, 2018. p. 285-290.

VALERIO, Erinaldo Dias. A formação política do(a) bibliotecário(a) no campo das relações raciais. *In:* SPUDEIT, Daniela et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: Editora ABECIN, 2018. p. 285-290

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PERCEPÇÕES SOBRE A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Erinaldo Dias Valério
Arthur Ferreira Campos
Alex Lourenço
Beatriz Nogueira

1 INTRODUÇÃO

A trajetória nacional é marcada por uma estrutura racista em seu desenvolvimento (ALMEIDA, 2019). Tal realidade acaba por estabelecer exclusões de parcelas da população dos circuitos do conhecimento, que inclui populações negras e configura-se como uma violência intelectual denominada epistemicídio (SILVA, 2014).

Reflexões teóricas sobre representação, narrativas que colaboram na formação de indivíduos e grupos sociais, surtem importantes efeitos na concepção de mundo dos sujeitos. Ao considerar a existência de uma estrutura racista na sociedade brasileira e seus notáveis impactos na trajetória do desenvolvimento nacional, depreende-se, por sua vez, que a partir de estudos sobre o tema é possível disseminar informações sobre populações historicamente discriminadas, denunciando e combatendo as práticas racistas (SOUSA; VALÉRIO; CAMPOS, 2021).

A situação vigente implica saberes, competências e ações, que exigem sólidos esforços de ordens que levem em conta o desenvolvimento socioeconômico de tipo dependente do Brasil, o fato de que se trata de um país que ainda luta contra o analfabetismo e nuances correlatas (DUDZIAK, 2008).

Nesse contexto, as demandas gerais da competência em informação são ainda um desafio, portanto, torna-se elementar o aprofundamento dos estudos teóricos e práticos que permitam habilidades em informação para uma aprendizagem permanente (JESÚS LAU, 2007). Atrela-se a essa teoria e prática, sobretudo, capacidades que intervenham em questões sociais como o racismo estrutural, em que é possível promover a ligação à dimensão política do movimento em torno da competência em informação.

Considera-se que a produção de informação sobre as populações negras no Brasil é atravessada pelo contraponto de difícil acesso à mesma pela sociedade. Com isso, os recursos próprios da competência em informação podem e necessitam atentar, antes de tudo, para as habilidades que bibliotecários/as possuem acerca das relações raciais, uma vez que tal análise é determinante da mediação da informação acerca das populações negras que tais profissionais efetuarão entre os sujeitos e as bibliotecas ou outros ambientes.

O presente estudo parte de tais pressupostos em sua investigação. Portanto, como objetivo geral, nos propomos a analisar se o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) contempla disciplinas que apresentem uma discussão sobre as relações étnico-raciais, com foco na população negra. Outrossim, procuramos identificar por meio do site oficial do curso, se os/as docentes desenvolvem ações de extensão, ensino e pesquisa relacionados com a temática.

Este capítulo faz parte de um projeto de pesquisa que busca identificar a competência em informação relacionada ao tema sobre as

relações étnico-raciais – população negra – de estudantes dos cursos de Biblioteconomia do Brasil. Outrossim, esta pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Alaye - laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

2 PENSANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS/AS

As relações raciais no nosso país são marcadas por diversas narrativas que ainda passam por processos de ressignificações. A exemplo, o mito da democracia racial, que, embora discutido por muitos/as intelectuais, nas práticas sociais, ainda continua a corroborar e reproduzir preconceitos, discriminações e racismos que afetam grupos historicamente discriminados.

Maio (2000) destaca que durante os anos de 1950 no Brasil, ocorreram diversas pesquisas sobre o tema das relações raciais viabilizadas pelo projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), a fim de descobrir a tese da democracia racial existente no cenário brasileiro. O Projeto UNESCO foi uma das primeiras iniciativas a apoiar essas pesquisas e "constitui-se num importante marco do estudo sobre as relações raciais no Brasil" (HERINGER, 2011, p. 46), ao passo que, os estudos apontaram a existência das desigualdades raciais que afetam a população negra brasileira.

As pesquisas resultantes do Projeto UNESCO foram analisadas e estudadas por diferentes pesquisadores/as a fim de entender o contexto racial brasileiro. Oracy Nogueira (2006, p. 292), por exemplo, examina essa situação e entende que a forma como o preconceito racial se caracteriza no Brasil, pode ser chamado preconceito de marca, pois está relacionado à aparência "[...] quando toma por pretexto para as

suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque". Assim sendo, quanto mais o sujeito possua traços negroides, característicos da população negra, como nariz achatado, boca grande e carnuda, lábios grossos, cabelos crespos e cor de pele retinta, existe maior possibilidade de sofrer preconceito, discriminação e racismo nos diferentes espaços sociais.

A sociedade brasileira está estruturada no racismo e seus notáveis efeitos impactam na trajetória do desenvolvimento nacional, tendo presença em diferentes setores. Para além disso, grande parte da nossa sociedade, em sua maioria negra, ainda não conseguiu construir uma identidade étnico-racial positiva.

Portanto, pensar em uma democratização do acesso às informações confiáveis sobre as relações raciais e, principalmente, entender o papel social atribuído às pessoas bibliotecárias é um fazer necessário para a descolonização das nossas práticas para o desenvolvimento de serviços e produtos informacionais democráticos, que respeitem a diversidade étnico-racial dos sujeitos. Depreende-se por sua vez que a partir de estudos sobre o tema, é possível disseminar informações sobre populações historicamente discriminadas, denunciando e combatendo as práticas racistas (SOUSA; VALÉRIO; CAMPOS, 2021).

A formação biblioteconômica engloba variadas competências que podem ser adquiridas em disciplinas, projetos de pesquisas e extensão nos cursos de graduação em Biblioteconomia. Conforme Almeida e Baptista (2013), os primeiros cursos de Biblioteconomia brasileira foram no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou seja, na Biblioteca Nacional (1911) e na *Mackenzie College* (1929), respectivamente. O curso da Biblioteca Nacional adotava uma característica humanística e o curso da Mackenzie College adotava uma característica voltada aos aspectos técnicos (padrão norte-americano). Com o tempo, os cursos foram adotando perspectivas

culturais e unindo o humanístico com os assuntos técnicos (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013).

A formação em Biblioteconomia é composta com disciplinas da área de fundamentos, organização, representação e tratamento da informação, gestão da informação e do conhecimento, gestão de unidades de informação, como também, as disciplinas de tecnologia, entre tantas outras. No entanto, as disciplinas voltadas às relações raciais só são ofertadas dependendo do Projeto Pedagógico de cada curso de Biblioteconomia, podendo ser obrigatórias ou optativas e ofertadas por outros departamentos.

Valério e Campos (2019a) ressaltam que estudar as questões raciais, especialmente sobre a população negra, nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia incrementam a formação da pessoa bibliotecária, tendo em vista o papel social da profissão contribuindo para a igualdade racial. Desse modo, pesquisas que analisam PPC's dos cursos de Biblioteconomia são válidas para verificar como as relações raciais estão sendo trabalhadas durante a graduação, seja em disciplinas (obrigatórias ou optativas) ou projetos de ensino, pesquisa ou atividades de extensão.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ABORDAGENS TEÓRICAS

Devido ao entendimento de que vivemos hoje numa sociedade de acúmulos diversos de informação, ou, como apontado por Burch (2005), sociedades da informação e conhecimentos, possuir habilidades e competências para inferir o que é certo e errado, melhor ou pior, torna-se essencial para o desenvolvimento individual dos sujeitos, tanto no que diz respeito às atividades profissionais e acadêmicas, e também do dia-a-dia no âmbito pessoal.

Tal ordem informacional é constituída, sobretudo, pelo aparecimento das mais variadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que lograram aos seres humanos possibilidades de trocas simbólicas e de interações de informação e comunicação comparáveis àquelas proporcionadas pela revolução decorrida pelo desenvolvimento da impressão tipográfica, como demarcado temporalmente pelas obras de Peter Burke (2003; 2012).

O desenvolvimento das TIC nos anos de 1970-1990 é o contexto informacional em que surge a discussão acerca de habilidades informacionais. Paul Zurkowski, bibliotecário estadunidense, então presidente da *Information Industry Association*, apresentou em 1974 um relatório à *National Commission on Libraries and Information Science* (NCLIS), no qual defendeu que a biblioteca se tornasse uma aliada ao cenário da época, pontuado por ele como "de mudanças em curso":

> Zurkowski antevia um cenário de mudanças e recomendava que se iniciasse um movimento nacional em direção à information literacy. Sugeria que os recursos informacionais deveriam ser aplicados às situações de trabalho, na resolução de problemas, por meio do aprendizado de técnicas e habilidades no uso de ferramentas de acesso à informação (DUDZIAK, 2003, p. 24).

Então, o trabalho de Zurkowski não se tratava de um manifesto a favor da inserção de novos indivíduos na cultura alfabetizada por si só, mas sim para aplicação específica nas rotinas de trabalho dos estadunidenses. Ou seja, se tratava do uso da informação para resolução de problemas de ordem mais simples e com menos rigor metodológico, ou sequer acúmulo específico numa disciplina teórica-acadêmica. Ainda apesar disso, tal documento trata-se do primeiro

registro de uso do termo “information literacy”, (IL), mais tarde traduzido no Brasil sob diversas maneiras, a partir de referenciais teóricos e metodológicos da Ciência da Informação (CI) e da Educação.

Traduzido IL ao português-brasileiro como "alfabetização”, “competência, letramento” e “literacia informacional", os termos são bastante difundidos na CI. Compreendidos como termos relacionados, as definições desses termos aparecem a partir de origens próximas, mas como demarcações específicas nas suas utilizações.

Outros trabalhos acerca do termo em inglês são os elaborados por Dudziak (2001; 2003), que abordam o termo para além dos contextos informacionais em ambientes digitais, sobretudo relacionados ao papel dessas habilidades nos processos educativos potencialmente realizados por bibliotecas e os/as bibliotecários/as e outros/as profissionais destas. Nesses estudos, a autora propõe outras possibilidades para tradução de *information literary*, apesar de não objetivar tal tarefa, sendo suas proposições: “[...] alfabetização informacional, letramento, literacia, fluência informacional, competência em informação.” (DUDZIAK, 2003, p. 24).

Nessa esteira, para a autora o último termo parece ser o mais adequado, pois trata-se de uma ação realizada sob responsabilidade do indivíduo, que diz respeito às trocas de conhecimentos e informações com agregação de valor.

Atribui-se aqui, assim, a utilização do termo competência em informação, negando aos entraves da noção tecnicista do uso da informação somente para ações diárias, mas sim arraigando-se para o entender do seu uso, e de sua importância, no que se refere ao bem social e à cidadania. Portanto, neste capítulo, adotamos o termo "competência em informação".

3.1 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA A "ESCREVIVÊNCIA"

A exclusão de imensas parcelas da população dos circuitos do conhecimento (CASTRO, 2009), que inclui populações negras, apontam para um percurso de necessária democratização do acesso à informação. A situação vigente implica saberes, competências e ações, que exigem sólidos esforços de ordens que levem em conta desde o desenvolvimento socioeconômico de tipo dependente, como no Brasil, até o fato de que se trata de um país que ainda luta contra o analfabetismo (DUDZIAK, 2008).

Estudos como o de Valério e Campos (2019b) defendem a importância do ensino sobre as questões raciais, especificamente sobre a população negra, na formação de bibliotecários/as, ao passo que as discussões sobre racismo e raça estão sendo pouco incluídas nos currículos dos cursos brasileiros de Biblioteconomia.

Tal formulação ganha peso mediante a Lei 10.639/2003, que dispõe acerca da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos de instituições de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003), e que, portanto, bibliotecário/a como participador/a nos processos educativos, deve também ter competências quanto à tal aspecto em sua atuação.

Entendido que a falta de competência em informação sobre as relações raciais pode implicar na reprodução de comportamentos racistas por parte do/a bibliotecário/a em seus ambientes de atuação e também na prática social (SOUSA; VALÉRIO; CAMPOS, 2021). Sendo, pois, elementar que os/as bibliotecários/as estejam aptos a lidar com as questões atreladas ao racismo e saibam tratar e disseminar informações e conhecimentos referentes às populações negras.

Quanto à competência em informação, conota-se uma semelhança ao conceito literário de "escrevivência", desenvolvido pela autora negra Conceição Evaristo, e apontado no estudo de Remenche

e Sippel (2019), que se refere ao ato de "escrever, viver e ser", presente não apenas nas obras da própria autora, mas na literatura de escritores/as negros/as em geral, que escrevem, ou seja, registram suas ideias mesmo em vista de um sistema que não os permitem fazê-lo com pleno desenvolvimento.

"Escrevivência" é, portanto, a escrita de um corpo, de uma situação social, uma experiência negra, sendo a escrita de si correspondente a uma informação e a um conhecimento (OLIVEIRA, 2010). Portanto, cabe pensar e trazer o conceito da "escrevivência" ao contexto da competência em informação a respeito das populações negras, que "escreve corpos negros" na prática biblioteconômica, permitindo ampliar conhecimentos na busca e no uso da informação, atentando para a promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo estrutural que afeta as populações negras.

No entendimento acerca da importância da competência em informação na luta antirracista pelos/as bibliotecários/as, esses podem atuar frente a articulação, apropriação e reestruturação de metodologias de ações dentro de determinados contextos da cultura negra, que visem transformações institucionais, por fim estruturais na sociedade.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos contemplam a pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa e análise documental. A pesquisa bibliográfica favoreceu a construção do referencial teórico composto por pesquisas em artigos de periódicos científicos, Leis, livros e materiais oriundos de anais de Congressos voltados às questões étnico-raciais, população negra e competência em informação.

O percurso constitutivo deste capítulo adota abordagem qualitativa, ao passo que Minayo (2012, p. 625) indica que a análise

qualitativa "deve explicitar suas ações no campo, assim como seus interesses e dificuldades na construção do objeto". Sendo uma pesquisa social, que segundo Alves e Aquino (2012) deve apresentar uma intenção prática de modificar e intervir na realidade, podendo transformá-la ou conservá-la, reflete sobre a necessidade de disciplinas e discussões voltadas à formação crítica da pessoa bibliotecária para a igualdade racial.

Para análise documental, direcionamos aqui para análise do PPC do curso de Biblioteconomia da UFRN, vigente desde 2018.1, a fim de verificarmos os componentes curriculares que se relacionem com as questões étnico-raciais, especialmente à população negra. Também, acessamos a página oficial do Departamento de Ciência da Informação, o qual oferta o curso de Biblioteconomia na UFRN, para verificarmos a existência de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à visibilidade racial da população negra.

7 RESULTADOS

Na etapa da análise documental, ao verificarmos o PPC do curso de Biblioteconomia da UFRN, constatamos a existência de 30 componentes curriculares obrigatórios e 19 optativos, com exceção do Estágio Curricular Obrigatório e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que contabilizam como componentes obrigatórios.

Ao identificarmos as disciplinas, o próximo passo foi a leitura crítica das ementas e tentar identificar a presença de temáticas relacionadas às questões étnico-raciais, especificamente à população negra. Após a leitura, notamos a presença de duas disciplinas do componente curricular optativo ofertadas pelo Departamento de Antropologia que trabalham as relações étnico-raciais que são: “Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Relações étnico-raciais”, de código DAN0024 e “Cultura Brasileira”, de código DAN0134.

As ementas dessas disciplinas tratam de temas como discriminação, preconceito, etnicidade, povos indígenas, quilombolas, ciganos/as, diversidade, direitos humanos e formação cultural da sociedade brasileira, focando em diferentes grupos étnicos. Percebemos também que elas não possuem pré-requisitos para serem cursadas, podendo o/a discente cursá-las em qualquer período do curso.

Além desses dois componentes curriculares ofertados pelo Departamento de Antropologia, constatamos a existência de uma disciplina de "Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da Informação", ofertada como componente curricular optativo pelo Departamento de Ciência da Informação, que possui uma ementa aberta, significando que o tópico especial a ser abordado deve ser de autonomia do/a professor/a da disciplina. Dessa forma, o/a docente fica à vontade para decidir os assuntos a serem trabalhados, podendo também abordar as questões étnico-raciais, inclusive convidar pessoas que atuam academicamente ou em movimentos sociais negros para palestrarem, debaterem sobre o tema.

Dentre as 30 disciplinas obrigatórias e as 19 optativas, constatamos que 2 disciplinas optativas podem trabalhar com as questões étnico-raciais, especificamente com a população negra. Em relação às disciplinas obrigatórias, as ementas analisadas não mencionam a temática racial.

É importante frisar que o/a discente pode sair do curso sem ter participado dessas discussões, visto que, esses componentes não são obrigatórios ficando a cargo do/a aluno/a optar por outros temas que despertem o seu interesse. É preocupante deixar essa responsabilidade nas mãos do sujeito que está em formação, por ainda não possuir essa concepção crítica do papel social, ético e político da pessoa bibliotecária no combate às desigualdades raciais.

Para além de verificar o PPC do curso, acessamos a página oficial do Departamento de Ciência da Informação para analisarmos se as ações de extensão e de pesquisa desenvolvidas pelo corpo docente do departamento dialogam com o tema aqui proposto. Notamos a presença de três Ações de Extensão, coordenadas pela professora Dra. Gabrielle Francinne de Souza Carvalho que versam sobre as questões étnico-raciais e nenhum projeto de pesquisa. As seguintes ações que foram desenvolvidas:

- A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas do Nordeste (2018);
- A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas do Norte e Nordeste brasileiro (2019);
- Roda de leitura: literatura afro-brasileira na biblioteca pública (2020).

Todas essas ações de extensão dialogam sobre a importância da leitura e do acervo bibliográfico para construção de identidades étnico-raciais focadas na população negra. Além disso, as discussões estão associadas ao que preconiza a Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino sobre a cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino no nosso país.

Essa iniciativa da professora Gabrielle Carvalho Tanus pode promover o conhecimento de temáticas raciais, assim como a mediação da informação antirracista, tendo o/a bibliotecário/a em formação a não reprodução de preconceitos na sua atuação profissional. Disciplinas, projetos e cursos de extensão nessa mesma direção podem gerar a visibilidade e a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, nos diferentes setores sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A competência em informação é uma habilidade do sujeito, sendo adquirida conforme um processo de aprendizado. Entendemos que o/a bibliotecário/a pode contribuir para esse processo e a sua formação voltada às relações raciais é capaz de favorecer a visibilidade da população negra em perspectiva educacional e cultural.

Refletindo sobre o curso de Biblioteconomia da UFRN, nós entendemos que os componentes curriculares ofertados pelo Departamento de Antropologia são importantes para a formação de pessoas bibliotecárias, no entanto, é possível considerar que por não serem ofertados pelo Departamento de Ciência da Informação, as discussões podem se distanciar do contexto informacional, estando mais relacionadas com o âmbito antropológico. Por isso, acreditamos na necessidade e urgência de docentes na área da informação capacitados/as nas discussões sobre as relações étnico-raciais, para que o uso dos nossos instrumentos de tratamento, organização e recuperação da informação, não sejam utilizados para reprodução de preconceitos, discriminações e racismos, visto que, os sujeitos informacionais são constituídos de múltiplos corpos interseccionados por raça/cor, gênero e sexualidade.

Como prosseguimento da pesquisa, o próximo passo será a aplicação de um instrumento eletrônico para coletar os depoimentos do corpo discente do curso de Biblioteconomia da UFRN, para entender as percepções na busca, acesso, uso e disseminação de informações no contexto das relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In:* **Anais**

do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB, 2013. p. 3450-3462.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 79-100, 2012.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

BURCH, Sally. Sociedade da informação/ Sociedade do conhecimento. *In:* AMBROSI, A.; PEUGEOT, V; PIMIENTA, D. **Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. Paris: C & F Éditions, 2005.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento - 1**: de Gutenberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento - 2**: da Enciclopédia à Wikipédia. Tradução Denise Bottmann. s/l: Zahar, 2012. *E-book*.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o Papel Educacional das Bibliotecas**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. DOI: 10.11606/D.27.2001.tde-30112004-151029.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008.

HERINGER, Rosana. Igualdade racial como um projeto para o Brasil: balanço e perspectivas. *In:* HERINGER, Rosana; PINHO, Osmundo (Org.). **Afro Rio século XXI**: modernidade e relações raciais no Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 43-93.

JESÚS LAU, Carol Elliott. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. IFLA: Boca del Rio, Vera Cruz, México, 2007. Disponível em: http://repository.ifla.org/bitstream/123456789/440/1/ifla-guidelines-pt.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco: ciências sociais e o "credo racial brasileiro". **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 115-128, jun./ago. 2000.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**: Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Memória e arquivos literários: a escrita de si como registro intimista. *In:* XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Rio de Janeiro, 25 a 28 out. 2010. **Anais**... Rio de Janeiro, 2005.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi; SIPPEL, Juliano. A escrevivência de Conceição Evaristo como reconstrução do tecido da memória brasileira.

Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 20, no 2, p. 36–51, jul. 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/les.v20i2.23381.

SILVA, Denise Almeida. De epistemicídio, (in)visibilidade e narrativa: reflexões sobre a política de representação da identidade negra em Cadernos Negros. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 67, p. 51-62, jul/dez, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.5007/2175-8026.2014n67p51

SOUSA, Gleyce Kelly Alves; VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência em informação para a igualdade racial. **Logeion**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 128-144, mar./ago. 2021.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Competência informacional para uma formação bibliotecária antirracista. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 24, n. 2, p. 321-332, 2019a.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação Antirracista no Ensino da Biblioteconomia: percepção discente. **Folha de Rosto**, v. 5, n. Especial, p. 118-126, 17 mar. 2019b.

REGIME DE INFORMAÇÃO E PRÁTICA RACISTA: QUESTÕES ÉTICAS, MORAIS E RESPONSABILIDADE NAS REDES SOCIAIS

Miriely da Silva Souza

1 INTRODUÇÃO

Os avanços e mudanças no escopo das tecnologias de informação e comunicação, as maneiras de acessar informações e a utilização das redes sociais, estão modificando sobremaneira as relações entre os indivíduos e suas formas de interagir.

Pensando a dimensão estrutural de uma sociedade tanto nas formas de se relacionar, se informar, expressar opiniões e posicionamentos, há que se refletir na responsabilidade por trás de atos ações, e falas no ambiente virtual. Aqui entenda responsabilidade não somente de forma legal, mas também da forma ético-moral.

Desta maneira, este capítulo tem como proposta discutir questões éticas e morais no que tange à prática racista com vistas a ampliar o debate sobre responsabilidade no ambiente das redes sociais, à luz do conceito de regime de informação.

Por regime de informação entenda-se modo informacional que predomina em uma formação social (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012), qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui por canais determináveis (FROHMAN, 1995) e com manifestação corpórea no campo jurídico (BRAMAN, 2004).

A partir de um regime de informação estabelecido, toma-se consciência de quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as

autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância.

Desta maneira também se reconhece os elementos de um regime de informação, como por exemplo, rádio, televisão, filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, dados e fluxos de informação.

Na Ciência da Informação o conceito de regime de informação tem sido aplicado como forma de diagnóstico de um cenário no que tange às políticas de informação. A partir disto compreende-se como se originam e se estabilizam; como determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas em e através deles.

2 REGIME DE INFORMAÇÃO

A expressão "regime de informação" vem sendo utilizada e desenvolvida no escopo da Ciência da Informação para abordagens que correlacionem política, informação e poder. O tema vem sendo trabalhado por diversos autores na área, sendo Bernd Frohman o responsável pela introdução da expressão regime de informação na Ciência da Informação. No contexto brasileiro atribui-se à González de Gómez o pioneirismo nos estudos sobre o tema.

Para desenvolvimento do arcabouço teórico, este capítulo abordará as contribuições de Braman (2004); Frohman (1995) e González de Gómez (2012). Cada um destes autores traz abordagens e contribuições com semelhanças e diferenças entre si.

Sandra Braman atribui uma perspectiva global ao conceito de regime de informação, e que se aproxima da esfera discursiva da política internacional. Ao discutir o cenário global de política de informação, a autora trabalha a noção de regime em sentido mais restrito, considerando que sua manifestação acontece quando toma corpo no campo jurídico.

Para Braman, o regime envolve três dimensões: o governo (instituições formais, regras e práticas históricas das entidades), a governança (instituições, regras e acordos formais e informais e práticas de atores estatais e não estatais) e a governabilidade (o ambiente cultural e social onde os modos de governança acontecem e se sustentam).

Conforme Frohman (1995), o conceito de regime de informação é uma alternativa aos estudos de política da informação. Segundo o autor, as abordagens de políticas de informação na Biblioteconomia e na Ciência da Informação são limitantes e como alternativa acredita que a abordagem mais promissora pode ser encontrada na teoria ator rede (TAR). A TAR faz uma análise de artefatos científicos e tecnológicos, do real, de fatores sociais e discursivos que estão implicados na construção de qualquer rede tecnológica e apoia a interpretação de políticas de informação como o conjunto de práticas que estabilizam e mantem um regime de informação.

González de Gómez (2012) aborda de maneira ampla e refere-se à dimensão estrutural da sociedade ao definir regime de informação como:

> [...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que

> nele se expressam e nele se constituem. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 43).

A constituição deste conceito, por sua vez, se dá a partir de ações de informação realizadas por grupos de atores sociais onde os elementos que o compõem estão definidos dentro de um fluxo de produção, organização, comunicação e transferência de informações, em um espaço social específico. (BEZERRA *et al*, 2016).

Malin (2012) complementa esse ponto de vista afirmando que, no campo da Ciência da Informação, o conceito de regime de informação tem sido aplicado como forma de diagnóstico de um cenário no que tange às políticas de informação.

A cada mudança que ocorre envolvendo políticas de informação, um novo cenário é formado, tendo em vista que as políticas alteram e interferem na forma como o regime de informação está e na forma como é moldado.

3 QUESTÕES ÉTICAS, MORAIS E RESPONSABILIDADE NAS REDES SOCIAIS

Os avanços e mudanças envolvendo às tecnologias de informação e comunicação e o acesso à informação por meio das redes sociais estão modificando a maneira de se relacionar e interagir indivíduos. Tanto nas formas de se relacionar, se informar, expressar opiniões e posicionamentos, há que se pensar na responsabilidade por trás de atos, ações e falas no ambiente virtual. Aqui, entendo responsabilidade não somente de forma legal, mas também da forma ético-moral no que tange à prática racista.

Para abordar a responsabilidade legal é necessário esclarecer a diferença entre racismo e injúria racial. A Lei 7.716/1989 regulamenta a punição de crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Em 2013, após alteração por meio da Lei nº 9.459/13, acrescentou-se os

termos etnia, religião e procedência nacional, ampliando assim a proteção para vários tipos de intolerância com pena de reclusão de dois a cinco anos

O crime de injúria racial está inserido nos crimes contra a honra, previsto no capítulo V parágrafo 3º do artigo 140 do Código Penal. Para sua caracterização é necessário que haja ofensa à dignidade de alguém, com base em elementos referentes à sua raça, cor, etnia, religião, idade ou deficiência. Nesta hipótese, a pena varia de um a três anos de reclusão. Existe também a necessidade de se pensar a responsabilidade ético-moral do indivíduo no uso das redes sociais e os modos de comunicação e interação na perspectiva do outro.

Entender o outro e a coletividade é ter consciência sobre cada um de nós enquanto ser social. E dentro desse contexto de coletividade, a ideia de que a moral começa, pois, onde começa a ligação de um grupo, qualquer que ele seja (DURKHEIM, 1970, p. 45), faz pensar na responsabilidade do indivíduo inserido e perante a sociedade acerca de seu comportamento moral. A questão coletiva aqui é um ponto chave para essa discussão visto que o indivíduo não pode existir fora da sociedade e muito menos negá-la, pois desta forma nega a si próprio (DURKHEIM, 1970). Vale ressaltar que não será feito um amplo estudo filosófico sobre ética e moral, mas sim como esses aspectos são vistos e discutidos na prática racista nas redes sociais.

Por definição, ética é um ramo da filosofia e é a ciência que estuda a moral, de modo a investigar fenômenos vinculados aos costumes e aos valores dos indivíduos inseridos em determinada estrutura social.

A ética de um ponto de vista filosófico produz estudos críticos, do ponto de vista social relaciona o ser humano, seu comportamento enquanto ser social e seu ambiente. Sánchez Vázquez (1996) salienta que os problemas éticos se caracterizam pela sua generalidade e isto os

diferencia dos problemas morais da vida cotidiana, que são os que se apresentam nas situações concretas.

E são nestas situações ditas concretas, cotidianas, que o racismo, a injúria racial e outros atos praticados com a intenção de depreciar e ou humilhar o sujeito enquanto membro de uma sociedade, que a responsabilidade é aplicada e relacionada com a ética e a moral.

O comportamento moral é próprio do ser humano, enquanto ser histórico, social e prático. Ou seja, o comportamento de um ser que se transmuta de maneira consciente o mundo que habita e que o rodeia.

Esta transmutação traz para a discussão a importância do tempo e espaço frente a questão moral, refletindo sobre progresso e retrocesso tanto do comportamento humano quanto das sociedades, e a relação das questões sociais e tecnológicas.

Sendo a ética o conjunto de valores, princípios e comportamentos religiosos ou não construídos ao longo do tempo definidos pela sociedade que são estabelecidos por meio de normas e regras, a prática desses valores, princípios e comportamentos é denominada moral, ou seja, é a prática da ética.

Tanto a ética quanto a moral norteiam a tomada de decisões em nossas relações cotidianas sejam elas de amizade, trabalho etc., seja no contexto real ou nas relações estabelecidas nas redes sociais.

De maneira simples o dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define rede social como uma rede formada por pessoas que trocam informações entre si.

Possivelmente quando se fala em redes sociais, de um modo geral, grande parte das pessoas associam imediatamente a *facebook*, *twitter, instagram.* No entanto este é um conceito ubíquo, pois, na atualidade ocupa espaço crescente no discurso acadêmico, nas mídias, nas organizações ou no senso comum. Seja ele um operador conceitual ou uma metáfora, parece, em princípio, servir a dois fins.

De acordo com Marteleto (2010), o conceito de redes sociais

configura o espaço comunicacional tal qual representado e/ou experienciado no mundo globalizado e interconectado no qual se produzem formas diferenciadas de ações coletivas, de expressão de identidades, conhecimentos, informações e culturas.

O mesmo conceito também indica mudanças e permanências nos modos de comunicação e transferência de informações, nas formas de sociabilidade, aprendizagem, autorias, escritas e acesso aos patrimônios culturais e de saberes das sociedades.

O conceito de rede tem origem na Antropologia Social e sua aproximação remonta à Claude Lévi-Strauss em sua análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco (ACIOLI, 2007).

De modo geral os estudos referentes às redes sociais permitiram a construção de uma compreensão inovadora da sociedade, com vínculos relacionais entre os indivíduos, os quais reforçariam suas capacidades de atuação, compartilhamento, aprendizagem, captação de recursos e mobilização (MARTELETO, 2010).

Entre rede no sentido antropológico e redes sociais na visão tecnológica, ambas se debruçam na interação de do homem enquanto ser social frente aos avanços tecnológicos e aos impactos na sociedade como um todo.

Diante desta totalidade, um ponto relevante é a cidadania. O exercício cidadão vai do conhecimento dos direitos, dos deveres e da consciência enquanto indivíduos pertencentes a um grupo social.

Historicamente, a formação da estrutura social brasileira é baseada no embranquecimento, nos valores europeus e marginalização da população negra (MENEZES; TUZZO, 2013).

Contemporaneamente, com o uso das redes sociais dentro de um regime de informação onde a responsabilidade se aplica e se manifesta no campo jurídico, conforme dito por Braman (2004), para maior aproximação, evoca-se o uso da estrutura do ato moral.

A partir da estrutura do ato moral presente nos estudos de

Durkheim (1970) faz-se uma adaptação voltada à prática do racista nas redes sociais da seguinte forma:

- Agente
- Consciência
- Liberdade (determinismo/livre arbítrio)
- Responsabilidade
- Valor (es)
- Ação
- Intenção/Fim
- Meios
- Resultados
- Condições

A partir dessa estrutura, pensando o comportamento do indivíduo nas redes sociais, chega-se a seguinte reconfiguração do ato moral:

- **Agente**: individuo pertencente a uma coletividade que exerce a prática racista;
- **Consciência**: nem sempre o agente tem a plena consciência do ato que está praticando;
- **Liberdade**: a liberdade de expressão que os agentes recorrem e que as redes sociais propiciam;
- **Responsabilidade**: de maneira legal o indivíduo pode ser responsabilizado através do Código Penal quando se tratar de injúria e através da Lei 7.716/89 quando se tratar de racismo. Moralmente a responsabilidade está ligada a sua consciência;
- **Valor (es)**: aqui entendidos como os valores morais do indivíduo;
- **Ação**: o ato racista de fato;
- **Intenção/Fim**: intenção de agredir e humilhar a pessoa que sofre a ofensa;

- **Meios**: a alegação de desinformação, perfil falso e liberdade de expressão.
- **Resultados**: cada vez mais discurso de ódio e o uso equivocado das redes sociais.
- **Condições**: o contexto histórico, formação da estrutura social brasileira baseada no embranquecimento, nos valores europeus e marginalização da população negra.

Com relação à responsabilidade, Sánchez Vázquez (1996, p.91) faz um apontamento muito interessante, onde até que ponto o homem enquanto ser social, e somente sendo, pois está inserido em um contexto social, pode ser eximido de sua responsabilidade moral, não sendo suficiente julgar determinado ato segundo uma norma ou regra de ação, mas também examinando as condições concretas nas quais ele se realiza, para desta maneira, determinar se existe a possibilidade de opção e de decisão necessária para poder imputar-lhe uma responsabilidade moral.

Independentemente do nível educacional, condição financeira ou notoriedade midiática, a frequência desses casos[24] tem sido recorrente. Encontramo-nos cada vez mais conectados e cada vez mais

[24] REUTERS. Lewis Hamilton é vítima de ofensas racistas na internet após corrida. **Exame**, 19 jul. 2021. Disponível em: https://exame.com/casual/hamilton-e-vitima-de-ofensas-racistas-na-internet/
REGUEIRA, Chico. Menino de 3 anos é alvo de ataques racistas na internet: 'Uma estaca no meu peito', diz mãe. **G1.com**, 21 jul. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/26/menino-de-3-anos-e-alvo-de-ataques-racistas-na-internet-uma-estaca-no-meu-peito-diz-mae.ghtml
REDAÇÃO. Aguinaldo Silva critica Beyoncé, e artistas cobram negros em suas novelas. **Folha de São Paulo**, 25 ago. 2021. Disponível em: https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2021/08/jessica-ellen-e-rafael-zulu-criticam-aguinaldo-silva-por-falta-de-negros-em-novelas.shtml

ignorantes frente aos avanços tecnológicos que aumentam na mesma proporção da desumanidade do indivíduo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo do texto, este capítulo buscou discutir questões éticas e morais no que tange à prática racista e, com isso ampliar, o debate sobre responsabilidade no ambiente das redes sociais à luz do conceito de regime de informação.

À luz do conceito de regime de informação, a responsabilidade se dá apenas e somente no campo jurídico, em tese, por meio da legislação vigente.

No Brasil, o que diferencia os crimes é o direcionamento da conduta, enquanto na injúria racial a ofensa é direcionada a um indivíduo específico; no crime de racismo, a ofensa é contra uma coletividade.

A responsabilização moral da prática racista nas redes sociais é um tanto quanto simbólica, haja vista que a atitude tomada envolve o pressuposto de que pode fazer o que queira fazer. Ou seja, de que pode escolher entre duas ou mais alternativas, e agir de acordo com a decisão tomada (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1996).

González de Gómez (2009, p.3) aponta que antigas cisões e assimetrias de cunho cultural (como a questão do gênero) ou econômico (como desvantagens de grande parte da população mundial, em relação à disponibilidade de meios e recursos tecnológicos e informacionais, enquanto circulam pelos mecanismos não isonômicos dos mercados), passam a ter uma nova e preocupante expressão à luz das novas intermediações digitais do falar, do fazer e do agir.

Cabe ainda lembrar que a configuração de um regime de informação é um diagnóstico de um cenário social. A partir disto compreende-se como se originam e se estabilizam; como determinam

as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas em e através deles.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, v. 12, n. esp., p. 00-00, 2007.

BEZERRA, E. P.; SILVA, Z. C. G.; GUIMARÃES, T. J. B.; SOUZA, E. D. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016.

BRAMAN, S. The Emergent Global Information Policy Regime. *In:* BRAMAN, S. (ed.) **The Emergent Global Information Policy Regime**. Hampshire: Palgrave, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 jan. 1989.

BRASIL. Lei nº 9.459 de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 maio 1997.

CAVALCANTI, C. R. de O.; CUNHA, M. B. da. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DURKHEIM, É. Determinação do fato moral. In: DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In:* ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. ***Proceedings...*** Edmond, Alberta.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Desafios contemporâneos da ciência da informação: as questões éticas da informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais** […]. João Pessoa, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

MALIN, A. M. B. Reflexões sobre a adesão brasileira ao regime global de acesso à informação pública. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** […]. Rio de Janeiro, 2012.

MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, n. esp., p. 00-00, 2007.

MARTELETO, R. M. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 27-46, 2010.

MENEZES, K.; TUZZO, S. A. Cidadania, racismo e mídia: a identidade do negro. **Comunicação & Informação**, v. 16, n. 1, 2013.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LEVANTAMENTO E MEDIAÇÃO DE DADOS: IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

Suelen Camilo Ferreira
Maria Antonia Fulgêncio
Jady de Souza Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da escravidão dos povos africanos, diferentes formas de opressão e segregação racial inviabilizam o reconhecimento e integração social da negritude, conferindo menor qualidade de vida à população negra, que por sua vez se percebe com ampla dificuldade de acesso a serviços e políticas públicas que beneficiem necessidades básicas de: saúde, segurança, educação, moradia, emprego, equidade de gênero, renda, tolerância religiosa, cultura e lazer. Com a pandemia do novo coronavírus, a falta de suprimentos para essas necessidades se agravou.

Destarte, os movimentos negros sempre visaram democratizar tais acessos e suprimentos, denunciando não somente as mazelas do racismo, mas também rememorando as importantes contribuições dos negros ao longo da história da humanidade. Nesse contexto, se encontra o trabalho desenvolvido pelo Movimento Negro da UNAS Heliópolis e região (União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região)[25]. Este movimento é organizado por uma

[25] Site: https://www.unas.org.br/

coordenação democrática composta por dez pessoas, acolhendo indivíduos de todas as cores, crenças e gêneros. As ações realizadas pelo Movimento Negro da UNAS são de vários tipos e ocorrem durante o ano todo, internas ou externas à instituição fomentadora.

Ao longo de seus seis anos de existência, o Movimento Negro da UNAS vem estabelecendo diferentes parcerias e colaborações em ativismo político, social, educacional e cultural com diversos movimentos sociais, organizações e educadores. E com coordenação composta por trabalhadores e profissionais em diversas áreas, em alguns casos, cumulativamente – Pedagogia, Administração, Computação, Contabilidade, Tecnologia, História, Psicologia, Economia Solidária, Direito, Arte, Cultura, Música, Biblioteconomia, Ciência da Informação e outras –, o Movimento vem promovendo diversas ações, como plenárias temáticas e trabalhos de campo, além de atividades lúdicas e formativas em Centros de Educação Infantil, Centros da Criança e do Adolescente e Escolas Municipais de Heliópolis e Região.

Neste sentido, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, enquanto áreas interdisciplinares por natureza, dialogam com a diversidade de fontes, temáticas e tipologias informacionais demandadas no movimento. Logo, no presente capítulo, objetiva-se destacar conceitos e práticas bibliotecárias que, em conjunto com práticas educativas e interdisciplinares, puderam ser aproveitadas para levantar e mediar dados referentes ao impacto da pandemia na vida da população negra.

Os dados levantados foram mediados no âmbito do Fórum de Gestores da UNAS, que ocorreu em abril de dois mil e vinte e um, mediante um cronograma de cerca de duas horas que compreendia diferentes participações, exibições e análises de conjuntura. Durante o planejamento coletivo da dinâmica do referido fórum, a coordenação do movimento negro ficou responsável pela elaboração e apresentação de um texto literário e de uma linha do tempo que

compreendesse dados que evidenciassem o impacto da pandemia na vida da população negra.

Assim, ao longo de todo o processo interdisciplinar de investigação, estudo e elaboração da linha do tempo, a questão de pesquisa que tange a contribuição da área de Biblioteconomia foi: "Quais conceitos e técnicas bibliotecárias e educativas podem contribuir para o levantamento e mediação de dados, que evidenciem os impactos da pandemia na vida da população negra? ". Esta questão de pesquisa se justifica pela importância de investigar as relações entre busca, estruturação, contextualização e mediação didática de dados sociais para moradores, lideranças comunitárias, agentes gestores e educacionais de Heliópolis e região. Tal importância se relacionada ao fato de que a população periférica se constitui, em maior parte, por moradores/as negras e negros que necessitam ser alcançados por trabalho de base que vise esclarecimentos sobre a história de suas mazelas. Neste sentido, o levantamento e mediação de dados contribui para o fortalecimento da cidadania, consciência negra, política, de classe e, consequentemente, valorização da democracia.

Nas próximas seções serão apresentadas: a fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Práticas leitoras e educativas tendem a ser importantes elos profissionais e científicos entre a Biblioteconomia e Pedagogia. No Brasil, a Biblioteconomia é disciplina pertencente à subárea Ciência da Informação, que por sua vez está integrada à grande área Ciências Sociais Aplicadas. Nesse sentido, as técnicas e estudos que envolvam a gestão, organização, tratamento, recuperação, mediação e uso da informação e do conhecimento permeiam os diferentes eixos de

atuação de bibliotecários/as. Lindeman, Spudeit e Corrêa (2016, p. 709) destacam que

> (...) é comum encontrar textos onde o papel social do bibliotecário é debatido para além de suas atividades enquanto organizador e disseminador da informação. A partir dessa atuação profissional, verifica-se a existência de um viés educativo bastante forte em seu papel social, especialmente através do trabalho realizado em Bibliotecas Públicas e Escolares.

O trabalho de viés educativo realizado em bibliotecas públicas, escolares e de outros tipos pode ser adaptado para diferentes contextos de atuação social de profissionais bibliotecários, incluindo situações de levantamento de informações e processos formativos no âmbito dos movimentos sociais. E para que isto seja possível, a atuação em parceria com educadores e líderes comunitários é fundamental, pois a conjuntura política, especificidades do território e de suas instituições é que indicarão a natureza das informações demandadas para mediação.

A território de Heliópolis dispõe de uma biblioteca comunitária, mas também usufrui de uma biblioteca pública que fica nas extremidades do bairro, o que torna possível a atuação dos profissionais dessas bibliotecas junto à comunidade. Porém, principalmente no que tange aspectos quantitativos e qualitativos, a atuação bibliotecária no Movimento Negro ocorre de forma voluntária. E no que tange aos objetivos deste capítulo, torna-se plausível destacar que

> (...) não há como negar que, em todas as estatísticas oficiais, o negro sempre é o representado nos dados negativos. A biblioteca,

> para essa parcela da população, precisa se tornar mais que um mero depósito de informações organizado. A biblioteca é um instrumento de luta e empoderamento da população e precisa ser lugar de afirmação das culturas de todos os povos/etnias para sua autoafirmação (...), a biblioteca é uma das ferramentas da educação e pode se colocar ao lado do usuário, dando-lhe mais que informação organizada. Também deve se considerar que não é uma obrigação exclusiva da Biblioteconomia ou uma missão redentora ao PI tornar as unidades de informação diversas em termos étnicorraciais. Há outros agentes da leitura e da informação que podem e devem agir para diminuir as deformidades deste acesso. A biblioteca tem potencialidades que ainda não foram usadas por desconhecimento ou inércia. A informação é o elemento que faz com que as pessoas recuperem a autoestima, enriqueçam-se com a história de seus antepassados e se empoderem. (SPUDEIT; MORAES, 2018, p. 125-126)

Muitas das potencialidades das bibliotecas, bibliotecários/as e agentes de leitura e da informação podem ser exploradas a partir do diálogo e parceria com profissionais da Educação, incluindo os educadores sociais e militantes, pois, como afirmou Freire (1993), "a educação é um ato político".

E é na necessidade de consultar informações estatísticas no âmbito das ações do movimento negro que, conceitos e práticas bibliotecárias, em conjunto com métodos educativos e interdisciplinares, compuseram o processo de levantamento e mediação de dados para tentar explicitar, didática e objetivamente, os

impactos da pandemia na vida da população negra. Assim, as próximas seções de fundamentação teórica, tratarão do imbricamento teórico entre Educação, Biblioteconomia e breve contextualização da população negra da pandemia.

2.1 EDUCAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA: LETRAMENTO INFORMACIONAL

A obra de Paulo Freire, patrono da educação brasileira, é uma das mais citadas no mundo e traz, dentre tantas abordagens, importantes reflexões sobre as relações entre a leitura, escrita, educação, política e, por vezes, cita a importância das bibliotecas para o apoio aos processos de ensino-aprendizagem.

Paulo Freire faz uma reflexão sobre a armadilha ideológica que é confundir a figura da professora com a figura de tia, muitas vezes atribuindo o laço afetivo familiar à relação professora e alunos em detrimento de "algo fundamental ao professor: sua responsabilidade profissional de que faz a exigência política para sua formação permanente" (FREIRE, 1997, p. 9), onde apreende-se a relevância da cientificidade atrelada às práticas de ensino-aprendizagem, bem como a luta por direitos a melhores condições de trabalho e renda. De modo similar, pode-se dizer que também existem armadilhas político-ideológicas que distanciam as bibliotecas das escolas, como indiciado por Silva (2003). Pois o desconhecimento social das práticas bibliotecárias com relação à educação é um dos fatores para que a maioria das escolas brasileiras não disponham de bibliotecas escolares, muitas vezes tendo de recorrer às bibliotecas públicas que, em muitos casos, também não dispõem dos investimentos estatais necessários para desenvolvimento de coleções que atendam especificidades territoriais, de contratação de recursos humanos, de infraestrutura e outras demandas. Porém, ao se tratar das bibliotecas comunitárias e outros setores sociais que demandam da atuação bibliotecária

especializada, mesmo sem terem essa consciência claramente, a situação de aproximação à Biblioteconomia é ainda mais delicada.

Freire (1997) trata também da importância de não se perder o "endereço da história" para superação das razões das distorções políticas a que pessoas são levadas a crer. Para ele, não é possível superar essas razões "trabalhando apenas os obstáculos no processo de conhecer mais criticamente dados objetivos da realidade" (FREIRE, 1993, p.15), mas que também é preciso trabalhar as diferenças entre sonhos individuais e coletivos. Nesse sentido, a contextualização de dados estatísticos aos seus respectivos contextos históricos é tarefa fundamental a ser considerada no âmbito da mediação feita por bibliotecários e educadores. E uma contextualização no âmbito da educação, de acordo com Freire (1989), deve partir da realidade e expectativas, bem como da leitura de mundo dos indivíduos em formação contínua. Nisso, pode-se perceber a relação com os sonhos enquanto desejos de satisfação humanas, muitas vezes mantidos em condições precárias de vida e subsistência, mas, por outras, abandonados e desacreditados por desilusões políticas e socioeconômicas. Desilusões estas que são fomentadas, entre outros fatores, pelas defasagens de escrita e leitura que culminam em obstáculos diversos para interpretação da realidade, - o que, em muitos casos, leva cidadãos a não perceberem que a democracia é fundamental para o desenvolvimento de ações que transformem dessa mesma realidade.

Freire (1997) ainda aponta a importância da autonomia para a elaboração de conteúdos e materiais didáticos por parte dos professores e professoras, o que evidencia também a importância da cientificidade nos processos de educação formal. Diante desse apontamento, Freire (1997) destaca que todo processo político e pedagógico, por mais que não se queria admiti-lo, carrega ideologia. Posto que ideologia pode ser definida basicamente como um conjunto

de ideias, ações, percepções culturais, costumes, e certezas individuais ou coletivas que se manifestam em diferentes contextos históricos[26].

A importância da cientificidade no âmbito dos processos educativos está atrelada ao conceito de letramento informacional[27], que surgiu no Estados Unidos na segunda metade do século XX, mediante a atuação de bibliotecários/as em bibliotecas escolares e de ampliação e criação do serviço de referência da informação em bibliotecas públicas (CAMPELLO, 2009). "Letramento informacional é a habilidade de acessar, avaliar e usar informação a partir de uma variedade de fontes" (CAMPELLO, 2009, p.36) e, para tanto, a fala e realidade do educando e educador precisam ser sempre consideradas (MORAES, VALADARES, AMORIM, 2013).

De acordo com Vitorino e Piantola (2011), a competência informacional (ou letramento informacional) possui quatro dimensões, a saber: a dimensão técnica, estética, ética e política. Conforme essas autoras, a primeira dimensão se constitui nas habilidades adquiridas para encontrar, avaliar e usar a informação de que precisamos"; a segunda à "capacidade de compreender, relacionar, ordenar, configurar e ressignificar a informação"; a dimensão ética abarca a aptidão ao "uso responsável da informação"; enquanto a dimensão política relaciona-se ao exercício da cidadania e, entre outros aspectos, à "participação dos indivíduos nas decisões e nas transformações referentes à vida social" (VITORINO, PIANTOLA, 2011, p. 109). Diante dessas quatro dimensões que conferem competência informacional às pessoas, a função educativa e mediadora de bibliotecários/as, em parceira com educadores/as e outros profissionais torna-se imprescindível para despertar senso crítico e curiosidade com relação aos dados e informações que

[26] https://www.dicio.com.br/ideologia/

[27] O conceito de letramento informacional também pode ser representado por meio dos termos *information literacy*, competência informacional, entre outros.

representam ou distorcem a realidade, que por sua vez é suscetível de transformações por parte de seus atores oprimidos ou não.

2.2 MEDIAÇÃO DE DADOS: LEVANTAMENTO, INTENÇÕES E A POPULAÇÃO NEGRA NA PANDEMIA

A mediação da informação pode ser compreendia como ação de mediar informação a quem necessite dela, sendo que

> A mediação da informação não é passiva, é uma ação de interferência, acompanha todo o fazer do bibliotecário, ainda que indireta e inconscientemente. Ela não é neutra, não pode ser imparcial, o bibliotecário deve assumir seu papel e não simplesmente esperar que os usuários busquem a informação somente ao se depararem com uma necessidade informacional. Entende-se que mediação da informação está diretamente ligada às ações implícitas e explícitas, voltadas para o usuário, e que a mesma é fundamental nas práticas do profissional da informação. O caráter da mediação depende não somente das ações realizadas pelos bibliotecários, como também da presença imediata/física ou não dos usuários (ALMEIDA JÚNIOR; SANTOS NETO, 2014, p. 101-102).

Desta forma, também se cumpre a função educativa dos bibliotecários, visto que educadores/as também mediam a informações nos contextos de ensino-aprendizagem, enquanto bibliotecários/as primeiramente objetivam facilitar todo o processo

que culmina no uso da informação pelo usuário, no que se inclui tanto a organização quanto a mediação da informação para condicionar a apropriação e aquisição de novos conhecimentos.

Barreto (2002), ao ilustrar uma pirâmide de fluxos e estoques relacionada à condição da informação, apresenta a informação como estoque proveniente do estoque de ideias, fatos e sensibilidade, servindo de base para os fluxos de conhecimento, inteligência e formação do estoque de saber. Enquanto Semidão (2014) aborda o conceito de informação em relação a dados e conhecimento, indicando que dados consistem em coisas dadas, concedidas ou supostas como fatos, servindo de base para raciocínio ou cálculo a partir dos quais podem ser elaboradas inferências. Nesse sentido, compreende-se que a informação pode ser composta por dados e que estes dados devem estar contextualizados para gerarem informações de fato. Por isso, então, a mediação de dados, assim como a de informações, é fundamental para a construção de inferências que objetivem a intepretação dos contextos aos quais esses dados se referem, apoiando assim as tomadas de decisão individuais ou coletivas.

As tomadas de decisões fundamentadas na análise e mediação de dados, podem ser, por exemplo, com relação aos formatos e performances de apresentação de conteúdo, captação de recursos, incentivo à criação e promoção de políticas públicas e investimentos diversos.

No entanto, deve-se considerar as competências de letramento informacional que, antes de serem ensinadas a educandos e usuários de informação, devem perpassar a formação contínua de bibliotecários/as e educadores/as. Assim, torna-se fundamental saber buscar, acessar, selecionar, avaliar e utilizar as fontes de levantamento de dados e informações vigentes. Porque as tomadas de decisão dependerão da qualidade técnica, estética, ética e política dessas fontes.

Para Freire (1997), num de seus apontamentos sobre a relação entre biblioteca e educação, afirma que

> Poder consultar todo esse material [instrumentos indispensáveis a nossa leitura] é um direito que tem alunos e professoras a que corresponde o dever das escolas de fazer-lhes possível a consulta, equipando ou criando suas bibliotecas, com horários realistas de estudo. Reivindicar esse material é um direito e um dever de professoras estudantes. (FREIRE, 1997, p. 24).

Do mesmo modo, esse direito, embora explicitada à comunidade escolar, também se estende à comunidade não escolar, cujas práticas de leitura e escrita nunca estiveram tão cotidianas como no acesso às redes sociais. No entanto, as fontes de informação presentes nas redes sociais digitais, nem sempre passam pelo crivo individual e coletivo das quatro dimensões que conferem letramento informacional.

Assim, dentre uma das relações entre o trabalho de profissionais da informação e educação popular, Freire (1989) defendeu a ideia de um trabalho a ser desenvolvido por bibliotecários, documentalistas e áreas relacionadas em prol do levantamento e registro da história de comunidades populares, com o intuito de preservação da memória coletiva compartilhada oralmente, destacando que os grupos populares tendem a ser historicamente subjugados pelos opressores.

No caso dos conceitos e técnicas bibliotecárias e educativas que contribuíram para o levantamento e mediação de dados, que evidenciem os impactos da pandemia na vida da população negra, compreende-se que os bibliotecários e educadores, por questões qualitativas e quantitativas, nem sempre dispõem de recursos, embora

por vezes desejem, para coletar os dados. Então, o levantamento de dados estatísticos ou não, se pautou na identificação em fontes que já haviam trabalhado com a coleta e configuração dos dados utilizados para mediação.

2.2.1 Intenções de análise dados para mediação

Um dos campos de atuação da Biblioteconomia e Ciência da Informação é a Bibliometria que, por meio de técnicas quantitativas, analisa e constrói indicadores sobre a produção, dinâmica e evolução da informação científica (RIBEIRO, 2017). Para tanto, diferentes técnicas e ferramentas de análise de dados são empregadas (PRADHAN, 2016). Assim, pode-se pensar as práticas de análise de dados da Bibliometria adaptadas para o contexto de análise de dados sociais, onde a intenção que se tem na análise dos dados, diz muito sobre a forma de apresentação e mediação dos mesmos. Nesse sentido, as ferramentas e modo de visualização de dados bibliométricos poderão estar de acordo intenções e objetivos específicos pretendidos, tais como: destacar mais a produção científica e/ou tecnológica de determinada instituição. Do mesmo sentido, porém de maneira muito mais simples do que uma análise bibliométrica, as técnicas bibliotecárias e educativas destacadas neste capítulo estavam sob a intenção de explicitar, didática e objetivamente, os impactos da pandemia na vida da população negra.

2.2.2 População negra na pandemia

A população periférica brasileira, historicamente e em sua maioria, é composta por moradores negros de diferentes tonalidades e, no caso do município de São Paulo não é diferente. Um levantamento apresentado no ano de 2015, pela Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial, mostra que quanto maior a

porcentagem de negros que moram em determinada região da cidade, menor é renda média domiciliar da mesma região. A exemplo disso, os dados indicam que a subprefeitura de Pinheiros, a mais branca da cidade, detinha renda domiciliar de R$17.045,25, enquanto que na subprefeitura de Parelheiros, o bairro habitado por maior número de negros, a renda familiar era de R$ 1.973,84. Logo, indiciam-se as consequências geradas por essa disparidade socioeconômica que, dentre as barreiras relacionadas a mobilidade urbana, condicionam a desigualdade de acesso à diversos recursos de subsistência (SANTIAGO, 2015; GOMES; MARLI, 2018).

Durante a pandemia do novo coronavírus, a desigualdade social foi ampliada, em decorrência do desemprego e outras consequências da necessidade de isolamento social, agravando a vulnerabilidade da população negra, de mulheres, crianças e idosos das classes mais baixas de diferentes partes do mundo, com destaque midiático para Estados Unidos e Brasil (ROSE, 2020; CALDWELL; ARAÚJO, 2020). Esse fato se deveu principalmente porque a maior parte dessa população, no caso do Brasil, sempre entregue à própria sorte desde abolição da escravatura legal brasileira, no ano de 1888, também não pode contar com políticas públicas efetivas de proteção social durante a pandemia. Mas, também, a escassez de estratégias eficazes de enfrentamento e contenção aos contágios pelo novo coronavírus também agravaram a situação. Caldwell e Araújo (2020, tradução nossa) apontam que a "covid-19 é mais mortal para os negros brasileiros, um legado de racismo estrutural que remonta à escravidão". Além da COVID-19, "doenças evitáveis e crônicas também afetam mais a população negra" (PECHIM, 2020).

Oliveira *et al.* (2020), com base em dados específicos levantados, que destacam

> (...) a magnitude da queda de internações e óbitos em brancos e o aumento em negros, [em poucas semanas no início da pandemia] o que indica o percurso trilhado pelas desigualdades raciais, mostrando a manutenção do enredo político-social racializado no qual vidas negras estão submetidas. (OLIVEIRA et al., 2020, p. 8-9).

E apesar de tantos estudos e pesquisas realizados e divulgados, durante o trabalho de conscientização sobre a situação no povo negro no Brasil, antes e durante a pandemia da COVID-19, muitos moradores negros da periferia ou não, não compreendem e/ou se recusam a perceber a relação do racismo com a precariedade e óbitos de seres humanos negros/as em diversos contextos nacionais. Muitas pessoas, por serem pardas ou negras de pele clara, não veem suas trajetórias ligadas às heranças da escravidão. E negras e negros retintos muitas vezes desconhecem essa relação histórica entre escravidão e desigualdade social no Brasil[28]. Em muitos contextos, o mito da democracia racial encobre as causas do genocídio do negro brasileiro (NASCIMENTO, 2016).

3 METODOLOGIA

A pesquisa se configurou como exploratória e documental de natureza aplicada (SEVERINO, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009), pois objetivou identificar conceitos e práticas por meio da literatura científica, artigos institucionais e posterior aplicação no apoio colaborativo ao levantamento de dados e mediação dos mesmos.

[28] Por isso a importância de leis com a Lei 11.465/08 inclui, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Os procedimentos e métodos utilizados para identificar as técnicas bibliotecárias e educativas, relacionadas ao levantamento e mediação de dados, estiveram de acordo com as seguintes atividades: participação nas reuniões de planejamento; levantamento de literatura científica sobre, dados da população negra, e conceitos relacionados aos processos levantamento e mediação de dados na área de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação a partir de buscas no Google Acadêmico[29], BRAPCI[30](Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), acervos das bibliotecas do território e particulares; seleção de conceitos e práticas bibliotecárias e educativas que apoiassem a atividade demandada ao movimento negro; estudos, discussões e trocas coletivas sobre as fontes e instituições a serem selecionadas para o levantamento dos dados; levantamento e seleção dos dados estatísticos sobre a população negra e periférica por meio da busca no site e catálogo online da Biblioteca Central IBGE[31] (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) , Observatório de Olho da Quebrada[32] e sites de instituições que pesquisam e/ou escrevam sobre a população negra; ordenação e configuração dos dados para apresentação online por meio de arquivo de slides em *Power Point* exibido no *Google Meet*; apresentação e mediação dos dados dispostos numa linha do tempo interativa exibida em extensão *.pptx* , e integrada à leitura de texto literário intitulado "o mar" de autoria de uma das coordenadoras do Movimento Negro da UNAS Heliópolis e Região, Patty Souza (2020). Cada ano da linha do tempo era representado pela figura de um barquinho no mar, e na figura de cada barco estavam escritas palavras-chave para desencadear a mediação dos dados referentes a determinado ano.

[29] https://scholar.google.com.br/?hl=pt
[30] https://www.brapci.inf.br/
[31] https://biblioteca.ibge.gov.br/
[32] https://linktr.ee/dolhonaquebrada

As principais estratégias de busca definidas para o levantamento de dados sobre a população negra, a partir do ano de 2016 até o contexto pandêmico no início do ano de 2021, foram: impeachment 2016, população negras AND impeachment 2016; consequências AND impeachment 2016; golpe AND impeachment 2016; população negra AND pandemia; população negra AND pandemia AND COVID-19 AND coronavírus; óbitos AND COVID-19 AND coronavírus; dados estatísticos AND população negra AND pandemia; vacina AND covid-19; vulnerabilidade AND população negra; pandemia AND periferia; pandemia AND emprego; mulheres negras AND emprego; mulheres AND renda.

E as estratégias de busca utilizadas para a busca de conceitos e práticas bibliotecárias e educativas interdisciplinares foram: letramento informacional OR competência informacional OR Biblioteconomia OR Ciência da Informação; mediação de informações OR mediação de dados OR levantamento de dados; levantamento de dados OR levantamento bibliográfico; gestão da informação OR gestão do conhecimento; educação popular OR Paulo Freire.

O idioma considerado para todas as buscas foi português brasileiro. Contudo, algumas fontes nacionais apontaram para algumas fontes internacionais que foram aproveitadas para a pesquisa.

Os sites para consulta foram selecionados a partir de leituras prévias e buscas simples realizadas no Google Notícias ou geral a partir da utilização de técnicas de checagem de *fake News* – tais como: verificação de autoria, conferência de informações por meio de consulta a portais de *factchecking* e constatação de credibilidade da instituição responsável pela publicação das notícias ou recursos informacionais.

Durante as discussões e levantamento dos dados, percebeu-se que era preciso ampliar o recorte temporal de análise, pois foi preciso tentar explicitar como esses dados poderiam ter relação com os

desmontes fortemente empreendidos a partir de abril do ano de dois mil e dezesseis. Deste modo, a linha do tempo elaborada para mediação dos dados partiu deste marco até abril de dois mil e vinte e um.

4 RESULTADOS

Os conceitos e técnicas bibliotecárias, educativas e interdisciplinares relacionados ao levantamento e mediação de dados estão dispostas no quadro 1, respectivamente relacionados às etapas de trabalho em que foram aplicados. A linha do tempo, construída para mediação recebeu o título "Onde vocês estava? ". Pois, conforme defendido pelas educadoras envolvidas no planeamento e execução – no que se inclui integrantes da coordenação do Movimento de Mulheres da UNAS –, a mediação também deveria condicionar a interação com o contexto histórico individual dos/as que prestigiariam a apresentação da linha do tempo. Desta forma, durante a mediação dos dados, a consciência coletiva sobre os impactos da pandemia seria despertada a partir de leitura de mundo de cada gestor/a e educador/a presente. A medida que eram apresentados alguns dos anos que precederam a segunda década do século XXI, as mediadoras perguntam aos presentes virtualmente: "onde você estava?", e as pessoas respondiam via *chat* do *Google Meet* ou por meio de abertura do microfone.

Quadro 1 – Conceitos e práticas bibliotecárias, educativas e interdisciplinares.

Conceitos e práticas	Definição	Autores	Etapa
Gestão da Informação	Processo de administração o estoque de informações disponíveis, visando acesso e uso de necessidades informacionais	Definição de acordo com a formação e práticas profissionais das autoras	Reuniões e levantamentos
Gestão do Conhecimento	Processo de captação, via observação de procedimentos e falas (registrados ou não) de colaboradores que detém saberes tácitos, mas que precisam ser reconhecidos, compartilhados e preservados em prol dos objetivos de determinado grupo ou organização	Definição de acordo com a formação e práticas profissionais das autoras	Reuniões e distribuição de tarefas
Levantamento bibliográfico	Processo de busca, identificação seleção, ordenação, configuração, apresentação e/ou entrega de referências bibliográficas em potencial. Este processo pode culminar na entrega das referências levantadas junto a documentos completos ou não.	Definição de acordo com a formação e práticas profissionais das autoras.	Pesquisa em bases de dados, catálogos OPAC [33]e acervos analógicos.

[33] *Online Public Acess Catalog* (em português, catálogo de acesso público on-line)

Letramento Informacional	"Letramento informacional é a habilidade de acessar, avaliar e usar informação a partir de uma variedade de fontes". Esta habilidade compreende as quatro dimensões de competência informacional: técnica, estética, ética e política.	Campello (2009, p. 36); Vitorino e Piantola (2011); Moraes, Valadares e Amorim (2013)	Planejamento, Concepção, elaboração e mediação da linha do tempo
Levantamento de dados	Processo de busca, identificação seleção, ordenação, configuração, apresentação e/ou entrega de dados de diferentes tipos, eixos temáticos e contextos de produção. Os dados levantados podem ser estatísticos ou não.	Definição de acordo com a formação e práticas profissionais das autoras	Pesquisa em bases de dados, sites institucionais ou em iniciativas de coleta de dados
Mediação de dados	Processo proativo entendido como ação de interferência não neutra que objetivam mediar conteúdos de dados a alguém. Este processo pode ocorrer de forma presencial ou remota.	Almeida Júnior e Santos Neto (2014);	Mediação da linha do tempo
Educação Popular	Processo de ensino-aprendizagem pedagógico e político que surge da necessidade de ensinar e facilitar a conscientização (de indivíduos pertencentes às classes oprimidas e discriminadas) sobre as origens históricas de mazelas sociais e condições de vida. Nesse sentido, por meio da Educação Popular, é possível desenvolver estratégias que favoreçam a transformação da realidade de um povo.	Definição de acordo com a formação e práticas profissionais das autoras; e Freire (1989)	Elaboração e Mediação da linha do tempo

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As decisões sobre as estratégias de busca, e fontes de informações e de dados a serem utilizadas, permearam a maior parte do processo de levantamento de dados, porque deste procedimento dependia a qualidade da mediação dos dados dispostos na linha do tempo. A mediação foi pautada principalmente na educação popular, pois deteve caráter formativo e político. Nesse sentido, as dimensões técnicas e políticas do letramento informacional foram fundamentais para o trabalho colaborativo e democrático realizado.

Os resultados mostram que é possível pensar em diferentes pesquisas e parcerias profissionais e sociais entre bibliotecários/as, educadores/as e outros agentes no contexto de levantamento e mediação de dados em prol de apresentações que objetivem conscientização sociopolítica e compartilhamento democrático de saberes.

O conceito e design escolhido para a linha do tempo mediada estão diretamente relacionados à dimensão estética do letramento informacional. Por isto, detecta-se a importância subjetiva de preparo e acesso aos dados e informações mediadas.

A dimensão ética do letramento informacional está, também, em todo o processo de seleção e avaliação dos dados que foram mediados, pois tange a responsabilidade na seleção, uso e compartilhamento dos dados levantados.

O conceito de letramento informacional utilizado neste trabalho perpassa todo o processo de concepção, construção e mediação da linha do tempo, abrangendo o levantamento e mediação de dados do início ao fim – inclusive nas manifestações interpretativas dos participantes que interagiam durante a mediação da linha do tempo. Portanto, o conceito de letramento informacional, pode estar relacionado a práticas educativas em contexto escolar e não escolar.

Para a maioria dos participantes da atividade – em análise ao *feedback* recebido instantaneamente durante a mediação dos dados no decorrer do Fórum de Gestores –, fez sentido a relação histórico-política, construída a partir dos anos precedentes ao surgimento no novo coronavírus. Pois, durante a pandemia, são diversos e descasos públicos e privados que atingem fortemente a população de classes sociais mais baixas, em sua maioria composta por pessoas negras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos da pesquisa foram atendidos. Alguns conceitos, embora constantes na literatura, foram exclusivamente definidos a partir da prática profissional das autoras, haja vista que o objetivo da pesquisa apresentada foi: destacar conceitos e práticas bibliotecárias que, em conjunto com práticas educativas e interdisciplinares, puderam ser aproveitadas para levantar e mediar dados referentes ao impacto da pandemia na vida da população negra. E, no que tange as concepções de Educação Popular, as definições dos conceitos destacados no quadro 1 procuraram não dicotomizar teoria e prática, de modo a mesclá-los com a dinâmica da demanda do levantamento e mediação dos dados no âmbito do Fórum de Gestores.

Embora o objetivo da pesquisa apresentada neste capítulo, não fosse apresentar os dados que apontam os impactos da pandemia na vida da população negra, estes foram percebidos diante do aumento de: desemprego, insegurança alimentar, riscos à saúde mental, saúde física, óbitos por COVID-1 e outras enfermidades, dificuldade de acesso à moradia, dificuldade acesso à internet e educação remota de qualidade e outros agraves.

Doravante, é preciso considerar que políticas públicas de mitigação dos impactos socioeconômicos da pandemia, investimentos

em empreendedorismo social, em políticas de segurança alimentar, em garantia de emprego e renda, em educação e bibliotecas de qualidade, entre outras, sejam desenvolvidas e garantidas a partir de dados consistentes – e que a mediação interdisciplinar destes insumos de informação se torne cada vez mais comum no âmbito do trabalho de base, para que, mais do que consumidores e mão de obra qualificada, possamos formar cada vez mais cidadãos aptos a se apropriarem da democracia. Nesse sentido, estudos que envolvam a parceria entre bibliotecários/as, professores/as, educadores/as e movimentos sociais tem muito a contribuir com os processos de apropriação de informações, enquanto dados devidamente contextualizados (levantados e mediados) que corroborem com a preservação da memória local e nacional.

Contudo, cortes de orçamento para realização do Censo 2021, por exemplo, afetarão profundamente as ações governamentais pós-pandemia (SEM, 2021). Assim, deve-se valorizar cada vez mais iniciativas como o Observatório de Olho da Quebrada[34], coordenado pela UNAS Heliópolis e Região, que, por meio do trabalho realizado por jovens pesquisadores/as, visa, de forma proativa e sistematizada combater as divergências na representação de Heliópolis diante da mídia e estatísticas oficiais.

O Movimento Negro da UNAS, por meio de sua atuação interdisciplinar, segue na luta, em colaboração e articulação política por uma sociedade cada vez mais justa a todos. Até porque a luta pela qual Zumbi dos Palmares morreu, em 20 de novembro de 1695, ainda não acabou.

[34] Observatório de Olho da Quebrada disponível pelo link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe-9dNbOBvsY4SQa5HMjS-wwkENemEKtKYtpM_jCmVAi_Vxqw/viewform

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a Organização do Conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio./ago., 2014.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

CALDWELL, Kia Lilly; ARAÚJO, Edna Maria de. COVID-19 is deadlier for black Brazilians, a legacy of structural racism that dates back to slavery. **The Conversation**. 2020. Disponível em:

https://theconversation.com/covid-19-is-deadlier-for-black-brazilians-a-legacy-of-structural-racism-that-dates-back-to-slavery-139430. Acesso em: 12 ago. 2021

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional:** função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79 p. (Biblioteca escolar).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 4). São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. 4. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1997. 127 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. IBGE mostra as cores da desigualdade. **Agência IBGE Notícias**. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade. Acesso em 15 ago. 2021

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf. Acesso em: 02 set. 2021

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 22, p. 707-723, ago./nov., 2016.

MORAES, Fabiano; VALADARES, Eduardo; AMORIM, Marcela Mendonça. **Alfabetizar letrando na biblioteca escolar**. São Paulo (SP): Cortez, 2013. 175 p. (Biblioteca básica de alfabetização e letramento).

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NISIDA, Vitor; FAUSTINO, Deivison; KAYANO, Jorge; LUIZ, Olinda; KLINTOWITZ, Danielle; CAVALCANTE, Lara. Vacina contra covid-19 na cidade de São Paulo: uma proposta de abordagem territorial. **Opera Mundi**. 2021. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/coronavirus/68565/vacina-contra-covid-19-na-cidade-de-sao-paulo-uma-proposta-de-abordagem-territorial. Acesso em: 20 ago. 2021

OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CUNHA, Ana Paula da; GADELHA, Ana Giselle dos Santos; CARPIO, Christiane Goulart; OLIVEIRA, Rachel Barros de; CÔRREA, Roseane Maria. Racial inequalities and death on the horizon: COVID-19 and structural racism. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 9, 2020.

PECHIM, Lethicia. Negros morrem mais pela covid-19. Faculdade de Medicina UFMG. 2020. Disponível em: https://www.medicina.ufmg.br/negros-morrem-mais-pela-covid-19/. Acesso em: 19 ago. 2021.

PRADHAN, Pallab. Science mapping and visualization tools used in Bibliometric & scientometric studies: an overview. **INFLIBNET**, v. 23, n. 4, p. 19-33, oct./dec. 2016.

RIBEIRO, Henrique César Melo. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. **Biblios**, n. 69, p1-20, 2017.

ROSE, Sarah A. Research roundup: how COVID-19 impacts african americans. **American Psychological Association**. 2020. Disponível em: https://www.apaservices.org/practice/ce/expert/covid-19-african-americans. Acesso em: 11 ago. 2021

SANTIAGO, Tatiana. Levantamento mostra distribuição da população negra em São Paulo. **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades** (CEERT). Disponível em: https://www.ceert.org.br/noticias/dados-estatisticas/9503/levantamento-mostra-distribuicao-da-populacao-negra-em-sao-paulo. Acesso em: 10 de ago. de 2021;

SEMIDÃO, R. A. M. Dados, informação e conhecimento: elementos de análise conceitual**. DataGramaZero**, v. 14, n. 4, 2013.

SEM o Censo em 2021, ações governamentais pós-pandemia serão afetadas, alerta IBGE. Portal G1. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/23/sem-o-censo-em-2021-acoes-governamentais-pos-pandemia-serao-afetadas-alerta-ibge.ghtml. Aceso em: 20 ago. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortês Editora, 2009.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 119 p. (Questões da nossa época, 45).

SOUZA, Patricia Aparecida Cândido de. **O mar**. 2020.

SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle de (ORGs). **Biblioteconomia Social:** epistemologia transgressora para o século XXI. (Coleção Estudos ABECIN; 07). São Paulo: ABECIN, 2018.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 1, p.-99-110, jan./abr., 2011.

VIVA LA SWAN QUEEN!: O PAPEL DO FANDOM NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS E PRODUÇÕES CULTURAIS SÁFICAS

Nayamillet Gonçalves Ribeiro
Lueci da Silva Silveira
Eráclito Pereira

1 ERA UMA VEZ, EM UM REINO TÃO DISTANTE[35]

Como resultado de múltiplos processos de desenvolvimento social e tecnológico, tem-se hoje uma variedade imensurável de mídias correntes, popularizadas nos mais variados formatos e disseminadas aos diferentes grupos sociais pelo mundo virtual. Seus modos de produção, as ferramentas utilizadas, formas de acesso e a velocidade em que se espalham estão sendo transformadas em conjunto com as mudanças comportamentais humanas manifestadas pela cultura digital.

Dentre os nichos e comunidades encontradas atualmente na *web*, é comum a aproximação de indivíduos com a intenção de debaterem produtos midiáticos e artísticos de suas preferências. Tais grupos, atraídos por produções da cultura popular ou erudita, unidos por interesses políticos ou esportivos, dentre outros, estabelecem uma dinâmica comunicacional e, como resultado, criam elos entre as/os/es participantes a partir de uma identificação pessoal ou ideológica. Dessa integração surgem práticas informacionais presentes em

[35] Este capítulo utiliza linguagem neutra, conforme desejo das pessoas autoras.

determinados contextos, cujas expressões são particulares àquele(s) grupo(s).

Das diversas subculturas presentes em nossa sociedade, as comunidades de fãs, *fandoms* ou *fanbases* como são popularmente conhecidas, têm em evidência a produção e consumo de conteúdos artísticos denominados *fanworks*. Caracterizam enquanto *fanworks* as produções artísticas e intelectuais de aficionadas/os/es de obras previamente produzidas, lançadas e reconhecidas pelo seu público. Tais produções se integram em mídias distintas como textos, áudios, vídeos, GIFs, imagens e outros. Para Rachael Sabotini (1999) essas produções são consideradas como peças centrais dos *fandoms*.

Essas produções fortalecem um sentido de pertencimento de determinados grupos sociais que embora estejam geograficamente distantes e limitados, se unificam a partir de um universo informacional e criativo, que Maingueneau (2008) conceitua enquanto comunidade discursiva, no qual se:

> [...] designa os grupos que existem somente pela e na enunciação dos textos que eles produzem e fazem circular: há a imbricação de uma certa configuração textual e do modo de existência de um conjunto definido de indivíduos. (MAINGUENEAU, 2008, p. 142).

Segundo o autor, o fenômeno oportuniza a criação de novos discursos e sua legitimação por parte da(s) comunidades(s) que os incorporam e disseminam. Para esses grupos cuja organização gira em torno de produções discursivas como *fanfictions* (ficção de fã, em tradução livre), por exemplo, normas e estilos de vidas são compartilhados pelos membros, assentando uma relação sobre aquilo que em suas relações interpessoais lhes é caro.

Tendo em vista a escassez apresentada pelo cenário popular ocidental no que tange a representação de diversidade de gêneros, sexualidades, etnias ou crenças, observa-se que a pluralidade cultural existente nos continentes é deliberadamente ignorada ou pintada em outras cores ao serem retratadas em produções culturais.

Appadurai (2009), ao estudar sobre o étnico-nacionalismo e etnocídio teoriza que o *status* de maioria e minorias sociais são recentes, sendo concebidas somente há alguns séculos na história. Esses espaços estão atrelados a ideias sobre nação, população, representação e enumeração.

O autor constata que devido à velocidade e intensidade de circulação de elementos ideológicos em fronteiras nacionais surge uma nova ordem de incerteza na vida da sociedade. Essa incerteza é fomentada por aparelhos estatais e midiáticos em diferentes contextos nacionais e regionais, mas que compartilham entre si a fundamentação baseada em medo e ódio para campanhas de violências.

As múltiplas manifestações étnicas e as interações entre elas geram questionamentos sobre quem se integra na categoria "nós" e quem está entre "eles". O resultado disso é violências simbólicas ou reais, golpeando indivíduos ou grupos com base em marcadores identitários.

Diante ao contexto brasileiro, Silvio Almeida (2019) observa a urgência de uma atuação política que organize a retomada dos espaços sociais por grupos socialmente discriminados, o que em suas análises resultará em laços sociais mais fortes, contrastando com a presente nação que se mostra carecida em ressignificação de espaços, e minimizando isolamentos e ações discriminatórias numa perspectiva de valorização da pluralidade e redistribuição econômica.

Enquanto isso não ocorre, uma das saídas encontradas por adolescentes, jovens e adultos do mundo inteiro, insatisfeitas/os/es

com a falta de representatividade em obras literárias, televisivas e cinematográficas vem a ser a produção e consumo independente de *fanworks*. Dentro dessa categoria se destaca a atividade de produção e consumo literário de *fanfics*, abreviatura em inglês para "*fanfiction*". Para Vargas (2005), o conceito de *fanfiction* pode ser definido como:

> [...] uma história escrita por um fã, envolvendo cenários, personagens e tramas previamente desenvolvidos no original, sem que exista nenhum intuito de quebra de direitos autorais e de lucros envolvidos nessa prática. Os autores de *fanfiction* dedicam seu tempo a escrevê-las em virtude de terem desenvolvido laços afetivos fortes com o original (VARGAS, 2005, p. 21).

Com origens que remontam à década de 1960, as *fanfics* transcendem fronteiras geográficas e culturais a partir da internet. Tais trabalhos se encontram cada vez mais popularizados e protegidos por organizações e seus consumidores, tendo capturado o olhar de estudiosos acadêmicos e corporações após enfrentarem décadas de desconsideração. Através de sua cultura econômica de oferta (*gift economy*), uma das formas de gerenciamento estabelecidas por fãs, tem se preservado e mantido vivas as tradições de cada universo de fãs, sem enfrentar um sequestro iminente por parte do sistema capitalista.

Pensando em uma comunidade expressiva, porém ainda pouco estudada dentro do campo acadêmico, optamos por apresentar os resultados da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) *Viva La Swan Queen!: a atuação do fandom na formação do sujeito e fanfics como prática cultural* (RIBEIRO, 2021) que estuda a cultura de fã através das experiências e criações da *fanbase* de *Swan Queen* (SQ) e suas/seus/sues autodenominada/os/es fãs, *Swens*. O referido trabalho estabelece como problema de pesquisa de que forma integrantes

LGBTQIA+[36] da comunidade, com enfoque em pessoas sáficas[37] utilizam das tipologias de escrita para a construção de sua identidade social.

A *fanbase* em questão recebe sua alcunha em referência à união/relacionamento (*pairing*) das personagens fictícias Emma **Swan** (Jennifer Morrison) e ex-*Evil* ***Queen*** (Rainha Má), Regina Mills (Lana Parrilla), do programa televisivo *Once Upon a Time* (2011-2018). O seriado, concluído em sua sétima temporada, tinha a premissa de adaptação de diversos contos de fadas clássicos para uma recontagem moderna, ambientando personagens como Branca de Neve, Chapeuzinho Vermelho e Rumpelstiltskin no "mundo real" após uma maldição ser lançada por Regina, a Rainha Má, fazendo com que todos os habitantes da Floresta Encantada fossem tele transportados e tivessem suas memórias abstraídas.

O casal em questão, no entanto, não se tornou oficial (*canon*) dentro do programa, apesar das incontáveis mobilizações realizadas por fãs e anos de subtextos, provocações e promessas realizadas e não cumpridas pela equipe diretiva. Fãs apontam a *Swan Queen* como um dos diversos casos de *queerbait* midiático e, descontentes com os desdobramentos da história, tomaram para suas responsabilidades a reescrita das personagens através de *fanfics*, *fanarts* e metanarrativas e, concomitantemente, a tarefa de auto representação sáfica.

Fãs também salientam as problemáticas raciais contidas na série no que se trata da falta de/má representação de pessoas não brancas

[36] Acrônimo referente à comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) com a adição de identidades Queer, Intersexuais, Assexuais e outras.

[37] Identidades femininas de gênero (sejam cisgênero, transgênero ou *genderqueer*) que se envolvem afetivamente e/ou sexualmente com pessoas alinhadas a esses espectros. O termo serve como um guarda-chuva para sexualidades como lésbicas, bissexuais, pansexuais, dentre outras.

e/ou latinas. Durante o ano de curso do programa, fãs protestaram diretamente aos diretores e escritores do programa, assim como membres do elenco através de redes sociais, pelo direito de se verem representades e de serem ouvides.

Vendo seus esforços serem ignorados, muites deixaram de consumir o produto midiático de origem e passaram a criar e consumir somente obras autárquicas produzidas por outros fãs, espaço onde questões de sexualidades e afetividades não hetenormativas ganhavam força e espaço para serem manifestadas e valorizadas. Nesses espaços comunitários de fã as organizações e estruturas são diferenciadas das apresentadas pela sociedade contemporânea externa, porém isso não significa que participantes sejam exímies da reprodução e ativo empenho em manifestações violentas e racistas contra outres fãs e personagens.

Espaços de fãs LGBTQIA+, por exemplo, são capazes de ofertarem afetos, debates promovendo maior visibilidade na luta contra LGBQIAfobia dentre outras pautas sociais, mas também carecem de uma análise racializada, autocrítica, sincera e aberta que envolva pessoas brancas, visto que, embora participantes da comunidade, ainda possuem privilégios raciais que continuam influenciando em suas relações interpessoais e discursos.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa de TCC, a relação estabelecida entre público fã e texto (obra fonte *vs.* obras de fãs) e as formas como o texto tece a relação social entre integrantes. A pesquisa foi desenvolvida com metodologia de caráter qualitativo através de práticas netnográficas, e com aplicação de questionários como instrumento de pesquisa. A aplicação do instrumento se deu em dois momentos, sendo um o questionário piloto e, seguinte, a aplicação efetiva e bilíngue (português e inglês) durante o período entre 7 e 14 de outubro de 2020. O público alvo foi *Swens* LGBTQIA+ e/ou não branques, com enfoque em pessoas sáficas.

O questionário contou com 25 perguntas (abertas e fechadas) e foi aplicado por meio de grupos de *Facebook*, *Twitter*, *Tumblr* e *reddit*. Com suas 82 respostas foi possível traçar um perfil para a comunidade SQ, as motivações por trás das participações, escritas e impactos dessa comunidade e trabalhos em suas formações sociais.

A pesquisa partiu da motivação de estudar a comunidade de fã em que uma das autoras, mulher preta & *queer*, é membra desde o ano de 2013, ingressando em um período em que a representação midiática de pessoas sáficas sob uma ótica positiva era ainda mais escassa do que a atual e, que com suas criações constantes, apresentou maneiras de preencher a lacuna deixada pela mídia tradicional.

Diante o aspecto racial nota-se e valoriza-se o empenho de fãs em lutar contra o racismo dentro da comunidade e trazer visibilidade a personagens não branques secundários do programa, ao mesmo instante que se apresenta a urgência de repensar a estrutura de *fandoms* transformativos, sejam eles sáficos ou de outras identidades sexuais e de gênero e os pontos onde falham no cumprimento de seus ideais progressivos, visto que não raramente há desvalorização de membres não branques e de suas colaborações artísticas quando suas peças não são focadas em personagens branques ou são criadas com intenções políticas.

2 FANDOM ENQUANTO AGENTE DE FORMAÇÃO CULTURAL, SOCIAL E IDENTITÁRIA

A compreensão etimológica da palavra "fã" se faz relevante para compreender a categoria em diferentes contextos sociais. A abreviação vem de *fanaticus*, palavra latina que em sentido direto significa "pertencente a um templo, servo de um templo, um devoto" (JENKINS, 1992, p. 12). As interpretações sociais realizadas acerca desses grupos ocorrem, por vezes, de forma pejorativa, manifestando

um descontentamento e crença de que tais interesses culturais automaticamente afastam o indivíduo da moralidade e apreço pela alta cultura ao mesmo tempo que os aproximam da insanidade.

Segundo pesquisadores (JENKINS, 1992; REYSEN; BRANSCOMBE, 2010) o aparecimento em contextos jornalísticos ocorre no final do século XIX ao descrever admiradores de times profissionais de esportes, em especial o beisebol, em uma época onde a espetacularização intensifica, opondo-se aos costumes participativos anteriores. Ao passar das décadas, no entanto, começa a ser atrelada a qualquer tipo de "devoto" de esportes ou produções artísticas e comerciais.

Há, no entanto, uma noção pejorativa sobre esses grupos construída em cima das representações literárias e cinematográficas estereotípicas de gênero, raça, classe e sexualidade. Ao representarem *fandoms* de ficção científica, por exemplo, os fazem de modo a transparecer que sua composição é majoritariamente de homens cisgênero brancos socialmente desajustados e desexualizados, de tal forma representando *fandoms* de bandas como mulheres cisgênero brancas sexualmente desiludidas ou hipersexualizadas (JENKINS, 1992; RIBEIRO, 2016).

A criação desses modelos limitados de perfis exerce seu peso perante a desvalorização do público aficionado, assim como da própria cultura popular, propondo que apenas indivíduos acríticos e facilmente manipuláveis são atraídos para esses conteúdos (CURI, 2010), além de criar um limite racial e étnico imaginário que descreve de forma equivocada as identidades e fisionomias de participantes dessas comunidades (WANZO, 2015).

Fandoms, então, se tratam das mais variadas comunidades e compostas por indivíduos de distintos grupos sociais, unidos por interesse ao mesmo produto midiático (literário, televisivo, cinematográfico, teatral, musical, jogo, esportivo, etc.). A construção desses coletivos vem sendo transformada ao longo dos anos,

principalmente com a interferência de ferramentas de comunicação. As reinvenções sociais das últimas décadas, reflexos das atividades e discursos disseminados em espaços virtuais, possibilitaram a participação ativa de usuários no que tange às necessidades informacionais e individuais e coletivas.

Em suas organizações, de forma frequente e massiva, a ocorrência de conexão afetiva entre fãs, efeito da identificação com outres do mesmo grupo (REYSEN; BRANSCOMBE, 2010). Para Cavicchi (2014) embora atualmente as práticas de fãs estejam altamente ligadas às suas ferramentas tecnológicas e comunicação interpessoal, seu consumo e manifestação também ocorrem de forma individual, como apresentado ao longo da história humana.

Cada *fandom* é responsável pela sua identidade cultural, entretanto algumas características permanecem presentes e centrais em praticamente todos eles que detém caráter transformativo/transformador: o engajamento com outros participantes de forma recorrente; análise discursiva do texto midiático; criação de conteúdo, criação de metanarrativa; organização e frequentação em convenções, encontros de grupos e *cosplays*.

Se diferenciando da cultura burguesa em grau e intensidade, a cultura de fã dedica-se também a outras formas de leitura, compreensão e interpretação dos seus textos, utilizando-se de outros artefatos àqueles apresentados por instituições de educação tradicional para construírem as narrativas de desejo. Não seguem o que é institucionalmente instaurado, não acatam a hierarquia, desmancham o que já está pronto para construir seus próprios cânones (*canons*) e constituírem relações sociais, repetindo os processos quantas vezes forem necessários.

John Fiske (1992) compreende os grupos enquanto instituição cultural, detentora de suas próprias organizações e sistemas, se manifestando como comunidade interpretativa e se inserindo em

contextos de poder e resistência. Ao realizarem as seleções dos seus artistas e narrativas de gênero presentes no repertório midiático, os transportam para outros contextos e culturas fracionadas de comum interpretação textual, resultando no surgimento de uma cultura distinta e prazerosa da que é considerada "normal" para o restante das massas, mas familiar àqueles que participam, assim

> associada aos gostos culturais das formações de pessoas subordinadas, particularmente àquelas desempoderadas por combinações de gênero, idade, classe e raça (FISKE, 1992, p. 30, tradução nossa).

Rukmini Pande (2017) aponta com base em levantamentos bibliográficos que embora haja uma quantia significativa de pessoas não brancas e *queer* ativas em grupos de fãs, ainda há uma negligência dos debates raciais em prevalência da evidenciação de planejamentos e manifestações realizadas por mulheres cisgênero brancas dentro desses grupos, pondo de lado as conquistas, culturas e esforços recorrentes de grupos racializados em nome de uma homogeneidade discursiva.

Para Wanzo (2015) o mesmo ocorre dentro dos campos de estudo onde pesquisadores branques, embora apontem a falta de estudos com enfoque em fãs/raça e fãs não branques/produção de *fanworks*, continuam a não pesquisarem sobre. Ao continuamente estreitar os fatores sociodemográficos a serem pesquisados e taxarem gênero, classe e faixa etária como o núcleo para os preconceitos enfrentados por fãs, pesquisadoras/es, voltam-se para seus confortos e renegam antigos e insurgentes paradigmas pelo incômodo que eles trazem, uma vez que desbancam observações de décadas acerca do caráter completamente livre e inclusivo da cultura de fã. Essas reações abrem precedentes para que pessoas negras e indígenas, por exemplo,

permaneçam sendo alvos de micro agressões e racismo estrutural nos espaços sociais e de lazer que frequentam, não sendo diferente em espaços de fãs.

Fandoms, plurais como são, abarcam uma imensa gama de identidades, o que reflete diretamente em suas operações. Os processos de consciência humana, segundo Vygotsky (1991) são realizados através de suas participações em outras práticas socioculturais. O processo realizado por esses sujeitos é o de leitura e diálogo com os conceitos previamente disseminados pelas classes dominantes e sua incorporação - ou recusa - com base nisso, sempre respeitando os momentos históricos de cada um.

Stuart Hall (2006) ao estabelecer os três tipos de sujeitos sociais (sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno) questiona a construção do indivíduo moderno ao apontar o que chama de "crise de identidade". A crise, segundo Hall, se deve à queda das estruturas do mundo social antigo que por muitos anos estiveram vigentes. Com seu declínio em torno do final do século XX, novas remodelações foram apresentadas e incorporadas, criando identidades fragmentadas no indivíduo moderno.

O que se obtém desse processo de linguagem e a interiorização de práticas sociais é a construção de milhares de identidades distintas e em constantes configurações, assim como novas organizações sociais com base nessas interações. Hentz (2007) defende que a relevância da linguagem para as estruturas humanas vai além da mera comunicação de mensagens e se torna a mudança do outro, sendo uma produção humana e, devido a isso, jamais acabada. A interação entre os seres é pautada em cima de ideologias que transcendem o si e criam o outro.

Para Foucault (1982), parte da subjetividade humana é construída através dos discursos a qual nos relacionamos, com as dinâmicas de poder que operam sobre nós e a relação que estabelecemos com nós próprios. São através de discursos que

estabelecemos o que é certo e o que é errado, qualificamos ou desqualificamos, reprimimos ou buscamos uma emancipação. São eles que ajudam a determinar a posição que alguns grupos irão ocupar, a qual grupo racial devemos temer, quem merece ou não viver e quem irá deter o martelo sobre esse julgamento, a sobreposição do masculino cisgênero sobre o feminino transgênero, a hegemonia heterossexual sobre a homossexualidade, etc.

Embora nem sempre seja seguro para grupos já marginalizados nas demais esferas sociais, as comunidades de fãs apresentam acesso a uma rica gama de discursos, o que qualifica esses espaços em sua dinamicidade. Ao oferecer tecnologia e espaço para encontros e debates, oferece-se também encontro entre similares e estabelecimento de afetos. Subjetividades podem vir a contrastar e reproduzir a mesma hostilidade do mundo *offline*, com direito a silenciamento e embranquecimento cultural, todavia permitindo elaboração de novas formas de resistência.

3 FANFICS ENQUANTO LITERATURA ARCÔNTICA

A prática de escrita literária independente e composta por aficionados foi por muito tempo exercício a ser realizado para auto satisfação sem a intenção de partilha ou, quando sim, compartilhada entre pequenos grupos (THÉBERGE, 2005; CAVICCHI, 2014). Hoje, sem muito esforço devido à evolução da *web*, é possível encontrar fóruns e plataformas onde esses trabalhos circulam rapidamente, alcançando maiores audiências.

Abigail Derecho (2006) trata de conceituar *fanfiction*, alcunha atrelada durante a década de 1960 com o surgimento de materiais impressos de fãs centrados no universo *Star Trek*, como literatura arcôntica, se opondo a noção de subgênero da literatura "derivativa" ou "apropriativa", tendo base em sua escolha metodológica e visões filosóficas e políticas. Essa noção é fundamentada no conceito

apresentado pelo filósofo Jacques Derrida (2001) em seu livro *Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana* ao teorizar as tecnologias arquivísticas, arquivos humanísticos históricos e novas tecnologias de mídia de armazenamento e seus impactos nas relações humanas.

Em suma, a ideia apresentada pelo autor é que não existe e não há possibilidade de existir arquivo que se encontre totalmente completo ou fechado. Segundo ele, o arquivo é um organismo em constante crescimento, aberto a novas entradas e artefatos, mas que embora siga essa estrutura jamais irá encontrar sua completude. Para Derrida, o arquivo detém intenções claras de contínua expansão e, com isso, denomina essa condição de *princípio arcôntico*.

Para Derecho (2006) isso se traduz como a inevitável expansão do subgênero literário, além dos apontamentos relacionados aos termos "derivado/derivativo" e "apropriativo", comumente utilizados para se referir a seus materiais, que embora tragam a ideia de intertextualidade, acabam por expressar um sentido de hierarquia e posse autoral das peças, implicando legalidade a umas e ilegalidade a outras, assim como um senso de qualidade limitada, roubo e imitação.

Dessa forma, arcôntico, termo livre da ideia de propriedade e méritos da obra antecessora, seria a melhor forma de descrever a natureza arquivística das produções de fãs. Logo, a influência e expansão de um trabalho reflete diretamente na construção do universo arcôntico em sua totalidade.

No contexto da *fanbase* de *Swan Queen* e sua relação com o programa midiático OUAT, por exemplo, se percebe uma direção televisiva sendo tomada enquanto os textos de fãs - que optam quais elementos do(s) material(ais) antecessor(es) serão inseridos na história atual -, tomam caminhos similares ou utilizam-se de sua liberdade para explorarem direções completamente opostas, construindo universos e cenários variados onde os personagens se manifestam num imaginário praticamente autárquico.

Outra característica desse gênero literário segundo Derecho (2006) é a repetição incorporada nas construções de narrativa. No seu trabalho *Diferença da Repetição* Deleuze (2018. p. 8) afirma que "as repetições não necessitam ser físicas, mecânicas ou nuas (repetição do Mesmo)", se referindo a essas condições que se apresentam mutantes, ocultas e diferentes entre si. A repetição para o autor não é o mesmo que permanência estável da ação de forma mecanizada e sem reflexão, o que a faz ir além disso e transmutar a primeira atividade, resultando em uma segunda repetição com aspecto completamente novo e distinto da prévia.

Nesse contexto a repetição se apresenta como uma "semelhança extrema ou uma equivalência perfeita" (DELEUZE, 2018, p. 12), o que para o autor não é impeditivo para que a passagem gradativa entre uma coisa e outra gere diferença de natureza. A leitura de um material arcôntico, devido suas reproduções, se transforma em uma leitura múltipla. A hipertextualidade dos materiais - e a não-hierarquização deles - abre leques interpretativos para uma construção mais rica e uma análise mais aprofundada.

Os estilos literários e símbolos criados e compartilhados pelas *fanbases* seguem a mesma lógica apresentada por Dick Hebdige (2002) ao estudar os estilos construídos por jovens britânicos no período pós-guerra e a utilização de símbolos como forma de resistência progressista. O autor conclui que os significados atrelados a tais materiais correspondem não necessariamente à coisa em si, mas à ressignificação provocada pela lógica de seu uso, de forma a se opor aos sentidos estabelecidos pela cultura dominante.

A percepção de *fanfics* – e da própria construção das *fanbases* – como um estilo de palimpsesto também corrobora com essa visão, uma vez que a narrativa construída em ambas as formas é feita por adições, prevalecendo a ideia de intertextualidade de forma não hierárquica, mas se referindo àquele contexto social. A compreensão de Stasi (2006) aborda a problemática de termos como "*canon*" por ser

implicativo à ideia autoritária citada anteriormente. Dentro da lógica do palimpsesto o "*canon*" é visto como mais uma camada ao invés do todo, sendo uma parcela do processo interpretativo coletivo. O processo não é fixo e compartilha diversas referências culturais e linhas de debates que contribuem para as construções.

Por uma série de fatores algumas *fanbases* preferem dar seguimento de forma muito fiel ao *canon*, enquanto em outras a prática que prevalece é a proposital alteração de características étnicas e raciais (*racebending*), sexuais (*queerbending*) e de gênero (*genderbending*), como é o caso de *fanbases slashs e femslash*[38], no intuito de promover, celebrar e reivindicar a pluralidade de existências ausentes nas mídias e trabalhar em nome da representatividade.

Atualmente existe uma abundância de plataformas digitais desenvolvidas na intenção de hospedar e fomentar as produções de *fanfics*. A publicação não se limita a *sites* cujo foco primário é o texto, se estendendo para as plataformas sociais como *Tumblr*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube*, *Facebook* e outras.

Embora o que se tenha como *fanfic* hoje seja permeado com a tecnologia e mídias distintas a um clique de distância, a história nos apresenta que a prática cultural era realizada antes mesmo da inteligência artificial. As motivações para essa atividade, embora variem de indivíduo para indivíduo, são comumente pautadas em uma estima pela prática de escrita e afeição ou extrema insatisfação pelo objeto a ser descrito e o curso tomado no material fonte.

A escrita de *fanfic* caracteriza o espaço de fã e encoraja as discussões, o que amplia os saberes e implica em uma remodelação da

[38] Subgênero de *fanfic slash* (enfoque em relações homoafetivas entre pessoas do espectro masculino de gênero) cujo foco são as relações românticas e/ou sexuais entre personagens do espectro feminino de gênero. Também atende pelo nome de f/f, *femmeslash*, *altfic* e *saffic*

identidade coletiva – considerada tão importante quanto a identidade individual, sendo um dos pilares estruturais desses grupos. A atividade enquanto contínua fomenta relações profundas com os textos, permitindo interpretações completamente novas às que antes existiam.

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS

Através de uma metodologia qualitativa com práticas netnográficas e aplicação de questionários como instrumento de pesquisa foi possível traçar o perfil da comunidade SQ, a motivação por trás das participações de fãs, escritas e impactos dessa comunidade e suas artes em suas formações sociais. Com base nas 82 respostas obtidas com o questionário sabe-se de forma geral que 29,3% são jovens com faixa etária entre 23 e 27 anos, seguido de 20,7% de jovens entre 19 e 22 anos. Sobre seus gêneros, 89,9% das participantes são mulheres cisgênero enquanto 6,1% são pessoas *queer*. Das sexualidades, lésbicas incidem em 54,9% dos casos, enquanto bissexuais contabilizam 17,11%.

Das etnias, 72% da amostra é composta por pessoas brancas, enquanto 23,3% é não branca (11% negra [africana, afro-americana, afro-brasileira e afro sul-americana]). Das nacionalidades, 29,3% é estadunidense enquanto 28% é brasileira.

Do grau de instrução, 47,1% des participantes possuem ensino superior incompleto enquanto 25,6% realizaram mestrado ou doutorado. Da ocupação, 40,2% des participantes são assalariades e 19,5%, estudantes. Quando questionades sobre suas vantagens sociais, 25,7% identificou o recorte racial, seguido de 22,5% que considera como vantagem o acesso à educação e instituições culturais.

Sobre a discriminação, 68,3% atesta já ter sofrido LGBTQIAfobia, sendo 18,3% de forma indireta enquanto 14,6% compreende nunca ter sido alvo e/ou não é assumide. Dos causadores,

17% dos casos vem de membros da família, enquanto 10,6% de desconhecidos. As manifestações são através de misoginia, lesbofobia, micro-agressões, agressões físicas e patrimoniais, bifobia, transmisoginia e acefobia.

Tendo em vista os intensos atritos e diretos ataques LGBTQIAfóbicos entre a equipe diretiva do programa OUAT e fãs de *Swan Queen*, assim como outros fãs não *Swens* do programa, 48,8% des participantes (53% estrangeires e 39,1% brasileires) declaram já ter sofrido discriminação/bullying por participarem da comunidade enquanto *femslash shipper*, enquanto 47,6% (42% estrangeires e 60,9% brasileires) declaram não ter.

Dos anos de participação da *fanbase,* 68,3% está entre 4 e 9 anos, enquanto 20,8% está entre 1 e 3 anos. Oitenta por cento se colocam como consumidores de *fanworks*, enquanto 15,9% como 15,9% escritores de *fanfics* e 3,7% como artistas gráficos.

Com base em suas respostas, foram identificadas 11 motivações para suas participações, variando desde questões relacionadas à criatividade (gosto pela escrita e justaposição de ideias) até questões afetivas (apreço pela comunidade e esperança provocada pelas histórias do casal).

Identifica também que o trânsito entre *fanbases femslash* é intenso, sendo bastante comuns fãs apoiarem mais de um casal sáfico (87,8%), sejam *canon* ou não. Nota-se, no entanto, que 69,1% dos casais citados são formados por mulheres cisgênero brancas, com somente 23,5% casais não branques e/ou etnicamente diversos (2,4% - 1 mulher negra/1 mulher branca), o que demonstra que além de uma invisibilidade sáfica negra dentro da televisão, o mesmo se reflete dentro das bases de fãs**.**

5 POR QUE CONTAMOS A HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Membres da comunidade *Swan Queen*, unides através de propósitos similares buscam, por meio de práticas de escrita e leitura, agregar valores às suas existências e às de outrem ao trabalharem a (auto)representação sáfica que lhes foi negada com o casal Regina/Emma e demais produtos midiáticos. Em suas análises e projetos artísticos buscam inserir leituras divergentes ao encontrado no material fonte no que se refere às sexualidades, gêneros e raças, embora a última seja realizada ainda com certo descompasso.

Fanworks e comunidades de fãs podem ser progressistas, como demonstrado ao longo do trabalho, mas como qualquer ferramenta e espaço, podem ser utilizadas/os sutilmente para ferir, coibir e apagar narrativas. É cabível que fãs implementem reflexões mais conscientes ao desenvolverem seus materiais, bem como maior responsabilização de organizações ocupadas com a tarefa de preservação de fãs e *fanworks*, visto que suas posições na cadeia de prestação de serviço não as eximem de tomar partido de situações que ocorrem dentro das massas.

Destarte, essa pesquisa enfatiza a necessidade de analisar a história desses espaços comunitários por uma perspectiva interseccional levantando interrogações para o funcionamento das plataformas digitais contemporâneas; considerando as necessidades de fãs não branques e suas contribuições artísticas, culturais e tecnológicas para esses meios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, *E-book*, p. 264.

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2009.

CAVICCHI, Daniel. Fandom Before "Fan". **Reception**: Texts, Readers, Audiences, History, v. 6, n. 1, p. 5272, 2014.

DERECHO, Abigail. Archontic Literature: a definition, a history, and several theories of fan fiction. *In*: HELLEKSON, Karen (org.). **Fan Fiction and Fan Communities in the Age of the Internet**: new essays. Jefferson: McFarland and Company, 2006, p. 61-78.

CURI, Pedro P. Entre fan arts, fan fictions e fan films: o consumo dos fãs gerando uma nova cultura. *In*: ENECULT, 4., 2010, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FISKE, John. The cultural economy of fandom. *In*: LEWIS, L. A. (org.) **The adoring audience**: fan culture and popular media, 1992, p. 30-49.

FOUCAULT, Michael. The Subject and Power. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEBDIGE, Dick. **Subculture**: the meaning of style. London; New York: Routledge, 2002.

HENTZ, Maria Izabel de. A formação do sujeito: Tecendo uma Compreensão. **Revista Linhas**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2007.

JENKINS, Henry. **Textual Poachers**: television fans and participatory culture. New York, London, Routledge, 1992.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

PANDE, Rukmini. **Squee from the margins**: investigating the operations of racial/cultural/ethnic identity in media fandom. Australia: University of

Western Australia, Department of English and Cultural Studies, School of Humanities, Social Science and Music, 2017.

REYSEN, Stephen. BRANSCOMBE, Nyla R. Fanship and fandom: comparisons between sport fans and non-sport fans**. Journal of Sport Behavior**, v. 33, n. 2, p. 176-193, 2010.

RIBEIRO, Regiane Regina**. O fandom e seu potencial como comunidade interpretativa**: uma discussão teórico-metodológica para os Estudos de Recepção. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 15., 2016, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

RIBEIRO, Nayamillet Gonçalves. ***Viva La Swan Queen!***: a atuação do fandom na formação do sujeito e fanfics como prática cultural. 2021. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SABOTINI, Rachel. The Fannish Potlatch: Creation of Status Within the Fan Community. **The Fanfic Symposium**. S.l., 1999.

STASI, Mafalda. Toy soldiers from leeds. *In*: HELLEKSON, Karen (org.). **Fan Fiction and Fan Communities in the Age of the Internet**: new essays. Jefferson: McFarland and Company, 2006. p. 115-133.

THÉBERGE, Paul. Everyday fandom: Fan clubs, blogging, and the quotidian rhythms of the internet. **Canadian Journal of Communication**, v. 30, n. 4, p. 485-502, 2005.

VARGAS, Maria Lucia Bandeira. Tornando-se autor: a prática de letramento fanfiction. *In:* VARGAS, Maria Lucia Bandeira. **O fenômeno fanfiction**: novas leituras e escrituras em meio eletrônico. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 20-30.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. *Ebook*.

WANZO, Rebecca. African American acafandom and other strangers: new genealogies of fan studies. **Transformative Works and Cultures,** v. 20, [*S.n*], online, 2015.

EL *ADVOCACY* BIBLIOTECOLÓGICO AFROCENTRADO

Florencia Egaña Lachaga
Lourdes Rodríguez Peña

"El objetivo final de la ética no es solo hablar de lo bueno, sino hacer el bien y soñar con ello"
Rafael Capurro

1 INTRODUCCIÓN

Desde un posicionamiento epistémico afrocentrado, ***desafíos*** es la palabra que define de manera concreta los propósitos que como afrodescendientes hemos afrontado desde los umbrales del SIGLO XXI. A 20 años de la Conferencia en Durban 2001, los colectivos afrodescendientes continúan reclamando por el derecho real a la igualdad de oportunidades. El programa de acción de Durban exhortaba a que los Estados garantizaran el acceso a la educación y a las tecnologías de información y comunicación como forma de que los y las afrodescendientes dispusieran "de suficientes recursos para la educación, el desarrollo tecnológico y el aprendizaje a distancia (...) y los insta también a que hagan lo necesario para que en los programas de estudios se incluya la enseñanza cabal y exacta de la historia y la contribución de los africanos y los afrodescendientes." (ONU, 2002, p. 58)

En Uruguay, el cambio a un gobierno neoliberal y la pandemia por SAR CoV-2 profundizó la matriz de desigualdad, en los territorios

donde se ubica el porcentaje más alto de personas afrodescendientes, que son los que tienen el índice más alto de necesidades básicas insatisfechas, se implementaron un gran número de ollas populares que son abastecidas principalmente desde la solidaridad del pueblo. Además, se ha producido una reconfiguración del racismo estructural e institucional que es visible a través de las declaraciones que las autoridades políticas realizan en los medios de comunicación. Hemos escuchado a un representante de un gobierno local manifestar que "a los negros no les gusta trabajar" y a una autoridad de la educación pública decir que los buenos resultados educativos de un determinado departamento o ciudad se deben a factores "genéticos", en referencia corresponden a colectividades de origen suizo.

Frente a estas situaciones de racismo, débiles han sido las manifestaciones de rechazo a estos comentarios por parte de las jerarquías políticas, sí lo han hecho, los grupos de la sociedad civil organizada.

En este contexto adverso, apelamos al *advocacy* afro bibliotecario. Al formar parte de organizaciones civiles afro que cuentan con bibliotecas, entendemos que estamos ante la oportunidad de contribuir, transmitiendo como legado, las palabras, ideas y vivencias de nuestra intelectualidad pasada, voces hasta el momento silenciadas cuyos reclamos -desde fines del Siglo XIX- ante la situación socioeconómica que atravesaba el colectivo afrodescendiente, son un calco a las demandas que la sociedad civil organizada afrouruguaya realiza en la actualidad y que tienen que ver con: trabajo, vivienda, salud, educación y representatividad, entre otras.

Ante esta marcada desigualdad consideramos como inspiradoras las palabras de la doctora Rosa Campoalegre cuando

alienta *volver a Durban*[39], retomar los conceptos y recomendaciones allí plasmadas para seguir, es decir, *volver a empezar*, con determinación, posicionándonos éticamente para transformar la realidad desde la solidaridad y el respeto a la diversidad.

Asimismo, en el marco del Decenio Internacional de las personas Afrodescendientes 2015-2024 son fundamentales "Las propuestas de políticas culturales de reconocimiento para implementar un modelo de nación multicultural; [hablamos de políticas que] implican la resignificación de la ciudadanía y el reconocimiento de los derechos culturales de las minorías." (ANTÓN SÁNCHEZ, 2018, p. 4)

Sin olvidar que para recuperar la historia y resignificar nuestras luchas también nos ampara la Ley 19.122 del año 2013, que no solo reconoce que la población afrouruguaya ha sido víctima del racismo, sino que alienta y mandata a que desde los distintos órdenes de la educación se investigue y enseñe la participación de nuestros antepasados en la construcción de la nación y el aporte cultural realizado.

Desde la perspectiva bibliotecológica, adherimos al paradigma social de la Ciencia de la Información, en el que las bibliotecas pasan a ser dispositivos culturales, herramientas de cambio y transformación, espacios de resistencia; junto a los bibliotecólogos dejan de ser meros nexos entre la información solicitada y el usuario y pasan a ser agentes de cambio por medio de la información que se disponibiliza. Tomamos como propios los conceptos de ética de la información de Rafael Capurro (2010) cuando al analizar la ética intercultural en relación a las tecnologías de información y comunicación en África,

[39] Palabras vertidas en el marco del seminario virtual "Pandemias racializadas: construyendo horizontes de lucha afrodiaspórica" dictado los meses de noviembre y diciembre del 2020.

asevera que es fundamental contribuir al debate sobre la interculturalidad desde el análisis de la memoria oral y escrita, pues "la memoria cultural es conectiva. Está relacionada con nuestros mitos y nuestros sueños" (CAPURRO, 2010, p. [1]).

Entre los años 2016 y 2018 se implementó un programa que fue diseñado para promover el rol de las bibliotecas y los bibliotecólogos en los planes nacionales de los países que adherían a los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y la Agenda 2030. Uno de estos encuentros tuvo lugar en Montevideo entre el 9 y 10 de noviembre de 2016, momento desde el que empezamos a entender lo que el término *advocacy* representa y significa.

Tomando en cuenta las distintas expresiones de IFLA en relación a los ODS reafirmamos el compromiso con los objetivos 11 y 16. El objetivo 11 tiende al desarrollo de comunidades y ciudades sostenibles; las bibliotecas como instituciones insertas en un espacio, ya sea en ciudades o en áreas metropolitanas contribuyen al desarrollo del mencionado objetivo, brindando herramientas. Queremos resaltar que la pandemia por SARS-COVID 19 afectó de forma directa a las zonas urbanas pobres y con gran densidad de población por estar bajo contextos desfavorables.

Por otro lado, el objetivo 16 promueve sociedades justas, pacíficas e inclusivas y las bibliotecas tienen las competencias y recursos para ayudar a los gobiernos, instituciones e individuos en la comunicación, organización y utilización de la información de forma efectiva.

Este trabajo tiene como propósito establecer cuáles serían las condiciones, factores y elementos clave al momento de implementar un *advocacy* afrocentrado para: a) conocer, comprender y difundir saberes, pensamientos e influencias presentes en los documentos de los intelectuales afro del pasado; b) implementar acciones/actividades tendientes a visibilizar dentro del colectivo afrouruguayo estos materiales y c) instar a los tomadores de decisiones y a los responsables

de las instituciones educativas para que incluyan estas voces dentro de los diferentes espacios educativos.

2 DESARROLLO

Uno de los ejes del Decenio insta al reconocimiento y al respeto de la cultura de las personas afrodescendientes y enfatiza en la investigación de la historia y las contribuciones de los personajes relevantes para nuestro colectivo. Basadas en dicho eje y tras un breve recorrido exploratorio a través de los catálogos de las bibliotecas públicas de nuestro país nos alertó la cantidad mínima de registros bibliográficos de obras producidas por autores y autoras afro.

Para comenzar a deconstruir las narrativas que se han generado sobre el proceso histórico independentista, la construcción de nuestra identidad, los héroes y referentes de la cultura, consideramos de orden, la lectura de los documentos que hombres y mujeres afrouruguayos nos han legado, por ejemplo: La Propaganda, un periódico que tiene dos épocas: la primera va de 1893 a 1895 y la segunda entre 1911 y 1912, y Nuestra Raza en 1933 y 1948, que se encuentran de acceso libre en la Biblioteca Nacional del Uruguay.

¿Quiénes fueron? ¿Qué influencias llevaron a nuestros intelectuales de principios del SIGLO XX a escribir sus textos? ¿Por qué no podemos encontrar registros de sus producciones en las bibliotecas públicas en general y en particular en la Biblioteca Nacional?

Estas interrogantes requieren un análisis colectivo, una conjunción de conocimientos que aporten sus interpretaciones: la comunidad, la academia, docentes, historiadores, escritores/as y demás representantes de la cultura, todos, construyendo y reconstruyendo nuestra historia.

En un editorial de uno de los periódicos se planteaba:

> Está bien patente la necesidad imperiosa que nos aqueja por la falta de un órgano que sea fiel intérprete de las aspiraciones y justas ambiciones de los nuestros, que sea el portavoz, que esparza dentro y fuera de nuestro pequeño círculo las inteligentes, grandiosas y patrióticas ideas que germinan bajo muchos ignorados pero bien nutridos cerebros, pues bien; nosotros aspiramos a ver coronados el esfuerzo de esas inteligencias, de esas iniciativas que si no llevan el sello del saber ni del estudio; valen tanto como las primeras, pues es la semilla que habiendo casualmente caído en un campo inculto; produce y da fruto por la fuerza de la savia que en sí encierra. (LA PROPAGANDA, 1893, p.1)

Consideramos la importancia que la escritura tiene como forma de incidir en la construcción de la identidad, en el entendido que el conocimiento que no es validado y que permanece oculto, invisibiliza una parte importante de la historia. Fernanda Sosa (2007) señala que

> La identidad es una construcción que se relata. Se establecen acontecimientos fundadores, casi siempre referidos a la apropiación de un territorio por un pueblo o a la independencia lograda enfrentando a los extraños. [...] Los libros escolares, y los museos, los rituales cívicos y los discursos políticos fueron durante mucho tiempo los dispositivos con que se formuló la identidad de cada nación y se consagró su retórica narrativa. (SOSA, 2007, p. 1)

Volviendo a nuestra disciplina, concordamos con IFLA que hace hincapié en el rol de las bibliotecas y en el papel del acceso a la

información y a los servicios bibliotecarios, y manifiesta que éstas son un pilar fundamental para el desarrollo de la comunidad donde " los servicios en red que aseguran el desarrollo sostenible y los responsables de la toma de decisiones deben fomentar el fortalecimiento y la provisión de bibliotecas y utilizar las habilidades de los bibliotecarios y otros profesionales de la información para ayudar a resolver los problemas de desarrollo a nivel de comunidad". (IFLA, 2013: 2)

La Declaración de Lyon (2014, punto 3) hace mención a la alfabetización universal, por lo tanto, como profesionales afrocentrados consideramos fundamental la alfabetización basada en el principio de igualdad de disponibilidad de información para que los individuos puedan tomar decisiones y generar conocimientos nuevos. Eso sí, somos conscientes que para contribuir a generar individuos con pensamiento crítico es necesario tener en cuenta las distintas brechas de desigualdad que aquejan al colectivo afrouruguayo.

Las brechas digitales del sur con respecto al norte se dan en el acceso, conexión y contenido masivo a nuevas tecnologías y conocimiento; se consideran "brechas digitales multiformes" (UNESCO, 2005, p 32) dado que están compuestas por las diferencias en los recursos económicos, geográficos, educativos, de empleos, de sexo/género entre otros factores.[40]

Cabe destacar que la educación en las sociedades es un factor que incide directamente en el desarrollo de individuos que contribuyen dentro de las sociedades del conocimiento y la sociedad de la información, contexto en el que las mujeres en general y las afros en particular se encuentran en situación desigual, de subordinación.

[40] Factores que afectan directamente a la población afrodescendiente porque viven en situación de pobreza, precariedad laboral, mayor deserción educativa con relación a las personas no afro y presentan en su mayoría hogares monoparentales, información que el bibliotecólogo afrocentrado no debe desconocer.

2.1 CONCEPTUALIZACIÓN ADVOCACY

Rennan Mafra (2014) explica que *advocacy* es defender con razones y argumentos; interceder a favor de alguien o apadrinar. En lo que atañe a nuestro trabajo, *advocacy* tiene como propósito garantizar el pleno goce de los derechos humanos en una sociedad democrática y para que esto sea posible todas las demandas deben ser escuchadas. En este punto, desde una arena afrocentrada, estos reclamos refieren a resaltar las voces de nuestros antepasados fijadas en papel, que sean reconocidas y valorizadas, con la misma concepción literaria que al resto de los documentos que hoy residen en los anaqueles de nuestras bibliotecas. Desde esta perspectiva el accionar de nuestros ancestros literatos los coloca como los *advocatus* de la Antigüedad, aquellos convocados para hablar en nombre de los demás.

Mafra (2014) señala que para Aristóteles en Grecia, el *advocatus* debía ser respetado, para él la idea de advogar estaba vinculada a la ciudadanía en general, y no a lo individual y por eso mismo, estaba por encima de todo. El mismo autor agrega que Cicerón en Roma consideraba que en el destino estaba que los *advocatus* lo fueran, que su misión era cumplir con funciones que tenían una causa en común, en contraposición a los jurisconsultos que defendían intereses particulares.

Los escritores afros de fines del siglo XIX en adelante fungieron de *advocatus*. Constatamos en sus escritos una mirada integradora, por y para el colectivo. Con el propósito de lograr un anhelado cambio los *advocatus* del pasado entendían que lo colectivo debía primar sobre lo individual, enseñanza que ha atravesado las generaciones y llevaron a que se conformaran Grupos *Advocacy*, presentes en los movimientos sociales y culturales que buscaron incidir en lo político, lo educativo y lo económico, para que sus opiniones e intereses fuesen tenidos en cuenta.

Grupos *Advocacy* que durante los cruentos años dictatoriales continuaron manifestándose, usando sus cuerpos, manos y tambores para reclamar: la representación política y cultural y por la desigualdad histórica entre los ciudadanos afros y no afros.

En un contexto de autorreconocimiento, *Advocacy* Bibliotecológico son las bibliotecas y los bibliotecólogos contribuyendo a garantizar el acceso a la información, la cultura y conocimiento; cooperando con las políticas o acciones que tienen como norte el desarrollo y la sustentabilidad de la ciudadanía sin distinción. Asimismo, al custodiar, promover y difundir el legado literario de nuestros ancestros afrodescendientes, es condición, transitar este camino *advocacy* desde una postura descolonizadora desde lo conceptual y abiertamente antirracista.

La multi/interculturalidad y la diversidad cultural omitida en las constituciones de los estados nación, sí es tenida en cuenta por IFLA (2013) cuando plantea que

> la *diversidad cultural* o *multiculturalidad* se refieren a la coexistencia e interacción armónica de culturas diferentes, donde la cultura debe ser considerada como el conjunto de los rasgos distintivos espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o a un grupo social y que abarca, además de las artes y las letras, los modos de vida, las maneras de vivir juntos, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias. (IFLA, 2013, p. 1)

Se reafirma que desde la conformación del estado nación la ausencia en los libros de estudio de escritores y escritoras afrodescendientes que incursionaron en las distintas corrientes literarias privó a cada uno de ellos del reconocimiento, como parte de

una identidad nacional propia, y a sus descendientes conocer la estética negra en la producción literaria.

En un paradigma custodial o tradicional se resguardaba el ser y el saber hegemónico dejando de lado otros conocimientos o saberes que no circulaban por los canales formales del conocimiento o de la producción editorial. Desde una perspectiva *advocacy*, y con pensamiento situado nos instalamos en la Biblioteca Pilar Barrios de la Asociación Cultural y Social Uruguay Negro (ACSUN) y en la Biblioteca Jorge Bustamante de la Casa de la Cultura Afrouruguaya (CCA) para la recuperación de la producción intelectual negra y afrodescendiente a partir de estrategias *afroadvocacy*, estas bibliotecas se encuentras instaladas en espacios que fueron obtenidos como parte de las luchas de la sociedad civil organizada.

2.2 ESTRATEGIAS AFROADVOCACY PARA LA TRANSMISIÓN DE LEGADO ANCESTRAL

Cuando hablamos del lugar de enunciación, nos referimos a la posición en la que se encuentra el emisor de un discurso, en este caso, el bibliotecólogo afrocentrado adquiere un compromiso y se proyecta para combatir cualquier manifestación racista y/o discriminatoria que ocurra a su alrededor. El lugar de enunciación es situado, desde una mirada decolonial, antirracista y afrodiaspórica, que percibe al otro/a como su igual, como un/a hermano/a y nos van a alegrar sus victorias y entristecer sus pérdidas.

Quince Duncan (2015) señala que la razón que imposibilita que los afrodescendientes accedan al pleno goce de todos los derechos civiles es el racismo doctrinario y lo define como "aquel proceso que suprime y excluye a un sector de los seres humanos a partir de criterios biológicos socialmente seleccionados" (DUNCAN, 2015, p. 210)

Para llevar adelante estrategias desde una perspectiva *afroadvocacy* se proponen las siguientes actividades:

a) involucrar a la comunidad afrodescendiente como actores activos desde una postura de horizontalidad e interseccionalidad.
b) establecer una red de bibliotecas para difundir los objetivos propuestos en el plan de acción o planificación.
c) propiciar el acercamiento de las instituciones públicas y privadas del ámbito educativo.
d) registrar las vivencias, opiniones de las personas afro que integren los grupos de lectura, como parte del rescate de la memoria oral.
e) actualizar los conocimientos de forma permanente, manteniendo contactos con colectivos de bibliotecarios a nivel nacional e internacional.
f) proponer encuentros, seminarios, talleres con el propósito de dar a conocer los documentos.
g) invitar a representantes políticos a nivel local y nacional a las actividades que la biblioteca desarrolle.
h) hablar con los medios de comunicación sobre la existencia de estos documentos y las huellas literarias que encontremos.
i) involucrar en la difusión a la Facultad de Información y Comunicación (FIC) que es la institución que forma a los profesionales de la información.

3 CONCLUSIONES

El contexto actual y post pandemia se presentan como una oportunidad de resiliencia para las bibliotecas y para el profesional de la información en general. El amplio número de personas que no cuentan con trabajo y por lo tanto de acceso a Internet, conlleva a que

las bibliotecas se encuentren en situación de contribuir a la mejora de la realidad. Cuentan con la infraestructura y servicios que hacen posible recibir las demandas/consultas sobre distintas cuestiones que refieren a la búsqueda de trabajo, estudios, y ocio. Es el momento de considerar, capitalizar esta coyuntura para atraer y volcar sobre los usuarios las estrategias *advocacy*.

Estos encuentros tienen que darse dentro de un marco de cuidado y tolerancia a prácticas que podemos compartir o no, y en contraposición a lo antropocéntrico se prefiere una postura afrocéntrica conformada por el respeto a la espiritualidad, la resignificación de saberes ancestrales sobre las propiedades de la tierra madre, el respeto a la naturaleza y la búsqueda del reconocimiento de nuestros antepasados.

Claudia Miranda (2019) concluye que debemos entender que estamos *más allá de un cuento de hadas*, es decir, es hora, momento de cuestionar y reclamar, pero también de producir conocimiento, hablar, hablar y hablar.

Por otro lado, Rosa Campoalegre (2019) nos alienta a *vestir de negro*[41] la academia, buscar espacios de lucha e incidencia para continuar con estas reflexiones que se proponen reconstruir las narrativas y el proceso histórico afrodescendiente desde las negritudes, es decir, desde nosotras mismas.

[41] Palabras vertidas en el marco del seminario virtual "Pandemias racializadas: construyendo horizontes de lucha afrodiaspórica" dictado los meses de noviembre y diciembre del 2020.

BIBLIOGRAFÍAS

ANTÓN SÁNCHEZ, John. La política del reconocimiento en el Decenio Internacional Afrodescendientes (2015-2024). **Boletín Antropológico,** Venezuela, v. 36, n. 95, 2018.

CAPURRO, Rafael. **La ética de la información en África**. Foro de la CMSI 2010. Recuperado de: http://www.capurro.de/wsis2010_africa_infoethics.html

DUNCAN, Quince. Raza, racismo e identidad. Los postulados del racismo doctrinario en el debate actual. En: VALERO, Silvia y CAMPOS GARCÍA, Alejandro (eds.). **Identidades políticas en tiempos de afrodescendencia: auto-identificación, ancestralidad, visibilidad y derechos.** Buenos Aires: Corregidor, 2015. p. 207-247.

IFLA. **Declaración de IFLA sobre bibliotecas y desarrollo**. Singapur: IFLA, 2013. Recuperado de: https://www.ifla.org/es/publications/declaracion-de-la-ifla-sobre-bibliotecas-y-desarrollo/

LA PROPAGANDA. **Diario La Propaganda**, 3 set., 1893. Recuperado de: http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/64242

MAFRA, Rennan. Comunicación, ocupación, representación: tres perspectivas sobre la noción de incidencia en contextos de deliberación pública. **Compolitics**, v.4, n.1, p. 181-204, 2014.

MIRANDA, Claudia. Más allá de un cuento de hadas: resistencias y otros aprendizajes para la historiografía de la diáspora africana. En: CAMPOALEGRE, Rosa y OCORO LOANGO, Anny (coord.). **Afrodescendencias y contrahegemonías. Desafiando el decenio**. Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 27-62.

ONU. **Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia**. ONU, 2002. 160 p. Disponible en:

https://www.ohchr.org/Documents/Publications/DurbanDecProgAction_sp.pdf

ONU. **Decenio Internacional para los Afrodescendientes 2015-2024**. Disponible en: https://www.un.org/es/observances/decade-people-african-descent

ONU. **Objetos de desarrollo sostenible**. Disponible en: https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/

SOSA, Fernanda. **Presencias y ausencias de los afrodescendientes en los textos escolares.** Disponible en: http://casaafrouruguaya.org/wp-content/uploads/Sosa-F_Presencias_y_ausencias_de_afrodescendientes_en_los_textos_escolares.pdf

UNESCO. **Hacia las sociedades del conocimiento. Unesco**, 2005. 240 p.

URUGUAY. **Ley nº 19122, de 21 de agosto de 2013**. Afrodescendientes. Normas para favorecer su participación en las áreas educativa y laboral. Montevideo: Senado, Cámara de Representantes, 2013. Disponible en: https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp8104998.htm Acceso el: 22 ago. 2021.

SOBRE A ORGANIZADORA

FRANCIÉLE CARNEIRO GARCÊS DA SILVA

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Colaborabora do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), na linha de pesquisa 2 - Informação, Memória e Sociedade. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia – Habilitação em Gestão da Informação (2013-2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É idealizadora e gerente da página Quilombo Intelectual. Coordena o Selo Editorial Nyota em conjunto com Nathália Romeiro. Coordena o Grupo de Trabalho Relações étnico-raciais e Decolonialidades, vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). Atuou como membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB). Participou como bolsista de extensão e voluntária no Projeto Biblioteca de Referência e Projeto Espaço Ações Afirmativas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (2013-2017) e foi bolsista de iniciação científica do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente – GpDD (2016). É autora do livro *Epistemologias Latino-americanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação*: *contribuições da Colômbia e do Brasil* (2020), organizadora da obra *Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul* (2021) em conjunto com Natalia Duque Cardona. Faz parte da organização das obras: *Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política* (2018) e *Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações* (2019), juntamente com Graziela dos Santos

Lima; do livro *O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação* (2018) e *Bibliotecári@s Negr@s: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas* (2020), *O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação* (2019) em parceria com Nathália Lima Romeiro; do livro Mulheres negras na Biblioteconomia (2019) e do livro *Epistemologias Negras: relações raciais na Biblioteconomia* (2019) com Danielle Barroso, Graziela dos Santos Lima, Elisângela Gomes e Erinaldo Dias Valério. Temas de pesquisa: Epistemologias negro-africanas em BCI, *Black Librarianship* Americana e Biblioteconomia Negra Brasileira, Estudos Críticos da Branquitude em BCI, Teoria Crítica Racial em BCI, Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades em BCI, Organização dos saberes, Justiça epistêmica e informacional.

SOBRE A PREFACIADORA

IZABEL FRANÇA DE LIMA

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), mestre em Educação (2007) especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, líder do grupo de Pesquisa inclusoS da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Área de pesquisa Ciência da Informação, com ênfase em Informação e tecnologia, atuando nos seguintes temas: Memória Institucional, Memória e Identidade, Repositórios institucionais, acesso e uso de informação, acessibilidade, usabilidade, inclusão digital/social/racial, informação etnicorracial.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ALEX LOURENÇO

Em formação como Bibliotecário com certificação em Biblioeducação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Com formações a nível técnico nas áreas de Museologia (2021-2022) e Biblioteconomia (2017-2018), pelo Centro Paula Souza. Como Pesquisador a nível de iniciação científica na USP, pesquisa sobre os anos de fundação da Primeira Biblioteca Pública de São Paulo e o seu significado como primeira instituição oficial de leitura na província, sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira. Ainda, participa do Alaye - laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais, coordenado pelo Professor Doutor Erinaldo Dias Valério (FIC/UFG). Auxiliar de Biblioteca no Colégio Santa Cruz.

ANDREIA SOUSA DA SILVA

Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2004). Presidente da Associação Catarinense de Bibliotecários: Gestão 2021-2023. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC). Membro do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisa em Informação Antirracista e Sujeitos Informacionais (ALAYE). Produz pesquisas na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia e Arquivologia, com os seguintes temas: Memória social e étnica, Relações Étnico-Raciais, Estudos Afro-Brasileiros, Movimentos Sociais na Biblioteconomia, Ética e Política na Biblioteconomia, Fontes de

Informação, Usuários da Informação, Bibliotecas Comunitárias, Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares. Suas Experiências profissionais estão voltadas principalmente para bibliotecas universitárias, mas também atuou em bibliotecas escolares, especializadas e arquivos empresariais.

ARTHUR FERREIRA CAMPOS

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Campus Central). Atualmente é Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), graduando em Arquivologia pela UFPB e Pós-graduando em Tecnologias Digitais e Inovação na Educação na Universidade Cruzeiro do Sul. Membro dos Grupos de Pesquisa Renovatio – Estudos sobre Disrupção, Interação e Aspectos Jurídicos da Informação e Alaye – Laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais. Participa também do GETIC – Grupo de Estudos em Tecnologias de Informação e Comunicação. E- mail: arthurfcampos94@gmail.com.

BEATRIZ NOGUEIRA

Graduanda em Biblioteconomia pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), também formada no Técnico em Informática pelo Centro Paula Souza (2013-2014). Atualmente é bolsista do Programa Unificado de Bolsas da Universidade de São Paulo em atividade de Cultura e Extensão no Laboratório Agência de Comunicação da ECA/USP. Possui experiência de pesquisas e trabalhos em mediação cultural e identidade étnico-racial, tendo feito parte do projeto Mulheres Negras na Biblioteca por meio do Programa Valorização de Iniciativas Culturais I entre abril de 2019 até junho de 2020. No âmbito da Biblioteconomia, tem se voltado aos estudos em Linguística Documentária com ênfase em memória, cultura, questões étnico-raciais, gênero e classe. Participa do Alaye - laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais, coordenado pelo Professor Doutor Erinaldo Dias Valério (FIC/UFG).

DANIELLA CAMARA PIZARRO

Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação (DBI/FAED) da Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC. Atua no ensino de Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da UDESC. Doutora em Ciência da Informação (UFSC). Tem como enfoque de pesquisa e extensão o ensino de Biblioteconomia, a formação e atuação ético-política do Bibliotecário, bem como suas representações sociais coletivas a partir da perspectiva da sóciofenomenologia; e ainda, com questões relacionadas às bibliotecas no cárcere e na mediação da informação como promotora de uma educação para a liberdade e da emancipação cidadã.

DIRNÉLE CARNEIRO GARCEZ

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN/UFSC com bolsa CAPES. Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2018.1-2020.1). Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (2013.1-2016.2). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ. É integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - UFSC). Possui interesse nas temáticas relacionadas à comunicação científica, gestão da informação, organização dos saberes, organização do conhecimento, feminismo negro e mídias sociais.

EDILMAR ALCANTARA DOS SANTOS JUNIOR

Bibliotecário, Poeta e Mestrando em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Licenciando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologia Educacional e Deficiência Visual desde 2021 (GPTec – IBC).

Membro do corpo editorial da Revista Benjamin Constant desde 2017. Colunista da revista Biblioo Cultura Informacional desde 2013. Pesquisa sobre Biblioteconomia social, empoderamento, relações sociais, gênero e étnico-raciais. É idealizador do canal Entrestantes no *Youtube*.

EDILSON TARGINO DE MELO FILHO

Bibliotecário-Documentalista da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus II - Areia/PB. Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Bacharel em Biblioteconomia e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades (RERAD) da FEBAB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP). Membro da Diretoria Técnica da Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba (APB-PB). Atuando principalmente nas seguintes áreas: Memória, Informação e Identidade, Metodologia do Trabalho Científico, Biblioteca Escolar, Organização e Tratamento da Informação. E-mail: edilson.melo@academico.ufpb.br.

ERÁCLITO PEREIRA

Doutorando em Educação (PPGEDu/UFRGS); Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ERINALDO DIAS VALÉRIO

Doutor em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPE) e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC/Campus Cariri). Atualmente é vice-coordenador e professor do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). É professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (PPGB/UFCA).

FLORENCIA EGAÑA LACHAGA

Maestranda en Información y Comunicación (UDELAR). Licenciada en Bibliotecología, estudiante avanzada de la Licenciatura en Archivología (UDELAR), integrante de Universitarias/os, Técnicas/os, e Investigadoras/es Afro-Uruguayas/os (UAFRO), funcionaria de UDELAR.

IZA PAULA GOMES FERNANDES

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bibliotecária da Cultura Francesa da cidade de Goiânia – Goiás. Participa do Alaye - laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais, coordenado pelo Professor Doutor Erinaldo Dias Valério (FIC/UFG).

JADY SOUZA RODRIGUES

Negra, Jovem, candomblecista e militante do Movimento Negro UNAS Heliópolis. Estando a frente das mídias sociais, administrando a página do Facebook e Instagram, e realizando os Flyers, Convites e vídeos das ações do movimento. Através do projeto *Deuses que Dançam* descobriu a relação do corpo e a espiritualidade e renovação de alma onde a primeira saída do Afoxé nas ruas de Heliópolis trouxe tanta ancestralidade. Através de todos esses conhecimentos se empoderou e participou do concurso e posou para a Revista RAÇA. Participou de comercial referente ao projeto social da AmBev. Ingressou na UNAS em um projeto, que tem uma parceria internacional, *Violência Aqui Não Entra, Não!* Como auxiliar administrativa, que na época era a área de estudo, mas que fez entender a luta por todas as violências sofridas pelos grupos infanto-juvenis e hoje atua no cargo de educadora social em 4 comunidades ao redor de Heliópolis.

KARIANE REGINA LAURINDO

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Gestão de Unidades de Informação no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo-UDESC). Graduada em Biblioteconomia

com Habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

LOURDES RODRÍGUEZ PEÑA

Maestranda en Información y Comunicación (UDELAR). Licenciada en Bibliotecología, diplomada en Afrodescendencia y Políticas Públicas (UDELAR), egresada de la Escuela Internacional de Posgrados CLACSO "Más allá del decenio de los afrodescendientes", integrante de Universitarias/os, Técnicas/os, e Investigadoras/es Afro-Uruguayas/os (UAFRO), funcionaria de la Junta Departamental de Montevideo.

LUECI DA SILVA SILVEIRA

Mestra em Educação (PPGEdu/UFRGS) e Bibliotecária-Documentalista do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LUCIANA DE SOUZA GRACIOSO

Pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra (2019). Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2008). Professora Associada III no Departamento de Ciência da informação da UFSCar. Chefe do Departamento de Ciência da Informação (2019-). Foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação - PPGCI (2016 - 2017) e Coordenadora de Curso de Graduação (2009-2014). Atua como docente permanente no PPGCI e no Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS). Foi Professora Visitante no Exterior (PVE CAPES) junto ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2018-2019). É associada a Information Society for Knowledge Organization (ISKO) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Foi tutora do Programa de Educação Tutorial do Curso de Biblioteconomia e Ciência da informação PET/BCI (2013 - 2018). É coordenadora responsável pelo Termo Aditivo de Cooperação Internacional com a Universidade de Coimbra, pelo Departamento de Ciência da informação. É líder do Grupo de pesquisa: Pragma: estudos pragmáticos em

ciência da informação. Coordenou projetos financiados pelo CNPQ sobre Plataformas interativas e desenvolvimento de Bibliotecas para ambientes de Educação à distância. Participou como pesquisadora de projetos financiados pela FAPESP sobre as Fazendas Históricas Paulistas. Atua principalmente nos seguintes temas: Estudos da linguagem em Ciência da informação, Organização do conhecimento e Epistemologia da Ciência da informação. Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998); especialização em Uso estratégico da tecnologia em informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Ciência da Informação e Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2002). Mãe de duas filhas (licença maternidade de 06/2013 a 12/2013 e 08/2017 a 02/2018). Orcid 0000-0002-6320-4946. Contato: luciana@ufscar.br

MARIA ANTÔNIA FULGÊNCIO

Pedagoga e Membra da diretoria ampliada da UNAS Heliópolis. Fundadora e membra da Coordenação do Movimento Negro UNAS Heliópolis e Região.

MIRIELY DA SILVA SOUZA

Pesquisadora bolsista PCI-DD no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação/Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia. Bacharela em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2013); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes (2015) e Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2019).

NAYAMILLET GONÇALVES RIBEIRO

Graduada em Bibliotecomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mulher negra, *queer* e membra da *fanbase* sáfica *Swan Queen* desde 2013.

PRISCILA MACHADO BORGES SENA

Doutora (2020) e Mestra (2014) em Ciência Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Especialista em Gestão do Conhecimento pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (2012). Graduada em Biblioteconomia (2009) pela Universidade Federal de Mato Grosso/Rondonópolis (UFMT). Está Pesquisadora no Laboratório do Ecossistema da Pesquisa Científica Brasileira (LaEPeCBr) do IBICT; Professora Substituta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Professora no MBA de Inovação em Unidades de Informação do ITI/UFSCar e na MPGED Startup; Diretora de Formação Política e Profissional (Gestão 2020-2023) na Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB); Editora de Relacionamento na Revista ACB e; Integrante do eCÓDICE. Experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: fontes de informação; ecossistemas de startups; empreendedorismo; tecnologia e inovação; gestão documental; gestão da informação; gestão do conhecimento; bibliotecas universitárias na educação a distância e; bibliotecas escolares. Está Vice-Líder no Grupo de Pesquisa em Gestão e Sustentabilidade na Ciência da Informação (GPSCIn/UFSC). Participa do Grupo de Pesquisa Observatório do Mercado de Trabalho do Profissional da Informação na Era Digital (OMTID-ECA/USP) e DO Comitê Técnico de Gestão de Documentos, Informação e Conhecimento da ABEINFO. Esteve Bibliotecária Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Bibliotecas Escolares do Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª região (CRB 14). Sua tese de doutorado, sob a orientação da professora doutora Ursula Blattmann, versou sobre Fontes de Informação no Ecossistema de Startups de Florianópolis. Realizou Doutorado Sanduíche na Universidad Carlos III de Madrid, sob a orientação do professor doutor José Antonio Moreiro González. E-mail para contato: priscilasena.pesquisa@gmail.com.

PRISCILA RUFINO FEVRIER

Doutoranda em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Trabalho "Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades", vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat). É integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação. Possui interesse nas temáticas: Mulheres negras na Biblioteconomia e Ciência da informação, Feminismo Negro; Epistemologias de mulheres negras na Biblioteconomia e Ciência da informação, Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades, Competência em informação e Representações Sociais.

RAQUEL MASCARENHAS DOS SANTOS

Mestranda em Ciência da Informação, pelo Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atua como Bibliotecária da Rede de Bibliotecas SESC Rio, lotada na Unidade Operacional do Município de Três Rios (RJ). Tem experiência na área de Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas públicas, bibliotecas comunitárias, gestão de projetos culturais e literários. Integrante do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes.

RODRIGO DE SALES

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC). Coordenador do Curso de Graduação em

Biblioteconomia da UFSC. Temas de estudo: organização do conhecimento, organização da informação, classificações bibliográficas, classificações arquivísticas, indexação e sistemas de organização do conhecimento.

SUELEN CAMILO FERREIRA

Bacharela em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Já atuou em bibliotecas universitárias, escolares, comunitárias e públicas. Mestranda em Ciência da Informação | Tecnologia, Informação e Representação pela UFSCar. Integra a coordenação do Movimento Nero da UNAS Heliópolis. Apoia a educação antirracista enquanto um pilar fundamental para o combate ao "racismo estrutural e estruturante".

WELLINGTON MARÇAL DE CARVALHO

Pós-Doutorando em Estudos Literários na FALE/UFMG. Doutor e Mestre em Letras pela PUC Minas. Bibliotecário coordenador da Biblioteca da Escola de Veterinária UFMG. Integrante do Grupo de Estudo Estéticas Diaspóricas (GEED). Autor de: Aquele canto sem razão: espaço e espacialidades em contos de Guimarães Rosa, Luandino Vieira e Boaventura Cardoso (2014) e A defesa incansável da esperança: feições da guineidade na prosa de Odete Semedo e Abdulai Sila (2018). Coorganizador de Deslocamentos estéticos (2020). Integrante da Comissão editorial do literÁfricas. E-mail: marcalwellington@yahoo.com.br

Este livro é um convite à reflexão amparada em vivências e experiências de pesquisas aqui postas como uma convocação, presente nas palavras da organizadora da obra ao afirmar "[...] continuamos evidenciando o protagonismo de pessoas negras bibliotecárias e fomentando a luta por justiça epistêmica por aquelas pessoas que vieram antes de nós e aquelas que virão quando não estivermos mais aqui [...]".
Tenciono que as informações suscitadas nas páginas deste livro possam despertar nas pessoas leitoras um novo olhar sobre as temáticas aqui abordadas.

Izabel França de Lima
Prefaciadora

ISBN: 978-65-87264-68-4
9 786587 264684

